

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



Escrita de Guerra: uma abordagem sociodiscursiva da relação entre inimigo e esforço de guerra nas correspondências e num diário íntimo durante a guerra colonial portuguesa 1961-1974

Stefania Gatta

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Rita Marquilhas

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Linguística, na especialidade de  
Análise do Discurso

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



Escrita de Guerra: uma abordagem sociodiscursiva da relação entre inimigo e esforço de guerra nas correspondências e num diário íntimo durante a guerra colonial portuguesa  
1961-1974

Stefania Gatta

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Rita Marquilhas

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Linguística, na especialidade de Análise do Discurso

Júri:

Presidente: Doutora Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte, Professora Catedrática e Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais: - Doutora Ana Luísa da Piedade Melro Blazer Gaspar Costa, Professora Adjunta Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal;  
- Doutora Maria Inácia Rezola Y Palacios Clemente, Professora Adjunta Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa;  
- Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado com Agregação ISCTE-UL-Instituto Universitário de Lisboa;  
- Doutora Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte, Professora Catedrática Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;  
- Doutor Carlos Alberto Marques Gouveia, Professor Associado com Agregação Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;  
- Doutora Maria Rita Braga Marquilhas, Professora Associada Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientadora.

## **Resumo**

Esta dissertação ocupa-se da análise da escrita num contexto de guerra, mais concretamente, da escrita de soldados durante a Guerra Colonial portuguesa. O material analisado é constituído por mais de dois milhares de cartas e por um diário íntimo. As cartas pertencem a seis correspondências e foram trocadas com pais, namoradas, familiares e soldados. O diário foi escrito por Etelvino da Silva Batista, soldado em 1961-1963, que o viria a publicar em 2000. Os autores são pessoas com pouca prática de escrita, muito mais acostumadas à comunicação oral. No entanto, todos contribuíram numa pequena parte para a produção de um discurso sobre a guerra, que seria muito mais amplo, veiculado por cartas, comunicados, jornais, etc., num espaço fechado e com regras.

Perante um material tão diversificado, considerámos importante seleccionar uma das razões mais profundas da guerra: a existência de um Inimigo. Perguntámo-nos: em que termos a presença de um Inimigo se evidencia na escrita dos soldados? Quisemos perceber, sobretudo, se a criação de um Inimigo é suficiente para manter o esforço de guerra. Para o nosso propósito, apoiámo-nos em instrumentos que pudessem esclarecer os múltiplos mecanismos que sustentam a escrita de guerra. Socorremo-nos da abordagem da pragmática linguística (Austin, Searle, Ducrot, Krieg, Charaudeau), considerando a função e o uso dos textos no contexto bélico. Adotando também a perspectiva da linguística do texto, observámos os textos nas suas hierarquias de sequências (Adam). Finalmente, já no âmbito da análise do discurso, concentrámo-nos nas representações sociais (Serge Moscovici, Doise, Jodelet e Abric) que determinam um discurso e um conhecimento (Teun Van Dijk) sobre a mesma guerra.

Palavras-chave: Cartas, diário, discurso da guerra, representações sociais, sequências textuais, Guerra Colonial.

## **Riassunto**

L'argomento principale della tesi è l'analisi della scrittura in un contesto di guerra. Si tratta della scrittura di soldati durante la Guerra Coloniale portoghese. Il materiale analizzato è composto da più di duemila lettere e di un diario intimo. Le lettere fanno parte di 6 corrispondenze: esistono lettere inviate ai genitori, alla fidanzata, alla famiglia e ad altri soldati. Il diario è stato scritto da Etelvino da Silva Batista, soldato tra il 1961-1963 e che pubblicherà nel 2000. Parliamo, quindi, di

persone poco abituate alla scrittura, che si muovono soprattutto nella comunicazione orale. Ciononostante, tutti hanno partecipato a un discorso sulla guerra (attraverso lettere, comunicati, giornali, ...) in uno spazio chiuso e regolamentato.

Avendo tra le mani un materiale di tale estensione abbiamo pensato che era importante risalire a una tra le ragioni più profonde della guerra: l'esistenza di un nemico. In che modo si evidenzia la presenza del nemico nella scrittura dei soldati? Ma soprattutto, la creazione di un nemico è sufficiente a mantenere lo sforzo di guerra?

Per il nostro intento, abbiamo cercato degli strumenti che potessero chiarire i multipli meccanismi che appoggiano la scrittura di guerra. Abbiamo scelto strumenti della pragmatica linguistica, considerando la funzione e l'uso dei testi nel contesto considerato. Abbiamo usato gli atti linguistici (Austin, Searle, Ducrot, Krieg, Charaudeau), la tipologia dei testi basandoci sulla teorie delle sequenze (Adam) e le rappresentazioni sociali (Serge Moscovici, Doise, Jodelet e Abric) determinanti nella costruzione del discorso e della conoscenza (Teun Van Dijk) della guerra.

Parole chiave: Lettere, diario intimo, discorso di guerra, rappresentazioni sociali, sequenze testuali, Guerra Coloniale.

## ÍNDICE GERAL

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução.....  | 7   |
| 1.1. Objetivos.....   | 11  |
| 1.2. O <i>corpus</i> em análise.....  | 13  |
| 1.3. Resumo do enquadramento teórico.....   | 19  |
| 1.4. Organização dos capítulos.....   | 22  |
| 2. A escrita.....   | 25  |
| 3. A carta na história.....   | 38  |
| 3.1. O género epistolar e o registo conversacional.....   | 44  |
| 3.2. A correspondência e a guerra.....  | 51  |
| 4. O diário.....  | 58  |
| 4.1. O diário ao longo dos séculos.....   | 64  |
| 5. O diário e as cartas.....  | 72  |
| 5.1. O suporte: o diário e as cartas enquanto objetos.....                                      | 74  |
| 5.2. O conteúdo: a repetição e a questão do tempo.....  | 77  |
| 5.3. A receção: a leitura e o Outro enquanto destinatário.....                                  | 84  |
| 6. O que sabemos da guerra.....   | 87  |
| 6.1. A Guerra Colonial e seu contexto: o Portugal dos anos 60.....                              | 104 |
| 6.2. Os três teatros de operações.....  | 109 |
| 6.2.1. <i>Angola</i> .....  | 110 |
| 6.2.2. <i>Moçambique</i> .....  | 114 |
| 6.2.3. <i>Guiné Bissau</i> .....  | 118 |
| 7. Enunciado, texto e discurso.....   | 121 |
| 7.1. Os usos da linguagem enquanto ação: os enunciados.....                                     | 125 |
| 7.2. Tipos de texto.....  | 142 |
| 7.2.1. <i>Estrutura textual das cartas e do diário: sequências narrativas e dialogais</i> ..... | 146 |
| 8. Discurso e guerra.....   | 182 |
| 8.1. O contexto.....  | 182 |
| 8.2. As representações sociais.....   | 189 |
| 9. A retaguarda. Para quê este sacrifício?.....   | 194 |

|   |            |
|---|------------|
| 9.1 O início. Estar todos no mesmo barco..... | 207        |
| 10. Na primeira linha. O combate.....         | 216        |
| 10.1. Na primeira linha. O Inimigo.....       | 233        |
| <i>10.1.1. Feridos e mortos.....</i>          | <i>234</i> |
| <i>10.1.2. Os Prisioneiros.....</i>           | <i>240</i> |
| <i>10.1.3. O Amigo.....</i>                   | <i>244</i> |
| <i>10.1.4. O Inimigo.....</i>                 | <i>245</i> |
| 11. O regresso.....                           | 253        |
| Conclusões.....                               | 259        |
| Bibliografia.....                             | 264        |

## 1. Introdução

*Come si può raccontare una vita  
che della morte assunse le sembianze,  
nascondendosi dalla vita? Non è  
possibile, mi son detto, forse si può  
solo raccontare il dove, ma mai il come e il perché.*  
Antonio Tabucchi, *Si sta facendo sempre più tardi*

*Ça a débuté comme ça. Moi, j'avais jamais rien dit. Rien.*  
Louis-Ferdinand Céline, *Voyage au bout de la nuit*

*Ho sempre l'ossessione di essere ridotto a una epistolografia convenzionale e, ciò che è peggio del  
convenzionalismo, ridotto a una epistolografia convenzionalmente carceraria.*  
Antonio Gramsci, *Lettere dal carcere*

*Lundi: Moi. Mardi: Moi. Mercredi: Moi. Jeudi: Moi.*  
Witold Gombrowicz, *Journal*

A caracterização mais sucinta possível do objetivo desta dissertação é a seguinte: quisemos analisar o significado social contido no discurso de várias correspondências privadas e de um diário cuja escrita decorreu no período da Guerra Colonial, travada em Angola, Moçambique e Guiné Bissau entre 1961 e 1974. A guerra abre um espaço à escrita para onde convergem elementos de várias naturezas, e foi nesse espaço que nos fixámos, examinando o seu interesse histórico, linguístico e cultural.

As cartas e os diários de gente comum são textos muitas vezes adjetivados de secundários, menores, *borderline*, convencionais, híbridos, polimorfos, um leque de rótulos que se tornam mais opacos do que elucidativos. No entanto, são textos que conseguem captar o interesse de estudiosos de vários campos do conhecimento, como antropólogos, linguistas, sociólogos, historiadores e psicólogos, enfim, todos os que concordam em reconhecer que as histórias de vida constituem fontes de conhecimento ímpares. Pela nossa parte, quisemos abordá-los numa perspetiva sociodiscursiva, interrogando o que estes textos nos dizem, explicitamente e implicitamente, sobre a relação dos respetivos autores com a guerra, por um lado, e com a escrita quotidiana, por outro. Interrogámo-los, por conseguinte, quanto às estratégias discursivas que testemunham. São propostas de abordagem que julgamos bem espelhadas nas quatro citações que abrem o nosso trabalho e que nos sugerem as seguintes observações preliminares:

- O contexto é inseparável da produção e receção dos enunciados, desdobrando-se em componentes textuais, sociais e cognitivas. Ora num contexto onde a disciplina — no sentido do comportamento disciplinado e controlado do soldado — exerce um protagonismo essencial, a escrita de um diário ou de cartas é a concretização de um espaço de liberdade? E qual é a liberdade que o indivíduo consegue atingir e explicitar enquanto protagonista de um acontecimento coletivo como a guerra?
- Reconhecendo ainda a importância do contexto, podemos falar de uma escrita *convencionalmente guerreira*, partilhando a inquietude de Gramsci em relação à sua escrita *convencionalmente carcerária*? Podemos falar de uma escrita de guerra, com os seus tópicos, os seus *scripts*? Existe um 'cânone' da escrita de guerra?
- Qual é o lugar do 'eu' na escrita de um diário de guerra? Estamos realmente perante uma escrita íntima? Confirma-se a provocação de Gombrovicz, segundo o qual o 'eu' é o único e repetitivo tema do dia-a-dia? Como se relaciona externamente o 'eu' de uma escrita individual, mas ao mesmo



tempo coletiva, já que a guerra constitui a razão da sua existência?

- 'Moi, j'avais jamais rien dit. Rien'. Com essas simples palavras, Louis-Ferdinand Céline abria a cortina sobre o mundo aterrador da 1ª Guerra Mundial. Começava o testemunho por parte de quem fez a guerra no terreno, de quem efetivamente combateu e que, nas palavras de Rui Azevedo de Teixeira, está representado na 'ponta das setas dos mapas do Estado-Maior' (Teixeira 2013, p. 137). Também os autores do nosso *corpus* nada tinham deixado dito, no sentido em que tinham vivido no mundo direto e fluido da comunicação oral, e é muito provável que, sem a guerra, deles não tivéssemos conservado nenhum documento escrito. Da mesma maneira que o livro *Viagem ao fim da noite* revelou a Grande Guerra através do prisma do seu autor, as cartas e o diário são documentos que integram a ponderosa textualidade originada pela guerra.

Foram estas as reflexões que serviram de ponto de partida para o nosso trabalho. A riqueza e a quantidade de material disponível impuseram, depois, a concentração temática na figura do Inimigo. Tal escolha justifica-se por várias razões: em primeiro lugar, o Inimigo configura-se como um elo que liga milhares de pessoas de diferentes proveniências culturais, sociais e económicas, veiculando uma adesão coletiva enquanto ameaça a uma ordem conhecida, reconhecida e partilhada. Em segundo lugar, o Inimigo, enquanto ameaça, é um recurso para o reforço da identidade. Num contexto de guerra, essa identidade coincide sobretudo com uma identidade nacional, baseada em crenças, representações e valores, recuperados principalmente de uma memória que a propaganda procura manipular de maneira hábil, evitando contradições e possíveis desmentidos. Em terceiro lugar, e muito obviamente, se bem que obrigatoriamente, tem de se reconhecer que sem Inimigo não há guerra. Por último, na guerrilha e contra-guerrilha, tão definidoras da Guerra Colonial, o mais difícil não é o combate mas sim encontrar o Inimigo. Impõe-se, portanto, a questão da 'invisibilidade' do Inimigo e das suas consequências na relação de alteridade no seio do grupo e no entendimento da guerra. Daqui o nosso interesse em perceber como a figura do Inimigo encaixa no esforço de guerra entre o início e o fim de cada comissão individual e como vai constituir a *raison d'être* da guerra.

O nosso *corpus* de análise é constituído por cartas e por um diário, testemunhos do discurso produzido pela gente comum durante a Guerra Colonial. Os autores (e alguns destinatários) eram, à época, jovens que deram 2 anos da sua vida, e num caso a própria vida, e aceitaram a probabilidade de uma morte violenta como sacrifício pedido na defesa da Paz e da Ordem. Trata-se de um material que apresenta interesse histórico, linguístico e cultural, permitindo a compreensão do homem no plano das representações sociais sobre a guerra, suas regras e valores. Veremos a vários níveis, por

consequente, como as produções textuais originadas em tempos de guerra criam, através da aceitação ou do afastamento das representações sociais, uma interação que nos permite entender atitudes individuais inscritas em eventos coletivos.

Queremos lembrar que todos os textos foram transcritos respeitando a ortografia e a sintaxe dos originais.

## 1.1. Objetivos

Postulamos que estamos perante uma escrita de *necessidade*, obedecendo a parâmetros tanto linguísticos como extralinguísticos. Depois de estabelecidos tais parâmetros, vamos perseguir o objetivo de verificar quais são, no *corpus*, as estratégias discursivas que se utilizam para uma representação muito específica, a representação do Outro, concretizado na figura central do Inimigo. Vamos olhar para o léxico e para a organização e conteúdo das proposições dentro dos textos. Interessa-nos o léxico associado à identificação e atributos do Outro e o conteúdo das proposições que tematizam esse Outro. Interessa-nos, portanto, saber de que maneira o uso da linguagem sustenta a reprodução, conservação e divulgação de um conhecimento coletivo: o das representações sociais face à noção de Outro, que no nosso trabalho incorpora os traços do Inimigo.

Admitindo que as representações sociais estão na base da construção de ideologias e de conhecimento de um grupo, a guerra, enquanto fenómeno coletivo, representa um contexto privilegiado para estabelecer e manter um discurso orientado essencialmente para a distinção entre Nós e o Outro. Mas temos de perguntar-nos em que termos é mantida esta distinção, se ela é essencial para legitimar o esforço de guerra e se vai apoiar e manter tal esforço ao longo dos dois anos de cada comissão individual. Para isso, temos de apurar se as representações sociais, inseparáveis das guerras, inseparáveis de uma 'narrativa' de guerra, criadas e partilhadas pelo discurso, fixam mesmo as raízes mais profundas dessa mesma guerra, tornando-as difíceis ou mesmo impossíveis de eliminar.

Por outro lado, é também na prática discursiva sobre a guerra que se devem procurar as possíveis dissensões, dúvidas ou desânimo que a mesma guerra engendra. A existência de um discurso 'dominante', divulgado essencialmente pela propaganda, cria teoricamente os instrumentos que permitem aos grupos 'dominados' desafiar ou resistir discursivamente ao controlo. Sendo assim, é na mudança de representações sociais que temos que encontrar as modalidades de dissensão?

Finalmente, constituindo a guerra uma situação extrema, onde a probabilidade de perder a própria vida é alta, ela cria condições para a produção de um discurso de si e do outro que garante fenómenos de adesão, facto que exige a definição da identidade própria e alheia. Longe de ser inocente, essa produção discursiva está altamente centrada na figura do Inimigo, ou pelo menos parece em algumas fases centrada nele. E dado o número relevante de guerras que foram combatidas, e que hoje em dia ainda se combatem, parece ainda interessante estudar as relações que se estabelecem entre as guerras e a manutenção de ideologias como a do racismo ou a do sexismo.

Assim, e considerando a guerra na sua dimensão cultural, podemos partilhar a teoria de M. R. Davie (*cit. in* Audoin-Rouzeau 2008, p. 173) que considera a guerra uma questão identitária:

Aussi longtemps que l'ethnocentrisme aura le dessus, la paix sera l'exception et la guerre sera la règle.

Concluimos sintetizando o objetivo do nosso trabalho na seguinte pergunta:

*Construir e partilhar um Inimigo é essencial para manter o esforço de guerra, tornando-se na sua 'raison d'être' ou na sua motivação mais profunda?*

## 1.2. O *corpus* em análise

O *corpus* escolhido para o nosso trabalho pertence às chamadas 'histórias de vida'. É um material que, pela sua beleza e singularidade, nos convenceu de que valia a pena consagrar-lhe afeição, respeito e tempo de reflexão. Estamos cientes de que também apresenta limitações, já que as correspondências de só alguns militares e o diário de um só soldado, Etelvino da Silva Batista, não soam exatamente como as dos mais de 800.000 soldados que combateram na Guerra Colonial nem representam todas as opiniões, medos, desconfortos, alegrias dos que participaram nesse momento dramático da história portuguesa. E tal consideração é válida tanto para o lado dos que combateram como para o dos que ficaram e dedicaram anos da própria vida a dar conforto, esperança e coragem aos filhos, maridos, amigos...

Os soldados falam da *sua* guerra, como escrevia um camarada paraquedista a J. F.:

Nacala City 27-1-68 [carta recebida por J. F. de um camarada]

«Tenho a dizer-te que já fiz a minha guerra...».

O próprio J. F., ao mudar de assunto numa carta, escreve estas palavras à mãe, que indicam como a guerra pode ser encarada pelo soldado como um evento da biografia pessoal:

Beira Moçambique 1966 Junho [carta enviada por J. F. à mãe]

«Mas fechando a porta há minha guerra...».

É a experiência de cada um deles, na sua individualidade e nas suas emoções, que lemos nas cartas que mandaram para a família, a namorada ou outros soldados. Mas não podemos esquecer que essa subjetividade se encaixa, ocorre e tem origem num movimento coletivo. Assim, o *Diário* de Etelvino da Silva Batista é também um fragmento individual de uma história coletiva. Isto porque as histórias singulares também podem ser vistas, em história, como a 'fachada de processos em desenvolvimento', como assinalou Antonio Gibelli na preciosa obra *L'officina della guerra*:

Molto più utile sembra invece procedere a una storia di singoli uomini e verificare su queste esperienze singolari, internamente complesse, tra loro diverse, la portata generale dei processi in

atto. La storia di Carlo Verano, un contadino ligure di cui useremo il diario di guerra, non è la storia della guerra e neppure dei contadini in guerra. Ma la storia della guerra non può fare a meno di quella di Carlo Verano. Storia di un evento e storie di singoli, storie di gruppi sociali e storie di individui non si possono appiattare l'una sulle altre, vanno correlate mantenendo ferma la distinzione tra i due piani.

(Gibelli 2007, p. 7)

As cartas escritas e recebidas pelos soldados e o diário de Etelvino vão integrar e complementar, com as suas palavras e experiências narradas, a guerra combatida no Ultramar entre 1961 e 1974. Os seus testemunhos representam a importante voz de quem esteve lá e o olhar que se fixou no momento: permitem-nos entrever o mundo complexo e multifacetado da guerra através das produções textuais ligadas à experiência direta.

### *As correspondências*

Um arquivo pode ser um simples lugar fechado de conservação da história, de estantes empoeiradas que preservam documentos, filmes, vidas. Ou então pode aparecer como um lugar aberto aos estímulos e a novos percursos, onde é possível ler, estudar e refletir sobre o tempo e os homens. Para nós, foi o inesperado hífen entre os grandes acontecimentos da Guerra Colonial e a realidade dos homens que a viveram. Foi assim que num arquivo, o da Liga dos Amigos do Arquivo Histórico Militar (LAAHM) de Lisboa, utilizaram-se 2.296 cartas pertencentes às seguintes correspondências:

- M. V., 1.º cabo que combateu em Angola de 1963 até 1965. São quase 1.000 as cartas que M. V. escreveu e recebeu de familiares e amigos. M. V. nasceu o dia 18 de dezembro de 1942 em Massarelos. Em 1967 casou com M. T., a namorada das cartas, da qual viria a ter um filho. Trabalhou sempre numa loja de materiais de construção no Porto. Durante a comissão, foi o guarda-redes de uma equipa de futebol.

- A. R., marinheiro fogueiro, mobilizado entre 1962 e 1969, fez comissão em Cabo Verde e Angola. Nasceu em 22 de março de 1942, na freguesia de Massarelos, Porto. De profissão, era maleiro. Em 5 de Dezembro de 1965, casou com E.R. Em 1964, nasceu a sua filha A. R. Foi mobilizado em 19

de setembro de 1962 por quatro anos, que se vieram a converter em sete. De 1963 a 1964, tirou o curso de fogueiro marinho de 1.º grau com a classificação de 13,37. Deixou no arquivo cartas e fotografias, além da caderneta militar que nos facultou estas informações. Escreveu quase 200 cartas para a mulher, E. No espólio, existem também 66 cartas escritas pela mulher, 17 ditadas pela mãe, analfabeta, 20 cartas de amigos e 10 cartas escritas por irmãos e sobrinhos.

- A. N., 1.º cabo que combateu entre 1964-1967 em Moçambique. Foi 1.º cabo no distrito de Tete na companhia de Artilharia 638. A correspondência é constituída pelas cartas que trocou com a noiva, M. O., que vivia em Leça do Balio, em São Mamede da Infesta. São cartas tanto manuscritas como datilografadas. A noiva escreveu-lhe 37 cartas e mais 7 aerogramas. Do lado de A. N., há 27 cartas e 11 aerogramas. Mas a correspondência deve ter sido bem mais importante porque A. N. costumava inserir o número da carta, e, no dia 15 de janeiro de 1966, a carta que enviou a M. O. tinha a nota: n.º 117.

- J. F., paraquedista que combateu entre 1964-1968 em Angola e Moçambique. Nasceu a 4 de maio de 1946 na freguesia de Ventosa, Alenquer. Concluiu os seus estudos na Escola Comercial de Torres Vedras e, em 1964, ingressou no Corpo de Tropas Paraquedistas. A sua correspondência é de familiares (mãe, irmãos, sobrinhos, tios e primos), bem como de duas namoradas: há uma primeira correspondência, que vai de 1964 a 1968 e que abrange 141 cartas, e uma segunda, que vai de 1965 a 1969, com 159 cartas. Recebeu mais de 700 cartas e aerogramas nos anos da comissão. Os aerogramas (cerca de 200) foram enviados pelos familiares (tios, irmãos, primos...) e amigos, enquanto a mãe e as duas namoradas optaram sempre pelas folhas de papel de carta. A mãe de J. F. era analfabeta e as suas cartas foram escritas tanto por M. F., a primeira namorada, como por M. J., uma amiga de J. F. Em 2005, J. F. publicou um livro sobre a sua experiência enquanto paraquedista. Transcrevemos de seguida a nota do autor:

*Como soldado paraquedista participei na Guerra Colonial em Angola e Moçambique. Nela, vivi cenas dramáticas e momentos de muita alegria. Foi lá que aprendi a amar estes povos e estes países. Apesar de alguns acontecimentos e nomes serem fruto da minha imaginação, resolvi neste livro, mostrar a vivência dos paraquedistas dos anos 60 e o muito orgulho que cada um sentia em fazer parte deste corpo de elite militar.*

*OS SOLDADOS SEMPRE TIVERAM VOZ*

*Este orgulho e sentimento de liberdade, foi transmitido a todos os que usaram ou usam a Boina Verde. E assim, através de cinco décadas, cresceram e se tornaram na família mais unida de Portugal.*

- M. G., soldado sapador que combateu na Guiné de 1965 até 1967 e continuou a receber cartas até 1972. Deixou 164 cartas no arquivo, das quais 136 são aerogramas. Nas cartas e aerogramas recebidos, descobre-se que a família era de Vieira do Minho e que tinha uma relação particularmente difícil com a sua mulher, E., a qual, por razões económicas, entrava frequentemente em conflito com a mãe do soldado. A mãe, se bem que analfabeta, era, ao lado da mulher de M. G., a sua correspondente mais constante. Deixou no arquivo um diploma, datado do dia 8 de janeiro de 1969, que atesta o apreço da instituição militar pelo seu valor.

- D. C. B., alferes comando que combateu em Moçambique de 1969 até 1970 e veio a falecer numa operação no dia 14 de setembro do mesmo ano. Nasceu em Lourenço Marques, de uma família abastada. O pai era funcionário na administração colonial. A mãe, ao contrário das mães das outras correspondências, era alfabetizada e tinha carta de condução. Tinha um irmão mais jovem que se 'safou' da tropa por problemas de saúde. O espólio, deixado pela mãe, inclui: 50 cartas enviadas e recebidas dos pais, e, depois da morte, umas cartas de um camarada comando, amigo de D. C. B. Além das cartas, ficou um álbum de fotografias com recortes de jornais referentes à morte de D. C. B.

A escolha das correspondências fez-se com base no volume de cartas enviadas e recebidas pelos autores e destinatários, selecionando-se as que cobriam os anos de comissão de maneira a se obter uma ideia consistente da vivência no Ultramar. Tentou-se também ter uma visão, através das diferentes correspondências, dos 13 anos de Guerra Colonial, faltando, infelizmente, correio relativo aos últimos anos, que vão de 1970 a 1974. Além disso, a nossa escolha, também se limitou, forçosamente, às correspondências de acesso livre, já que há vários espólios na LAAHM ainda sob sigilo.

Como se percebe pelas breves identificações *supra*, temos muitas cartas enviadas e recebidas de familiares, fossem eles a mãe, a mulher, a noiva, o irmão, o pai, os sobrinhos ou o padrinho. Temos cartas recebidas dos amigos e camaradas, também mobilizados num dos três cenários de guerra. Temos cartas recebidas por madrinhas de guerra, e mesmo por pessoas desconhecidas. Gente que se agarrou à caneta durante anos porque nada mais podia fazer quanto a



notícias, facto bem demonstrado na carta do 1.º cabo A. N., que escrevia à namorada essas palavras cheias de aflição:

1966 Moçambique [carta enviada por A. N. à namorada]

«Sinto-me agarrado a esta caneta e nada mais posso fazer, ó Meu Deus levai-me até junto de ti, não posso escrever mais».

Num contexto onde a morte era onnipresente, estas cartas demonstram ter sido um precioso meio de vida e uma saída de um mundo desprovido dos mais simples e básicos valores humanos.

### *O Diário de guerra*

Etelvino da Silva Batista nasceu a 7 de fevereiro de 1939, no lugar de Penedo, freguesia de Colares, tendo crescido na Praia das Maçãs, onde frequentou o ensino básico até à 4ª classe, na Escola Primária das Azenhas do Mar. Foi mobilizado e embarcou para Angola no paquete Vera Cruz em 28 de Junho de 1961, para uma guerra que tinha tido início a 15 de Março do mesmo ano. Por lá esteve 28 meses, quase sempre em zonas de intervenção, tendo regressado a Portugal a 26 de outubro de 1963.

O *Diário de guerra* de Etelvino da Silva Batista foi escrito entre o dia 28 de junho de 1961 e o de 15 de maio de 1963, sendo que os últimos 6 meses do diário se perderam. Foi publicado em 2000 pela Editora 3 Sinais.

O Diário, mais do que um livro, parece um álbum. Ao longo das suas 150 páginas, podemos ler as notas do autor, acompanhadas de fotografias. São fotografias de Etelvino da Silva Batista, da sua estadia em Angola, das cubatas, dos soldados, fotografias da amada namorada, imagens que aparentam ser, efetivamente, um 'mezzo ausiliario della fatale testimonianza' (Gibelli 2007, p. 6). Escolhemos este Diário de Guerra por duas razões, além das associadas à sua força e beleza: porque tivemos a possibilidade de trabalhar sobre a versão original, tal como foi deixada pelo autor na LAAHM, e também por ser o único diário deixado nesse arquivo.

Etelvino partiu no dia 28 de junho de 1961, embarcando no paquete Vera Cruz, e começou logo a viver e a gravar acontecimentos radicalmente novos e aterradores. Sobre simples folhas de papel e sobre cadernos de dimensões reduzidas, o autor deixaria um testemunho de grande importância sobre o dia-a-dia da *sua* guerra.

Recentemente, em janeiro de 2016, Etelvino publicou um livro, *O Soldado 82/60 e Suas Memórias de Guerra de Angola*, na Chiado Editora. Esse livro é particularmente interessante porque permite estabelecer uma relação entre o diário escrito durante a comissão e uma narrativa, posterior em mais de 50 anos, mas ancorada nos mesmos acontecimentos. Os dias fixados no diário, trabalhados pela memória e a reinterpretação, conduzem, muito esperavelmente, a uma reescrita da experiência de guerra. Veja-se este exemplo, um registo do dia da Páscoa tal como foi fixado no diário e no livro:

22 de Abril de 1962 [Diário Etelvino]

Hoje é Domingo de Páscoa. Um dia diferente dos outros, pois faz lembrar-nos muito da nossa família. Como a avioneta não trouxe correio, ainda nos sentimos mais abandonados. Da parte da manhã ainda me entreti a jogar à bola mas, de tarde, a nostalgia venceu-me, fazendo-me passar por uns momentos de grande tristeza. São 21.00 horas. Vou-me deitar.

Já no livro publicado em 2016, lê-se isto:

O dia de Pascoa de 1962

«Este dia foi especialmente triste para todos os militares da CC-164, assim como para os camaradas do pelotão de morteiros 27, porque não recebemos o correio que esperávamos há mais de duas semanas.

Compreendo que os jovens de hoje possam ter alguma dificuldade em entender porquê em Zala, e seguramente noutros lugares do imenso Norte de Angola, as cartas de pais e esposas, namoradas ou amigos eram tão importante para o equilíbrio emocional dos soldados.

Nos anos 60 eram as cartas o único elo de ligação com os militares colocados meses seguidos em zonas isoladas».

(Batista 2016, p. 99)

Estes documentos - correspondências e diário - que tivemos o privilégio de analisar deram-nos a noção das crenças, das mentalidades, da vida e da escrita de pessoas que participaram na atividade 'mais antiga do mundo'. Tendo em consideração acontecimentos nossos contemporâneos, este é um tema que continua e continuará a exigir muito estudo e reflexão.

### 1.3. Resumo do enquadramento teórico

Ao longo do nosso trabalho, convocaremos as noções de enunciado, texto, contexto, discurso e representações sociais. Se bem que no início dos sucessivos capítulos e subcapítulos da tese se desenvolva a apresentação das teorias mobilizadas, incluímos aqui um seu abreviado resumo.

Para o estudo dos *enunciados* das cartas e do *Diário* de guerra, socorremo-nos das reflexões de autores como J. L. Austin (1970 [1962]) e John Searle (1981 [1969]), os quais explicaram a dimensão de ação contida no comportamento dos falantes nos seus usos de linguagem. A abordagem pragmática destes autores e a sua visão performativa da linguagem ajudam-nos quando queremos examinar até que ponto as condições de uso das palavras são constitutivas do sentido dos enunciados e da sua apreensão por parte dos interlocutores.

Para a abordagem daqueles mesmos objetos — cartas e diário — na sua faceta de *texto*, afigurou-se-nos essencial a utilização dos trabalhos de Jean-Michel Adam (1997; 2011) sobre sequências textuais. Ultrapassando algumas teorias que viam os textos como um todo narrativo, dialogal ou argumentativo, Jean-Michel Adam dá importância à heterogeneidade dos textos e à inserção de sequências diferentes dentro de cada texto uno. As cartas e o diário respeitam um modelo geral prévio, mas existe no interior dos seus moldes uma alta mobilidade e arbitrariedade: é onde entram os indivíduos com suas competências textuais próprias. De entre as sequências textuais identificadas pela teoria, escolhemos as duas que nos pareceram de maior pertinência para o nosso estudo: precisamente, as sequências narrativas e dialogais.

Encontrámos, por conseguinte, nas disciplinas da Pragmática Linguística e da Linguística do Texto os instrumentos que usámos para perceber com que estratégias linguísticas se jogou, nos nossos escritos de guerra, para definir a figura do Inimigo.

Por outro lado, as noções de *contexto* e *discurso* que aqui usaremos, recebemo-las de estudiosos da área da Análise do Discurso. Compreendemos *contexto* (de uma produção linguística, obviamente) com a ajuda de Teun Van Dijk (1985; 1997; 1998; 1999; 2001; 2005; 2010), que nos fala de como há conhecimentos prévios, individuais e sociais, que dirigem os enunciados segundo critérios de relevância e de pertinência. A nível global, a atividade verbal surge e depende destas situações comunicativas, onde fatores de vária natureza interagem entre si.

Para o conceito de *discurso*, que entendemos como uma produção linguística que procede de um determinado contexto cultural e histórico e se torna o reflexo e o veículo de certas crenças,

seguimos também Teun Van Dijk, autor que tem desenvolvido um pensamento sustentado sobre discurso, contexto, conhecimento e ideologia. Veremos que aquilo que o mesmo autor designa de 'modelos mentais' (Van Dijk 2005) integra, no caso do discurso da guerra, valores, opiniões e crenças de extrema complexidade. Para entendermos como atuam, socorremo-nos do conceito de 'representações sociais', um conceito que, se bem que devedor do de 'representações coletivas' de Durkheim, foi fixado por Serge Moscovici (1961), Jodelet (1989; 1994) e Doise (1986) e em seguida enriquecido pelos estudos de Jean-Claude Abric (1998), sobretudo à custa da noção de núcleo central.

Segundo Moscovici, as representações sociais caracterizam-se por:

- permitirem a compreensão e o conhecimento dos objetos, das pessoas ou dos acontecimentos que encontramos *de novo*, criando um modelo partilhado e aceite em comunidade ou num grupo de pessoas;
- decorrerem de conhecimentos prévios; existe um modelo ao qual os novos elementos, adaptando-se, se juntam e sintetizam nele.

As representações sociais serão geradas por dois processos básicos: a ancoragem e a objetivação, que vão usar a memória, a linguagem, as imagens e os valores para criarem um saber familiar. Estas representações, ainda segundo as teorias de Moscovici, podem ser encaradas como o *sensu comum*: ao se tornar familiar algo não-familiar, procura-se um universo consensual no qual as pessoas queiram ficar, evitando assim o conflito. O processo de representação e as dinâmicas de relações serão assim, afinal, uma confirmação das crenças e das interpretações adquiridas.

É importante sublinhar dois pontos das teorias de Moscovici sobre representações sociais; a primeira é que elas são dinâmicas, continuamente atualizadas segundo a situação comunicativa. Em segundo lugar, o consenso que as representações sociais procuram não será essencial ao seu funcionamento, defendendo o autor que não há contradição entre regulação e diversidade de opiniões e afirmações. Ou seja, a multiplicidade de tomadas de posição é produzida a partir de princípios organizadores comuns:

Il est entendu que sens commun n'égalé nullement consensus, tout comme l'adhésion à une idéologie commune n'entraîne pas nécessairement une uniformité au niveau des opinions.

(Doise 1986, p. 90)

A guerra configura-se para os autores dos textos aqui analisados como o novo, o estranho o não-familiar. O seu conhecimento, por conseguinte, vai depender de representações sociais constituídas por um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes, integrando aspetos funcionais e normativos (Abric 1998). Em suma, vai depender de toda esta interface entre os indivíduos e a realidade.

## 1.4. Organização dos capítulos

De maneira a tornar mais claro o uso dos vários elementos escolhidos para o nosso trabalho, decidimos optar pela seguinte subdivisão: começaremos por um enquadramento histórico do género epistolar e diarístico. Desde os tempos mais remotos que se escrevem cartas, e, apesar do grande leque cronológico abrangido pela história da epistolaridade, podemos ainda encontrar analogias entre as cartas do passado e as de hoje. A carta será também analisada no papel essencial que tem nas guerras, sobretudo a partir da 1ª Guerra Mundial, quando, segundo Antonio Gibelli, a escrita popular confirmou, pela primeira vez, a mudança antropológica e social que a guerra provoca<sup>1</sup>. Aí falaremos das principais teorias que tentaram definir o sistema epistolar, sobretudo no eixo pragmático-literário, mas usaremos também trabalhos que provêm da reflexão sociológica e histórica.

Segue-se a secção consagrada à análise do diário e da escrita diarística. A nossa intenção é a de traçar o percurso histórico e social do diário através de uma análise da prática diarística ao longo dos séculos. A descrição linguística terá paralelismo com a que, entretanto, se fez para as cartas, concentrada agora na recolha das estruturas presentes no diário. Analisaremos, confrontando os dois géneros, alguns tópicos compartilhados que evidenciam as peculiaridades das duas modalidades textuais.

A partir do capítulo 6, depois de introduzidas algumas considerações sobre a guerra e o seu conhecimento, bem como sobre o enquadramento social da Guerra Colonial no Portugal dos anos 60, concentramo-nos no estabelecimento de um enquadramento teórico e na apresentação dos conceitos usados para analisar o nosso *corpus*: os enunciados, as sequências textuais, o contexto e o discurso (capítulo 7). Fechamos com uma secção sobre representações sociais enquanto forma de transmissão e partilha de conhecimentos que influencia e direciona o desenvolvimento e a manutenção das práticas discursivas (capítulo 8).

A partir do capítulo 9, centramos o nosso interesse no conceito de Inimigo, querendo perceber se a razão principal de uma guerra gera um discurso possível de apreender em determinadas sequências textuais e se tais sequências ajudam a veicular representações sociais.

Estas não são construídas *ex nihilo*: aparentemente, originam-se nos discursos oficiais e militares e

---

<sup>1</sup> “Una delle constatazioni su cui si basa questo libro è che non solo la produzione di scrittura da parte di «illettrati» divenne nel corso della guerra particolarmente copiosa, ma che questo stesso ricorso alla scrittura (epistolare, diaristica e memorialistica) da parte di uomini che fino allora ne erano rimasti largamente esclusi, costituisce un indizio e un aspetto non secondario della trasformazione antropológica e sociale che la guerra concorre a produrre”. (Gibelli 2007, p. 5)

passam daí para a opinião coletiva, participando da produção textual que definimos como *escrita de guerra*. Tal escrita precisa de moldes recursivos que permitam recuperar conhecimentos ou crenças precedentes. Portanto, é uma escrita parcialmente criada a partir de conhecimentos preexistentes. Uma vez confirmada a existências de tal influência discursiva, é preciso delinear quais são as estruturas textuais que exercem esse controlo.

Nesses capítulos, mais interdisciplinares, vamos abordar o nosso *corpus* enquanto discurso de guerra que conceptualiza o Outro enquanto Inimigo. A integração do arquétipo da superioridade Eu/Nós face ao Outro confronta-se com situações que fogem a limites claros e seguros, previamente definidos. A divisão maniqueísta entre 'bom' e 'mau' será suficiente como justificação e legitimação da guerra? Achamos que a definição do Outro é um conjunto sincrético de representações que muda segundo a situação comunicativa.

Os dados serão analisados segundo três momentos essenciais e distintos da guerra:

- A retaguarda. Antes
- Na primeira linha. Durante
- O arquivo. Depois

A divisão pode ser explicada da seguinte maneira: é na retaguarda que se constrói tanto a figura do Inimigo como a da correspondente ameaça. Por essa altura, o Inimigo é o 'invisible man' da propaganda e dos poderes que o desumanizam, personificação do mal absoluto. Mas aos 'gritos' da propaganda e da escrita oficial responde uma produção textual mais 'silenciosa', criada na primeira linha, onde o Inimigo se converte num adversário. Nessa segunda fase, o 'invisible man' torna-se um ser concreto, e o objetivo da sua eliminação é uma realidade. Entre a fragilidade da vida e a brutalidade de uma possível morte, própria ou dos outros, instala-se uma almofada de milhares de folhas, fixando o testemunho direto da mesma guerra. Guardadas durante anos, as folhas são um dia oferecidas a um arquivo dedicado aos conhecimentos e às vivências de guerra, à recuperação de um lugar na história e à construção da memória de um país. Assim, o terceiro momento é representado pelos espólios deixados em arquivo. É nessa terceira fase que intervêm questões como a memória, a descolonização, a liberdade. Tenta-se uma 'saída honrosa' da guerra, apagando ou esquecendo a construção de um Inimigo que foi a razão de 13 longos anos de sofrimento e da perda, neste caso, de 8.831 soldados<sup>2</sup>. O Inimigo, agora, assume facetas opostas

---

<sup>2</sup>*Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, publicada pelo Estado-Maior do Exército, 1.º Vol., Lisboa, 1988.

para que se possa iniciar uma outra fase da história.



## 2. A escrita

The most significant elements of any human culture are undoubtedly channeled through words, and reside in the particular range of meanings and attitudes which members of any society attach to their verbal symbols.

Jack Goody, *The consequence of literacy*

Ce que Dieu a déposé dans le monde, ce sont des mots écrits; Adam, lorsqu'il a imposé leurs premiers noms aux bêtes, n'a fait que lire ces marques visibles et silencieuses; la Loi a été confiée à des Tables, non pas à la mémoire des hommes; et la vraie Parole, c'est dans un livre qu'il faut la retrouver.

Michel Foucault, *L'Archéologie du Savoir*

Abrimos aqui um capítulo sobre um tema exceccionalmente vasto, por isso vamos confinar a nossa análise, a da história da escrita, ao espaço do Ocidente e ao tópico do acesso à literacia por parte das classes subalternas. Os estudos que seguimos são os de Jack Goody (1963; 1986; 1988; 2007), Armando Petrucci (2008) e Castillo Gómez (1997; 2002; 2003). Apresentando abordagens diferentes, são no seu conjunto autores que permitem uma análise social e histórica da 'conquista' da escrita pelas classes menos favorecidas da escala social.

A primeira ligação entre a escrita e as dimensões da vida em sociedade a ser assinalada por todos os estudiosos é a sua ligação à religião. Nesse sentido, veja-se como Jack Goody (1986) chama a atenção para o facto de todas as religiões de conversão serem essencialmente religiões letradas:

As religiões letradas são religiões de conversão. Podem espalhar-se como geleia. E podem persuadir ou forçar as pessoas a abandonar um conjunto de crenças e práticas para adoptarem outro conjunto.

(Goody 1986, p. 21)

São religiões que se auto-representam como 'superiores', não apenas por os seus sacerdotes serem letrados e poderem ler bem e ouvir a palavra de Deus, mas também por poderem fornecer à sua congregação 'a possibilidade de ela própria se tornar letrada' (*ibid.*, p.21). A escrita promoveu, com efeito, a autonomia de organizações que desenvolveram os seus próprios modos de proceder, as suas próprias compilações da tradição escrita e os seus próprios especialistas. Com a difusão de uma religião, o que acontecia, ao mesmo tempo, era que se dotavam as pessoas de um instrumento capaz de traduzir e conhecer as suas regras.

Mas não foram só as religiões que usaram a escrita para difundir e organizar a sua doutrina. Da mesma forma, as nações modernas tornaram-se rapidamente dependentes desta tecnologia para estruturarem a administração interna e as relações externas, mas sobretudo para organizarem a memória e o conhecimento. Com efeito, na teorização da escrita, o que se ressalta sempre é o reconhecimento do seu papel fulcral de instrumento organizador e de meio de conservação da memória. Goody destaca tal questão dividindo sociedades com e sem escrita e identificando as consequências da possibilidade, aberta pela escrita, de se 'armazenarem' conhecimentos:

Le premier est le pouvoir qu'il donne aux cultures qui possèdent l'écriture sur celles qui sont

purement orales, pouvoir qui permet aux premières de dominer les secondes de diverses manières, dont la plus importante est le développement et l'accumulation de connaissances sur le monde. Ce processus implique un changement de certaines de nos opérations cognitives (les façons dont nous comprenons le monde et agissons sur lui).

(Goody 2007, p.17)

A escrita, assim, sempre foi essencial na organização da ação social e das instituições religiosas, económicas, políticas e legais. Com efeito, sempre serviu a promoção da autonomia estrutural das 'grandes organizações' tanto através dos escritos literários como dos corpos de conhecimento especializado. Dito de outro modo, as estruturas organizacionais, se são significativamente vastas, também são largamente dependentes do uso da escrita, do seu modo de comunicação fundamental e da sua grande influência na evolução da sociedade:

O que a introdução da escrita ajuda a fazer, contudo, é a tornar explícito o implícito e, ao fazê-lo, a ampliar as possibilidades da acção social, [...] também criando tipos mais precisos de transacção e relação, mesmo entre parentes de confiança, que dão a estas sociedades a força para suportar circunstâncias mais complexas, mais «anónimas».

(Goody 1986, p. 197)

Passando a uma breve resenha histórica, sabe-se que foi com o aparecimento de uma cultura de contabilidade na Suméria que se criou o mais antigo sistema de escrita de que há notícia. O sistema inicial, parcialmente pictográfico e que se tornou conhecido como 'escrita cuneiforme', foi adotado e adaptado na maior parte do oriente antigo. Esta é a escrita que se encontra em Uruk por volta de 3300 a.C. Segundo Castillo Gómez (2002, p. 33), cerca de 80% destes textos eram de carácter prático, associados aos planos económico (registo de transacções de bens rurais rural) e administrativo:

Esta es una de las razones para que un acontecimiento sea puesto por escrito: tener un valor documental que sirva en un futuro, lo que hace que se recoja desde la venta de un terreno a un contrato matrimonial, y ello para prevenir una futura situación sobre la propiedad de tierras u otros recursos y preservar así la propiedad familiar.

(*ibid.*, p. 39)

A escrita esteve também desde cedo associada a outros usos concretos, com destaque para os usos políticos e os religiosos. Era a escrita que permitia aos sacerdotes ler e interpretar um mito, demonstrar as ações do governo perante os deuses, garantir e legitimar um poder, levando a que o domínio dessa tecnologia fosse sinónimo de posição social e económica. O privilégio que, na Antiguidade, os exíguos grupos de escreventes alcançavam através da escrita manifestava-se, por exemplo, no poder mágico reconhecido aos objetos com conteúdo escrito:

En Egipto la fuerza de la palabra es mayor incluso que la representación. En los *Textos de Execración* se dice que no basta con representar al enemigo, sino que su nombre debe ser escrito para que al destruir la figurilla su eliminación resulte completa.

(*ibid.*, p. 50)

Em Roma, na Idade Imperial, assistiu-se a uma difusão do alfabetismo para além da elite social e intelectual: o domínio da escrita chegou a comerciantes, escravos ou libertos ao serviço de aristocratas, militares, mulheres. Para referirmos tal panorama de penetração social, os termos de 'alfabetizado', 'analfabeta' e 'semialfabetizado' assumem contornos cada vez menos claros, dada a variedade de uso que se podia fazer da escrita e da leitura. A relação que essa massa de indivíduos mais ou menos alfabetizada podia manter com a escrita fica bem caracterizada nas palavras seguintes:

Ciertamente, todos estos individuos, aunque en niveles cualitativos o cuantitativos diferentes, eran capaces de escribir las cuentas de sus gastos, una imprecación salaz, el recibo de una suma recibida, una invocación religiosa, el apunte de un negocio, la frase obscena o el nombre del candidato a un cargo, así como de leer los carteles, los rótulos y los avisos escritos con pincel, las inscripciones conmemorativas, los chascarrillos esgrafiados, las *tesserae* militares.

(*ibid.*, p. 91)

O alargamento da prática da escrita na Roma Imperial veio coincidir, também, com um alargamento da leitura: foi nesse período que começou a aparecer a menção ao 'prazer do texto', com a difusão de uma literatura para simples alfabetizados a ser distinguida da literatura para doutos. A primeira era uma literatura de entretenimento, com temas como a culinária, o desporto, a interpretação dos sonhos, textos eróticos, histórias de aventura, etc. Foram séculos, estes, os

primeiros do Império, em que a alfabetização nunca terá sido exclusiva de uma determinada classe social nem um sinal de uma particular distinção de uma elite, identificando-se leitura e escrita como práticas abertas.

No entanto, com a Antiguidade Tardia, a situação parece ter mudado:

En la Antigüedad Tardia tienden [lectura y escrituras] a convertirse en prácticas cada vez más «cerradas», reservadas a determinadas categorías sociales que, fundamentalmente, son dos: por un lado, la que, en un sentido amplio, desempeña las funciones judiciales y administrativas; y por otro, las jerarquías eclesiásticas. Para ambos grupos, los instrumentos de la cultura escrita son ahora útiles para el ejercicio autoritario del poder. La decadencia de las estructuras urbanas determina la desaparición de cualquier escuela que no sea la de la educación dispensada en el seno de los círculos burocráticos y profesionales o de las instituciones religiosas, episcopales y monacales.

(*ibid.*, p.96)

A partir daí, a escrita atravessa um período em que se fecha no mundo severo dos conventos medievais, considerada uma fadiga e uma penitência mais do que uma forma de instrução.

Paralelamente, o par templo-palácio, com suas diferentes instituições socioculturais e os respectivos interesses, marca ininterruptamente, ao longo das Idades Antiga, Média e Moderna, as grandes culturas escritas, definindo as regras da sua difusão e utilização. A esse nível, a escrita acrescenta uma dimensão importante a grande parte da ação social, criando ligações entre a economia, o domínio político e o jurídico. A Igreja, além de usar a escrita como meio de fixar os textos sagrados, vai desenvolvê-la como um instrumento de administração e de gestão de todos os seus bens e domínios. Mas entre os séculos XI e XIII, pode-se fixar uma alteração, no sentido de mudança qualitativa da prática da escrita, sem substituição, todavia, do modo tradicional de transmissão da cultura, que se manteve, por excelência, o modo oral:

Basta para advertirlo con pensar en el método escolástico, en las predicationes, en los pregones o en ciertas formas de lectura en voz alta. Letras, palabras e imágenes formaban el triángulo de la comunicación en la Baja Edad Media [...].

(*ibid.*, p. 180)

Entre as transformações políticas, económicas, sociais e culturais que definiram o chamado

'Renascimento' do século XII e influenciaram as relações entre sociedade e cultura escrita, é preciso apontar as seguintes:

- O desenvolvimento das monarquias feudais;
- As convulsões na estrutura da Igreja e o aparecimento de várias ordens religiosas que alteraram a maneira de ver e entender a religião;
- As modificações nas rígidas estruturas sociais e económicas causadas pelo aumento do peso das atividades artesanais e comerciais;
- As migrações do campo para a cidade;
- A conversão da cidade num espaço de vida característico da Baixa Idade Média. Com as universidades, concretamente, nasceram hábitos diferentes e surgiram novos grupos urbanos que sentiam a necessidade de aprender a ler e a escrever.

No fundo, desencadeou-se um processo em que a cultura escrita se foi tornando mais laica graças à consolidação das línguas vulgares enquanto línguas de escrita e línguas de alfabetização, imediatamente úteis para certos fins práticos como os das anotações e contas. Os livros de contas (*livre de raison, libros de cuentas*,...), sobretudo, além da utilidade prática de auxiliares de memória, permitiram criar um espaço de construção de recordações pessoais e familiares, adquirindo por esta forma um valor mais íntimo e pessoal:

Por lo común se trata de libreta o cuaderno normalmente de papel, aunque existen algunos de membrana, de dimensiones variables, entre el cuarto y el folio, cosidos y protegidos por una cubierta de pergamino, como si con ello se quisiera preservarlos y convertirlos en una suerte de objeto-memoria. [...] La más inmediata práctica era, sin duda, la anotación de las cuentas; pero, una vez adquirida la competencia de escritura, los escribientes pronto se sirvieron de ella para construir un producto más elaborado, una suerte de memoria personal destinada a perpetuarse en el futuro.

(*ibid.*, pp. 199-200)

O último acontecimento que marcou esse processo de consolidação da escrita no ocidente foi sem dúvida o da invenção e difusão da imprensa a partir da segunda metade do século XV. Ao lado do espaço manuscrito medieval, surgiu um outro espaço, também de relevo, ocupado agora pelo *libro da bisaccia*, ligado aos novos públicos de leitores, os *illitterati* da Alta Idade Média. Não

conhecendo o latim, eram até então incapazes de aceder à cultura escrita, monopolizada por essa língua. E assim se assistiu à constituição de uma verdadeira sociedade da escrita:

[...] la época histórica que podemos delinear entre mediados del siglo XV e idénticas fechas del XVI se inscribe, con elementos propios y heredados, en el devenir de una dilatada mutación que conduce desde las sociedades hegemonizadas por los usos de la oralidad hasta aquellas otras vertebradas en mayor medida por la centralidad de las actividades de escritura.

(*ibid.*, p. 37)

Quanto à época moderna, ela iria sobretudo ser marcada pelas novas relações que a escrita criaria com a cultura, a aprendizagem e a transmissão do saber, os hábitos de leitura, o livro e a sociabilidade em seu torno gerada, assim como a problemática da invenção literária. Nos séculos XVI, XVII e XVIII assistiu-se definitivamente à imposição da escrita como meio de registo, conhecimento, aprendizagem e domínio exercido pelas autoridades civis e eclesiásticas. Lembre-se o Concílio de Trento, que fixou as regras de comportamento e de costumes nas sociedades católicas, ao mesmo tempo que determinava a obrigatoriedade de registos paroquiais. Lembre-se também o surgimento do Estado Moderno, que garantiu um aumento da capacidade de se controlarem as relações nos grupos graças à criação de registos administrativos. A escrita configurava-se, finalmente, como um 'sistema total de comunicação', como sublinhado por Castillo Gómez (1997, p. 19).

Este predomínio da escrita coincidiu com o desenvolvimento de uma civilização cortesã e de novos sentidos para os conceitos de *público*, de *privado* e de *indivíduo*. Foi a época da afirmação dos valores humanistas, do crescimento dos exemplos de criação intelectual e artística, de uma maior produção de livros eruditos e populares, destinados a um crescente número de leitores, à medida que a literacia se disseminava pela classe média. Nas cidades, cuja dimensão se expandia, passou a haver cada vez mais instituições escolares, mais organização administrativa à custa de mais burocracia e mais infraestruturas para a circulação da correspondência epistolar. Todos estes elementos são a clara indicação de que a sociedade tradicional se estava a alterar, porque nela se difundia, segundo as palavras de Daniele Marchesini (1992), uma *mentalità alfabetata o letterata*:

Un processo, cioè, che determina una realtà in cui la circolazione funzionale di scritture di ogni tipo si accompagna alla coscienza della effettiva urgenza e necessità di tale circolazione, e in cui è

maturata l'interiorizzazione del valore d'uso del mezzo di comunicazione e di scambio che la scrittura rappresenta.

(Marchesini 1992, Introd. XII)

Este processo, apoiado em mudanças espaciais, sociais, económicas e institucionais, integrou o fim do Antigo Regime e o início de um novo tipo de governo da sociedade em que a escrita passou a ocupar um lugar essencial:

Da una realtà di scrittura poco presente e visibile si arriva ad una in cui lo scritto invade e informa le strutture della vita individuale e collettiva, diventa un dato costante cui far riferimento, destinato a mutare il quadro delle esigenze, dei valori, delle abitudini, della mentalità delle persone.

(*ibid.*, Introd. XIII)

Só no século XIX, contudo, quando também se concretizou efetivamente o processo de alfabetização das classes médias e subalternas, é que o envolvimento geral com a escrita se converteu numa fatalidade decidida pelos Estados, como transparece desta caracterização feita pelo historiador italiano Antonio Gibelli:

[...] toda una serie de fenómenos desde los nombres de las calles a su numeración, del nacimiento de los servicios de empadronamiento a las obligaciones fiscales, militares y de control social de los estados en el transcurso del siglo XIX acaban por conceder a la escritura un papel y un peso cada vez más extenso, más frecuente y más relevante, de modo que las personas, pertenezcan a la clase social a que pertenezcan, se encuentran abocadas a hacerse entender con ella de manera mucho más amplia que en el pasado.

(Gibelli 2002, p. 195)

Um processo burocrático de particular relevância para o tema deste nosso trabalho, o dos recenseamentos obrigatórios de mancebos para efeitos de recrutamento para a guerra, teve neste sentido um papel assinalável: veiculou, através da produção de registos escritos estatais oitocentistas e novecentistas, a entrada da engrenagem da guerra, em particular da I Guerra Mundial, nas casas dos indivíduos:



Prima manifestazione della presenza capillare dello Stato in rapporto all'esistenza dei singoli, la coscrizione generale obbligatoria introduce vincoli periodici e forme di controllo regolari nelle comunità, in contrasto con la mobilità territoriale e con l'anonimato della popolazione, in quanto presuppone la fissazione dell'identità anagrafica e la certezza del domicilio. Lo Stato si afferma anche attraverso queste procedure, di cui la leva è un passaggio non secondario.

(Gibelli 2007, p. 77)

É também esta dimensão da escrita enquanto instrumento das instituições que vai fixar certo léxico para os conceitos da vida coletiva. No nosso caso, interessa-nos o léxico que inclui termos como Pátria, Heroísmo, Inimigo, Terrorismo, Paz. Quando, no contexto da guerra, os soldados começam a precisar de se referir eles próprios a ela, é no repertório da autoridade que se vão inspirar. Com efeito, as guerras produzem também sempre o discurso bem sustentado que as legitima, que as condena ou as termina; um discurso sobre a identificação de quem ganha ou perde, de quem merece ser recordado ou deve ser esquecido. Todo esse material, que fixa ou apaga um passado, uma história ou uma identidade, é também ele veiculado pela escrita.

A escrita da guerra não é, no entanto, desprovida de variação. Emana de posições diferentes, como as dos políticos, dos oficiais, dos soldados ou dos civis. E é extremamente prolífica: em tempo de guerra, quase tudo fala dela ou a representa, a justifica, a defende. Tudo se tematiza em discursos, canções e filmes. Do lado do registo eufórico, surgem a mobilização, a preparação das tropas, a reorganização económica, os sacrifícios e os deveres. Por outro lado, já em termos de registo disfórico, surgem os discursos sobre o cobarde, o traidor, as infâmias da derrota e da rendição. A função é comum e é a de enaltecer o sentimento coletivo de apoio à guerra de maneira a nunca debilitar o esforço bélico. São representações que, no seu conjunto, Procacci, apoiando-se sobre as teses de Audoin-Rouzeau e A. Becker, define como *cultura de guerra*:

L'insieme delle rappresentazioni della guerra che la società nel suo insieme all'interno e al fronte, nel vocabolario, nella pratica e nella mentalità fa proprie ancor prima dell'inizio del conflitto, e che perfeziona lungo l'esplicarsi di esso un *corpus* di rappresentazioni cristallizzatosi in un vero e proprio sistema che dà alla guerra il suo senso profondo.

(Procacci 2006, p. 109)

Referimo-nos acima aos modelos que presidem à escrita da guerra feita pelos soldados. Prosseguimos agora com a referência efetiva, ilustrada já com exemplos do nosso *corpus*, aos textos

que os mesmos soldados produzem.

Dois fenómenos de massas muito característicos do século XX, a emigração e a guerra, são dois acontecimentos muito apoiados no lado mais prático e necessário da escrita. Em ambiente de emigração ou guerra, as pessoas com pouca escolarização foram 'atiradas' para a prática da escrita como único meio de manter o dinamismo das suas relações interpessoais, se bem que à custa de profundas modificações no suporte dessas mesmas relações. Como a comunicação familiar se realiza essencialmente de forma oral, estas dramáticas experiências, que convertem forçosamente tal comunicação em contacto escrito, vão afetá-la a nível tanto individual como coletivo.

É nesse coletivo e nesse individual que se encontram as razões para a grande quantidade de cartas escritas e recebidas pelos autores do nosso *corpus*, para as quase 1.000 de M. V., para as 13 correspondentes do paraquedista J. F., que lhe escreveram centenas de cartas, bem como para a correspondência que o mesmo continuou a manter, apesar de ter acabado os dois anos de comissão, assim como para a devoção que Etelvino revelou na escrita do seu diário. Se por um lado esta escrita foi uma necessidade, também demonstrou ser uma defesa e uma salvaguarda da identidade própria e do grupo. Tal impulso fica patente na quantidade e rapidez da troca epistolar, na minúcia da datação, na escolha do léxico e na criatividade do uso da escrita (poesia, rimas, desenhos), tudo meios de que os soldados se apropriaram para tornar a escrita mais eficaz e mais pessoal.

A prolixidade não significa, no entanto, ausência de regulação, a qual está presente em normas que organizam o discurso epistolar. Em relação aos modelos, segundo Petrucci (2008), a sua natureza é dupla. A classe média-alta e os intelectuais procuram modelos ligados ao seu próprio grupo social, enquanto as classes mais baixas seguem os modelos sugeridos pela escola, pelo contexto familiar e pela administração.

Os autores mais populares das cartas aqui estudadas mostram a consciência de que este objeto de troca é regulado por normas de aceitabilidade, válidas tanto para o conteúdo como para a apresentação. Para quem tem escassa literacia, o resultado pode ser até o do grande distanciamento em relação ao que seria uma formulação oral, facto muito tangível, por exemplo, nas aberturas das cartas:

Luanda, 11- 5 -1964 [carta recebida por M. V. de um camarada]

«Presado amiguinho e camarada M. do meu coração faço os meus mais vivos votos para que estas minhas simples letrinhas o vá encontrar pela mais viva saúde e repleto de felicidades em colaboração das pessoas que lhe forem mais queridas, que eu cumo sempre optimista».

As normas que se interiorizam sobre a escrita, sempre falando dos autores menos letrados, transparecem no constante juízo estético sobre a produção de cada carta:

1.11.63 [carta recebida de M. V. dum amigo]

«...e para terminar pesso-lhe desculpa de ir um pouco mal escrita mas foi um pouco á pressa, e por hoje passo a dar fim».

Porto 20-12-63 [carta recebida de M. V. dum amigo]

« Não repares este aerograma ir tão mal escrito, mas descuidei-me um pouco, e agora tenho que responder a 5 duma vez, e tem que ser a despachar o mais depressa possível».

Este tópico do 'mal escrito' é de tal maneira interiorizado que até a mãe do 1.º cabo M. V., analfabeta, o repete:

28.8.63 [carta recebida de M. V. da mãe]

«Meu querido filho a carta que te mandei foi escrita muito a pressa nem sei se iria bem escrita».

À representação popular da carta 'bem escrita' junta-se uma outra, também muito reiterada, sobre a escrita ser um aborrecimento:

Sem data [carta escrita por J. F. à mãe]

«P.S.: Agradeço muito gentilmente à J. pela maçada que tem em me escrever e a ler as cartas que não vai ser fácil pois se eu quase que não consigo lê-la».

O desconforto é sempre de ordem estética, no sentido de gráfica e caligráfica, e raramente de ordem linguística ou ortográfica. A nível de conteúdo, encontramos um único caso em que o autor sublinhava o 'mau gosto' e a falta de educação patentes na escolha de expressões linguísticas marcadas:

15.7.1966 [carta recebida por J. F. dum amigo]

«Vejo que o teu calão está muito adiantado, mas a frase de (partir a moca a rir) é muito ordinária não sabias? Quando li fiquei tão envergonhado !..que quase não conseguia acabar de ler».

A importância dada ao conteúdo é sobretudo revelada pelos autores que justificam o facto de não escreverem por terem pouco ou nada para dizer:

1-5-65 [carta recebida por M. V. da prima]

«Primo M. tu tens muita razão em mandares dizer o que mandas-te ao meu namoro mas olha eu desde já te peço desculpa por não te ter respondido eu na altura em que tu escreveste tinha pouco que te mandar dizer sabes como é tu aí sempre tens mais que mandar dizer e eu estava a ver se tu voltavas a escrever...».

13-11-66 [carta recebida por J. F. da irmã dum camarada]

«Olha F. se quer que eu lhe diga a verdade nem se o que lhe hei-de mandar dizer».

T. Vedras 17 /12/ 66 [carta recebida por J. F. dum amigo]

«F. já há 2 ou 3 meses que não te escrevo não levas a mal, apesar de estares longe nunca será esquecido, viverá na nossa ideia como fosses família nossa e como ia dizendo às vezes nem sempre há assunto...».

Se bem que presos a convenções, os autores das cartas não esquecem que existe uma certa distinção epistolar<sup>3</sup> marcada por um 'afastamento' das regras convencionais, e que os sentimentos devem ser organizados nas cartas de uma maneira mais pessoal. É o caso de algumas cartas da mãe do soldado M. V. que, sendo analfabeta, pede à namorada do filho para escrever em seu nome. No início, são textos que giram unicamente em torno das informações dadas e pedidas. Com o passar dos meses, contudo, passam a ser ornamentadas de quadras, demonstrando uma sensibilidade nova perante a escrita, com crescente diversificação dos modos de expressão. Eis, por exemplo, uma quadra a propósito do aniversário de M. V. (16.12.1963):

*Vai carta feliz voando  
vai indo ao som do vento  
vai ver o meu querido filho  
e vai festejar o aniversário do dia 18 de Dezembro.*

---

<sup>3</sup> «La distinction épistolaire se marque par le mépris des règles qu'on enseigne et que personne ne veut ou ne peut appliquer». (Boureau 1991, p. 127)

Ou esta outra, feita para o Natal:

*Vai carta feliz voando  
nos biquinhos de um pardal  
vai ver o meu querido filho  
que em Angola vai passar o primeiro Natal*

É também em verso que J. F. escreve à mãe no dia 8 de dezembro (Dia da Mãe) como testemunho dos seus sentimentos, unidos aos valores dos militares e da sua unidade:

*Perdoa mãe, os verços que te faço  
Mas desejo que sejas recordada  
Sobre as nuvens do Céu nesta abalada  
Pelos caminhos rápidos do espaço  
Quando te dei o derradeiro abraço  
Ficaste de alma triste e alvoraçada  
E até eu me senti embaraçado  
Para te dizer que não temesses nada  
Agora crê: Saltando no espaço  
Com montes e florestas a meus pés  
E o Sol a prumo a arder em pleno brilho  
Salta! Não tenhas medo. É livre o ar  
Atirate dos espaços sobre as casas  
Quando perto dos astros tremem os Pára-Quedas  
O que apetece é saltar, saltar, saltar*

*Cada Pára-Quedas é um berço de embalar  
Se queres dorme sobre as nuvens rasas  
Ou nas ansias das alturas em que saltas  
Esquece a vida e deixa-te sonhar  
Em luta aberta contra os Terroristas  
Levanta ainda mais o pensamento*

*E os remígio da alma em plenos céus.  
Fecha os teus olhos e em silencio reza  
Quem salta também reza,  
E na certeza  
De que o supremo arranco é para a Pátria e para Deus.  
Nunca tanto no coração  
O bem de ter nascido Português  
E a gloria sem igual de ser teu filho.*

E é em verso que A. N. escreve à namorada, em vez de na prosa formular de fecho de carta:  
Moçambique 1966 [carta escrita por A. N. à namorada]

*E para terminar Meu Amor  
Olhando tua imagem estou-a beijando  
Com tristeza fecho a carta  
Ao mesmo tempo que a fecho  
Sinto meus olhos por ti chorando*

Estes exemplos procuram demonstrar como a escrita, com seu poder acrescido (comparado com o da oralidade) de tornar explícito o implícito, se impõe como uma comunicação que alarga as formas de relacionamento com os outros. E a escrita epistolar, mesmo que comece por cumprir uma função essencialmente prática e 'necessária', acaba por estimular atividades cognitivas. O resultado pode refletir-se, por conseguinte, ao nível de uma textualidade mais sofisticada:

Num sentido mais geral, vimos como a escrita incrementa uma consciencialização progressiva da forma e da formalização.

(Goody 1988 p. 144)

Nos casos apresentados, os autores exploram manifestamente o caminho que vai da prosa convencional à prosa familiar e da prosa familiar à poesia popular, de forma a transfigurar a carta num objeto novo, valorizado pelo prazer que desencadeará no ato de leitura, porventura incitando à sua conservação enquanto bem precioso.

### 3. A carta na história

É objetivo desta breve secção indicar, com base em Antonio Petrucci (2008), os principais marcos da história do uso social da carta antes da época que nos interessa, relativa aos anos da Guerra Colonial portuguesa.

Os mais antigos vestígios que atestam a prática epistolar datam do período entre os séculos VI e V a.C. e são provenientes da zona mediterrânica da Europa. São textos breves escritos sobre placas de chumbo e apresentam características comuns: têm poucas linhas a preencher um dos lados das placas enquanto no outro aparece o nome do destinatário. As mensagens constituem ordens e pedidos de vários tipos. Se bem que estes fossem executados por escribas, há também vestígios da mesma época, encontrados em escavações feitas em Atenas, com textos de remetentes de condições humildes. Ou seja, surge a hipótese de na sociedade grega antiga ter existido uma prática comum de comunicação epistolar.

Posteriormente, tanto o aumento da burocracia como a prática da guerra fizeram com que a carta ganhasse banalidade no mundo Antigo. Os vestígios que o indicam são dispersos mas consistentes.

Por um lado, datando da viragem para a era cristã, temos os 36 livros de correspondências de Cícero, divididos em *Epistulae ad Atticum*, o seu grande amigo e confidente, *Epistulae ad familiares*, *Epistulae ad Quintum fratrem*, além das *Epistulae ad Marcum Brutum*, de autenticidade mais duvidosa. São no total 931 cartas, de grande importância tanto no plano humano como no plano político. Incluem cartas abertas dirigidas a personagens ilustres, carta familiares, mais íntimas ou sobre argumentos gerais, e outras com um claro valor político. Testemunho da vida privada e pública do grande orador romano, o epistolário foi divulgado postumamente e tornou-se uma referência ao nível de estilo. Um segundo vestígio da vitalidade da carta na Antiguidade é constituído por uma indicação contida no tratado militar de Vegécio, *Epitoma rei militaris*. O autor, que viveu em finais do século IV ou inícios do século V, aconselhava os soldados a saberem escrever.

Entrando na Idade Média, o ano de 537 assinala a difusão das *Variae* de Cassiodoro, uma recolha de cartas que viria a funcionar como modelo da arte epistolar. São cartas de natureza oficial, divididas em 12 livros: elevaram o género da carta à dignidade de uma 'arte', fixando os modelos e regras que seriam as bases da *ars dictaminis*, a arte de escrever cartas medieval.

Esta foi, no entanto, a época em que a escrita administrativa e a escrita popular de cartas se terão bifurcado no Ocidente. Se entre os séculos V a VII, a seguir à invasão árabe do Egito, houve uma incrementação notável da correspondência administrativa segundo os modelos da tradição

greco-latina, as invasões germânicas e a queda da estrutura unitária do império romano tinham modificado a natureza do alfabetismo e determinado um empobrecimento do uso social da correspondência escrita, a qual se tornou mais setorial e ocasional.

O século XI foi o século da luta entre a Igreja e o Império, o século do desenvolvimento demográfico e da dinamização das cidades. Período caracterizado por grandes contrastes políticos, ideológicos e sociais, terá correspondido também a uma intensa produção e troca de cartas. Terá sido por carta, por exemplo, que os eclesiásticos mais discutiram a reforma da Igreja. Foi da carta, também, que terá nascido uma nova forma de espiritualidade, desligada do isolamento hermético e integrada numa rica e nova forma de comunicação. De cunho principalmente religioso e em latim, esse movimento epistolar não tardou em atingir o mundo laico. De forma a regulamentar esse 'zelo' epistolar, surgiram no final do século XI, e prolongando-se pelos séculos XII e XIII, vários tratados de *ars dictaminis*. Continham regras de boa composição e de respeito por normas através da seleção de frases exemplares.

Foi neste mesmo período que nasceu a prática da conservação das correspondências, o que permitiu a sobrevivência de ricos depósitos epistolares e a transformação das coleções de cartas em tesouros documentais da própria memória escrita.

Outro passo fundamental na difusão da prática epistolar foi a passagem, por toda a Europa, do latim ao uso escrito das línguas vernáculas. Começou a ser praticado pelos mercadores, movidos por objetivos principalmente comerciais, mas não demorou a atingir um leque mais amplo de usuários, que não só iam conquistando um mais alto grau de instrução como também se aproveitavam dos benefícios da cultura escrita numa sociedade cada vez mais burocratizada.

Podemos afirmar que ao longo dos séculos, quer diretamente quer indiretamente, a correspondência tentou encontrar e propor modelos, sendo disso exemplo notável, no século XIV, o de Francesco Petrarca, o qual, nas suas *Familiarum rerum libri XXIV*, escolheu e difundiu as epístolas de Cícero, considerado o mestre de *fons eloquentie*. Petrarca terá sido, assim, o principal responsável pela revalorização da carta, afastando-a dos rígidos códigos das *artes dictaminis* e das atividades de chancelaria. Introduziu o uso de um registo coloquial, embora cuidado, e a inclusão de breves apontamentos filosóficos e de reflexões morais.

Se no século XV a correspondência representava ainda um instrumento de identificação e de informação de um limitado grupo de intelectuais, o século XVI assistiu a uma mudança radical no uso da correspondência, mudança essa ligada a vários fenómenos:

a. o alargamento da alfabetização devido ao aumento de escolas primárias, mas também à normalização através de gramáticas das línguas vulgares;



- b. a maior mobilidade das populações devido às migrações para as cidades, às guerras e às crises económicas; a prática epistolar tornou-se, por isso mesmo, cada vez mais necessária para manter o contato com os entes queridos;
- c. a publicação e a difusão de manuais de escrita em língua vulgar, graças à invenção da imprensa;
- d. o diferente valor atribuído à correspondência feita por gente ‘humilde’, que passou a conservá-la.

Entre as correspondências do período que vai do final do século XV a meados do século XVI, é importante lembrar a rica atividade epistolar de Erasmo, que teve vários correspondentes, entre os quais Thomas More, e converteu a carta numa plataforma de discussão e de troca de ideias. Nessa epistolaridade torna-se possível ler as mudanças que afetaram a Europa da época e envolveram grandes debates culturais, religiosos e políticos.

A Época Moderna veio fixar novas e interessantes oportunidades que possibilitaram uma maior produção e extensão social da correspondência. Castillo Gómez (2002, p. 2) aponta dois fatores essenciais: o surgimento de uma sociedade mais alfabetizada, mas, sobretudo, de uma sociedade 'más atrapada en las redes de lo escrito'. Era também um espaço que agora integrava as maiores distâncias geradas pelas descobertas e pela subsequente migração para fora da Europa, o que se constituiu num terceiro fator, determinante do início da *mundialização* da forma epistolar. Entre o século XVI e XVII, as cartas converteram-se, assim, num instrumento quotidiano de comunicação escrita, e os *Secretários* (ou manuais de escrever cartas) responderam à crescente procura de modelos a ela associada, publicando um mostruário de regras variadas, adaptadas a diferentes contextos e diferentes participantes. Foi também nesse mesmo período que a carta e as correspondências começaram a ser vistas como um material publicável.

Formalmente, as cartas iam adotando uma simplificação e uma standardização gráfica, material e textual. Falamos, obviamente, de um processo lento e progressivo, mas que tendeu a diminuir o contraste entre a arte epistolar e a prática epistolar:

È comunque evidente che ormai fra Sei e Settecento in tutta Europa, nel Sudamerica e, non dimentichiamolo, anche nelle colonie americane dell’Inghilterra, ove nel 1660 il 60% degli abitanti maschi era alfabetizzato, la vera e propria massa dei corrispondenti era costituita da mittenti e destinatari non professionali, di livello socioculturale medio-basso, che adoperavano (direttamente o mediante delega) sempre più frequentemente il mezzo epistolare per mantenere contatti affettivi o di interesse economico con destinatari indifferentemente vicini o lontani.

(Petrucci 2008, p. 121)

O aumento dos números ligados à correspondência pedia uma maior funcionalidade do meio através da simplificação do suporte, da clareza e da essencialidade da mensagem, que devia ser breve e graficamente clara.

La carta como indicio de alfabetización, como escritura que asume en la práctica, si no siempre en la teoría, sus propias virtualidades y peculiaridades como tal escritura, se ha orientado, por lo menos desde la Grecia clásica, hacia la ficcionalidad. Este es el legado esencial que evolucionará y dará frutos en el Renacimiento.

(Guillén 2000, p. 113)

Ao longo de todo o século XVIII, e à custa das características textuais da carta, ir-se-ia instalar num novo género literário, o romance, toda uma encenação que visava emprestar ao texto de ficção um efeito de verdade. Evocar-se-ia o manuscrito encontrado num sótão ou num cofre (*Robinson Crusoe*, *La vie de Marianne...*), as cartas transmitidas ou descobertas (*La Nouvelle Héloïse*, *Les Liaisons Dangereuses...*) e a definição do autor como um simples copiadador, negando à obra o carácter de romance. Apresentando-se como discurso espontâneo, como ato de um não-escritor e não destinado à publicação, o romance evocava o acontecimento verdadeiro, privado, íntimo, cuidadosamente apoiado pela argumentação contida em prólogos e avisos ao leitor (Ariés 1990, pp. 392-93).

Largando a perspetiva literária e adotando agora a puramente textual, note-se que Marie-Claire Hoock-Demarle definiu o século XVIII e início do século XIX como 'le siècle de l'épistolaire' (2008), época em que os intelectuais usaram a correspondência para transmitir informações, reflexões ou argumentações, contribuindo para criar, segundo a autora, um espaço europeu:

Ouverte aux problèmes de son temps, la correspondance prend souvent position, se défend, admoneste ou réfute, elle fait surtout office de carrefour d'informations, de réflexions, d'argumentations à l'échelle européenne.

(Hoock-Demarle 2008, sem página<sup>4</sup>)

Mas a correspondência não se tornou apenas, no agitado final do século XVIII, um espelho da atualidade, como aliás vinha acontecendo desde Erasmo: a carta fixou as suas marcas na realidade geográfica, social e política da época, e foi-lhe reconhecida uma dimensão própria de

<sup>4</sup> Marie-Claire Hoock Demarle (2008), *L'Europe des lettres. Réseaux épistolaires et construction de l'espace européen*, Albin Michel. Documento disponível em: [https://books.google.pt/booksid=dyinCQAAQBAJ&pg=PT3&hl=ptPT&source=gbs\\_toc\\_r&cad=3#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/booksid=dyinCQAAQBAJ&pg=PT3&hl=ptPT&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false), consultado dia 12/01/2017.

tempo, de espaço e de sociabilidade, enfim uma identidade própria.

Queremos concluir esta breve história do epistolar sublinhando que a carta é um objeto polivalente e que se presta a uma multiplicidade de funções e finalidades: enquanto espelho da sociabilidade e das suas infinitas expressões, a carta é *uma forma de vida*, a qual, no nosso caso vai ser gerada, paradoxalmente, num ambiente de particular violência e morte.

### 3.1. O género epistolar e o registo conversacional

Ao longo dos séculos, muitos autores codificaram o género epistolar. Um exercício inevitável foi o da sua tipificação, só que podemos encontrar tantos tipos identificados de cartas quantas as razões para as escrever. Um caso exemplar é o do *Secretario Portuguez*, publicado pela primeira vez no século XVIII (Freire 1786). Segundo o seu autor, haveria mais de 10 tipos de carta porque a cada necessidade corresponderia um discurso diferente: cartas de pêsames, cartas de recomendação, cartas de boas festas, de agradecimentos, de desculpa e justificação, de queixas, de consolação, de aviso, de louvor, de exortação e conselho, cartas de género misto e enfim cartas discursivas. É uma lista à qual se poderiam juntar tantas outras e que põe em evidência como muitas cartas são respostas a simples circunstâncias. O uso da carta é, por conseguinte, determinante nas diferentes formas que ela pode adotar e nas diferentes propriedades que pode exibir. Reflexo dessa mesma multiplicidade é o facto de a carta se ter tornado numa fonte incontornável para disciplinas variadas, que vão desde as que interrogam os textos às que interrogam os falantes e seu conhecimento linguístico, os atores sociais, bem como os momentos históricos que eles protagonizaram. Nesta dissertação vamo-nos socorrendo de várias delas. Nesta secção, concretamente, socorremo-nos de subdisciplina da linguística do texto (a dos "estudos textuais de género e registo") que é de grande utilidade para o entendimento do género epistolar.

Todas as cartas do nosso *corpus* são cartas privadas reproduzindo intercâmbios epistolares familiares (entre mãe-filho, irmãos, padrinho-afilhado), de amizade (entre soldados, amigos, madrinhas de guerra) e de amor (namorada, mulher). Sendo textos produzidos no âmbito de relações de proximidade, sobressai, a uma primeira leitura a olho nu, um conjunto de propriedades linguísticas que os distinguem das cartas oficiais e os parecem aproximar dos textos conversacionais. É claro que uma observação impressionista como esta precisa de verificação objetiva, o que só pode acontecer se recorrermos a ensinamentos seguros, como os oferecidos pelos estudos que a linguística do texto vem dedicando ao género e ao registo da conversação. A tarefa é bastante facilitada pela exemplaridade de uma obra de Douglas Biber e Susan Conrad, intitulada precisamente *Register, Genre, and Style* (Biber e Conrad 2009).

Os autores partem das seguintes aceções para os termos *registo* e *género*: registo é uma "variedade textual associada a uma situação de uso particular e com marcas linguísticas distribuídas de forma penetrante ('pervasive'), servindo funções pertinentes naquela situação de uso" (*ibid.*, p. 31, tradução nossa). Já o *género*, que é também uma variedade textual, tem marcas que, ao contrário das de registo, "não estão distribuídas, tendendo a ocorrer cirurgicamente no início, no fim ou em

ambas as fronteiras de um texto completo; são mais convencionais do que funcionais (*ibid.*, p. 7, tradução nossa).

Elaborando sobre o tema, Biber e Conrad oferecem o quadro abaixo. (O quadro original também inclui uma coluna consagrada ao *estilo*, mas essa é uma faceta da variação textual que não se torna tão importante para a análise do nosso objeto como as outras duas):

| <b>Definição de registo e género segundo Biber e Conrad (2009, p. 16, trad. nossa)</b> |   |  |
|--|---|--|
| <b>Características definidoras</b>   | <b>Registo</b>  | <b>Género</b>  |
| <b>Foco textual</b>  | amostras de excertos de textos                                      | textos completos   |
| <b>Características linguísticas</b>  | qualquer traço lexical ou gramatical                                | léxico especializado, organização retórica, formato  |
| <b>Distribuição das características linguísticas</b>                                   | frequente e distribuída por todo o texto ('pervasive')              | singular na ocorrência em lugares particulares do texto  |
| <b>Interpretação</b>   | os traços servem importantes funções de comunicação naquele registo | os traços estão associados ao género por meio de uma convenção: o seu formato é expectável mas não é funcional |

As razões para o conteúdo do quadro estão, obviamente, todas elas interligadas: se o registo é o resultado de uma variação textual que advém do uso da língua e da situação de comunicação, é natural que as suas marcas sejam funcionais, que penetrem todo o texto, que atinjam indiscriminadamente o léxico e a gramática e que se exemplifiquem em qualquer fragmento textual. Em contrapartida, se o género é o resultado da variação associada à convenção textual, mais limitado será o leque das suas possíveis marcas e mais cirúrgica a respetiva incidência; consequentemente, também, são marcas que só podem transparecer uma vez observado o texto na sua unidade e organização completas.

Pela nossa parte, interessa-nos munir-nos desta abordagem para perceber se se confirma que, linguisticamente, as cartas privadas que analisamos aqui serão efetivamente conversacionais. No entanto, trata-se de uma abordagem que só se pode aplicar diretamente aos nossos dados se eles tiverem um formato comparável ao dos usados por esta sub-disciplina dos estudos de género e registo textuais, que se baseia em corpora submetidos a análises de estatística lexical e retira conclusões do que neles é tipicamente frequente e infrequente.

Como a nossa abordagem dos documentos vai ser sempre qualitativa ao longo da dissertação, temos de buscar alguma maneira alternativa de medir os principais traços lexicais e gramaticais dos dados em causa. Serve para o efeito a coleção FLY (*Forgotten Letters: Years 1900-1974*), reunida no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) sob a direção de Rita Marquilhas. Contém a edição académica digital de 2.000 cartas do século XX escritas em contextos

de guerra, migração, prisão e exílio, se bem que, por razões de confidencialidade, só uma parcela dos dados esteja acessível ao público (<http://fly.clul.ul.pt>). Mas consultado nas instalações do CLUL, o *corpus* FLY pode ser descarregado para efeitos de investigação e trabalhado com ferramentas computacionais.

O conjunto da edição das 2.000 cartas FLY corresponde a um *corpus* de 700 mil palavras e inclui uma parcela considerável constituída por cartas da Guerra Colonial (860 cartas, 280 mil palavras). Provêm estas, maioritariamente, do mesmo fundo da Liga dos Amigos do Arquivo Histórico-Militar onde recolhemos os nossos documentos e chegam a incluir alguns deles, sobretudo os oriundos do epistolário de M. V. As outras cartas editadas no FLY são de contextos socio-históricos bastante comparáveis aos da Guerra Colonial (I Guerra Mundial, emigração portuguesa do século XX, prisão política e exílio dos opositores ao regime durante o Estado Novo). Torna-se, no entanto, possível, com a ajuda dos curadores desta coleção do CLUL, tratar como um *corpus* autónomo o sub-*corpus* da Guerra Colonial portuguesa. Consideramos, portanto, que as conclusões das estatísticas oferecidas pelo conteúdo linguístico do sub-*corpus* FLY de cartas da Guerra Colonial se podem estender, por analogia, às da nossa coleção.

Com o recurso à ferramenta de estatística lexical WordSmith Tools versão 6 (Scott 2011), e com o apoio da curadora do projeto, Rita Marquilhas, procedemos a uma estatística lexical das cartas da Guerra Colonial do *corpus* FLY. Procurávamos apurar qual era o seu léxico-chave (em inglês, léxico com *keyness*) e verificar, nesse e apenas nesse, a presença ou ausência de marcas conversacionais. Com efeito, seria demasiado morosa a verificação em todo o léxico do *corpus*, e, além disso, corria-se o risco de consagrar atenção a dados pouco significativos do ponto de vista estatístico. Quer isto dizer que partimos da assunção de que tanto os diferentes textos como as línguas das diferentes culturas possuem 'palavras-chave', como se defende nas abordagens discursivas da linguagem humana. Como afirma Marina Bondi, há palavras que caracterizam mais do que outras a especificidade dos textos e as especificidades das culturas:

Lexical items enjoy equal status in the lexicon of a given language, but their importance varies from the point of view of text. Each individual word form contributes to the construction of meaning in text, but only some words are key-words, i.e. words that play a role in identifying important elements of the text. Similarly, any given language is constituted by all the lexical elements that become part of it, but only some lexical elements are taken to characterize its cultural specificity.

(Bondi 2010, p. 1)

Para encontrar o léxico-chave de um conjunto coeso de textos, precisamos de dois corpora: o dos nossos textos-alvo (o '*corpus* de estudo') e um outro, que forneça uma medida de contraste

fidedigna, convencionalmente chamado de '*corpus* de referência'. Este último, idealmente, deve ser pelo menos cinco vezes maior do que o *corpus* de estudo (cf. Berber-Sardinha 2000).

No já mencionado Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, foi constituído um *corpus* de referência que contém apenas romance literário português dos séculos XIX e XX: LT *corpus*<sup>5</sup>. Trata-se de um ficheiro de texto de 1 milhão e 480 mil palavras, constituído pela mesma equipa que montou o *corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC). O LT *corpus* tem pouco mais do quántuplo das palavras da coleção de cartas FLY da Guerra Colonial (que corresponde, lembramos, a 280 mil palavras), pelo que se configura como o *corpus* de referência ideal para chegar ao léxico-chave do nosso *corpus* de estudo.

Alimentando o WordSmith Tools com a lista das 280 mil palavras das cartas da Guerra Colonial do FLY e com a lista das 1.480 mil palavras do subcorpus de ficção do CRPC enquanto *corpus* de referência, e ativando a função Keywords, obtêm-se os seguintes resultados<sup>6</sup>:

- há 3.639 palavras-chave, atualmente, nas cartas da Guerra Colonial do *corpus* FLY; este número não é totalmente significativo porque, apesar de a padronização ortográfica destas cartas ser mais alta do que a de cartas de outros séculos, como apuraram Marquilhas e Hendrickx (2014), ela não é infalível; no entanto, as palavras com *keyness* mais alta são todas elas ortograficamente consistentes;
- as 30 palavras de *keyness* mais alta são as do quadro seguinte:

| Palavras-chave          | Frequência no <i>corpus</i> de estudo | Frequência no <i>corpus</i> de referência | <i>Keyness</i> |
|-------------------------|---------------------------------------|---|----------------|
| [numerais]              | 4315                                  | 3738                                      | 6055,66        |
| [nome próprio de M. V.] | 804                                   | 0   | 2953,27        |
| TE                      | 2175                                  | 2402                                      | 2494,09        |
| POIS                    | 1553                                  | 1336                                      | 2181,58        |
| SAÚDE                   | 709                                   | 143                                       | 1882,75        |
| TEU                     | 1093                                  | 704                                       | 1853,40        |
| JÁ                      | 2171                                  | 3414                                      | 1699,63        |
| CÁ                      | 962                                   | 609                                       | 1647,31        |
| ABRAÇO                  | 535                                   | 87  | 1491,45        |
| TUA                     | 950                                   | 708                                       | 1472,36        |
| PARA                    | 4613                                  | 12311                                     | 1400,66        |
| QUERIDO                 | 559                                   | 168                                       | 1325,21        |
| BEM                     | 1509                                  | 2375                                      | 1178,60        |
| EU                      | 2771                                  | 6550                                      | 1111,30        |
| HOJE                    | 854                                   | 817                                       | 1104,68        |
| ESTOU                   | 776                                   | 671                                       | 1084,73        |
| VOU                     | 682                                   | 497                                       | 1072,01        |

<sup>5</sup> Endereço para download do LT *corpus*: [http://catalog.elra.info/product\\_info.php?products\\_id=1178](http://catalog.elra.info/product_info.php?products_id=1178).

<sup>6</sup> Nota técnica: usou-se o teste de probabilidade do logaritmo de verosimilhança e o valor  $p < 0,05$ . Estas são as especificações estabelecidas por defeito no WordSmith Tools.

|                                  |      |      |         |
|----------------------------------|------|------|---------|
| CUMPRIMENTOS                     | 338  | 25   | 1067,75 |
| CARTA                            | 756  | 671  | 1036,41 |
| TENHO                            | 901  | 1075 | 958,59  |
| AEROGRAMA                        | 260  | 0    | 954,62  |
| DIZER                            | 986  | 1311 | 938,62  |
| AMIGO                            | 840  | 956  | 934,83  |
| AGORA                            | 1085 | 1582 | 930,55  |
| BEIJINHOS                        | 255  | 3    | 904,60  |
| RECEBI                           | 351  | 82   | 897,02  |
| RECEBE                           | 313  | 53   | 864,91  |
| MUITO                            | 1553 | 3139 | 837,06  |
| [nomes próprios<br>anonimizados] | 654  | 657  | 812,52  |
| FICO                             | 275  | 36   | 799,29  |
| LUANDA                           | 222  | 2    | 792,91  |

A exploração deste tipo de resultados chega para construir uma monografia completa. Com efeito, depois de se identificar uma palavra-chave num texto ou conjunto de textos, pode prosseguir-se em diferentes direções, até porque assim o deixam as ferramentas de estatística lexical como o WordSmith Tools. Pela nossa parte, centrar-nos-emos só nas observações mais salientes.

**A)** Na lista da tabela supra, encontramos dois únicos itens que podem pertencer à classe dos adjetivos (QUERIDO e AMIGO), mas a sua incidência no léxico das cartas, como se comprova pelas respetivas co-locações padrão (*meu querido* e *teu amigo*), tem a ver com o facto de aí ocorrerem como entidades nomeadas, desempenhando a função de vocativo no primeiro caso (*Querido X*) e de fórmula de despedida contendo um apelativo no segundo (*Deste teu amigo*). São, portanto, nestes textos, palavras com o mesmo valor-chave dos antropónimos. A nossa primeira conclusão tem a ver, assim, com a ausência de adjetivos no léxico-chave das cartas FLY da Guerra Colonial. A mesma presença negativa de adjetivos é detetada por Biber e Conrad (2009, p. 228) como típica do registo conversacional, em contraste com corpora literários.

**B)** A segunda conclusão tem a ver com a presença dos pronomes pessoais de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoa (TE, TEU, TUA, EU), o que para Biber e Conrad (*ibidem*) é também típico do registo conversacional.

**C)** A terceira conclusão relaciona-se com os advérbios-chave (JÁ, CÁ, BEM, HOJE, AGORA, MUITO) e uma palavra (POIS), que pode pertencer a muitas categorias, incluindo a adverbial, mas que aqui ocorre tipicamente como marcador discursivo, dado que a sua co-locção padrão é *pois eu*. Biber e Conrad (*ibidem*) encontram nas expressões adverbiais para tempo, lugar, certeza, verosimilhança e modalização, bem como nos marcadores discursivos, outras tantas marcas do registo conversacional.



**D)** Quanto às formas verbais chave, salta à vista a flexão das que são semi-auxiliares na 1.<sup>a</sup> pessoa do singular (ESTOU, VOU, TENHO, FICO) e a pertença das que são verbos plenos ao campo léxico-semântico da comunicação (DIZER, RECEBI, RECEBE). As respectivas co-locações padrão, aliás, agrupam-nas à maioria do restante léxico-chave:

| <b>VERBOS-CHAVE NAS CARTAS FLY DA GUERRA COLONIAL</b> |                               |
|---|-------------------------------|
| <b>VERBO</b>  | <b>PADRÃO DE CO-LOCAÇÃO</b>   |
| ESTOU   | <i>estou a escrever-te</i>    |
| VOU   | <i>vou passar a</i>           |
| TENHO   | <i>tenho-te a dizer que</i>   |
| FICO  | <i>fico bem</i>               |
| RECEBI  | <i>recebi a tua carta</i>     |
| RECEBE  | <i>recebe um forte abraço</i> |
| DIZER   | <i>tenho te a dizer que</i>   |

Para Biber e Conrad (*ibid.*), os verbos marcadamente conversacionais têm propriedades que reencontramos no quadro acima: flexionam-se nos tempos presente e pretérito, contribuem para a construção do aspeto continuado, e, se forem verbos plenos, pertencem a campos léxico-semânticos que incluem o da comunicação (os outros são os de atividade mental e física).

**E)** Os nomes comuns chave distribuem-se pelas expressões formulares de abertura e fecho do género epistolar (SAÚDE, ABRAÇO, CUMPRIMENTOS, BEIJINHOS) e pelo campo léxico-semântico da comunicação por escrito (CARTA, AEROGRAMA). Na tabela de Biber e Conrad (*ibid.*) em que nos temos baseado, as marcas conversacionais só incluem nomes em termos negativos, mas os nomes-chave apurados por nós têm nitidamente a ver com a situação de comunicação, e é próprio do registo textual, como vimos acima, ser funcional na respetiva situação de comunicação.

**F)** Finalmente, não encontramos preposições nos lugares de topo do nosso léxico-chave. Por seu lado, Biber e Conrad (*ibid.*) listam também as preposições só enquanto marcas negativas do registo conversacional.

O que concluímos é que a maior parte do léxico-chave das cartas FLY da Guerra Colonial pertence ao género epistolar porque reconhecemos aí as expressões com as quais, arengando ou perorando, os autores marcam, convencionalmente, os limites inicial e final das suas missivas. Quando não temos marcas de género textual inequívocas, temos marcas de registo conversacional, conforme claramente indicado pela sobreposição com as marcas que os estudos textuais encontram na conversação quando a comparam com *corpora* literários. Constituem tais marcas um indício igual ao que fica nos textos quando os falantes, na oralidade do seu quotidiano, se preocupam mais

em exteriorizar sentimentos e atitudes e menos em descrever e explicar informação factual. São também indício de atividade interativa, em que a linguagem desempenha, sobretudo, a função de suportar e desenvolver as relações entre interlocutores (Biber e Conrad 2009, p. 85). Há, portanto, razões objetivas, que transparecem em marcas linguísticas, para aquele aforismo milenar segundo o qual a carta é uma "conversação entre ausentes".

### 3.2. A correspondência e a guerra

O século XX é o século dos grandes conflitos, da rapidez, da indústria, da modernidade, das máquinas. É o século da imagem, da fotografia, do cinema e da televisão. É o século do homem sem qualidades de Musil, do estrangeiro de Camus, do homem agoniado de Sartre, do teatro do absurdo, do futurismo, do cubismo, do expressionismo: é o século da criação e da destruição, da utopia e da desilusão. É o século dos testemunhos, respostas concretas a uma constante fragilidade. É nessa vontade de deixar um marco na história que se inserem as cartas escritas pelos soldados empenhados nos diferentes conflitos que chegaram até aos arquivos, e que são objeto, finalmente, de atento estudo por parte de historiadores, sociólogos, linguistas e antropólogos.

O século passado foi o século das grandes guerras, guerras muito próximas em tempo e contexto, em estratégias e horrores, onde os soldados anónimos, em massa, foram sacrificados pelas cores das suas bandeiras. De maneira paradoxal, desta anulação da identidade nasceu uma forte vontade de protagonismo por parte dos que foram sempre figurantes. As palavras *infra* de Antonio Gibelli aludem à Grande Guerra, mas podem ser adaptadas aos outros conflitos que marcaram o século passado:

[...] non solo la produzione di scrittura da parte di 'illetterati' divenne nel corso della guerra particolarmente copiosa, ma che questo stesso ricorso alla scrittura (epistolare, diaristica e memorialistica) da parte di uomini che fin a allora ne erano rimasti largamente esclusi, costituisce un indizio e un aspetto non secondario della trasformazione antropologica e sociale che la guerra concorse a produrre.

(Gibelli 2007, p. 5)

O uso das correspondências dos soldados como fontes históricas é um fenómeno recente (*ibid.*): o uso público das correspondências privadas, durante e depois a Primeira Guerra Mundial, teve, principalmente, finalidades propagandísticas e civis. As primeiras correspondências foram escolhidas por razões ideológicas, direcionadas a conservar uma memória de guerra: continham testemunhos de militares cultos e burgueses que suportavam bem ideais nacionais e patrióticos (Caffarena 2002).

Ultrapassado o momento da celebração da guerra através dos seus epistolários, na década de 1980, começaram a ser estudadas as cartas dos que até àquele momento tinham sido considerados 'desinteressantes'. Descobriu-se que existia um mundo inexplorado, cheio de informações e pormenores únicos, e divulgou-se a consciência de que algumas cartas de autores aparentemente populares e semicultos eram tão belas quanto as cartas escritas por profissionais. E os estudiosos

enfrentaram um material potencialmente ilimitado, complexo e heterogéneo. Veja-se o material português relativo à Guerra Colonial. Em Portugal, durante os 13 anos de Guerra Colonial, foram editados mais de 300.000.000 de aerogramas pelo MNF. Essa bulimia de cartas deve-se ao apoio psicológico essencial que representa receber cartas para quem combate. Já para quem fica em casa, sobretudo para as mulheres, a escrita de cartas é a única possibilidade de dar e receber notícias e de, ao mesmo tempo, apesar da distância, prestar uma ajuda constante a filhos, maridos, noivos, amigos.

20.8.63 [carta enviada por M. V. à mãe]

«Minha mãe manda-me dizer coisas daí e escreva-me rápido para eu me ir distraíndo pois ao primeiro isto torna-se um pouco aborrecido, e as saudades apertam».

Porto 21.1.1964 [carta recebida por M. V. da mãe]

«Meu querido filho só as tuas cartas e as tuas boas falas me confortam».

Para o soldado empenhado num cenário de guerra, existe um dever de escrever. Recuperando a sua função mais prática, a carta é antes de tudo um sinal de vida. Os atrasos, muitas vezes devidos a problemas de entrega do correio, provocavam grandes angústias e podiam até causar trágicos equívocos. Existia um dever de escrever cujo desempenho, na retaguarda, correspondia a moralizar os que combatiam. O excerto que se segue esclarece, de uma certa maneira, como a questão do dever podia ser vista como única função e tema de uma carta:

17/12/64 [carta recebida por M. V. de um amigo]

«Escrevo-te este aerograma porque é o meu dever, como colega, confortar-te em virtude de veres passar mais um Natal; mais uma festa de família em que quando um ante-querido falta é uma tristeza. Eu faço uma ideia aproximada, mas não desanimes, porque é mais um ano que passa e mais depressa também se passa o tempo para de novo regressares a tua casa. Nada mais tenho a dizer-te...».

Se a guerra cancela a identidade do homem enquanto pai, filho, marido, namorado, a carta recupera a identidade do soldado e constitui o melhor paliativo ao processo de desumanização próprio do contexto bélico. Anthony Giddens explica como o indivíduo depende dos contextos sociais nos quais se movimenta no decorrer da vida quotidiana e como, no momento em que as rotinas institucionalizadas são drasticamente abaladas ou rompidas, é causa de profundas

mudanças de personalidade. O sociólogo menciona o caso de Bettelheim e dos reclusos de Buchenwald e Dachau. A rutura das rotinas habituais vai criar uma ansiedade que se expressa numa mudança radical de comportamentos:

A ruptura e o ataque deliberadamente sistemático às rotinas habituais da vida produzem um alto grau de ansiedade, uma eliminação das respostas socializadas associadas à segurança da administração do corpo e a uma estrutura previsível da vida social. Tal surto de ansiedade expressa-se em modos regressivos de comportamento, atacando os alicerces do sistema de segurança básica fundado na confiança manifestada em relação aos outros. [...] Uma tal seqüência de intensificada ansiedade, regressão, seguida de uma reconstrução de padrões típicos de ação, apresenta-se numa gama de situações críticas em contextos muito diversos, como as reações a estar sob fogo inimigo, no campo de batalha, durante prolongados períodos de tempo, interrogatórios forçados e tortura em prisões e outras condições de extrema pressão.

(Giddens 2003, p. 74)

A tese apresentada é a de que as pessoas que mantiveram os modos de conduta associados às suas vidas pregressas tiveram mais possibilidades de sobreviver. Através das cartas, os soldados mantinham uma ligação constante à própria rotina:

A geração de sentimentos de confiança nos outros, como o elemento mais profundo do sistema de segurança básica, depende substancialmente de rotinas previsíveis e diligentes [...].

(*ibid.*, p.58)

Tranquilizar um familiar era demonstrar que, afinal, a guerra não mudava os ritmos e hábitos do próprio. Assim, a escrita de guerra torna-se na escrita do quotidiano, contendo 'rápidas' descrições do que é que se fez de manhã, à tarde, de noite, as idas ao cinema, a comida, as refeições, o dormir, o jogar a bola, o ver televisão, as cartas recebidas, as cartas enviadas, as idas ao mato, o receber encomendas:

2 de Janeiro de 1965 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Por um lado lamento teres passado o natal um pouco triste, mas por outro, pelo que me dizes, não deixas-te de comêr o bacalhau junto com batatas e peircas, vinho grosso e fino, rabanadas, doces e frutas. Enfim não foi tão mau, como muita gente possa pensar».

Mueda 7/5/70 [carta escrita por D. C. B. aos pais]

«Mas o que é verdade é que já estou em Mueda há 8 dias e isto não é tão mau como diziam. [...] temos uma messe de oficiais bastante boa, em que se joga todos os jogos de salão, temos um bom rádio picafe e uns bons discos, livros etc.»

Aqui Cacuso 3-9-1964 [carta recebida M. V. dum camarada]

«...pois informo que cá na Vila de cacuso à um clube onde uma vez por semana têm um filme, quando não são duas; realizam-se diversos bailes também no mesmo clube».

Porto 24/3/64 [carta recebida por M. V. da mãe]

«Meu filho ontem fui mais a T., porque ela saiu às 5 horas e fomos tratar de te despachar, amêndoas que mandou a T. e um ovo de chocolate e eu mandei-te um pão de ló e um sabonete e tenho aqui 70 aerogramas para te enviar...»

Através das cartas da retaguarda pediam-se favores e faziam-se encomendas, por vezes manifestamente alheias ao contexto da guerra:

Porto, 23-5-63 [carta recebida por M. V. da mãe]

«Manda-me dizer qualquer coisa com respeito à saia, que eu depois mando-te o dinheiro, para trazeres se puderes, quando vieres, assim como uma combinação preta...»

Faziam-se os pedidos mais singulares e exóticos:

19 de Março de 1965 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Chegou a altura de te pedir uma pele para mandar fazer uns sapatos para a minha pequena pois gostava que fosse de cobra ou giboia. Vai vendo quanto custa para te enviar o dinheiro».

E, sempre através das cartas, descobre-se como a guerra foi por alguns soldados nada mais do que a continuação de uma vida rotineira:

Grafanil, 23 de Maio de 1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Agora ainda estou melhor, só faço serviço na secretaria e nada mais e tenho carro para me levar e trazer a Luanda para as refeições».

7.01.1965 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Quanto a novidade, nada de novo isto é sempre a mesma coisa. Quartel, umas dispensas para ir para a cidade, uns domingos de manhã e umas tardes da semana na praia, umas pernoitas fora do quartel para ir para a Zona (salvo quando não há dinheiro) e nada mais».

Maquela do Zombo, 12-2-65 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«V. quanto ao meu serviço aqui não faço nada pois encontro-me no aeroporto de Maquela do Zombo na Secção de Rádar e como deves de saber sou de Artelharia, Anteaêria Fica como vés é bom e nada se Fáz...».

Sazaire 13-8-67 [carta recebida por J. F. dum camarada]

«F. eu estou encarregado do bar de sargentos agora é que não faço nada nem guardas nem nada os outros lá andam a fazelas como vês sou aquele engrachador como os outros dizem e eu digo é preciso é saber safar-se...».

A produção destes discursos estava organizada e era facilitada pelo próprio regime através de um eficaz sistema postal. Como já foi sublinhado por Cardoso (2007), o serviço postal criado durante a Guerra Colonial surgia como uma máquina de escrever cartas, máquina essa que pretendia mesmo produzir um modelo de carta coletiva. Neste contexto, a mensagem seria 'uma anti-mensagem, pois não relata[va] a verdade' (p. 386). O regime, através de um *facilitado* sistema epistolar (gratuidade dos aerogramas, criação de correspondentes para quem não os tivesse, através do sistema das madrinhas de guerra), encontrara uma forma de controlar os soldados e as suas *narrativas* numa espécie de pacto circular onde todos eram incluídos e que todos apoiavam. É óbvio que esse pacto tinha como primeira consequência manter a durabilidade da guerra.

O que não foi considerado, ou pelo menos foi desvalorizado pelo sistema, foi que o encorajamento da prática coletiva da carta levou a que os autores, saindo da sua própria individualidade, sentissem a coragem e a força de falar sobre temas que em outras situações seriam censurados ou silenciados. Na representação que o indivíduo tem da carta enquanto uma prática social, ele recupera um espaço onde as dúvidas, o mal-estar e a insatisfação podem ser difundidos e partilhados.

Se a carta era a 'força moral nº1', ela foi também o único espaço onde se pode engendrar a dissensão, a plataforma onde se passou a poder discutir o próprio problema da guerra. Ao envolver muitas pessoas numa rede epistolar, tomava-se consciência das opiniões divergentes e percebia-se que o consenso era um processo que pedia concessões por parte de cada um, mais do que uma real adesão à guerra. Os excertos agora escolhidos são de cartas enviadas ao 1.º cabo M. V. por

camaradas empenhados em diferentes cenários de guerra. Em todos se demonstra o sofrimento, as angústias e o sacrifício, que pouco ou nada tinham a ver com a retórica do soldado heroico, prestes a sacrificar a sua vida:

26-5-1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«...e quanto a vida operacional cá continua a malta desgastando a propria saúde, e se preciso fôr perder a propria vida, cumo infelizmente já assim sucedêu...»

8.1.1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Amigo M. olhe com respeito aos doentes que temos tido na companhia não é pelo facto do clima porque o clima é mais ou menos cumo aí, o motivo é simples a nossa companhia tem trabalhado muito, enfim só visto, olhe ter dias e dias ficar pelo mato a dormir perder noites consecutivas andar de manhã á noite, cansadinhos muitas das vezes nem á apetite para comer enfim tudo faz ao caso...»

Luanda 30.1.1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«...como deves compreender M. 28 meses é muito em Angola mais que andámos quaze sempre no mato chegámos a uma altura que não aguentamos mais...».

Sem data [carta recebida por M. V. dum camarada]

«M. eu ainda agora cheguei já queria ir outra vêz embora Mario que trizteza é a nossa por istar -mos tão longe de quem nos quere-mos pois eu sei que são só dois anos mas para nós que ista-mos aqui parece-me que nunca mais acaba os dois anos».

Por seu lado M. V. escreveu também palavras de desconforto sobre a guerra, como estas que se podem depreender de uma carta do padrinho:

31 de Março 1965 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Pelo que me mandas dizer, tem vindo para a Metropole muitos soldados feridos. Então pelo que vêjo, continua tudo ainda bastante agitado...»

Ou através das palavras que o próprio usou numa carta dirigida ao irmão:

Quixico -Angola 4-2-64 [carta enviada por M. V. ao irmão]

«Pois também passo muitos trabalhos e deixo aqui nestas terras do Ultramar português muito suor,



aflições e alguns bocado de vida, digo isto porque mais tarde, o meu corpo há-de-se resentir destes trabalhos todos que passo estas noites perdidas dormidas ao relento da noite, e por vezes debaixo de chuva, e ainda o pó que se mete para os pulmões em estensões de centenas de quilómetros...»

Apesar deste processo de manifestação de opiniões divergentes, isso não significa que se rejeitasse a posição inicial de consenso. Segundo Moscovici (1991), as divergências podem existir no interior do consenso:

Os participantes aceitam o direito de cada um de manifestar o seu desacordo e o dever, de todos, de tomar em consideração os argumentos da maioria e da minoria (ou os argumentos divergentes) para encontrar o traço de união entre eles.

(Moscovici 1991, p. 11)

O compromisso, neste tipo de processo, consiste numa aproximação de pontos de vista: reconhece-se um determinado valor à posição dos outros sem se ser obrigado a desaprovar a posição do próprio. Com efeito, e ainda segundo Moscovici (*ibid.*), as escolhas dos grupos são mais moderadas do que as dos indivíduos.

Como foi posto em destaque até agora, as cartas da Guerra Colonial cumpriram diferentes funções. Em primeiro lugar, desempenharam a função prática de informar que o soldado ainda estava vivo, de dar informações sobre o passar do dia-a-dia segundo rotinas conhecidas e de confortar os entes queridos. Eram frequentes as informações sobre comida, entretenimentos e tempos livres. Além disso, através das cartas podiam ser feitos pedidos, encomendas e orações. A correspondência foi, assim, uma evidente ajuda para ultrapassar os meses passados na guerra. As cartas mantiveram viva a memória dos entes queridos, da sua vida e do mundo ao qual se pertencia.

Por outro lado, as cartas da Guerra Colonial constituem um testemunho eloquente sobre a mentalidade e a aceitação e uso das representações sociais. Assim, o controlo ideológico do discurso ocorreu também através do controlo e da repetição de tópicos ou temas usados para falar sobre a guerra. Mas os tópicos são subjetivos e são unidades cognitivas. Por isso, sobretudo entre soldados, foi possível começar a encontrar críticas sobre a guerra e confissões de mal-estar, quebrando a retórica sobre o heroísmo e o espírito de sacrifício e dedicação.

#### 4. O Diário

La souplesse du genre, son absence de délimitation expliquent à la fois la monotonie et la grande variété du journal.

C'est la monotonie et l'infinie variété de la vie elle même.

(Didier 2002, p.11)

Monótono e potencialmente infinito: são os dois polos contrastantes que se destacam quando se fala do género textual do diário. Delimitado pela fluidez de fronteiras, o diário encontra-se entre o documento biográfico, o testemunho e o texto literário. Considerado por muitos como um género impuro, para outros é um “fenómeno” literário, representando, antes de tudo, um hábito cultural e uma prática social (Alberca 1997).

A escrita do diário é por vezes apelidada de invisível por ser mal conhecida, mas os diários apresentam, ao mesmo tempo, características bem simples. Escrevem-se dia após dia e guardam a memória de um quotidiano feito de atos rotineiros, condenados ao esquecimento se não forem fixados pela escrita.

O *Diário de Guerra*, apesar de surgir de um evento tão grande e perturbador como o bélico, fala também ele, sobretudo, das rotinas e de um dia a dia sem grande importância: parece uma contradição, mas é na aflição da guerra que o quotidiano miúdo se torna essencial. Talvez o lado mais brutal da guerra seja mesmo esse de cancelar 'a familiaridade' do quotidiano, e o soldado rapidamente tenta recuperá-lo através da sua inscrição num diário ou numa carta:

L'assenza di progressione spaziale, la monotonia, il venir meno di punti di riferimento provocano un' alterazione graduale della nozione del tempo, che disumanizza il soldato il quale, insieme alla perdita del controllo del tempo, ha la sensazione di aver perso anche il controllo del proprio destino.

(Labanca 2006, p. 119)

É nesse espaço privado, íntimo, delimitado e longe de olhares indiscretos que o soldado vai conceber a sua relação com a guerra, consigo e com os outros.

Para o nosso trabalho sobre o diário, apoiámo-nos nos estudos de Béatrice Didier (2002

[1976]), Mallik Allam (1996), Philippe Lejeune (2001) e Catherine Bogaert (2003), sem esquecer os preciosos estudos de Françoise Simonet-Tenant (2004; 2009). Além dos livros mencionados, alguns textos, apesar de um pouco datados, foram de grande ajuda para encarar o estudo dos diários. Nesse sentido foram importantes as leituras de G. Gusdorf (1948) e de Michèle Leleu (1952), mais centrados na intimidade e nas teorias psicanalíticas. De outro teor, ainda, e muito importante pela análise dos diários enquanto prática cultural e social, são os inquéritos feitos por Philippe Lejeune em Paris (1989) e Manuel Alberca em Málaga (1997). Os inquéritos foram efetuados junto de diaristas desconhecidos, cujos diários não foram publicados. Eram pessoas que não desejavam tornar públicos os seus escritos, o que paralelamente oferece ao observador a hipótese de analisar a importância da relação do autor com seu diário.

Quais são as principais razões para se começar a escrever um diário? Achamos que a resposta se encontra nas diferentes funções que este último desempenha. Como veremos, razões e funções ligam-se e confundem-se repetidamente. As razões apontadas por Lejeune (1989) e Simonet-Tenant (2004) são as seguintes:

- Para lembrar, para manter as memórias de momentos importantes
- Para comunicar
- Para pensar / fazer considerações
- Pelo prazer de escrever

Podemos apontar como primeira necessidade, quase vital, o desejo de não esquecer, por meio da inscrição de entradas num diário. Cria-se um arquivo da própria vida, fixa-se o tempo através de uma memória de papel e, assim, segue-se o desenvolvimento da mesma vida, arredando o esquecimento e a morte. Escreve-se para poder lembrar: parece uma contradição, mas a escrita e a escolha dos momentos importantes do quotidiano dão a sensação de não se ser repelido por ele. Essa necessidade de conservar e tornar visível e legível a vida pode levar a um excesso, onde até o mais irrisório pormenor tem de ser apontado. As palavras de Martin du Gard referentes aos últimos dias de André Gide demonstram bem essa imposição que o autor se fixa:

J'ai vu de près vieillir Gide. Je m'étonnais qu'il ait conservé jusqu'à ses tout derniers jours le besoin d'écrire, d'écrire n'importe quoi, des pensées sans intérêt aucun, des notations de température, de petits souvenirs, de petites anecdotes personnelles...

[...] Comme si ce qui importait, c'était d'arracher au très proche oubli, sans distinction ni préférences, tout ce qui a le caractère fatal d'être voué à l'anéantissement.

(*cit. in* Lejeune 2001, p. 226)

A esse sentimento de desviar o passado do esquecimento, junta-se a possibilidade de reler no futuro, por prazer, as páginas da própria existência. Muitas vezes os diaristas ligam existência e lembrança, e tudo o que não foi escrito, só por não poder ser lembrado, converte-se numa perda que antecipa a ideia da morte. É na vontade de afastar o esquecimento, pálido reflexo da morte, que os autores fixam o presente. O desejo de lembrar os seus atos e sentimentos é uma constante entre os autores de diários, bem conscientes de que, ao fixarem a vida, fixam o ser único do indivíduo:

Il me semble que je suis encore le maître des jours que j'ai inscrits, quoiqu'ils soient passés. Mais ceux que ce papier ne mentionne point, ils sont comme s'ils n'avaient point été.

Delacroix, 7 avril 1824

Il faut marquer les jours d'un trait de plume pour qu'on se souvienne au moins de les avoir vécus.

Ramuz, 15 mars 1902

Le curieux en mon cas, c'est combien j'ai peu le sentiment de vivre lorsque mon journal n'en recueille pas le dépôt.

Du Bos, 27 mars 1926

(*cit. in* Leleu 1952, p. 224)

Além de fixar a vida, o diário preenche duas funções substanciais: permite libertar emoções e pensamentos, por um lado, e criar um interlocutor, por outro. Assim, escrever um diário pode ser a única via de equilíbrio e de apoio em casos de doença, sofrimento, separação ou guerra: pode ser a única maneira de fugir de um presente aflitivo, sendo que a escrita permite criar um mundo paralelo de paz, na intimidade do 'eu'. Além disso, o diário preenche a necessidade de comunicar quando se está sozinho. Tal situação resolve-se no momento em que se encontra alguém, facto que coincide muitas vezes com o fim do diário e, em casos extremos, com a sua própria destruição. Trata-se de um recurso terapêutico mediante o qual se cria um interlocutor para narrativas tanto positivas quanto negativas. Assim se demonstra, também, o lado profundamente dialógico do diário:

En cuento a la función terapéutica del diario - “una costumbre sana”- la práctica está ligada al mismo tiempo a la necesidad de introspección y de comunicación, pues en todas estas

contestaciones se detecta la búsqueda de un interlocutor.

(Alberca 1997, p.8)

O diário é também um lugar de reflexão, oferecendo um tempo e um espaço fora das imposições da vida, além de uma oportunidade para se gozar o prazer de escrever, um prazer de dar forma ao que se vive, de melhorar na escrita, de ser mais fluente e conseguir pôr no papel os pensamentos. A 9 de Janeiro de 1894, Henry James escreveu palavras que confirmam bem esse esforço:

Cette fréquente et féconde lutte intime avec l'idée précise, avec le sujet, le possible, le lieu.

(*cit. in* Leleu 1952, p. 223)

Também Émile Nouguier, um jovem criminoso de 20 anos preso na prisão de Saint-Paul em Lyon, a quem restava pouco mais de um ano antes da condenação à morte, começou no dia 3 de Fevereiro de 1899 a escrever um diário para 'arquivar a sua vida'<sup>7</sup>

10h heures, je viens de recevoir ce cahier qui dorénavant me servira à noter mes impressions et mon emploi du temps et servira aussi à chasser l'ennui qui vient m'assaillir. [...] L'on me recommande de ne pas détruire le présent cahier et de ne pas en égarer les feuillets. [...] Je tiendrai compte de cette recommandation non seulement par obéissance mais encore parce que ces lignes que j'ai gratifiées du titre pompeux de journal pourront aussi me distraire lorsque plus tard j'aurais l'intention de le relire.

(*cit. in* Artières 2001, p. 39)

Neste primeiro texto de Nouguier estão bem resumidas as razões para iniciar um diário: fixar as suas impressões, o seu dia-a-dia, combater o tédio da prisão e, enfim, experimentar deleite na releitura das páginas já feitas. Através do diário, o indivíduo encontra um meio para entrar na escrita: grava o seu tempo e os seus sentimentos e cria um objeto de prazer.

O autor do *Diário de Guerra* que vamos analisar, Etelvino Baptista, inicia o seu Diário no dia 28/06/1961:

[Etelvino-Diário]

Embarque ao meio dia. Não posso descrever o que me custou a partida. Ainda muito depois de perdermos a costa de vista havia muitos camaradas que choravam. A bordo havia música por todos os lados para nos distrairmos. Andei a percorrer todos os cantos do navio, é enorme. São 10,20 vou-

---

<sup>7</sup>A expressão é de Philippe Artières.

me deitar. Estou a lembrar-me muito especialmente da Isabel e apetece-me chorar, mas não posso.

É, assim, no próprio dia do embarque que Etelvino se prende à escrita de um diário para fixar o passar dos dias da sua guerra em Angola.

Além das razões que acabámos de elencar, existem circunstâncias que favorecem o início de um diário. Vários autores apontam a idade como uma delas: a adolescência é o período privilegiado para ter o seu primeiro diário. No século XIX, a prática do diário, coincidia até com a primeira comunhão, quando as precetoras das meninas burguesas e nobres as convidavam a escrever. A escrita era vista como um rito assinalando a passagem entre a infância e a idade adulta. Eram diários que acabavam, habitualmente, no momento do casamento (Simonet-Tenant 2004).

Também Artières nos lembra que era na idade da adolescência que as meninas recebiam um diário fechado com um cadeado. Era uma prática aconselhada para registrar o quotidiano, mas também se recomendava que neles se fixassem as inclinações, os gostos, os pensamentos e os erros, no sentido de os poder melhorar. Artières (1997, p.8) cita a condessa de Basanville, que no seu livro *Du perfectionnement des jeunes filles* aconselhava tal prática:

Todas as noites, antes de vos deitardes, escreverdes o diário dos vossos pensamentos e das vossas ações durante o dia que passou; vereis então se caís com frequência nos mesmos erros, corrigir-vos-eis deles, para não terdes vergonha de vós. Dedicai portanto uma atenção severa a vos observar, e em pouco tempo vossos defeitos desaparecerão.

As funções evidenciam a vocação do diário enquanto refúgio, mas também enquanto lugar de afirmação do olhar singular do autor sobre de si e os outros. Analisar um diário significa, portanto, ter em conta o 'eu' do autor e a sua relação com os outros e o mundo que o rodeia.

A posição de Etelvino perante os Outros, nativos ou Inimigo, perante a namorada ou perante os camaradas e oficiais vai ser uma constante do seu Diário: entre sentimentos de desejo, de saudade, de injustiça, de desigualdade ou de crueldade, Etelvino apresenta-se através da sua relação com o Outro:

29 de Junho 1961

Vi várias vezes a fotografia da Isabel. Chorei.

---

<sup>8</sup>Também Gusdorf indica a adolescência como um período favorável à escrita de um diário íntimo:

L'entreprise du journal correspond au besoin, intervenant à certains moments de la vie ou chez certains hommes, de savoir exactement qui ont est. [...] L'adolescence est en particulier l'âge de cette inquiétude. (Gusdorf 1948, p. 43)

3 de Julho 1961

Estou sempre com o retrato da Isabel na mão.

6 de Julho 1961

A Isabel não me sai do pensamento.

24 de Julho 1961

O meu coração chorava de saudade pela Isabel.

10 de Julho 1961

Os meus camaradas já me chamam terrorista por eu defender os pretos. Eu já tive uma discussão com uns civis porque eles disseram que o preto devia ser exterminado. Eu não posso alargar muito senão algum dia sofro algum desgosto.

Na confrontação com o Outro, define-se a identidade do autor.

#### 4.1. O diário ao longo dos séculos

Para perceber a evolução do diário na história, é preciso ver também a evolução da noção de intimidade. A intimidade baseia-se, em primeiro lugar, no direito ao segredo. Este, se por um lado é o direito à criação de um espaço íntimo e pessoal, por outro é uma maneira de tornar social esse mesmo espaço ou parte dele:

Le secret est un terme ambigu qui peut recouvrir aussi bien la parole interdite et le silence absolu qu'une forme de communication entre initiés, autrement dit un certain mode de sociabilité fondé sur le partage de l'intimité.

(Simonet-Tenant 2009, p. 26)

A noção de intimidade tem assim de se articular com os conceitos de público e privado, tão variáveis ao longo do tempo. De facto, a problemática da intimidade enquanto espaço de pensamento, de palavras e de ações a salvo do juízo social é o resultado de uma separação entre o homem público e o homem privado:

S'appartenir rien qu'à soi-même, cultiver un espace intérieur à l'écart des autres, suppose un mouvement d'émancipation à l'égard des sphères publiques et à l'intérieur même de l'intimité.

(Jean-François Laé, *cit. in* Simonet-Tenant *ibid.*, p. 21)

A busca do íntimo esteve inicialmente ligada à vivência religiosa. Nos primórdios, o diário representava o suporte escrito da procura de Deus relacionada com uma incessante e profunda busca do 'eu'. Nesse sentido, *As Confissões* de Santo Agostinho representam o grande antepassado da escrita diarística. É uma obra que explora os estados interiores da mente humana, tornados mais precisos através da relação com Deus e o Universo. Encontramos nela memórias e pensamentos filosóficos e teológicos. Era uma época em que a confissão representaria não uma escrita quotidiana, mas uma investigação da parte mais profunda da alma.

Na Renascença, o diário vai perder o seu lado religioso e olhar para o exterior, tornando-se um observatório privilegiado de mudanças históricas e sociais. A época coincide com a modificação do valor do 'eu', alargando-se a conceção de escrita quotidiana: diários, memórias, crónicas. As escritas do quotidiano tornam-se então preciosos testemunhos, como foi o caso do *Journal d'un bourgeois de Paris* (1405-1449), que testemunhava as difíceis condições de vida durante a Guerra dos Cem Anos.

Mas o alargamento dos tipos de escrita do quotidiano tornou crescentemente difícil definir e



categorizar textos similares: estamos perante um diário, uma memória, uma crónica? E o problema aumenta quando os factos não seguem uma sucessão cronológica. Tal inconveniente foi, durante muito tempo, deixado para ser contornado pelo editor, que resolvia a questão sem ter muito em conta o texto global (Simonet-Tenant *ibid.*, p. 42).

É certo que qualquer que seja a denominação escolhida, a escrita do quotidiano vai integrar os exames de consciência de matriz religiosa, as observações e a inventariação, por exemplo, de despesas ou entradas de dinheiro. Começa a inscrição do quotidiano no íntimo, 'les petits riens' que se fixam na escrita o sujeito. Segundo Simonet-Tenant (*ibid.*, p. 45), é no *livre de raison*, com seu registo de números, entradas e gastos, que se encontra o antepassado do diário. Leia-se:

Les livres de raison, qui peuvent être considérés comme la matrice du journal personnel, étaient les registres de famille où chaque chef de maison prenait soin d'inscrire l'état et le développement de sa fortune, livres de comptes où étaient notées entrées et sorties d'argent, de marchandise et de transaction diverses.

Durante a Idade Moderna, o diário não vai interessar apenas os burgueses e as contas domésticas, e logo no século XVI alguns grandes autores passaram a usar o diário como suporte da própria escrita. Entre eles, Michel de Montaigne vai celebradamente juntar à introspeção a gravação do quotidiano. O diário deste escritor é, sem dúvida, um ponto de viragem importante no desenvolvimento da escrita pessoal tal como a conhecemos hoje. Montaigne escreveu sobre de si, mas não numa procura espiritual, com constantes diretivas e exortações equivalendo a um processo de penitência. Montaigne falou de si de uma maneira objetiva, valorizando indiferentemente grandes e pequenos pormenores da sua vida. Além disso, e pela primeira vez, o autor vai tornar-se o próprio objeto da sua obra, com o que provoca uma dupla rutura: por um lado, com a tradição estoica, que não dava nenhuma importância aos fúteis acontecimentos da vida; por outro, com a tradição cristã, que nunca reconhecia um lugar central ao ser humano que não estivesse preocupado com a presença divina. Montaigne foi ainda o precursor do valor de sinceridade atribuído ao 'eu' que se revela, convencendo-se de que a descoberta de si passava pela transparência, pela lealdade e pela boa vontade. Falar de si ganhou desta forma um valor moral de sinceridade e de verdade, uma ideia que se iria fixar e atravessar os séculos, até chegar ao século XX e ser partilhada por autores como o escritor francês François Mauriac:

La sincérité envers soi-même est, comme chacun sait, la vertu de notre génération.

(*cit. in* Gusdorf 1948, p.32)

À descoberta de si ligam-se, portanto, questões de ordem moral: a sinceridade vai acompanhar e às vezes sobrepor-se às noções de íntimo e intimidade, tornando a escrita sobre de si um argumento centrado nos termos de essência, profundidade e segredo. Por outro lado, o lugar do espiritual e o seu papel na origem do diário tornou-se motivo de controvérsia entre os teóricos da escrita diarística, tanto que os dois grandes estudiosos do género apresentam posições opostas: Georges Gusdorf considera o discurso religioso o grande modelo da escrita quotidiana enquanto Philippe Lejeune liga a introspeção no diário aos tempos modernos e à Contrarreforma. Já Béatrice Didier (2002) e Simonet-Tenant (2004) atribuem um lugar secundário ao carácter de 'íntimo' dos diários anteriores ao século XIX:

L'intimité est une invention du siècle des Lumières. Le désir d'intimité, lisible, entre autres dans la conception de l'habitat et dans la relation au corps, s'inscrit également dans la lecture et l'écriture.

(Simonet-Tenant 2004, p. 29)

Béatrice Didier identifica como antecedentes do diário dois géneros de textos claramente mais pragmáticos: as crónicas e os *livres de raison*. Para Didier, é preciso recuar até aos textos que apresentam o pensamento dia após dia, 'au jour le jour', defendendo que a característica essencial do diário é essa fragmentação do quotidiano, acrescentando que a intimidade não é exclusividade dos sentimentos: antes de tudo, exprime-se no pensamento humano. Também Simonet Tenant (*ibid.* p. 28) atribui à fragmentação quotidiana do diário (mas também das cartas) um valor essencial:

Ce qui caractérise avant tout le journal et la lettre, c'est leur articulation au temps qui s'inscrit dans le texte sous sa forme datée.

Torna-se claro que é na versatilidade do género diarístico que é preciso encontrar as características essenciais e as razões que permitem tanto a busca do íntimo como operações mais prosaicas como a da listagem de despesas e receitas. Foi essa flexibilidade do género que veio interessar um público diferente do dos primeiros diários da modernidade, tipicamente escritos por burgueses que relatavam a vida na corte e a vida mundana (*Journal d'un Bourgeois*, *Journal d'Héroard*, o médico de Luís XIII, ou o diário de Samuel Pepys). Depois das grandes revoluções, quando se instalaram correntes de pensamento como o romantismo, começou a manifestar-se o interesse de grandes escritores pela diarística. Por vezes, o diário não era escrito diretamente pelo autor mas por pessoas que conviviam a seu lado, como foi o caso de Julien, o criado de Chateaubriand, ou de Eckermann, assistente do Goethe. Por outro lado, o diário também era escrito

na primeira pessoa e representava a memória própria do que era uma vida artística e literária. É o caso do *Journal* (subtítulo *Mémoires de la vie littéraire*) de Edmond e Jules de Goncourt.

Tal interesse dos profissionais da escrita pelo diário vai durar até aos nossos dias, resultando em obras dignas da própria produção literária (pensamos ao diário de J.-P. Sartre, no de Simone de Beauvoir ou no do já citado André Gide). O risco que pode existir, no entanto, no caso dos diários redigidos por escritores, é que podem ser considerados um esboço. No momento em que acaba o seu papel de suporte à criação artística, muitos são automaticamente destruídos.

Em Portugal, autores como Marcello Duarte Mathias, traçando o evoluir do género do diário no seio da cultura europeia, concede-lhe um lugar de destaque. Leia-se:

Produto da civilização europeia a partir do século XVI, o diário floresce com o individualismo romântico de que é a expressão acabada, afirma-se como género literário nas sociedades burguesas do final do século XIX, para, finalmente, na redescoberta do indivíduo e da sua pluralidade, ocupar o lugar de destaque que é agora o seu.

(Mathias 1991, p.16)

Qual seria então, na nossa época, 'o lugar de destaque do diário'?

O diário é um género literário complexo, em que o autor simultaneamente vive e se vê viver, é protagonista e espectador, está por dentro e por fora.

(Chorão 2001, p. 517)

Delineiam-se os contornos entre o exterior e interior, entre o social e o individual, entre o íntimo e o estranho, que constituem os pontos cardiais de qualquer diário. Se os diários se podem considerar subjacentes a um código da escrita diarística, devem também pressupor um reconhecimento burguês da noção de indivíduo. Porque, como já foi dito, o diário é antes de tudo a relação do 'eu' com os outros:

Le moi, plutôt qu'une entité insaisissable, est un regard sur autrui, une prise de conscience du regard d'autrui.

(Didier 2002, p. 30)

Sempre segundo Didier (*ibid.*, p. 40), os fenómenos importantes na evolução do diário são:

- A presença das mulheres na escrita diarística:

É uma presença que coincide com uma simplificação da escrita do diário, sentida como mais natural:

Les journaux féminins, s'ils ne sont pas forcément plus sincères, sont en général moins recomposés, moins travaillés que les masculins [...]. La femme qui passe pour plus « naturelle » se doit de réintégrer le langage primitif.

(*ibid.*, p. 41)

- A familiaridade:

Transmitida a prática do diário no núcleo familiar e íntimo, ele torna-se menos secreto, sendo que algumas passagens podem até ser lidas aos entes queridos. Começa, assim, uma certa emulação através do diário, visto como um exercício coletivo. O autor pode ser influenciado pela escrita de tal diário ou, pelo contrário, pode querer afastar-se do modelo que ele representa:

Le journal devient une sorte d'exercice collectif, tout en conservant son caractère rigoureusement personnel et individualiste. On constate alors des phénomènes d'écritures-reflet assez curieux, parfois conscients, parfois involontaires.

(*ibid.*, p. 41)

- A publicação:

Alguns diários são publicados postumamente, outros, durante a vida do autor, sem pôr em questão a noção de sinceridade. Depois de Freud, o conceito de íntimo deixa de estar forçosamente ligado à noção de 'sigiloso' ou 'escondido'. A escrita de um diário torna-se tão terapêutica como o divã do psicanalista. Além disso, a publicação deste género permitiu ao público ler diários de um valor literário incontestável. Fundadores de discursividade, produziram a possibilidade e a regra de formação de outros textos.

- A procura da sinceridade:

Ao abordar este tema, deve-se ter em conta que qualquer relato, por mais íntimo que seja, não deixa de conter técnicas literárias e de estar sujeito a certas regras de apresentação pessoal e social. Isso torna-se ainda mais evidente nos diários publicados que foram sujeitos à revisão dos editores. Por isso mesmo, decidimos que, apesar de o Diário de Etelvino ter sido publicado, iríamos trabalhar sobre o material original deixado pelo autor à Liga dos Amigos do Arquivo Histórico-Militar de Lisboa. Em relação à sinceridade, segundo Michel Foucault, há uma tradição ininterrupta ligando a confissão católica medieval à confissão feita ao psicanalista. Apesar das inevitáveis alterações, terá

havido um *continuum* ao longo do qual a confissão teve, e tem, como objetivo principal incitar o sujeito a produzir um discurso de verdade sobre de si:

O homem tornou-se, no Ocidente, um animal de confissão. Da Idade Média até os nossos dias, a injeção para confessar não cessou de se multiplicar e aperfeiçoar os seus processos, tendo-se tornado uma das técnicas mais valorizadas para produzir a verdade. Começando por estar ligada à espiritualidade cristã e aos prazeres individuais, a confissão difundiu longe os seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na ordem mais quotidiana, assim como nos ritos mais solenes. Persuadido de que através da confissão o indivíduo se pode conhecer a si mesmo, desenvolve-se nele uma tarefa infinita de tudo dizer, de se dizer a si próprio e dizer a outro, tão frequentemente quanto possível, o que diz respeito a si mesmo.

(Foucault 1976, p. 80)

O que nos parece interessante na teoria de Foucault não é apenas essa produção da verdade ligada ao sujeito e à valorização do conhecimento próprio. É sobretudo a questão da verdade acorrentada ao social, desdobrada numa relação de poder 'porque não se confessa sem a presença, pelo menos virtual, de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, a impõe, a aprecia e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar' (*ibid.* p. 83):

La réalité est un rapport de généralité et de singularité: elle est à la fois rationnelle et historique. [...] l'objectivité n'entre dans une expérience, toujours mentale, qu'en connexion avec quelque subjectivité, il faut une autre connaissance, l'histoire, qui complète l'abstraction de la généralité par celle de la singularité.

(Leleu 1952, *avant-propos*)

De maneira evidente, o diário, tal como as escritas do íntimo, conduzem-nos ao tema da relação com a verdade e do empenho ético perante o próprio e os outros. Por exemplo, é através da 'verdade' de Etelvino que olhamos a sua relação com os nativos, sejam eles soldados ou civis:

26 Julho 1961

Quando cheguei ao quartel fui para a camarata dos bailundos e dei-lhe aguardente. Eles são mais camaradas do que os brancos.

28 Julho 1961

Estive a falar com duas senhoras em Luanda e cheguei à conclusão de que elas tinham um ódio de morte aos pretos.

A promessa de dizer a verdade e a distinção entre verdade e mentira estão na base de todas as relações sociais. Sem dúvida que a verdade é inatingível, em particular quando se trata da vida humana, mas o desejo de a alcançar define um campo de discurso e conhecimento, um certo tipo de relações humanas que nada têm de ilusório. A autobiografia, por exemplo, inscreve-se tanto no campo do conhecimento histórico (desejo de saber e de compreender) como no campo da ação (promessa de facultar esse conhecimento aos outros), como ainda na área da criação artística. Um autobiógrafo não é alguém que diz a verdade sobre a sua vida, mas alguém que afirma dizer a verdade. Igualmente, no diário íntimo há alguém que, durante um período da sua vida, decide dizer a verdade sobre si e o seu mundo. Mas ao contrário da autobiografia, o diário não se apoia num pacto de verdade porque a escrita é, *a priori*, imposta como íntima, não contemplando um leitor: só por isso é tida como sincera.

Existem, contudo, alguns problemas relacionados com o compromisso de dizer a verdade:

- O lado psicológico: crítica da memória, ilusões da introspeção;
- O lado da narratologia: toda a narrativa é fabricação.

A flexibilidade do 'eu' que escreve, tanto por causa do género textual a que recorre como por causa dos destinatários que tem, pode refletir-se numa adaptação da sinceridade. Já vimos como nas cartas podiam ser ocultados alguns temas considerados 'delicados'. As cartas familiares, então, muitas vezes lidas em grupo, exigiam atenção ao que se escrevia. No seu *Diário*, Etelvino demonstra essa preocupação em relação às cartas escritas à namorada:

17 Julho 1961

A Isabel pede-me para eu lhe dizer a verdade, mas não posso para ela não sofrer mais.

E de maneira mais geral é um peso não poder dizer a verdade:

31 Agosto 1961

É triste não se poder mandar dizer para a família o que se passa por aqui.

É efetivamente um tópico importante na escrita de guerra, este dos eventos que se podem contar. Longe de ser inocente e apenas uma defesa dos entes queridos, esse cuidado faz parte integrante de uma prática discursiva sobre a guerra, sobre sofrimento, violência e morte. Ao eliminar esses temas, entra-se numa descrição da guerra onde o pressuposto direciona a escrita no sentido do equilíbrio e da preservação das faces. Mas na escrita diarística, Etelvino demonstra que esses silêncios podem ser postos de lado:

9 Julho 1961

Já observei que há aqui muito branco que matou preto inocente só por prazer de matar.

10 Julho 1961

Hoje um furriel ao dar instrução a um soldado com uma pistola metralhadora descarregou o carregador no corpo do rapaz, foi preso.

12 Julho 1961

Alguns dos meus camaradas pensam vieram para aqui só para maltratar o preto. Eu não concordo por isso me chamam de terrorista.

15 Julho 1961

Continuo observar que não se faz a mínima justiça aos pretos. São perseguidos e tratados como ou pior que os cães.

As facetas mais cruas da guerra tornam-se aceitáveis temas de escrita e de recordação, contribuindo para uma maior variação dos enunciados bélicos.

## 5. O diário e as cartas

Sendo as cartas e o diário os nossos objetos de estudo, e apresentando várias analogias entre si, mas também várias diferenças, parece-nos importante retrazar os pontos de convergência e divergência entre os dois géneros. O confronto serve também para organizar a considerável bibliografia e teorização do assunto. Estruturámos a comparação diário/cartas da seguinte maneira:

1. O suporte: o diário e as cartas enquanto objetos
2. O conteúdo: a repetição e a questão do tempo
3. A receção: a leitura e o Outro enquanto destinatário

Começamos com as cartas e os diários enquanto espaços de escrita. Sendo objetos com configurações particulares, é importante sublinhar que os padrões de tais suportes têm consequências sobre a escrita. Os espaços fortemente delimitados, como é o caso dos aerogramas, direcionam nitidamente a escrita e os conteúdos. Também as agendas onde Etelvino apontava o seu diário eram de pequenas dimensões, e cada página era o espaço para um dia, que o autor, por vezes, dividia em duas partes, limitando assim ainda mais o espaço disponível para a escrita quotidiana. Por isso, o suporte configura-se enquanto *matéria*, mas também enquanto *forma e formatação* de um determinado tipo de escrita.

Segue-se a questão da repetição, provavelmente a principal peculiaridade da escrita relacionada com o quotidiano. Tal elemento torna monótona e difícil a leitura de milhares de cartas ou a leitura integral de um diário. A contínua repetição de palavras tranquilizadoras, de palavras de advertência ou de encorajamento, os simples relatos de atividades quotidianas tornam a leitura trabalhosa e cansativa, em busca de um ponto de relevo ou interesse.

Pondo de lado o efeito maçador da repetição, o que nos diz essa mesma repetição? Por que é que ela existe em situações de forte intimidade como as das relações familiares ou da escrita de um diário? Será que num evento tão radical como a guerra não há nada para contar? Nos dois anos de mobilização, só o tédio das tarefas quotidianas merece ser fixado? Porque se é verdade que é da guerra que se foge abrindo um espaço à escrita, é também à guerra que se volta, já que ela é a razão fundamental de tal escrita.

Seguimos para o tema do tempo. É escusado dizer que o tempo é um dado essencial para a escrita de cartas e de diários. A inscrição do tempo cronológico, seja num aerograma, seja numa pequena agenda, é a incontornável marca do princípio do texto. Só depois dessa anotação é que se pode começar, repetir e voltar a uma outra carta ou passar para um outro dia. É preciso realçar que



quase todos os documentos lidos, cartas e diário, estão minuciosamente datados: essa constância encontra-se nas horas, nas manhãs, nas tardes, nas noites apontadas dia após dia. É nesse tempo, que demora a passar, que a guerra se organiza e é vivida.

O número de cartas escritas e recebidas por M. V. diz-nos que durante os seus dois anos de mobilização recebia ou escrevia até 2 cartas por dia. Etelvino escreveu, durante os 18 meses de mobilização, todos os dias, sem falha, demonstrando uma assiduidade rara.

Em relação ao tema da leitura dos textos em questão, ela está associada sobretudo às cartas, apesar de no diário também haver alguma pertinência atribuída à receção. Nas cartas, no entanto, a questão da leitura é essencial. Escreve-se para ser lido e para ler, numa troca incessante de palavras. Não ler é sinónimo de desgraça, tanto de um lado como do outro: do lado de quem combate, pode significar a provável morte do soldado; do lado dos familiares e amigos, pode significar esquecimento ou desinteresse por uma condição alheia de intenso sofrimento. Além disso, é de notar que as cartas circulavam numa rede de pessoas próximas, sendo muitas vezes lidas por vários familiares. O facto tornava-as tanto num objeto de partilha e contato como num obstáculo à privacidade dos autores.

Para o diarista, reler as suas próprias páginas era razão de conforto, bem como uma maneira de se rever e se pensar enquanto homem e soldado. Aqui a escrita desempenhava também o seu papel de distração: relendo o testemunho, tornava-se tangível o tempo já passado.

Com o tema da leitura, está também relacionada a problemática da receção e do Outro enquanto destinatário. Não pode faltar, por conseguinte, a referências aos estudos sobre *ethos* e sobre a construção de si na interação. Não podem faltar os conceitos elucidados pelos estudos de Émile Benveniste, autor que tanta atenção deu ao rasto da inscrição do 'eu' na enunciação. Num segundo nível, trataremos da apresentação do 'eu' e da imagem do Outro apropriadas aos objetivos específicos da troca epistolar. Nesse sentido, a apresentação de si, o que é dito sobre o 'eu' e as modalidades em que se verbaliza tal apresentação, chama-se *ethos*. E torna-se importante evidenciar que tal construção está em estreita dependência da figura do destinatário:

L'image de soi et de l'allocataire sont interdépendante et témoignent dans le discours d'un jeu d'influences mutuelles.

(Amossy 1998, p. 77)

Tal negociação de diferentes papéis pode ser definida como uma construção coletiva (*ibid.*), pondo em cena normas e valores ligados aos saberes dos interlocutores, incluindo as representações sociais existentes numa determinada comunidade.

## 5.1. O suporte: diário e cartas enquanto objetos

Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever, nem da fixação de um sujeito na linguagem; é uma questão de abertura de um espaço [...].

Michel Foucault, *O que é um autor?*

Cartas e diários são, em primeiro lugar, suportes de escrita. A escolha do papel, da caneta, do lápis, da cor da caneta, o escrever à mão ou à máquina, não são fruto do acaso. A leitura de uma carta ou de um diário começa por esses importantes elementos de apresentação, que o autor escolhe segundo o efeito pretendido. Um exemplo: o uso da caneta vermelha pode ser visto como uma falta de consideração, motivo de elaboradas explicações e desculpas por parte desta autora:

Benavente 13 de Junho 1967 [carta recebida por J. F. da irmã dum camarada]

«Olha F. quero-te pedir desculpa de te escrever esta carta em encarnado mas foi assim, eu estou-te a escrever as 10 horas da noite e tinha a minha lapizeira azul comecei a escrever a direcção a caneta começou a falhar e eu disse assim querem ver que não é ainda hoje que eu escrevo ao F. fui a procura a ver se via mais alguma caneta e dei com mais duas mas sem tinta fui dar com esta encarnada e a minha mãe disse-me assim o Licas não me digas que vais escrever para o F. em encarnado e eu disse assim então não vê que não tenho carga nas outras, escreves amanhã disse a minha mãe mas eu é que lhe quero escrever hoje, tu não vês que isso parece mal ao rapaz, olhe ele tem que me desculpar.

E espero que me compreendas e que me desculpes sim? Espero que sim?»

O excerto demonstra a consciência da partilha de regras básicas de delicadeza na escrita, resultando a qualidade da carta de uma combinação entre as palavras nela contidas e o seu grafismo.

A organização da página, a união de desenhos à escrita, os efeitos gráficos de diferente natureza (palavras sublinhadas, letras maiúsculas, pontuação para dar ênfase e destaque), tudo são criações que nos lembram que a expressão através da escrita é também a conquista de uma margem de liberdade. Françoise Simonet-Tenant faz-nos o elenco de algumas razões de ordem prática e de outras, mais comunicativas, para essa criatividade no desrespeito de normas de delicadeza na escrita (2010)<sup>9</sup>:

- Por uma questão de economia do espaço: utilizar o mais possível o espaço a disposição;

<sup>9</sup> Segundo as regras da retórica antiga, a *actio* era uma componente essencial da oratória; codificava um conjunto de tons e gestos típicos da persuasão romana. Os autores, conscientes da ausência da *actio* na escrita, tentam restabelecer o contato oral através dos meios conhecidos.

- Por uma questão prática: utilizar o meio da maneira mais eficaz;
- Por uma questão de força expressiva: preencher a distância criada pela escrita;
- Por uma questão psicológica: a apropriação do suporte permite personalizar a própria intimidade.

Além disso, os objetos-textos, pela sua estrutura intrínseca (por ex. a repartição das áreas de escrita dos aerogramas, o tamanho reduzido das agendas do Etelvino...) permitem e convidam a uma escrita ora abundante ora telegráfica.

O exemplo dos textos escritos por Etelvino da Silva são, nesse sentido, demonstrativos. Durante os dois anos em que permaneceu em Angola, preencheu com uma escrita 'encolhida', pequenas agendas destinadas ao registro diário das coisas a tratar: uma escrita apertada, rápida e repetida. Diferentes são os dias apontados em folhas de papel: o espaço largo dá lugar a uma escrita extensa e demorada, rica em pormenores. Nas folhas, Etelvino compõe verdadeiras narrativas sobre a guerra, uma das quais foi transcrita na parte dedicada à análise do combate. Como se pode ver, por conseguinte, o suporte não é só uma plataforma material, mas molda, enquanto forma, tanto a escrita como o testemunho da situação vivida.

No caso das correspondências que estudámos, elas incluem cartas manuscritas, cartas escritas a máquina (do padrinho de M. V., mas também as cartas escritas por A. N. à namorada), aerogramas, aerogramas de Natal (com seu grafismo próprio) e postais. O papel usado é principalmente a folha solta, mas também há folhas de caderno. Os aerogramas são sobretudo escritos por soldados, dada a acessibilidade de tal suporte, um meio grátis garantido pelo SPM (Serviço Postal Militar). Por outro lado, a sua característica forma aparentava-se a um telegrama, que implicitamente continha a ideia de uma escrita rápida e pouco desenvolvida. Como já foi apontado por Kerbrat-Orecchioni (1998), as cartas são consideradas de maneira geral «FFAs» (Face Flattering Act), ou seja, pragmaticamente são um ato positivo. Voltaremos mais tarde a este conceito de *face* (cf. cap. 9), mas podemos observar já que a escrita limitada pela forma do aerograma pode ser considerado um «FTAs» (Face Threatening Act), combinação de resposta rápida com a ideia de se dedicar pouco tempo à pessoa do destinatário. Para prevenir uma possível ofensa (*softeners*), justificava-se muito frequentemente o uso de um aerograma, alegando-se sobretudo que era ele o único suporte disponível:

Estima 2/5/71 [carta recebida pela mãe de DCB do camarada e amigo F.R.]

«Desculpe escrever-lhe em aerograma, mas é que presentemente não tenho bloco, nem selos, pois aqui não há».

É importante evidenciar que os aerogramas eram sobretudo usados na correspondência entre

soldados, tornando-se raros, por exemplo, nas cartas de amor, onde o tempo dedicado ao destinatário era demonstração de um implícito interesse por parte autor.

## 5.2. O conteúdo: a repetição e o tempo

A primeira evidência com que nos deparamos quando lemos uma correspondência ou um diário é a do carácter repetitivo próprio destas escritas do quotidiano. Mas o contexto em que a escrita de que nos ocupamos foi produzida, o contexto da guerra, anula imediatamente a ligação entre repetição de fórmulas, por um lado, e tédio, por outro. A funcionalidade das nossas cartas, que eram uma escrita de necessidade, permitia que a repetição parecesse sempre menos importante do que o facto de se mandar ou receber correio. Isto mesmo se confirma por em nenhuma carta das que lemos se frisar o aspeto monótono da leitura repetida de fórmulas. Qualquer coisa era melhor do que nada.

Mas seria errado concluir que se escreveram sempre as mesmas coisas só para preencher uma folha de papel ou um aerograma e poder enviá-los como sinal de sobrevivência. A repetição serve também para salientar os temas, as representações, o universo de conhecimento de uma rede epistolar e da sua vivência em relação ao fenómeno bélico. Por outro lado, é também um desencadeador de estilo mais apurado, já que muitos procuram chegar a fórmulas mais pessoais e sofisticadas. Quanto ao *Diário*, a ancoragem do seu autor às rotinas, que são repetitivas, é, como já vimos, uma estratégia para não se perderem as referências ao passado e a uma vida de sossego. Assim, a comida é um dos temas que aí aparece com mais frequência, demonstrando que não se perdeu a ligação com a normalidade típica do passado:

11 Outubro 1961

Comprei duas grades de laranjada. Hoje fiz batatas fritas e bife de cebolada da parte da tarde e à noite, fiz uma canja de galinha e o respectivo leite com Ovaltine.

13 Outubro 1961

Hoje fritei umas batatas.

Nas cartas, a necessidade da escrita satisfaz-se mais pelo gesto de escrever e pela resposta que se espera do que pelo conteúdo textual. É o objeto-carta que anuncia que o soldado ainda está vivo. É no momento de receber uma carta que se é feliz, não exatamente no momento da sua leitura. A chegada (ou não chegada) das cartas é que fixa o momento essencial da correspondência, como se demonstra nas seguintes passagens:

Porto 10-1-65 [carta recebida por M. V. da namorada]

«Meu amôr ontem vinha convencida que quando chegasse a casa tinha carta, mas quando vinha de trabalhar encontrei a minha Mãe à beira maçã e perguntei-lhe, quando ela me disse que não fiquei muito triste e a pensar que te tivesse acontecido alguma coisa, hoje Domingo estava a apanhar malhas e sempre a vêr quando vinha o correio...»

No *Diário de Guerra*:

21 de Outubro

Hoje foi dia grande. Logo de manhã não se falava de outra coisa que não fosse a patrulha que trazia o correio e, pelas duas da tarde, finalmente, chegou. Foi a loucura, saltávamos, cantávamos e assobiávamos.

A questão da repetição ligada ao quotidiano põe também em evidência uma divergência de base em relação a outros discursos da guerra. Se por um lado a propaganda e o discurso oficial se fixam em tópicos como os de Pátria, Heroísmo, Lealdade, Virtude etc., é através da abstração que conseguem elaborar sobre eles, produzindo resultados que sejam, pragmaticamente, atos performativos. É através de conceitos abstratos e gerais que se 'manda fazer'. Já fixado no quotidiano, o discurso do soldado contrasta, na sua simplicidade, com aquela retórica, permitindo realçar o próprio grotesco da situação bélica, tantas vezes representado no cinema e na literatura (Rosso 2003).

O que acontece é que as correspondências e o diário permitem a passagem da realidade (a guerra) para um plano de fala e escrita sobre essa realidade. O contraste 'gritante' entre a propaganda e a escrita dos que combatem demonstra que existem normas, não escritas mas partilhadas, sobre o que é o discurso aceitável sobre a guerra, o que nos diz muito sobre a relação do homem com alguns acontecimentos coletivos. É uma representação que cumpre a função de aceitar a guerra, não de a fazer desaparecer ou de a esconder. Mais: ao se tornar excessivamente simples e natural, a escrita da guerra justifica a própria guerra, suprimindo ou diminuindo, ao mesmo tempo, processos dialéticos. Nesse sentido, achamos importante lembrar o conceito de mito delineado por R. Barthes:

O mito tem por missão fundar uma intenção histórica enquanto natureza, uma consequência enquanto eternidade. O mito não nega as coisas, a sua função é, pelo contrário, falar delas, simplesmente ele purifica-as, torna-as inocentes, funda-as enquanto natureza e eternidade, dá-lhes

uma clareza que não é a da explicação mas a da constatação.

(1997, p. 210)

A escrita do quotidiano, como veremos na parte dedicada às sequências dialogais, cumpre também o valor fático de manter um contacto permanente com o destinatário. Mas no diário essa função não existe, sendo que a figura do destinatário está ausente. Assim, a necessidade de falar do quotidiano, que se apoia na repetição, deve cumprir outra função, decorrendo, muito provavelmente, do género em questão. Os diários, com efeito, sendo práticas de escrita pessoais onde a fabrição do íntimo é de grande importância, têm de ter o dia-a-dia como tópico constantemente presente. Por outro lado, não há dúvida de que também o quotidiano cria um cenário de conforto e tranquilidade, permitindo um afastamento do cenário de guerra. Podemos pôr a hipótese, por conseguinte, de que a escrita do diário e das cartas constrói um terceiro cenário, um espaço discursivo onde os interlocutores mantêm relações próprias e diferentes tanto com a guerra como com a realidade.

Passamos agora à relação entre o tempo e a escrita quotidiana de guerra. Para os soldados (principalmente para os soldados milicianos), a guerra era uma questão de tempo, um tempo por isso mesmo muito pensado. Os dois anos de mobilização eram um tempo abstrato, sobre o qual se refletia bem antes do dia do embarque. Esse era um espaço-tempo, pensado e imaginado pelo sujeito, afastado do tempo vivido e real. A continuidade do tempo entre passado e futuro prossegue nas cartas e no diário: elementos que se configuram como extensão de um tempo diferente do presente. Se a escrita epistolar e diarística é entendida como fragmentária, é sobretudo nesta continuidade e na percepção do anterior e do posterior que o tempo se subdivide. Cartas e diário, em si, constituem a concreta continuidade do tempo: continuidade no passado e futuro, mas antes de mais numa específica dimensão do presente. Podemos dizer que, a nível de tempo, a guerra se divide entre memórias e previsões, permitindo dois movimentos: a continuidade do tempo e a continuidade no tempo, num presente não atual. É possível observar esse movimento no Diário do Etelvino entre o passado das memórias...

6 Agosto 1961

Passei um domingo muito triste. Foi a primeira vez que mais senti saudades por me lembrar dos domingos que passava junto a Isabel.

... e o futuro das previsões, de uma alegria próxima, ou o futuro que coincidirá com o regresso a casa:

31 Maio 1962

Hoje é o fim do mês. Todos nós aguardamos o dia 3/6/62 com impaciência, pois essa data é algo de transcendente para todos nós, os que pertencem à CC 164. Praticamente, é a primeira grande alegria que nós temos desde que saímos da metrópole, ou seja, desde há 11 meses.

28 Junho 1962

Só falta mais um ano para regressarmos aos nossos lares.

Tal movimento está também presente nas cartas:

12.1.65 [carta recebida por M. V. da namorada]

«Há meu amôr quem me dera, se tivesse muito dinheiro fazia isso passava 1 mês contigo, Deus Nosso Senhor já nos concedeu a graça de te vermos em antes 1 ano da tua chegada, e graças a Deus já não falta muito tempo para te abraçar com todas as forças do meu coração».

O 'hoje' configura-se como um presente sem tempo:

5 Agosto 1961

Não sei há quantos dias aqui estou. Estive a blindar o carro. Nós até perdemos a noção do tempo.

15 Agosto 1961

Hoje é domingo, mas só o soube porque ouvi o relato. Nós aqui perdemos a noção do tempo por completo.

A questão do tempo tem, assim, um lugar privilegiado na organização da escrita de guerra. Começar um diário ou uma carta significa fixar a escrita no tempo. A data serve tanto para fixar como para comprovar o momento da escrita. Pragmaticamente, considerando a carta um macro-ato que tem o valor ilocutório de 'resposta', nasce aí um 'um contrato epistolar' que vai assentar no ritmo da correspondência. Tardar numa resposta, por conseguinte, exige justificações e desculpas:

Porto, 10 de Fevereiro 1965 [carta recebida por M. V. dum amigo]

«Caro colega e amigo M.

Mais uma vez te peço desculpa, devido ao atraso de correspondência; tu deves compreender estas coisas, tem paciência».



Forte da Republica, 8-7-65 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Estimado amigo Mário faço ardentes votos para que as tuas melhoras sejam optimas que eu ao escrever fico hoquei.

Começo por te escrever este simples aerogramma e pedindo desculpa da minha ousádia, pois tenho me descuidado e hoje resolvi escrever porque o banha recebeu um teu aerograma onde dizias que estavas à espera de notícias minhas pois assim te peço desculpa na qual te passo a responder».

A crítica ao atraso pode revestir-se de ironia:

Aqui Luanda 20.1.1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Presado amigo e camarada

Amigo M. mais uma vêz recebi cá um seu apanha Boleias, mas pelo que parece calhou mal, teve que vir a pé porque levou muitos dias a cá chegar trás o carimbo do dia 7 do mês corrente,...».

O 'contrato epistolar', se bem que constantemente implícito na correspondência, é por vezes relembrado, precisamente nos termos da regularidade temporal a que deve obedecer para que a função da carta (um sinal de vida) se cumpra:

10 de Setembro de 1970 [carta recebida por DCB dos pais]

«Temos andado preocupados com a demora em recebermos notícias tuas, pois que já são decorridos perto de 15 dias sem sabermos nada de ti, o que não é costume. Para nosso socego pedimos-te que escreves duas linhas regularmente para sabermos como te encontras, e assim ficarmos com o espírito aliviado».

Estas solicitações de resposta funcionam sempre, contudo, na perspetiva pragmática, como uma 'ameaça' à face do interlocutor (FTAs), daí que sejam acompanhadas de estratégias de atenuação, nem que apenas apoiadas na ironia:

18/9/65 [carta recebida por J. F. dum camarada]

«Colega J.

Não sei o motivo que não me escreves tendo-te eu como intimo amigo assim como o 1.019. Talvez seja por teres muitas miúdas por responder e por isso não tens facilidade».

Não é de estranhar, dado o panorama, que a data de uma carta funcione como verdadeira

marca de enunciação: com ela, o enunciador fixa-se no tempo, ao mesmo tempo que fixa o momento da escrita; já para o enunciatário, ela é um dado tangível do 'contrato epistolar' que a correspondência postula.

Grafanil, 7 de Janeiro de 1965 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Acuso recebido o teu aerograma de 25 de Dezembro e assim verifiquei que estiveste a escrever no dia de Natal».

O tempo da escrita como momento particular de rutura em relação ao cenário de guerra é também várias vezes revelado. Revela-se enquanto lugar através de elementos que permitem partilhar esse ato intimista:

Luanda, 7 de Junho de 1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Aqui me encontro numa explanada da ilha, ao som de um fado de Fernando Farinha a escrever-te».

Muera 22/8/70 [carta escrita de DCB aos pais]

«Estou-vos a escrever a luz dum candeeiro maconde».

8/9/70 [carta escrita de DCB aos pais]

«P.S.: Estou-vos a escrever em cima de sacos de feijão».

Num artigo de Michel Foucault de 1967 (se bem que publicado apenas em 1984) estabelece-se, com pertinência para o que temos estado a tentar interpretar, uma relação entre espaços e história, sendo que há espaços onde funciona uma noção alternativa de tempo: trata-se das *heterotopias*. Segundo Foucault, todas as culturas têm as suas heterotopias. As modernas são as dos espaços para as grandes mudanças que assinalam a vida de um sujeito: o cemitério para a morte, a viagem de núpcias para a primeira noite dos esposos, os centros de detenção, etc.

Numa guerra como a Guerra Colonial, o teatro da guerra parece assemelhar-se às heterotopias de Foucault. Era um Mato, um lugar desconhecido, um não-lugar, fora das zonas urbanas ou de fácil reconhecimento. Antes do Mato, existia um território, Angola, por exemplo, que se configurava como um espaço controlado por regras coloniais, regras que queriam desafiar e parar o tempo com o seu natural movimento e transformação. As relações que as pessoas podiam viver com o espaço colonial eram relações com um espaço 'de dentro' e um espaço 'de fora': havia um espaço de paixões, de sonhos e, por outro lado, um espaço escuro e perigoso. Já a guerra dentro

deste espaço foi um tempo parado: suspendeu, neutralizou ou inverteu um conjunto de relações. O Mato, Angola, a guerra são lugares de ilusão e de compensação, lugares onde se cruzaram diversos espaços divididos em tempos distintos: a viagem de barco, a chegada, o tempo da batida, o tempo da escrita, o tempo do tédio, o tempo das permissões, o tempo de voltar. Foi nesses diferentes espaços-tempos que se desenvolveu e aperfeiçoou a necessidade de escrever. Ao tempo suspenso foi preciso dar um sentido, e a escrita preencheu plenamente essa necessidade.

A ligação que se estabeleceu entre tempo e espaço, dois elementos que muitas vezes coincidiam na perspetiva dos soldados, acabou por criar um lugar específico e próprio da guerra, como se pode ler nos excertos seguintes:

Gadamael Porto 7/5/71 [carta recebida por M.G. dum camarada]

«Eu encontro-me aqui em Gadamael-Porto à 6 meses, quero dizer que já tenho 6 meses de mato».

Montepuez 10/12/69 [carta enviada por DCB aos pais]

«Meus queridos Pais

Finalmente cheguei após 6 dias de viagem. Cheguei à Porto Amélia ontem à meia-noite, e parti às 2 horas da manhã para Montepuez em coluna protegida por tropa dos Comandos. Tudo aqui é bastante diferente ou seja é tudo mato».

O tempo tornou-se um 'algures' no período tão específico da guerra:

Estima 2/5/71 [carta enviada por um camarada de DCB aos pais]

«Estou presentemente algures aqui no distrito de Tete».

### 5.3. A receção: a leitura e o Outro enquanto destinatário

A questão da leitura afigura-se incontornavelmente importante na análise de uma correspondência ou de um diário. Mas a leitura de textos pessoais levanta também grandes dificuldades para quem os analisa, seja por interesse histórico, linguístico ou sociológico. O primeiro obstáculo é, sem dúvida, o da repetição, que afasta o prazer da leitura e torna pouco evidente como se poderá chegar a uma interpretação consequente. A esta, junta-se a dificuldade da indiscrição: estes não são textos, em princípio, que tenham sido escritos para nós. À sensação de indiscrição, é preciso associar ainda a da dificuldade criada pelo implícito, ou não-dito, as alusões tão próprias das escritas pessoais, uma maneira de tornar mais íntimo um texto que não está completamente resguardado do perigo de cair em mãos alheias. É o caso das cartas da Guerra Colonial, que muitas vezes circulavam de um familiar para outro, sendo que numa rede epistolar se tornava difícil e delicado evitar tal leitura pública. No diário, essa vontade de ocultar torna-se evidente na ausência de nomes próprios. Saber de quem se está a falar é um privilégio reservado ao autor. Ao não pormenorizar, ao evitar a identificação das pessoas, percebe-se a vontade do autor de fazer do diário uma escrita de si para si; a legibilidade e a compreensibilidade do texto pertence unicamente ao seu autor. O diário, enquanto reflexo de si, atribui ao provável leitor um papel de intruso.

Já nas cartas, apesar de terem um destinatário que, teoricamente, partilha o mundo de conhecimentos e de referências do autor, nota-se que as alusões são também formas de referir temas eventualmente 'sensíveis'. É o caso desta carta, enviada pelo padrinho de M. V., quando sublinha o tabu de uma doença do destinatário:

26 de Dezembro 1963 [carta recebida por M. V. pelo padrinho]

«Pastilhas para o assunto que nos sabemos» (sublinhado). Agradeço as tuas informações minuciosas. Oxalá que te deem o resultado temporario, mas que depois voltas a normalidade».

Ao lado dessa possibilidade de ocultar ou tornar privadas algumas informações, existe, como referimos, a questão da leitura pública. A carta é um diálogo contínuo e partilhado pelos vários elementos de uma família, o que cria o risco de se descobrir o que se queria esconder:

Porto 16 de Maio de 1965 [carta recebida por M. V. pelo irmão]

«... mandas-te dizer que te magoas-te a jogar a bola mas cá já todos sabemos que se ia dando num

desastre e tu saltas-te abaixo do carro e cais-te mal e partis-te o pé por isso entendo que não tinhas necessidade de mentir porque isso nem parece teu, puses-te tudo em alvoroço e quem trouxe essa notícia foi o Pai eu já me encontrava deitado tive que me por a pé ir a casa do Silvo e do teu Padrinho por isso para outra vez não incubras nada okei».

Própria da carta, que estabelece uma interação diferida, é também a separação da redação e da leitura, que coincidem com dois diferentes momentos da vida das pessoas:

3.5.65 [carta escrita de J. F. à mãe]

«Quando a mãe receber a minha carta já devo ter feito os 19 anos devo passar o aniversário mais estúpido da minha vida mas enfim é a tropa».

E o tempo que decorre entre a escrita e a chegada de uma carta pode, infelizmente, ser também o tempo de uma fatalidade. A carta que segue foi escrita pelos pais de D. C. B. no dia 15 de Setembro, em resposta à sua carta do dia 8/9. D. C. B. morreu no dia 14 de Setembro de 1970, e a carta ficou sem leitor:

Lourenço Marques 15 de Setembro de 1970

[...]

A questão da leitura está, por conseguinte, intimamente ligada ao destinatário, à sua própria imagem e à imagem que ele tem do autor. Enquanto no diário o 'eu' é um bloco único que se confronta com as várias situações e pessoas encontradas ao longo da comissão, a correspondência destaca-se pela variedade dos remetentes/destinatários e pela adaptação da imagem de si e do Outro a cada situação. Assim, os locutores constroem imagens que se adaptam aos objetivos que querem alcançar: moralizar, tranquilizar, aceitar a guerra, demonstrar aptidão, cumprir um dever, etc. Uma variedade de sentimentos que se concretizam através de esboços estereotipados dos diferentes papéis que devem assumir os participantes em cada interação. Porque num contexto de guerra, às relações familiares ou de amizade, às relações entre mulheres e homens, às relações entre mãe e filho ou marido e mulher, é preciso juntar a imagem que se tem do soldado e a imagem que o próprio tem desse papel.

A enunciação, num contexto tão delicado como o da guerra, fixa-se portanto através de um conjunto de elementos, que vão dos papéis aceites e partilhados numa determinada comunidade a um género textual ligado a uma instituição discursiva, do qual se conhecem regras e normas. Esse

complicado sistema de comunicação determina a passagem do real à escrita, bem como a um sub-género que definimos como 'escrita de guerra', onde se gera e se torna admissível uma nova prática discursiva; daí, a um novo conhecimento sobre a guerra.

## 6. O que sabemos da guerra

La guerra assomiglia  
alla vita, è un'altra vita,  
un nuovo modo di  
organizzare la vita.

Gibelli, *L'Officina della guerra*

Le plus violemment  
spectaculaire d'entre  
tous les phénomènes  
sociaux.

Bouthoul, *Le phénomène guerre*

Quixico- Angola 2-10-63 [carta enviada por M. V. ao irmão]

«F. falando da situação, isto tem vezes que está sossegado outras vezes não temos sossego, na certeza porém digo-te uma coisa, *isto é quase uma guerra...*».

Mueda 11/7/70 [carta enviada por D. C. B. aos pais]

«Sabe quem é que ficou ferido no último bombardeamento? O Fernando Morgado Malhangalene?? lembra-se. Mas não foi nada de mal, teve uns estilhaço nas costas e partiu um dedo. Houve nesse bombardeamento 6 feridos ligeiros. *Mas a guerra vai passando*».

Muera 22/8/70 [carta enviada por D. C. B. aos pais]

«Bem hoje por aqui fico pois as notícias são sempre sob o mesmo tema “A guerra” e isto a vocês não vos interessa. A única coisa que vos interessa é saber se estou bem o mal».

Queremos começar esta parte com uma reflexão que se impõe no contexto desta dissertação. É ao mesmo tempo uma interrogação e uma dificuldade. As palavras que John Keegan (1987) usou na abertura do seu precioso livro *o Rosto da Batalha* foram de grande utilidade. São palavras que de certa maneira partilhamos, ajudando-nos na busca de uma legitimidade, considerada difícil, quando se fala de um tema como o da guerra:

Nunca participei numa batalha, nunca estive perto de qualquer batalha, nunca ouvi o fragor de uma batalha ao longe, nunca vi as consequências concretas, no terreno, de uma batalha. [...]. Li sobre batalhas, claro, falei acerca de batalhas, ouvi conferências dissertações sobre batalhas, e, nos últimos quatro ou cinco anos, vi batalhas progredindo, ou aparentemente progredindo no ecrã de televisão<sup>10</sup> vi muitas outras batalhas, mais antigas, mas ainda deste século, em documentários cinematográficos, algumas das quais convincentemente autênticas, bem como muitos filmes de ficção e incontáveis imagens estáticas de batalhas; fotografias, pinturas, esculturas, com um grau de realismo variável. Mas numa batalha nunca estive. E cada vez me convenço mais que faço muito pouca ideia de como poderá ser uma batalha.

(Keegan 1987, p. 11)

Essa falta de conhecimento é também a nossa: nunca vivemos um cenário de guerra, nunca ouvimos o fragor de uma bomba, não sabemos o que significa um camarada morto ao nosso lado, nunca tivemos o medo constante de perder a própria vida, a possibilidade de matar pessoas ou o convívio forçado com a violência. Mas, como Keegan, vimos muitos filmes e muitos documentários. E vimos como a guerra e os seus participantes são temas inesgotáveis de ficção.

A narrativa de batalhas, enquanto construção histórica, é tão antiga como Heródoto. Como assunto de mitos e de sagas, é ainda mais antiga. Constitui um tema quotidiano da moderna reportagem jornalística e representa um desafio literário que alguns dos mestres universais enfrentaram com grande êxito. É evidente que a narrativa de guerra, por escrito ou por imagens, influencia o nosso imaginário sobre o que é um combate ou um conflito, mesmo que nunca os tenhamos vivido. E os milhares de filmes e livros sobre o tema oferecem-nos vários ângulos de visão: o ponto de vista do oficial, do soldado miliciano, do não combatente, do desertor (bastante raro ou inconscientemente censurado), do civil, do herói, dos que perderam ou dos que ganharam.

Por outro lado, o que é que manifestam essas narrativas? O que queremos ou o que devemos ver? Sem chegar a uma conclusão extrema como a de Rithy Panh no seu último filme sobre o

---

<sup>10</sup> Do nosso lado, podemos fixar em 1991 as primeiras imagens de lembranças nítidas de guerra. As imagens eram dos conflitos em Ex-Jugoslávia. Estávamos nos anos 90. Entretanto, seguiram-se mais de 25 anos de imagens sobre as guerras em diferentes partes do mundo: Iraque, Quênia, Nigéria, Afeganistão, Geórgia, Serra Leoa, Líbano, Síria, etc., que nos acompanharam através de artigos de jornais, notícias e serviços televisivos.



regime dos Khmers Vermelhos ('A revolução não existe, só existe o cinema'), pensamos que muito do que se diz e se pensa sobre a guerra deriva das imagens construídas por trás de uma câmara de filmar ou através das palavras escritas pela ficção. Ou seja, muito do que é dito, escrito, pensado ou imaginado da guerra faz-se longe dos cenários de combate. E, como Keegan, o nosso conhecimento da guerra passa por esses filtros. São emblemáticas, nesse sentido, as palavras de Gisèle Freund (2010, p. 200) sobre o simbolismo que representaram algumas fotografias de guerra, nomeadamente as fotos divulgadas durante a Guerra do Vietname: 'a fotografia de Phan Thi Kim Phuc, uma petiza de nove anos, seriamente queimada por um ataque de napalm, fugindo com outras crianças por uma estrada do Vietname, simboliza dolorosamente a guerra. Ela foi publicada pelo mundo inteiro e despertou por toda a parte o horror e o ódio pela guerra, evocação infinitamente mais poderosa do que as dúzias de páginas que poderiam ter sido escritas sobre esse assunto'. A fotografia resume num instante e numa imagem, através do sofrimento de uma criança, a barbaridade que uma população inteira sofreu em nome da paz. A imagem causou tanto choque que a revista *Life* se sentiu obrigada a mostrar uma foto sorridente da pequena Phan Thi, num hospital, a ser tratada. A fotografia era uma representação fortemente persuasiva da guerra, que podia rapidamente tornar impopular o conflito no Vietname, razão pela qual foi preciso tranquilizar o mundo dando notícias da saúde da rapariga. A fotografia tornou mais imediato o conhecimento dos cenários de guerra, mas, em contrapartida, teve efeitos incontrolláveis na opinião pública.

Essa famosa fotografia demonstra, por outro lado, que existem constantes 'cautelais' perante o sofrimento, ou então perante o desprezo pela dignidade humana, como também se confirma no testemunho de Primo Levi. O escritor italiano, sobrevivente do campo de Auschwitz-Birkenau, referiu a existência de uma certa 'proibição' de falar de assuntos considerados delicados, mesmo que em situações extremas, como nos campos de concentração, que como todos sabemos foram dominados pelo horror e pela eliminação de qualquer valor humano:

C'était faire preuve de maladresse, pour ainsi dire de mauvaise éducation, que de parler de crématoire ou de chambre à gaz [...]. Il était considéré comme incorrect d'évoquer de tels sujets, on faisait taire celui qui en parlait, on haussait les épaules, on changeait de conversation.

(Levi 2000, pp. 76-77)

Levi explicava a necessidade de tais silêncios:

Il faut songer que, dans les conditions où il était plongé, le déporté ne possédait pas notre sensibilité et notre émotivité ; il était hébété, et cette hébétude assurait son salut, car elle lui permettait de tenir jusqu'à la fin de la journée, en ne se préoccupant que des réalités immédiates et quotidiennes et en

refoulant le reste.

(*ibid.*, p. 77)

É por esta razão pela qual arredámos para a segunda metade da tese a parte mais 'delicada' de enfrentar. É sempre complicado falar de algo que não se viveu pessoalmente e sobre um assunto que envolve violência, sofrimento e morte. São temas sensíveis, especialmente por se relacionarem com o que há de mais caro no mundo. Veremos em seguida os cuidados ou silêncios que requerem tais situações, mas também em que termos se revelam.

Nas nossas cartas, existem pedidos diretos para não se falar de assuntos delicados que perturbarão os pais, como se pode ler na apreensão do irmão de M. V.:

Porto 5/10/63 [carta recebida por M. V. do irmão]

«N.B. Não mandes dizer nada para a mãe que a aflija quando acontecer alguma coisa manda-me dizer a mim que eu depois conforto-a».

Etelvino explicita a necessidade de não poder dizer tudo à namorada para a proteger de sofrimentos ulteriores:

17 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

A Isabel pede-me para eu lhe dizer a verdade, mas não posso para ela não sofrer mais.

Os silêncios sobre a guerra, por vezes, não são tão explicitamente recomendados, e resultam mais do facto de se estar *fora* do assunto, e, por isso, incapaz de perceber a tal guerra sem aspas. Esta situação é sentida na carta escrita pelo capitão Matos Gomes para explicar a morte de D. C. B. aos pais:

28 de Fevereiro 1970

«Esta é a verdade dos factos, espero que a explicação tenha sido o mais clara possível pois é bastante difícil para mim descrever estes factos a pessoas que por não terem conhecimentos destes assuntos tem certa dificuldade em os compreender».

Ou só quem está no terreno sabe do que se está a falar:

Marimba 4.6.1965 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«M. quanto à vida operacional, tem corrido normalmente; têm andado por cá nuns boatos, mas pode

ser que os mesmos se concretize por enquanto ainda é águas límpidas, enfim compreende não é verdade?»..

Como também é explicado no artigo do paraquedista J. F., publicado no Boletim 'Boina Verde', abril de 1968:

«Muita coisa ficou por dizer desta operação, cenas indiscreíveis, que só vistas podem ser acreditadas, mas os «Boinas Verdes» que não participaram nesta operação, imaginam essas cenas que eles próprios viveram em situações idênticas ou mais delicadas».

Ou pede-se abertamente para não falar com ninguém sobre assuntos relacionados com as operações de guerra:

Mueda 3/7/70 [carta escrita por D. C. B. aos pais]

«Querido irmão e pais

Venho-vos comunicar que já estou em Mueda há dois dias e que amanhã iniciarei a operação ao “Batalhão Gungunhana” que uma das bases mais importante se não for a mais importante. Não tenham medo, porque vão 4 companhias de Comandos, 1 de artilharia e 1 de morteiros, 1 de engenharia 1 de G.E etc...

Estou-vos a escrever, mas isto não é para falar a ninguém».

Ou não há palavras suficientes para explicar:

2/8/70 [carta escrita por D. C. B. aos pais]

«...nem imaginam a aflição que é um individuo ouvir cair as morteiradas é impossível descrever».

Ou se ignora o que só sabe quem vive pessoalmente a guerra:

21 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

Toda a gente fica com pena de virmos para aqui, mas a verdade é que não fazem a mínima ideia do que nós sofremos e isto ainda não é nada porque ainda não nos falta o precioso líquido que é a água.

No livro *Correspondente de Guerra* de John Steinbeck, a questão do sigilo e da mentalização em relação a ele, que levava correspondentes e soldados a assumirem regras próprias de autocensura, são bem retratados:

É que o segredo era, já por si, um autêntico campo de batalha. Talvez toda a nossa mórbida história em matéria de sigilo, mania que tem dominado estes últimos vinte anos, tenha nascido por essa altura. A obsessão do sigilo compreendia-se perfeitamente quando nos atormentava o receio de que, sabido qual o dia de partida de um navio de tropas, logo surgisse uma matilha de submarinos no seu encalço. Até aí, muito bem. Mas, mais tarde, até os próprios factos que facilmente se poderiam averiguar em qualquer biblioteca continuaram a ser cuidadosamente secretos. Resultado: os segredos mais ciosamente guardados eram, afinal, conhecidos por toda a gente.

(Steinbeck 1984, p. 8)

E, sobre a questão da autocensura, o escritor acrescenta:

A maior parte das vezes, era ele [o correspondente de guerra] que tinha o livro das regras de conduta e até chegava, no interesse do Esforço de Guerra, a inventar restrições para uso próprio. Quando a *Viking Press* resolveu imprimir estas reportagens sob a forma de livro, sugeriu-me que, dada a inutilidade actual das restrições, eu substituísse a fórmula *Algures em qualquer parte* pela menção dos locais onde os acontecimentos se verificaram. Coisa impossível. Senti na altura própria de tal forma a importância do sigilo que acabei por me esquecer dos nomes dos sítios a que as reportagens diziam respeito.

(*ibid.*, p. 9)

Os silêncios e o sigilo que se pedem durante a guerra, seja de que tipo forem, contrariam a vontade de falar sobre os acontecimentos vívidos:

31 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

É triste não se poder mandar dizer para a família o que se passa por aqui.

Apesar de tentar esconder as facetas mais duras da guerra, ou de se assumir como confidencial, essa escrita continua a ser reveladora e a dar muitas informações sobre as relações e dinâmicas que nascem nos teatros de guerra. Tanto os soldados como os que não combatem interiorizam a problemática de 'não poder revelar tudo', mas tal questão é sobretudo respeitada na correspondência e na troca de cartas com as mulheres. É preciso evidenciar que os soldados falam entre eles de combate e baixas, mas nunca se excedem em pormenores ou descrições dos mortos, dos corpos ou dos ferimentos. Pelo contrário, no *Diário* de Etelvino revelam-se as atrocidades que o autor testemunhou. As descrições dos mortos são descrições de corpos destroçados pela violência que a guerra causa:

17 de Agosto de 1962 [Diário Etelvino]

De tarde fui ao funeral de dois camaradas meus, mortos em combate. Um apanhou um tiro nos olhos e o outro abriram-lhe a cabeça ao meio com uma catanada.

23 de Agosto de 1962 [Diário Etelvino]

Foi um pelotão levar os dois mortos a Ambriz mas os desgraçados devem ter chegado em péssimo estado porque iam dentro de um carro sem condições nenhuma. Um deles foi atingido na cabeça e outro no braço e barriga que lhe pôs as tripas de fora. Agora estou convencido que é uma sorte voltar à Metrópole.

3 de Agosto de 1962 [Diário Etelvino]

Passámos por sítios perigosos e quando faltava quase duzentos metros para chegarmos à sanzala, avistámos fumo do lado direito e fomos ver. Horror. Era o nosso camarada com os braços e pernas separados, a barriga aberta, o pénis cortado e o corpo no meio da fogueira quase queimado.

24 de Agosto de 1962 [Diário Etelvino]

Chorei quando um meu amigo entrou na avioneta com o braço desfeito.

Vamos traçar nos próximos capítulos o que sabemos, o que foi dito ou se escreveu em diversas fontes sobre a Guerra Colonial. Veremos como o real e o narrado constituem 'momentos' de conhecimento da guerra. Veremos como se difundiu e que características assumiu o conflito nos três maiores cenários, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Apresentaremos também alguns aspetos que achamos pertinentes na análise da escrita de guerra, e que são essenciais para perceber que tipo de conflito se travou nas colónias portuguesas. A abordagem é dupla: em primeiro lugar, falaremos da questão da ação psicológica e psicossocial que se desenvolveu ao longo dos anos de Guerra Colonial. Tal ação tinha como alvos principais os nativos e os terroristas, mas a ideologia que lhe subjaz alarga-se a toda a população empenhada no conflito. A propaganda é um aspeto essencial da guerra, sendo que a 'guerra psicológica' é tão ou mais importante do que as operações militares. Em segundo lugar, queremos também dar visibilidade, neste espaço inicial, à escrita dos comunicados militares, ao laconismo e à sobriedade de uma linguagem que é a fonte inicial, a nosso ver, da guerra entre aspas e dos seus silêncios. Entretanto, tais comunicados fazem também parte da interdiscursividade da escrita de guerra: relacionados com outros textos, representam uma memória discursiva e integram um conjunto de conhecimentos partilhados pelos falantes. Todo esse material, participando de uma colossal

narrativa de guerra, pode-se resumir no bem acertado título do livro de John Steinbeck, publicado em 1958:

*Once there was a War...*

#### • A ação psicológica e psicossocial

Relembramos que a Guerra Colonial se apresentava como uma guerra subversiva cujo principal objetivo consistia na conquista da população:

A população é o meio (no sentido de ambiente ou de campo de acção) no qual a subversão se processa, sendo também o objectivo a conquistar e ainda, uma das armas utilizadas para atingir esse objectivo. Nenhuma acção subversiva terá quaisquer probabilidades de êxito sem primeiro conseguir o apoio, voluntário ou forçado, consciente ou inconsciente, de uma parte da população [...].

(Rebocho 2009, p. 223)

Para conquistar as populações, a ação psicológica foi complementada por ações psicossociais, cujos objetivos resumimos de seguida [Livro de Propaganda, Espólio não cotado, LAAHM]:

- 1.º - Exercer sobre os povos uma ação psicológica que tem por fim manter o apoio das populações amigas, conquistar a simpatia das neutras esclarecendo-lhes as opiniões e contrariar a influência que os elementos rebeldes possam exercer sobre umas e outras.
- 2º - Exercer uma ação social com vista a elevar o moral das populações e o seu nível de vida.

A ação psicológica visava os cérebros, mas sobretudo os corações, de forma a fazer de cada habitante um amigo. O 'dispositivo psicossocial' devia levar as populações a empenharem-se na própria defesa e no exercício das responsabilidades locais. O lema da ação psicológica era: 'ou as populações estão connosco, e venceremos, ou passarão para o campo do rebelde, e seremos vencidos' (*ibid.*).

As Forças Armadas estavam empenhadas numa ação militar especial, que se revelava ser um suporte às ações psicológica e social: paralelamente às operações de guerra, os soldados tinham de atuar ao lado das populações, demonstrando vontade de resolver os seus problemas. Essa ação devia

ser contínua e intensa, para consolidar a confiança e a simpatia dos nativos perante as Forças Armadas. Era preciso generalizar um sentimento de proteção e de defesa de direitos e de liberdade contra os crimes e contra as violências dos terroristas.

Tais ações no terreno apresentavam, ao final, várias vantagens; constituíam uma ação moral para as próprias tropas, desacreditavam o adversário e reforçavam os laços com as populações. Desenvolviam-se a nível local e realizavam-se através das quadrículas. As missões da quadrícula tinham as seguintes finalidades:

- Assegurar a defesa de determinados pontos sensíveis
- Garantir a possibilidade de utilização de determinadas vias de comunicação
- Pesquisar constantemente notícias sobre o inimigo e obter elementos sobre o terreno e a população
- Estabelecer, quando necessário, medidas de controlo da população
- Exercer sobre os rebeldes uma ação psicológica
- Hostilizar o Inimigo

Os soldados mantinham um contato direto e contínuo com as populações nativas. Precisavam delas para poder derrotar o Inimigo, até porque numa guerra subversiva era delas que dependia, entre outras coisas, o reabastecimento das tropas adversárias. É importante, por isto mesmo, perceber como eram consideradas as populações angolana, moçambicana e guineense, mas alguns excertos de discursos feitos nos anos da Guerra Colonial demonstram como, em vez de consideradas, elas pareciam ser ignoradas.

A perspetiva principal a partir da qual era construído o africano era a do *out-group*: entidade localizada fora do grupo, não se integrava em nenhuma ideia de construção ou participação ativa no lugar onde vivia. Nas palavras de Rebocho (2009), a população que constituía o meio onde as forças portuguesas atuaram caracterizava-se da seguinte maneira:

Este caracterizava-se, quase sempre, por uma pequeníssima densidade de habitantes “civilizados” e por habitantes nativos, em muito maior número, que tinham um nível de instrução muito baixo e costumes e crenças completamente diferentes dos europeus. Desta situação derivavam, para a luta contra a subversão, certas dificuldades que foram incidir em especial na organização, equipamento, instrução, instalação, modo de vida e combate das forças da ordem.

(Rebocho 2009, pp. 223-224)

Era, por conseguinte, num espaço deixado apenas ao proveito do branco que se inseriam as ações psicológicas e psicossociais das Forças Armadas portuguesas. O espaço fechava-se rigidamente sobre os diferentes grupos e não deixava dúvida nenhuma sobre qual era o lugar do nativo. A relação civil-militar definia-se na exclusão da participação ativa das populações nessa mudança moral e económica, destinada prioritariamente a manter a hegemonia dos brancos, razão pela qual as ações psicológicas e psicossociais estavam destinadas, desde o início, ao fracasso.

Para Norman Fairclough (1989), especialista em análise do discurso, a ideologia pode ser entendida como um conjunto de representações sociais, representações do mundo e de relações de poder que podem contribuir para o estabelecimento, a manutenção ou a mudança de poder nas disputas pela hegemonia. Segundo o autor, quanto mais despercebidos passarem os efeitos da ideologia e da sua presença junto dos sujeitos, mais efetiva ela será nas relações de poder. Assim, os sujeitos reproduzirão acriticamente o senso comum, o *status quo*, que por sua vez reforçará e manterá a hegemonia. A Guerra Colonial foi exemplo disso, porque a ação psicológica e a ação psicossocial, enquanto disfarces da ideologia, transformaram em senso comum as bases do colonialismo. Deste modo, a violência, a inferioridade dos nativos e a presença dos brancos tornaram-se elementos legitimados em nome da paz, do progresso e da civilização.

Numa perspetiva diferente, mas ainda no âmbito da análise do discurso, Teun Van Dijk (2005) propõe uma abordagem segundo a qual as ideologias não dependem de qualquer situação, sendo apenas ao nível da sua expressão que podemos encontrar o fenómeno da variação, i.e., só variam ao serem produzidas localmente e ao serem restringidas em termos contextuais. A principal razão teórica que justifica essa proposta é a seguinte: se não se partisse do pressuposto de que os sistemas ideológicos são relativamente estáveis e contínuos, seria impossível explicar por que é que os membros da sociedade são tantas vezes constantes e similares nas suas expressões ideológicas.

Veremos como o discurso de guerra se sustenta de valores atávicos e de imagens relacionadas com o passado ou com crenças que, não tendo surgido originalmente durante a guerra, foram reutilizadas e adaptadas ao contexto em questão. Tentaremos perceber quais eram as bases dessa estabilidade e como se realizaram discursivamente.

Tal como atrás foi referido, a Guerra Colonial assumiu-se como uma guerra subversiva. Este aspeto levou a que o Exército, logo a seguir aos acontecimentos de 1961 em Angola, visse a necessidade de criar forças de elite preparadas e vocacionadas para a contraguerrilha; foi assim que o Exército teve os seus Comandos, a Marinha, os seus Fuzileiros, a Força Aérea, os seus Paraquedistas.

Entre os textos de soldados que tivemos a possibilidade de ler, existe um espólio de cartas de D. C. B., que foi Comando em Moçambique entre 1969 e 1970, ano da sua morte, causada por uma



mina antipessoal. D. C. B. relatou nas suas cartas a dureza da formação de Comando e deixou muitas informações sobre os processos da ação psicológica. O objetivo principal desta ação era o de fazer do Comando um homem autodisciplinado e capaz de combater e enfrentar qualquer situação, mesmo nas condições mais adversas. O Comando não tinha medo de morrer; trabalhava no limite do esforço para se tornar numa verdadeira máquina de guerra:

18/1/70 [carta escrita por D. C. B. aos pais]

«Esta semana já fiz duas marchas forçadas de 10km cada uma e um cross de 16 km, tirando os crosses que temos todos os dias depois da ginástica educativa, que são de 4 km. Uma das marchas forçadas ou seja a primeira que foi na quarta-feira passada, foi feita à meia-noite e meia, depois de uma aula de mentalização. Vou-vos dizer algumas frases que me disseram a essa tão linda hora.

“O comando ataca essencialmente de noite”

“O comando não acredita em facilidades”

“As vossas mães, mulheres, filhos, noivas, sofrem neste momento por vos e a vocês nada vos interessa”

“Porque a noite é a vossa amante” “Porque vocês se casaram com a noite”, e como estas muito mais, outra que me lembrei agora “Os vossos amigos nesta altura divertem-se e vocês aqui sofrem, mas é necessário, poi os Comandos sofrem para que os outros possam viver em paz” “A superioridade física é uma constante do Comando e por conseguinte vais iniciar a tua instrução com um sorriso nos lábios e acabarás com o mesmo sorriso. Depois desta aula de mentalização saímos para o mato e andamos em marcha ferrada durante 1h e meia...».

A «guerra psicológica», a parte da Propaganda a cargo dos militares, devia concentrar os seus objetivos em conteúdos simples, breves e claros. Aos princípios de *simplicidade* e *concentração*, acrescentava-se o princípio de *repetição*:

A Propaganda deve limitar-se a repetir um número reduzido e escolhido de ideias simples. Deve manter sempre viva a ideia-força fundamental, repetindo-a incessantemente de formas diferentes e por todos os meios possíveis.

(Espólio não cotado, p. 17 LAAHM)

Os comunicados são um claro exemplo do uso desses três princípios. Se por um lado existia uma propaganda que intensificava e generalizava sentimentos e paixões, por outro lado o conhecimento da guerra resultava do laconismo e da brevidade das notícias sobre as operações

militares. Sendo conhecida a vontade de notícias por parte dos familiares dos soldados, que sofriam por pouco ou nada saberem, mantinham-se contudo reservadas as informações sobre a guerra. Era a outra face da propaganda: ao manipular 'os silêncios', conseguia-se a adesão do povo e mantinha-se íntegro o esforço de guerra. Sem nunca se contradizer ou mentir de todo, eram dadas notícias sobre as operações de guerra no Ultramar. Seguindo o princípio da *ampliação e redução* da verdade da propaganda:

A verdade não deve ser falseada mas apresentada de forma conveniente, ampliando-a ou reduzindo-a, por forma a obter efeitos sentimentais favoráveis.

(Espólio não cotado, p. 18 LAAHM)

Assim, num artigo do «Diário de Luanda» de 15 de Setembro de 1962 lê-se:

«Publicou a Imprensa de ontem um comunicado do Q. G. das Forças Armadas de Angola, a dar conta de uma recente e vasta, embora não espectacular operação realizada pelo Exército, com o apoio da F.A.P., na região de Nova Caipemba - Lucunga».

Esse comunicado, na sobriedade habitual da linguagem militar, aborda a questão das notícias relativas à guerra. O sigilo faz parte da guerra e é aceite de maneira geral, criando uma cumplicidade e uma colaboração implícitas, mas também uma grelha de leitura dos comunicados publicados. É umas das medidas para a defesa da Pátria, medida que pede a colaboração e a fidelidade de todos. Subentendendo-se que a única forma de agir corretamente naquele contexto é ter poucas informações, legitima-se o processo:

«Por via indirecta chegam, por vezes, ao Quartel General da Região Militar de Angola, queixas relativas ao facto de serem difundidas poucas notícias sobre as operações militares decorrentes. [...] O Exército em Angola está permanentemente em acção fiel à determinação imposta pela Pátria, de defesa do património Nacional. [...] Compreendemos perfeitamente a posição, única possível, do Q.G. da região Militar de Angola, muito embora como jornalista desejássemos ter elementos para contar bastante mais aos nossos leitores. O público em toda a parte está ávido de saber novidades e aqui, naturalmente, «novidades de guerra».

Ao tornar explícito algo de censurado e proibido, justificando o sigilo pela defesa da

coletividade, consegue-se tornar nula, eventualmente perigosa, uma legítima vontade de saber o que acontece nos cenários de guerra. Não é unicamente explicitado, é até simplificado. Depois, é na evidência da sua aceitação que reside a impossibilidade de contestar ou contra-argumentar.

Entretanto, a consciência de que existia um sigilo para a defesa da Pátria não impedia os autores das cartas de pedirem continuamente informações sobre a guerra:

21 de Janeiro de 1964 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Quando poderes conta-me muitas novidades d'ahi pois gosto imenso de saber o que se passa».

4 de Maio de 1964 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Peço-te mais uma vez, que quando me escreveres me contas muitas coisas que ahi se teem passado contigo ou com os teus colegas de tropa».

17 de Março de 1965 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Tens assistido à entrada de muitos feridos? Não te esqueças de mandares sempre noticias frêscas».

Passamos agora às notícias que se davam nos comunicados. O 1.º Cabo M. V. guardou alguns comunicados referentes às operações do Norte de Angola nas quais esteve envolvido em 1964. O comunicado, transcrito de forma indireta, refere as atuações de 22 a 29 de abril na região de Caluca, Avé-Maria e Serra da Canda. A primeira parte do comunicado dá informações sobre lugares e datas. Seguem-se os participantes, as ações e, no terceiro parágrafo, são indicadas as consequências das operações:

«Os bandoleiros sofreram baixas, tendo sido destruídos acampamentos ilegais, capturado armamento e documentos e recuperados elementos da população».

Depois, há informações sobre as atividades e participação das Forças navais, aéreas e terrestres e sobre os mortos e feridos em consequência direta das operações:

«Manteve-se contínua vigilância nas fronteiras terrestres, marítimas e fluviais, utilizando-se para tal os meios navais, aéreos e terrestres.

Em consequência da actividade desenvolvida as nossas forças tiveram em combate dois mortos e treze feridos, tendo os elementos de identificação das baixas sido publicados oportunamente nos órgãos de informação pública».

A presença do Inimigo só é introduzida a seguir, eliminando uma conexão direta com as baixas. Esta sequencialidade das informações suprime o argumento de que o Inimigo é a causa direta dos mortos:

«Os bandoleiros mantiveram fraca actividade, limitando-se a flagelar as colunas das nossas forças ou reagir à sua progressão».

O fim do comunicado adianta um derradeiro resultado que se configura num número impreciso de rendições:

«Verificaram-se mais algumas apresentações de nativos vindos das matas do Congo».

No segundo comunicado, este referente ao período de 7 a 14 de outubro, são delimitadas a figura do Inimigo e a sua atividade; o Inimigo corresponde a um grupo de bandoleiros que impede as populações de serem portuguesas, de trabalharem e viverem em paz. A atividade, reflexo das capacidades do inimigo, é fraca e improfícua. Na retórica que o comunicado encerra, o termo *bandoleiro*, em primeiro lugar, é sinónimo de bandido, e a ilegalidade da sua ação demonstra-se pela tirania exercida sobre as populações. A real força do Inimigo, a sua real ameaça e perigo são minimizadas pela referência ao fracasso das suas atividades e à sua posição de perseguido:

«Na firme determinação de apoiarem as populações com vista a libertá-las da coacção em que grupos de bandoleiros as mantêm nas matas e assim permitir que possam como portugueses que são viver na paz pelo trabalho [...]

Assinalou-se fraca actividade terrorista, limitada a improfícuas e baldadas reacções de flagelações numa tentativa para sustentar a movimentação das forças que por toda a parte os perseguem».

Se por um lado não se podia encobrir a verdade patente no número de feridos e baixas, por outro lado evitavam-se explicações ou razões: eram a inevitável consequência da eliminação da sua própria causa.

«As nossas forças sofreram quatro feridos, entre os quais um guia nativo».

A estrutura do comunicado tinha um esquema fixo a nível informativo: notícias sobre as

operações, das quais constava sempre o esforço conjunto das várias forças armadas, baixas de um lado como do outro, diminuição da atividade do terrorismo, rendições. Respeitava-se a divisão clássica da narrativa: início, ação, mudança e moral. Através de um esquema textual fixo, que consideramos um esquema *fechado*, afastava-se e impedia-se um processo argumentativo ou de questionamento: em primeiro lugar, por meio da criação de um efeito de 'evidência', dado, entre outros elementos, pelo apagamento enunciativo. Em segundo lugar, por uma organização narrativizada, onde as ações eram inseridas num sentido circular, criando-se um mecanismo de causa-consequências (evidenciando sobretudo as consequências).

A evidência das informações, apoiada por estratégias discursivas proposicionais de forte impacto, oferecem interpretações e grelhas cognitivas. A informação que se desenrola através das questões fixas 'onde, quando, quem, o que' tem como objetivos essenciais a aceitação e partilha de uma narrativa sobre a guerra, centrada sobre 'evidências'. Os comunicados perpetuam um esquema informativo sobre a guerra, idêntico e definitivo, impossibilitando a argumentação e, em consequência, uma produção textual independente sobre a guerra. Como já Perelman sublinhou na introdução do livro *Traité sur l'argumentation* (1958):

La nature même de la délibération et de l'argumentation s'oppose à la nécessité et à l'évidence, car on ne délibère pas là où la solution est nécessaire et l'on n'argumente pas contre l'évidence.

(Perelman 1958, Introd.)

Através da estrutura fixa da narrativa, o sentimento que se propagava era o da repetição, que por isso tinha um efeito tranquilizador, criando um espírito coletivo favorável. Ao dar as mesmas informações sobre a guerra mudando só alguns dados, o sítio ou os números de baixas, produzia-se uma impressão de harmonia, demonstrando que a guerra podia durar eternamente sem grandes prejuízos. A margem de probabilidade, de acaso, de estranho (por outros termos, as operações ou os combates), integrava-se numa narrativa que, como nos contos de fadas, levava o leitor para um final já conhecido: um final de redenção, onde o Inimigo que vive no engano, reconhece o seu erro, deslocando-se assim o conteúdo do comunicado para um futuro já traçado. Enfim, produzia-se em todos a impressão de se ter um conhecimento real sobre a guerra.

Por outro lado, o laconismo das informações era preenchido por boatos, rumores e conversas, que pouco ajudavam na verdadeira compreensão do que estava a acontecer, como bem resumem as palavras escritas por M. V.:

Chaves 13.5.63 [carta enviada por M. V. à mãe]

«...mas como cá se diz tanta coisa, não se sabe nada de concreto».

Usando a terminologia de van Dick sobre textualidade (1980), a organização do texto depende, entre outras, da regra de supressão (omissão) e generalização. A construção do comunicado é inerente a um conhecimento que se tem, e se quer dar, de uma operação. Estas narrativas eram solidárias do esforço de guerra: longe de relatarem os pormenores do conflito, transmitiam a persuasão de que a verdade só podia ser uma. Na generalização das informações sobre os atores, o espaço e o tempo, na alteração e na manipulação das básicas regras de causa-efeito, procedia-se a uma omissão constante, coletivamente aceite. Como é bem lembrado nas palavras de Steinbeck:

A pouco a pouco, fomos-nos convencendo de que a verdade, fosse ela a respeito do que fosse, se tornava automaticamente secreta e que brincar com ela era o mesmo que prejudicar o Esforço de Guerra. [...]. Tudo o que nestes artigos se afirma aconteceu na verdade. É naquilo que se não menciona que reside a falsidade.

(Steinbeck 1984, p. 10)

Esta narrativa de guerra, iniciada numa linguagem oficial, refletia-se na escrita individual, garantindo-se a manutenção de uma linha contínua graças a representações sociais, reconhecidas e partilhadas. É delas que a guerra se alimenta para conduzir à aceitação dos piores sacrifícios. Neste sentido, é importante considerar os textos sobre a guerra como pertencentes a um *continuum textual*, relacionando-se uns com os outros. Desta maneira, permitem criar um sentimento coletivo na linguagem, no imaginário, nos conhecimentos, nas representações e nas ações. A Propaganda presente nos comunicados cria uma ponte entre uma opinião preexistente e o que se pretende criar; é possível, assim, assistir a uma amplificação ou redução da verdade, dos sentimentos, dos instintos. A verdade não é falseada, de maneira a não se cair na contradição: é simplesmente manipulada para criar uma unanimidade de ideias e de sentimentos através do reconhecimento de valores partilhados.

Acontece, no entanto, que os valores partilhados que foram reabilitados ou intensificados por causa da guerra podem não ter chegado a sustentar o 'esforço de guerra'. Se muitos concordam que, numa primeira fase, a adesão da população portuguesa à causa ultramarina foi sincera, a partir de determinada altura começaram a surgir dúvidas. E como é possível que surjam dúvidas ou dissensões quando uma propaganda é bem-feita, sobretudo num regime autoritário onde não circulava a imprensa livre?

Por um lado, o isolamento de Portugal na Europa e no mundo pode ter alertado as

consciências. Por outro lado, o arrastamento da Guerra Colonial pode ter sido um motivo de desmoralização geral. Mas pensamos que as dúvidas também circularam através dos diálogos, dos boatos e das cartas. Muitas das cartas que tivemos o privilégio de ler demonstram, desafiando a censura, estados de exaustão, de fadiga e de uma adesão passiva à guerra. Essas cartas circularam, os soldados escreviam entre si, as cartas eram lidas nos grupos e nas famílias. O que não se dizia a um pai, a uma mãe ou namorada, dizia-se a um irmão, um padrinho, mas sobretudo a um camarada. Os soldados mantinham correspondência entre si, eram muitas vezes amigos por serem originários da mesma terra ou por se terem tornado amigos no Ultramar, ou então eram amigos de amigos, enfim, falavam da situação invulgar em que se encontravam. Foi nessas cartas que se foi formando uma opinião paralela à oficial. O regime, ao considerar as 'cartas os elos da cadeia da saudade e a força moral n.º 1 depois da noção do dever militar a cumprir', não imaginava que aquele iria ser também o meio 'mais livre', apesar dos silêncios impostos pelas circunstâncias, para desabafar os próprios desânimos e incertezas perante a guerra.

Estamos conscientes de que a escrita foi uma *magistra vitae* nos anos de comissão, permitiu manter uma forte conexão afetiva com o mundo do *antes*, foi um veículo de vida e foi dos poucos instrumentos utilizados para informar sobre as vivências bélicas, demonstrando que as 'evidências' do discurso de guerra não coincidiam nem com a verdade nem com a realidade.

## 6.1. A Guerra Colonial e seu contexto: o Portugal dos anos 60

Com o objetivo de reconstruir as condições em que os soldados assimilaram e praticaram a escrita durante os anos da guerra, dedicamos esta secção ao retrato social do Portugal dos anos 60. Interessam-nos sobretudo as condições económicas, as políticas de alfabetização e as reformas de ensino com consequências na mentalidade dos portugueses. Para este nosso propósito, recorremos aos seguintes autores: Maria Filomena Mónica (1999; 1978), António Barreto (1996; 2004; 2007), Valentim Alexandre (2004; 2005), António Costa Pinto (2004) e António Candeias (2005; 2009).

Como já foi sublinhado por António Barreto (2004) no artigo *Mudança Social em Portugal 1960-2000*, em meados do século XX, e até ao fim dos anos 60, Portugal era o país com taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil das mais elevadas entre os países europeus. Era o país onde existia a maior população agrícola e a menor taxa de industrialização. Era o país que possuía o menor número de alunos no ensino básico e no ensino superior. Por outro lado, foi um país que conseguiu sustentar durante treze anos uma Guerra Colonial em três frentes separadas por milhares de quilómetros e, ao mesmo tempo, manter uma das mais altas taxas de crescimento económico europeias.

Apesar de registarem um crescimento económico positivo<sup>11</sup>, os anos 60 caracterizaram-se por grandes ondas migratórias. Nos primeiros anos dessa década, a emigração portuguesa, que tradicionalmente se dirigia para o Brasil, para outros países da América Latina, para os Estados Unidos, o Canadá, a África do Sul e as colónias portuguesas de África (sobretudo Angola e Moçambique), passou a encaminhar-se de preferência para a Europa, muito especialmente para França, mas também para a Alemanha e os Países Baixos. Nessa primeira fase da emigração para França, as pessoas buscavam, sobretudo, obter um melhor emprego e mais rentáveis condições de vida. Raros foram os casos em que a emigração foi motivada por razões políticas ou ideológicas (Serrão 2010).

A partir de meados da década de 60, o saldo migratório anual ultrapassou largamente o saldo fisiológico, o que quer dizer que a população decresceu em termos absolutos. O crescimento da emigração também envolveu como destino os territórios portugueses de África, tendo como razão mais relevante o *boom* do café em Angola. O aumento da emigração fez subir o número de colonos, em Angola, de cerca de 44 mil em 1940 para 173 mil em 1960; em Moçambique, nas mesmas datas, foi um número que subiu de 27.500 para 97.000 (Alexandre 2005, p. 79).

Se por um lado muitos portugueses se deslocavam com o intuito de encontrar trabalho e melhores condições de vida, já os estrangeiros começaram a escolher Portugal como destino de

<sup>11</sup> Os anos da Guerra Colonial coincidiram com o período de maior crescimento económico da história do país. Entre 1960 e 1973, o rendimento nacional por habitante cresceu a uma média superior a 6,5% ao ano, com valores que, por vezes, ultrapassavam os 10% (Barreto 2007).



férias, dando-se início nos anos 60 ao fenómeno do turismo de massas. A origem era essencialmente europeia (britânica, alemã, espanhola), e o destino era a costa Sul do país, nomeadamente o Algarve. O turismo tornou-se, assim, num dos mais produtivos e lucrativos setores de atividade do país, tendo um impacto positivo na construção civil (Barreto 1996). Mas o turismo terá tido um efeito sobretudo social e cultural. Um país quase desconhecido passou a ser visitado por milhões de turistas, causando mudanças tanto na maneira como os europeus viam os portugueses quanto no olhar dos portugueses sobre os estrangeiros.

Ao nível da alfabetização e da escolarização, Portugal encontrava-se num 'singular' atraso em comparação com outros países ocidentais. Em 1960, a taxa de analfabetismo era de quase 40% (Barreto, *ibid.*). O número de estudantes a frequentar o ciclo terminal do ensino secundário era ligeiramente superior a oito mil. Este quadro tinha-se desenhado, como é óbvio, em estreita relação com a história demográfica e económica do país.

Em 1930, 80 % dos portugueses viviam no campo. Portugal permanecia uma sociedade rural, com raras vilas e cidades de importância (*ibid.*, p. 69):

Lisboa e Porto, as únicas cidades com mais de 50000 habitantes, tinham 12% da população; os restantes 88% encontravam-se disseminados por pequenas povoações, cujas populações oscilavam entre 2 e 3 mil habitantes.

Em 1950, vinte anos depois, a esmagadora maioria da população continuava a viver no campo (Mónica 1999). Como se caracterizaria a vida no campo?

Nas aldeias, os dias corriam monótonos. Não havia qualquer tipo de participação política. A política era o exclusivo de um punhado de senhores, vindos de fora, que haviam granjeado a confiança do poder. Os divertimentos reduziam-se às procissões estivais, às feiras semanais, às noitadas nas tabernas. Os camponeses, analfabetos, morriam no local onde tinham nascido. O mundo exterior não existia. O próprio Estado quase só lá chegava na odiosa versão do serviço militar e dos impostos.

(*ibid.*, p. 27)

Mas mesmo nos centros urbanos a situação não era muito mais animadora: a população vivia pouco menos que analfabeta, e a pobreza era vista como um fenómeno natural, sendo as desigualdades sociais aceites com resignação.

A análise feita por Maria Filomena Mónica (*ibid.*) defende que a escola primária do Estado Novo mantinha uma íntima dependência dos sistemas educacionais em relação aos fatores político-ideológicos. Pelas mesmas razões, teremos de admitir aqui que a educação que os soldados das

nossas cartas receberam, tal como a dos seus correspondentes, não era alheia à prática e à forma do sistema de poder. Apesar de se ter verificado um desenvolvimento educacional na década de 1950, os elementos que Barreto, Mónica e Carvalho evidenciaram demonstram que a escola era, além de um agente de doutrinação moral e política, um excelente instrumento de controlo social, com influência direta sobre as mentalidades dos portugueses e, portanto, sobre os autores do nosso *corpus*.

A primeira reforma do ensino primário do regime datava de 17 de maio de 1927. Na nova programação dos estudos do ensino elementar dava-se relevo a matérias que denunciavam toda a estratégia política de feição nacionalista que enformava o novo regime: Corografia de Portugal e Colónias, História de Portugal e Educação Cívica. A chamada de atenção dos alunos para as possessões ultramarinas portuguesas surgia, logo no início do novo regime, como tema de grande preocupação dos governantes. Um decreto de 23 de fevereiro de 1928 mandava intensificar esse estudo, considerando 'indispensável criar no nosso povo uma opinião colonial, incutindo no espírito de todos os portugueses a noção exata do valor do império ultramarino' (*cit. in* Carvalho 1996. p. 730). Mais do que instruir, havia que educar o povo, formá-lo nos sãos princípios da Pátria e da moral cristã. A escola configurava-se como um precioso instrumento de controlo social.

Instrumento de doutrinação, a religião, tão presente nas cartas, era ainda considerada umas das melhores formas de disciplinar as massas, incutindo nos trabalhadores e nos seus filhos as virtudes da submissão e do respeito exigidas pela hierarquia social. Com efeito, a religião era usada como uma forma de, simultaneamente, contrariar a mobilidade social e destruir a ênfase que a República tinha posto nos valores do sucesso, da igualdade e da liberdade.

Outro instrumento de transmissão da ideologia oficial foi a introdução do livro único de leitura. Além de valores centrais como os da obediência, resignação, caridade, trabalho e patriotismo, alterou-se também a imagem da sociedade e a interpretação da História nacional. A leitura proporcionada pelo livro único permitia manter a ideologia dominante e reacionária do Estado Novo. Aí, ao mesmo tempo que se garantia a aquisição de aprendizagens básicas e necessárias, ganhavam enorme importância os valores e condutas morais, cívicas e religiosas.

Esta alfabetização e escolarização em que se empenhou o regime salazarista desenvolveu um modo de cultura escrita em detrimento de formas de socialização baseadas sobretudo na oralidade. Segundo António Candeias (2009, p.206), há que ter presente a distinção entre alfabetização e escolarização, sendo que a primeira é 'um tipo de relação funcional com a leitura, e às vezes com a escrita, frequentemente de origem voluntária, podendo atingir níveis de intensidade desiguais'. Já a escolarização é 'a relação estruturada e progressivamente exigente com um modo de cultura escrita' (*ibid.*). Tal cultura escrita é determinada por uma forma de socialização imposta e aplicada através

de uma instituição construída expressamente para o efeito, a escola, que a partir de meados do século XIX se organizara em rede e se articulava com outras formas de educação, sob o comando político, pedagógico e administrativo do Estado (*ibid.*).

Em termos de percentagens, os alfabetizados entre os 20-24 anos (a idade dos soldados) em 1960 eram-no em 80%, quase o dobro da percentagem da população alfabetizada da faixa etária dos 60-64 anos (44%) (*ibid.* p. 207). Esses dados demonstram que, apesar de manter uma certa estagnação nos conteúdos do ensino, o Estado Novo, a partir dos anos 40, esforçou-se por escolarizar todas as crianças em idade escolar:

A primeira geração portuguesa sobre a qual existe uma certeza quase absoluta de ter sido totalmente escolarizada, nasceu entre 1946 e 1950 [...]. E mesmo assim, trata-se duma escolarização curtíssima, visto que no ano de 1960, só cerca de 27% das crianças com treze anos se encontram a estudar, estando as outras 73% dentro ou a caminho da vida de trabalho.

(*ibid.*, p. 221)

A alfabetização e a escolarização da povoação portuguesa desenvolveram-se e levaram um forte 'empurrão' num contexto fortemente conservador. São anos em que o conservadorismo perante as políticas de educação se debate entre o desenvolvimento económico e o controlo social que a educação permite. Com efeito, o domínio universal da escrita potencia também a emancipação e a subversão política e social.

Resumindo o argumento, o regime salazarista decidiu intervir diretamente no aparelho escolar perante um quadro de analfabetismo generalizado, uma intervenção claramente marcada pela imposição de conteúdos programáticos de acentuados contornos ideológicos. Foi dada grande importância ao ensino religioso, particularmente no ciclo primário. Paralelamente, introduziu-se uma revisão nacionalista e tradicionalista da história portuguesa, com o século XVI, por exemplo, a ser eleito como o símbolo por excelência das glórias da Pátria. As reformas do Estado Novo expressavam assim um indireto 'receio' da alfabetização, caracterizando-se por uma verdadeira 'estagnação educacional' (Pinto 2004, p. 40). Segundo os ditames do regime, a alfabetização dos portugueses devia ser feita através da eliminação de 'um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança', e sua substituição pelo 'ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal'<sup>12</sup>(*cit. in* Barreto 1996, p. 437). A escola tornou-se, por conseguinte, durante o Estado Novo, num instrumento vantajoso de doutrinação mais do que num local de aprendizagem para a vida profissional. Era um tipo de escola que tinha como função essencial 'a transformação de trabalhadores analfabetos em

---

<sup>12</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 27 279, de 24 de Novembro de 1936.

operários especializados e cidadãos obedientes' (Mónica 1978, p. 68). A intenção de Salazar era a de criar uma massa de populares, humildes, tementes a Deus e aderentes ao regime de forma incondicional. Perante os problemas que surgiam, até na Guerra Colonial, o país era exortado a ser 'apenas português' (*cit.in* Mónica 1999, p. 33). Assim, foi esta uma escola que permitiu a sustentação de padrões nacionalistas, tradicionais e católicos.

## 6.2. Os três teatros de operações: descrição

A Guerra Colonial ocorreu num contexto histórico e geográfico cujos contornos se esboçam abaixo. Usamos como fonte o valioso livro de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (2010), que retrata de maneira exaustiva os 13 anos de Guerra Colonial, além de livros que foram escritos por militares que participaram na Guerra e que deixaram um testemunho do que viveram. São textos escritos por autores que viveram na primeira pessoa os anos da Guerra Colonial.

Desta bibliografia, usámos os artigos que foram publicados no livro *A Academia Militar e a Guerra Colonial* (2010), livro que nasceu de um seminário que teve lugar em 28 de maio de 2009 e onde participaram vários autores como Carlos de Matos Gomes, Major-General Faria Menezes, a Prof. Chaves Carreira, etc. Além do significativo livro escrito por Aniceto Afonso e Matos Gomes *Os anos da Guerra Colonial* (2010), usámos o livro *A guerra do Ultramar: realidade e ficção* (2009), organizado por Rui de Azevedo Teixeira. Do mesmo autor (1998), *A guerra Colonial e o Romance Português. Agonia e Catarse e Guerra de Angola 1961-1974* demonstraram ser de grande utilidade para a nossa investigação. Para a parte relativa à história e, mais à frente, a parte da propaganda e da ideologia, foram usados também os estudos dos historiadores António Costa Pinto (2001), J. P. Cann (1998) e Fernando Rosas (2003). Foi também consultado o primeiro volume da *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África* (1961-1974), particularmente importante por ser um pormenorizado enquadramento geral das guerras em África.

Além dos livros citados, usámos excertos das cartas e do diário que se referem claramente à vivência, à organização e às operações da guerra do Ultramar. O largo uso de excertos de cartas e diário, é justificado pela ideia de dar espaço e voz às palavras dos que, na primeira linha, viveram a guerra e resistiram aos seus sofrimentos.

### 6.2.1. Angola

24 de Agosto de 1961 [Diário Etelvino]

Tomei banho e fui ver as casas destruídas pelos terroristas. Estive a recordar o que vi pelo caminho. Fazendas enormes abandonadas e as casas destruídas, aqui e ali via campos dos brancos assassinados.

No dia 4 de fevereiro de 1961, elementos do Movimento de Libertação assaltaram a cadeia de Luanda com o objetivo de libertarem os presos políticos. Nos confrontos, morreram 40 assaltantes e 7 polícias. Começaram assim tumultos e uma série de violências que iriam ter como consequência os massacres de 15 de março no Norte de Angola. Um terror apocalítico abateu-se sobre a 'adormecida' comunidade portuguesa: a mítica coexistência racial e harmonia social do “mundo português”, que se proclamava estender-se “desde o Minho até Timor”, foi irremediavelmente abalada, e, em Angola, pérola do Império, as catanas usadas até essa altura para o trabalho nas fazendas passaram a ser o símbolo da rebelião contra a opressão.

A organização que começou as hostilidades mobilizando milhares de seguidores foi a UPA/FNLA (União dos Povos de Angola/ Frente Nacional de Libertação de Angola), sobretudo constituída por Bakongos e comandada por Holden Roberto. As violências, caracterizadas por agressões cruéis, provocaram a morte de centenas de brancos e negros que estavam ligados à estrutura colonial. Mas o nacionalismo angolano podia contar com outras organizações, como o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), fundado por Viriato Cruz, Agostinho Neto, António Jacinto e Mário de Andrade. Mais tarde, devido a divergências entre os dirigentes da UPA/FNLA, Jonas Savimbi fundou a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

De Lisboa esperava-se uma tomada de posição que viesse vingar a humilhação sofrida, e Oliveira de Salazar enfrentou a sangrenta insurreição com as frases lapidares do costume: “Para Angola, rapidamente e em força”, “Angola é Nossa”, “Está tudo bem assim e não podia ser de outra maneira”, “O Ultramar não se discute”, uma muralha de certezas que não deixava passar em Portugal nenhum dos chamados “Ventos da História” da descolonização, mas sobretudo não deixava espaço à discussão sobre a questão colonial e sobre a intervenção em África.

Considerada a jóia da coroa, não se punha em dúvida a sua importância para Portugal nem o dever de combater e morrer pela sua defesa. De facto, Angola, dadas as suas riquezas, tinha um lugar à parte no conjunto das colónias; para além de petróleo, diamantes e ferro, tinha ainda algodão, café, sisal e açúcar, sendo muitas vezes considerada pelos soldados e famílias como um

provável *Eldorado*, onde valia a pena ficar uma vez a guerra terminada:

Porto, 31 de Agosto de 1964 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Como verificas numa terra tão pequena temos tantos clientes, e se quizeres tentar a tua sorte, escolhe a casa e manda-me dizer para eu fazer o pedido, pois segundo consta, compra-se por ahí terrenos muito baratos, e ainda podes vir a ser um grande proprietário».

Porto 6-10-64 [carta recebida por M. V. da mãe]

«...as coisas aqui estão cada vez mais caras o azeite cebolas arroz está tudo caro, vê se arranjas aí uma quinta com os pretos e pretas».

A nível militar, as forças portuguesas no terreno eram insuficientes, e seriam os colonos que, organizando-se em milícias criadas pelo governo, dariam início a um contra-ataque, não menos selvático, a todas as aldeias nativas. A ausência de dispositivo militar fica bem ilustrada na citação abaixo:

Na zona Norte, a mais exposta aos ataques, não existia nenhuma unidade militar. A marinha não dispunha de uma só lancha com capacidade para patrulhar o rio Zaire, que seria uma das fronteiras por onde os guerrilheiros passariam obrigatoriamente. [...] A aviação não tinha qualquer base aérea permanente em Angola, sendo os aviões destacados das bases da Metrópole. Não existia um sistema de comunicações militares. Não existia um sistema de logística. Não existiam sequer uniformes de combate. Não havia legislação apropriada a acções militares. A arma individual era a Mauser do início do século, ou a pistola-metralhadora FBP, fabricada em Portugal. As poucas viaturas eram GMC e jipões americanos fornecidos para equipar a divisão NATO. Não tinham qualquer blindagem.

(Afonso e Gomes 2010, p. 66)

A relativa pobreza do armamento da tropa, a desorganização, o abastecimento geral e as rações são muitas vezes razões de queixa nas cartas e no diário. As dificuldades que os soldados enfrentavam na organização da vida militar ficaram expostos ao longo das páginas escritas por Etelvino. Poucas semanas depois da sua chegada, Etelvino relatava os constantes incómodos que devia enfrentar:

1 de Agosto 1961 [Diário Etelvino]

O comer cada vez é pior.

Tentei ficar em contacto pela rádio com o pelotão que saiu de patrulha mas não consegui porque os aparelhos estão avariados. Ficámos em casas particulares que foram abandonadas.

25 de Agosto 1961 [Diário Etelvino]

Isto anda de mal a pior. Estamos cercados pelos terroristas. O comer cada vez é menos. Recebemos uma carcaça para todo o dia. O avião não nos traz o correio nem vem buscar os feridos que aqui estão há três dias. A nossa companhia está a ir buscar máquinas, madeira, chapas de zinco e mais coisas a uma serração que está abandonada e destruída para arranjarmos instalações porque vamos ficar aqui 6 meses depois de irmos de Nambuangongo. Não sei se verei mais a minha Isabel.

28 de Agosto 1961 [Diário Etelvino]

Os feridos não foram evacuados. O correio não aparece. Ao café não comi nada porque o pão estava cheio de bolor. Tudo protesta porque o comer é pouco. Já estamos a sentir a fraqueza. Escrevi 4 cartas mas não sei quando seguem. De noite não consigo dormir porque os sentinelas estão sempre a fazer fogo. Amanhã avançamos para Nambuangongo. Uma coluna nossa foi, novamente, atacada mas não houve feridos. Hoje dói-me o estômago.

O armamento de qualidade inferior e as condições gerais nas quais deviam viver os soldados portugueses demonstraram ser um fator decisivo para a perda de espírito de combate. Ao longo da guerra, manteve-se razão para críticas e reprovações.

No terreno, as forças armadas tiveram de atuar em duas frentes: ação militar direta, através de operações militares, e preenchimento do vazio administrativo através da quadrícula militar, ou seja, 'a divisão do território em zonas de ação e de responsabilidade atribuídas às unidades militares' (Afonso e Gomes 2010, p. 75). Era a resposta à situação vivida e respondia à necessidade operacional de controlar o terreno e as populações através da ação psicossocial.

Em Angola, passaram a ser consideradas quatro zonas de intervenção (Norte, Centro, Leste e Sul), cujos limites se mantiveram até 1970 (*ibid.*, p. 124). Na zona de Intervenção Norte, a única onde se travava luta armada, foi considerada a existência de uma zona recuperada e de outra não recuperada. A prioridade do esforço militar era a faixa fronteiriça com o Congo, entre Nóqui e Luvaca, e a zona dos Dembos.

Os massacres continuaram durante semanas, tendo morrido milhares de pessoas, entre brancos e negros. A UPA, que tinha aberto as hostilidades, juntou-se ao Partido Democrático de Angola (PDA) e fundou o FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). Os grupos independentistas, como a UNITA de Savimbi ou o MPLA, tentaram formas de diálogo com as



autoridades portuguesas, mas sem grandes resultados. As Forças Armadas Portuguesas (FAP) combateram em Angola durante 13 anos contra três inimigos diferentes que eram também inimigos entre si.

Em 1961, quando a guerra começou, Salazar tinha 72 anos e era um homem perplexo perante um mundo em mudança. Travou uma guerra por uma questão ancestral, sem conhecer as gentes e as terras de África, a não ser por informações indiretas, pois nunca as visitou:

Não lhe consentiam os hábitos e o feitio longínquas viagens. [...] E estejamos certos de que, naquele dia histórico em que, para salvar Angola da subversão, mandou seguir as forças armadas «rapidamente e em força», a sua alma veio com as primeiras expedições [...]. Do Dr. Salazar ficou em Lisboa, a partir desse momento memorável, apenas a presença física.

(Caetano 1973, p. 12)

### 6.2.2. Moçambique

Em Moçambique, as zonas iniciais de operações foram os distritos de Niassa e de Cabo Delgado, situados no Norte. Estando os órgãos de Comando e de apoio logístico situados no Sul do país, a mais de 2000km, a distância para o Teatro de Operações acabou por ter implicações significativas, de ordem logística e operacional.

A grande distância que separava as zonas de guerra das zonas onde vivia a população é referida nas cartas de D. C. B. Originário de Lourenço Marques, encontra-se em Montepuez quando escreveu estas cartas:

Montepuez 10/12/69 [carta escrita por D.C.B aos pais]

«Agora mais do que nunca estou cheio de saudades disso tudo e de todos. Fico doente quando me ponho a pensar que estou a uns milhares de quilómetros dessa querida terra e dessa querida gente».

Montepuez 14/12/69 [carta escrita por D.C.B aos pais]

«Meus queridos pais,

Aqui estou novamente convosco a escrever-vos com muita mágoa, pois não posso estar ai convosco doutra maneira a não ser por carta. Este maldito papel para vos encontrar terá de voar cerca de 1.500 km».

As vias de comunicação estavam orientadas no sentido dos paralelos e tornaram-se autênticas zonas de combate. Era aí que os guerrilheiros colocavam minas e engenhos explosivos:

A orientação das vias de comunicação associada à acção da guerrilha dificultou tremendamente a acção das tropas portuguesas, desgastando-as e ‘prendendo-as’ ao terreno

(Gomes 2010, p.149)

As zonas das operações possuíam uma baixa densidade populacional porque a população de origem europeia estava sobretudo instalada no litoral, na zona da Beira, em Tete e em Lourenço Marques:

O alheamento da população da Guerra foi uma característica marcante neste conflito e deveu-se essencialmente ao facto de ser uma Guerra com as zonas de operações a grande distância dos centros populacionais.

(*ibid.*, p. 149)

Montepuez 14/12/69 [carta escrita por DCB aos pais]

«Mãe e pai acreditem que tirando Lourenço Marques o resto é tudo paisagem e mato. Já conheço muito e nada se compara a essa Nova York. Digo-vos isso porque já conheço a Beira, Ilha de Moçambique, Matibane, Mossuril, Praia das Chocas, Nacala, Porto Amélia, Cruzamento da Viúva e Montepuez e nada se compara a isso».

Vila Cabral 15.1.69 [carta recebida por M. V. dum soldado]

«Falando um pouco de cá, começo por dizer que isto apesar de ser a capital do distrito do Niassa, não passa de ser uma porcaria como cidade que é, como cidade tem meia duzia de casas comerciais, dois ou três cafés, um cinema que por sinal é pior de que o Odeon aí do Porto, enfim é uma cidade que nem ao Menino Jesus interessa, pois só se veêm tropas...».

Em Moçambique, a primeira organização nacionalista foi iniciada pelo núcleo de estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), criado em 1949. Foi impulsionado por moçambicanos que tinham estudado na África do Sul, incluindo Eduardo Mondlane, futuro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Da parte portuguesa, as operações em Moçambique foram determinadas por dois Comandantes-Chefes, que conduziram estratégias militares de teor muito diferente: o General Augusto dos Santos, que dirigiu as operações das forças portuguesas durante sete anos de 1962 a 1969, e o General Kaúlza de Arriaga, Comandante-Chefe entre 1969 e 1973.

Nos primeiros anos de guerra adotaram-se, na estratégia militar, os seguintes objetivos: cortar as linhas de infiltração dos guerrilheiros vindo de países vizinhos, evitar realizar grandes operações, que na guerrilha significava muito desgaste para poucos resultados, e valorizar a ação sobre as populações em detrimento da pura ação militar.

Em 1969, o General Kaúlza de Arriaga alterou radicalmente as estratégias seguidas até então. O General era adepto da ação militar direta, e o seu objetivo era a vitória através da destruição militar do inimigo. Para obter tal vitória, lançou grandes operações, como a famosa ‘Nó Górdio’, em julho de 1970, no Planalto dos Macondes:

A operação ‘Nó Górdio’ empenhou cerca de 8000 homens e traduziu o esforço da manobra militar do General Kaúlza de Arriaga. Esta operação foi militarmente muito bem concebida, [...] conjugando meios aéreos, navais e marítimos.

De um ponto de vista clássico, os resultados operacionais foram positivos, uma vez que as tropas portuguesas, num ambiente muito difícil, conquistaram as posições planeadas.

De Mueda, D. C. B. escrevia aos pais nos dias da grande operação 'Nó Górdio'. Temos, com as suas palavras, uma imagem direta da importância e da utilização de forças que essa operação requereu:

Mueda 3/7/70 [carta escrita por D. C. B. aos pais]

«Querido irmão e pais

Venho-vos comunicar que já estou em Mueda há dois dias e que amanhã iniciarei a operação ao “Batalhão Gungunhana” que uma das bases mais importante se não for a mais importante. Não tenham medo, porque vão 4 companhias de Comandos, 1 de artilharia e 1 de morteiros, 1 de engenharia 1 de G.E etc...

Estou-vos a escrever, mas isto não é para falar a ninguém. Aproveito também para vos dizer que só devem receber carta minha só quando terminar estas operações pois, depois do ataque à Base, vamos permanecer nela até ao fim do mês para limpar a zona à roda da mesma, por conseguinte se tudo correr bem no fim deste mês ou no princípio do mês que vem recebem notícias minhas.

Por hoje mais nada pois são 10 horas da noite e vou-me deitar para amanhã estar bem disposto.

Ah! Sabe que já tomamos a base Limpapo aos turras e capturamos 17 toneladas de armamento foi uma grande vitória. Na base Beira quando os Comandos lá chegaram não havia lá ninguém pois os turras deram à solinha com medo. E tenho quase a certeza que no Batalhão Gungunhana?? já lá não está ninguém».

11/7/70 [carta escrita por D. C. B. aos pais]

«Antes de mais espero que estas minhas linhas vos vá encontrar em perfeitas condições de saúde.

Espero também que o Luís tenha continuado a ir ao médico é bom que não se esqueça que me prometeu e por conseguinte não pode volta com a promessa atrás.

Estou-vos a escrever da base inimiga que já atacamos no dia 8. Encontramos algumas toneladas de armamento. De vez em quando choveu umas morteiradas, lá vai a malta toda a correr para os abrigos».

Mas após a operação 'Nó Górdio', a violência armada continuou no Norte de Moçambique, e a FRELIMO aproveitou as condições mais favoráveis para deslocar o seu esforço para a zona de Tete, onde estava a ser construída a barragem de Cahora Bassa, ‘a grande obra de regime português e o símbolo interno e externo da sua determinação em ficar em África para sempre’ (*ibid.*, p. 157).

Transcrevemos de seguida as conclusões apresentadas pelo General Kaúlza de Arriaga sobre a guerra em Moçambique. Esse discurso foi proferido em Nampula, em novembro de 1972:

a) A luta conduzida por Portugal em Moçambique integrava-se na confrontação entre o neo-imperialismo comunista e o Ocidente, embora tivesse, também, como causa a psicose terceiro-mundista de independência e, ainda, outras causas menores.

b) A luta conduzida por Portugal em Moçambique era construtiva e defensiva e foi levada a efeito pela forma mais humana, o que já a legitimaria e a tornaria moral e justa.

Na mesma luta a grande maioria das populações, sentia-se portuguesa ou, pelo menos, opunha-se à Frelimo, o que fundamentava definitivamente a sua legitimidade, moralidade e justiça.

c) Em 1970/1971, a vitória total, na área então chave que era Cabo Delgado, esteve à vista e, talvez mesmo, o fim da luta em Moçambique.

d) Em meados de 1973, a situação mantinha-se em equilíbrio no Niassa; verificaram-se certo recrudescimento da subversão e algumas perturbações sem significado especial em Cabo Delgado; o sucesso português relativo a Cahora Bassa era total, mantendo-se imutável o ritmo da sua construção; a Frelimo tinha conseguido infiltrações no istmo de Tete e nos distritos de Vola Pery e da Beira, reduzidas mas de grande projecção psicológica; as forças portuguesas metropolitanas, apesar do esforço de desmoralização, desagregação e destruição que sobre elas incidia, mostravam-se na sua generalidade firmes e razoavelmente capazes, os Comandos, incluindo os moçambicanos continuavam excepcionais[...]; a Frelimo encontrava-se esgotada.

A vitória numa Guerra contra-subversiva dificilmente se consegue através de uma ação principalmente militar, inadequada para conquistar as populações. As operações militares, ao causarem inúmeras baixas civis, minaram o apoio da população, essencial em situações de guerrilha.

### 6.2.3. *Guiné-Bissau*

Entre os três cenários de guerra, a Guiné-Bissau era a colónia mais pequena, com uma superfície igual à da Bélgica, e a mais pobre. Apesar do tamanho, da natureza paludosa do território e da alta percentagem do analfabetismo (90%), que dificultava a difusão do movimento nacionalista, foi o país onde a guerra foi mais violenta. E foi uma guerra encabeçada por duas figuras de grande carisma: Amílcar Cabral, de um dos lados, e o General António de Spínola, do outro.

Foi nos anos 60 que o movimento nacionalista ganhou adeptos, sobretudo na sequência da independência de países vizinhos como a Guiné-Conacri.

Os confrontos com as autoridades portuguesas foram caracterizados pela dureza da repressão, tendo o seu ponto mais alto em Pidgiguiti, em 3 de agosto de 1959, quando as forças da ordem carregaram contra uma manifestação de trabalhadores portuários que exigiam melhores salários, do que resultaram dezenas de mortos e feridos. Após o massacre de Pidgiguiti, Amílcar Cabral encarregou-se da denúncia internacional do colonialismo português e participou na criação do PAIGC (Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde), abandonando a clandestinidade e instalando-se na Guiné-Conacri.

O PAIGC contou, na sua preparação, com uma retaguarda segura nesse país, onde foi instalado o seu quartel-general, vindo também a obter o apoio do Senegal, independente desde 1960.

Os militantes do PAIGC desenvolveram junto das comunidades locais um permanente trabalho político. O seu maior sucesso, em termos de população rural, obtiveram-no com a etnia balanta, a mais numerosa e com maior dispersão geográfica, cujo núcleo principal vivia no Centro da Guiné, em zona de floresta de difícil penetração, mas de grande valor estratégico por estar na fronteira com a Guiné-Conacri e o Senegal.

Do lado português, a guerra na Guiné ficou ligada ao Governador e Comandante-Chefe António de Spínola, que desenvolveu a sua ‘Grande Manobra’, ou Estratégia Total, assente em todas as estratégias Gerais, ou seja, a Militar, a Económica, a Política e a Psicológica.

A guerra na Guiné começou no dia 23 de janeiro de 1963 com um ataque ao quartel de Tite, a que se seguiram ações militares feitas na zona do Xine e na península de Cacine.

A ação portuguesa surgiu logo em 1963 com a operação Tridente, que envolveu um batalhão de Cavalaria, destacamentos de fuzileiro, meios navais e aéreos.

Entre 1964 e 1968, as operações comandadas pelo Brigadeiro Arnaldo Shultz afastaram as populações da Guiné. Em 1968, o Brigadeiro António de Spínola, nomeado para a Guiné, começou

a sua grande manobra, que incluía a distribuição de armamento pelas populações, a construção de aldeias, a mudança a nível operacional e administrativo, com a criação de unidades militares mais ligeiras, e uma dinâmica para responder à situação específica guineense.

Tentaram-se negociações entre as forças portuguesas e o PAIGC, que acabaram no massacre do Chão Manjaco, onde foram mortos 3 maiores, um alferes e 3 guineenses.

Depois de 1973, aumentou a atividade militar do PAIGC, que passou a ter meios semelhantes aos da tropa portuguesa, levou a ações fortíssimas e a uma luta terrível pela posse de Gadamael.

No dia 7/5/1971, um camarada de M.G., soldado em Gadamael Porto, escrevia as seguintes palavras:

Gadamael Porto 7/5/1971 [carta recebida por M.G. dum camarada]

«Eu encontro-me aqui em Gadamael Porto à 6 meses, quero dizer que já tenho 6 meses de mato.

Aqui só a guerra, fomes, sedes, suores, estamos com um pouco de sorte já quase 2 meses que os turras não atacam, ouve aqui um grande ataque, em que morreram quatro pessoas da população e 15 feridos da população e nós infelizmente temos 2 baixas, o nosso capitão é um cabo de um pelotão Fox».

Duas semanas depois, no dia 29/5/71, o mesmo soldado continuava:

«... as coisas por aqui vão fodidas, a companhia já tem 3 mortos e manga de feridos, de vez em quando lá vem as boas festas dos turras, o que è muito perigoso, olha aqui à dias um grupo de turras caiu numa armadilha. [...] Bem por aqui vai tudo fodido como já te disse, só guerra, guerra».

Em termos práticos, os anos da Guerra Colonial significaram para milhares de jovens (a maioria entre 19 e 21 anos), o seguinte:

A primeira viagem de avião ou de barco; o primeiro contacto com compatriotas de outras regiões o minhoto com o açoriano, o alentejano com o transmontano, etc.; o primeiro espaço exterior a Portugal a ser conhecido; a concretização do espírito aventureiro dos 20 anos, a realização de sonhos adolescentes como conhecer a África ou entrar numa floresta, ter arma de guerra ou assaltar um acampamento, seguir pistas ou preparar uma emboscada ou uma contra-emboscada; o despertar para o amor pátrio na instituição patriótica por excelência as Forças Armadas; o gosto ou a repulsa pela sociedade armada; o primeiro, e quase sempre único, contacto com a morte violenta; o hábito do duche; a certeza das três refeições diárias; o forte sentido de pertença a um grupo o grupo de combate; o conhecimento e a aceitação do negro; a avassaladora experiência da imensidão do espaço e da

imobilidade do tempo; a inolvidável posse do poder último, do poder de matar ou poupar vidas (sobretudo nas tropas especiais); o primeiro acto sexual completo.

(Teixeira 1998, p.83)



## 7. Enunciado, texto e discurso

A linguagem torna real o mundo que nos rodeia. É através dela que o tornamos legível, descritível, representado, lembrado. É através dela que cada falante constrói uma visão própria do mundo em que está inserido. É através da linguagem que passado, presente e futuro são lembrados, vividos ou desejados. Quando analisamos um *corpus* como o nosso, escrito no contexto da Guerra Colonial, temos de ter presente, por conseguinte, que é através da linguagem que a 'guerra' é construída enquanto objeto de pensamento e entendimento, um objeto capaz de atrair ora consenso ora dissensão.

Para o nosso trabalho, tornam-se úteis aquelas correntes mais pragmáticas que privilegiam, em termos de reflexão linguística, o *uso* da linguagem em contexto. Isto significa abordar a linguagem humana na sua dimensão de fenómeno prático, social e cultural (Van Dijk 2005). É comum usar-se, em sentido lato, o termo *discurso* para referir tal dimensão, e tem sido observado, por parte dos seus teorizadores, que, encarado como uma prática, o discurso participa dos processos de mudança social orientando as nossas escolhas e produzindo efeitos sobre as nossas atitudes (Fairclough 2001).

Aceitamos, por conseguinte, que a análise do discurso, mais de que um campo delimitado de investigação, seja um modo de considerar a língua e o seu uso, ligando teoricamente o fosso entre elementos linguísticos e não linguísticos. O seu interesse é o de apreender o discurso como combinação de um texto e de um lugar social. No domínio da análise do discurso da guerra, impõe-se, neste sentido, uma interrogação. De que maneira a situação bélica e os seus componentes influenciam e dão vida a um modo de enunciação específico?

Como já foi evidenciado por Foucault (1970), as práticas discursivas são influenciadas e criadas por crenças, visões do mundo, ideologias, e são atravessadas por instâncias de poder que se articulam numa pluralidade de forças. Na produção deste material de guerra, interagem fatores de ordem social, linguística e cognitiva, motivo pelo qual as teorias que constituem o alicerce do nosso trabalho devem ter em consideração o máximo desses elementos e os possíveis resultados da respetiva interligação.

Por isso, seguiremos para o nosso trabalho as seguintes abordagens e teorias:

1. A abordagem da escrita da guerra enquanto conjunto de enunciados que têm um valor performativo, ou seja, enquanto *atos de fala*. Isto significa entrar na problemática desenvolvida a partir dos anos sessenta do século XX por filósofos como J. L. Austin (1970 [1962]) e John Searle (1981 [1969]), os quais evidenciaram ser possível pensar a linguagem como uma forma de ação

sobre o real e não unicamente como uma representação da realidade. Pensámos que as produções linguísticas dos textos analisados podiam demonstrar o uso dos atos de linguagem em relação ao consenso em torno de noções como o esforço de guerra e o Inimigo. Para os nossos objetivos, e apoiando-nos nos estudos de Alice Krieg (2000), queremos demonstrar como a ideia de eliminação do Inimigo se constrói muito a partir do uso da palavra Terrorista, que contém uma condenação total e incontestável do adversário. Veremos como esta mesma palavra Terrorista (ou o seu diminutivo, Turra) mobiliza todo um léxico justificativo e incentivador da supressão do Inimigo.

Em segundo lugar, procurando sempre detetar em que termos o esforço de guerra se realiza linguisticamente, detetámos na ironia um ato de linguagem usado para provocar uma determinada atitude perante a guerra: não só se pode configurar num pedido de 'cumplicidade' do interlocutor na partilha de uma visão desestabilizadora sobre a guerra como, ao estabelecer uma clivagem entre o que é dito e o que se pensa, pode contribuir para viabilizar a aceitação de que há um perigo reduzido no esforço de guerra. Como sugerido por Charaudeau (2006; 2011), que aqui seguimos, a atuação através da ironia é de extrema relevância para o enquadramento de certos enunciados do nosso *corpus* enquanto construtores do discurso da guerra.

2. A segunda abordagem linguística que propomos da escrita da guerra é a abordagem do diário e das cartas dos soldados enquanto conjunto de textos. O texto, entidade de nível superior ao dos atos de fala, corresponde à integração das proposições que lhes correspondem dentro de estruturas de envergadura mais ampla. De entre estas, as mais claramente identificáveis serão as que J-M. Adam chamou de sequências textuais, classificáveis em cinco tipos possíveis: sequências textuais narrativas, dialogais, descritivas, argumentativas, explicativas. Vamos pressupor que os soldados tinham como primeiro fim comunicar e informar, pelo que daremos maior relevo, de entre as sequências fixadas por J-M. Adam, às sequências dialogais e narrativas.

Usaremos as sequências narrativas para analisar os textos sobre combates, no fundo os momentos mais delicados que os soldados viviam e posteriormente podiam recriar discursivamente. Através dos exemplos, veremos como a estrutura básica tradicional da sequência narrativa, mais do que a criatividade dos soldados, aciona alguns tópicos mais fixos, que dirigem a informação sobre os seus combates.

Já com as sequências dialogais, queremos analisar a importância e a função da escrita do quotidiano. O quotidiano permite integrar uma lógica de continuidade na descontinuidade da guerra; segundo o sociólogo Anthony Giddens (2003), a rutura e o ataque deliberadamente sistemático às rotinas habituais da vida produzem um alto grau de ansiedade, uma eliminação das respostas socializadas associadas à segurança da administração do corpo e a uma estrutura

previsível da vida social. Será por isso que os indivíduos se agarram tanto ao dia-a-dia, já que a vida social quotidiana normal, em contraste com a arbitrariedade da guerra, envolve uma segurança ontológica fundada na autonomia do controlo corporal dentro de rotinas e encontros previsíveis (Giddens *ibid.*). Nesse sentido, queremos evidenciar como o diálogo escrito sobre o quotidiano, especialmente o quotidiano futuro, correspondeu a uma escrita de 'sobrevivência' à Guerra Colonial, acabando por, indiretamente, servir de apoio ao próprio esforço de guerra.

Se, como postulámos, o uso e a função da escrita conseguem apoiar o esforço de guerra, achamos que é na sua desconstrução que se deteta também a atitude de aceitação da guerra. A abordagem da desconstrução torna-se necessária porque entendemos que as práticas guerreiras se materializam textualmente através de certas simplificações e generalizações. Assim, as sequências narrativas e dialogais, na sua intrínseca esquematização, vão permitir tanto uma desmontagem da guerra assim como a dissimulação das suas partes mais difíceis. Um ponto essencial que queremos sublinhar é o de que existem fatores linguísticos e extralinguísticos, que denominámos de 'bloqueios', que causam uma certa incompletude da escrita de guerra. Pensamos que esses brancos sobre a guerra devem ser encarados como uma defesa natural perante a violência e a morte, ou seja, o cenário causado pela guerra.

3. A terceira modalidade que nos interessa enquanto abordagem linguística esclarecedora do valor intrínseco do nosso *corpus* consiste na abordagem do seu discurso. Designamos aqui por *discurso*, em sentido estrito, aquela produção linguística que procede de um determinado contexto cultural e histórico, tornando-se o reflexo de certas crenças e representações sociais. Seguiremos, para o nosso trabalho, os estudos que Teun Van Dijk (1985; 1997; 1998; 1999; 2001; 2005; 2010) foi desenvolvendo sobre discurso, contexto, conhecimento e ideologia, dando especial relevância ao que designou de *modelos mentais* (Van Dijk 2005). Os modelos mentais que presidem ao discurso da guerra integram valores, opiniões e crenças cujas complexidade e ação podem ser entendidas e esclarecidas se nos socorrermos do conceito de *representações sociais*, fixado por Serge Moscovici (1961) e em seguida por Doise (1986), Jodelet (1989) e Abric (1998). As representações sociais são sistemas básicos de cognições sociais fundamentais e princípios organizadores das atitudes comuns a membros de grupos particulares. Controlam indiretamente as representações mentais (modelos) que formam a base interpretativa e a inserção contextual do discurso e respetivas estruturas.

As representações sociais e os estudos de Van Dijk sobre *modelos mentais*, *modelos de contexto* e *de situação*, ajudam-nos a encarar as produções discursivas realizadas durante uma guerra como um sistema estável e contínuo. Se partimos do princípio de que o esforço de guerra, as suas representações e crenças, o seu imaginário são sobretudo produzidos e reproduzidos através de

enunciados escritos e orais, parece aceitável presumir que algumas estruturas do discurso realizem esse processo com maior eficácia do que outras. É nosso propósito, através da análise do *corpus* escolhido, encontrar algumas pistas para compreender como é mantido discursivamente o esforço de guerra e se o discurso sobre o Inimigo desempenha um papel fulcral no combate, no sofrimento e no heroísmo exigidos nesse acontecimento coletivo. Enfim se o Outro, enquanto ameaça, é suficiente para sacrificar o que se tem de mais precioso.

Pensamos que um dos pontos essenciais do discurso de guerra é a sua heterogeneidade, pelo que dividimos os discursos do nosso *corpus* em três momentos:

1. Antes. A retaguarda.
2. Durante. Na primeira linha.
3. Depois. O arquivo.

Os três momentos coincidem com três produções discursivas diferentes, que vão ser o tema da última parte do nosso trabalho.

Finalizando num parágrafo de síntese: o enquadramento teórico permite analisar o discurso epistolar e diarístico a nível micro e macro enquanto produção individual inserida num fenómeno coletivo, abrangendo as suas dimensões cognitivas, sociais e linguísticas.

## 7.1. Os usos da linguagem enquanto ação: os enunciados

A linguagem pode ser vista, se adotarmos uma abordagem pragmática, como uma forma de ação. Prometer, acusar alguém, contar uma história, defender-nos, perguntar, dar uma resposta, tudo isto corresponde a usos da linguagem e a manifestações dos falantes, com propriedades e efeitos diferentes mas representando, todas elas, atos comunicativos. Ao utilizar a linguagem, 'atuamos com palavras', o que pressupõe uma intencionalidade e, de certa maneira, um controle.

Dentro da disciplina da pragmática, a teoria dos atos de fala, originalmente, mobilizou estudos de correntes tão diferentes como a filosofia, a lógica e a antropologia. O marco inaugural foi a publicação da obra de J. L. Austin, *How to do things with words* (1962), na qual se evidenciou a existência de enunciados performativos que apresentam a singularidade de realizar o que afirmam pelo simples fato de conterem um enunciado. A obra contém doze conferências pronunciadas na Universidade de Harvard pelo filósofo inglês e estabelece uma primeira teoria sobre *speech acts*.

Obviamente que existiam estudos anteriores encarando o discurso na sua dimensão performativa, até porque desde a retórica clássica de Aristóteles que se estabeleceu a tradição de investigar como é que a persuasão atua através do discurso adaptado a um público com a intenção de o influenciar. Em termos de precursores que anteciparam com as próprias análises a teoria dos *speech acts*, é também preciso consagrar um lugar especial a Charles Bally (1932) que, retomando a dicotomia saussureana que opõe significado a significante, dividiu todos os enunciados em *modus*, ou valor ilocutório, e *dictum*, ou conteúdo proposicional, sendo o valor de um enunciado a união desses dois fatores. Outros estudiosos, como Erving Goffman (1955) ou Grice (1957), tinham evidenciado o lado pragmático da linguagem encarando as produções linguísticas como ações recíprocas entre locutor e interlocutor através da preservação das faces ou de atitudes de cooperação. E também a partir do campo etnográfico, B.K. Malinowski (1923) tinha demonstrado que os enunciados podem realizar ações, intuindo a existência de enunciados performativos:

Il existe dans toutes les communautés des mots auxquels on reconnaît le pouvoir virtuel d'engendrer des actes. Prononcez un vœux, tracez une signature, et vous voilà lié pour la vie à un monastère, à une femme, à un cachot.

(cit. in Kerbrat-Orecchioni 2008, p. 7)

Deixando de parte a orientação seguida até ao momento pela maioria dos linguistas que viam a comunicação como a principal função da linguagem, estes autores demonstraram, por conseguinte, que a linguagem é um meio de agir.

Um dos pontos de partida de *How to do things with words* foi o de questionar a problemática da veracidade. Segundo Austin, os filósofos estavam tradicionalmente preocupados em saber se uma afirmação era verdadeira ou falsa, mas isso limitava o campo da sua investigação porque deixava de fora todos os enunciados que não exprimiam uma verdade ou uma falsidade como, por exemplo, uma pergunta, um desejo, uma ordem...

Assim, ao analisar enunciados que

A) ne « décrivent », ne « rapportent », ne constatent absolument rien, ne sont pas « vraies ou fausses »,

Austin chegou à conclusão de que existem casos em que

B) l'énonciation de la phrase est l'exécution d'une action (ou une partie de cette exécution) qu'on ne saurait, répétons-le, décrire *tout bonnement* [em itálico no texto] comme étant l'acte de dire quelque chose.

(Austin 1970, p. 40)

Austin adiantou alguns exemplos que, nas condições pertinentes, dizem e fazem ao mesmo tempo: o 'sim' dos noivos num casamento ou as palavras que acompanham a celebração dos batismos das crianças ou dos navios. Nesses enunciados não está em questão a verdade ou falsidade da frase, o que é fundamental é a ação que a frase diz e faz. O enunciado, encarado assim enquanto ato, recebeu o nome de enunciado *performativo*. Realiza-se, assim, não apenas através das palavras: têm de existir circunstâncias apropriadas à sua realização. Um enunciado só é performativo quando reúne condições de felicidade [*felicity*]. Ao faltar só uma dessas condições, o enunciado é nulo ou sem efeito [*infelicity*].

Outro conceito introduzido por Austin foi o da chamada *força ilocutória*, que representa o elemento que determina e dá o valor ao ato de fala enquanto ordem, promessa, conselho. Aos atos ilocutórios estão associadas várias condições de realização: as condições de pertinência e de sinceridade, condições necessárias para que os atos (por exemplo, uma promessa) se possam realizar e que fazem parte da definição (prometer C é obrigar-se a realizar C). Ao faltarem tais condições, não significa que o ato não teve lugar, mas apenas que não foi bem sucedido:

La condition essentielle ou *sine qua non* pour que l'on puisse parler d'ordre sera que le locuteur présente son énonciation comme ayant pour fonction d'amener A à exécuter l'acte en question ; mais cet acte est par ailleurs soumis à un certain nombre de conditions de réussite, comme le fait que le locuteur soit à même d'exercer son autorité sur l'auditeur (condition préliminaire), ou qu'il désire vraiment que soit accompli l'acte ordonné (condition de sincérité) : si ces conditions ne sont pas

réunies l'ordre pourra échouer, mais il n'aura pas moins lieu.

(Kerbrat-Orecchioni 2008, p. 19)

Se por um lado é incontestável a importância da teoria dos *speech acts* de J. L. Austin, posteriormente reelaborada por John Searle (1969), para perceber a linguagem enquanto ação, ela veio a ser completada por novos estudos, provenientes de áreas diferentes como a antropologia, a sociologia, a psicologia ou o direito, que procuraram trabalhar algumas problemáticas que a teoria dos *speech acts* tinha deixado em aberto. Abordou-se, por exemplo, a questão da identificação dos atos de fala na língua e no discurso. Quais são os critérios que definem um *speech act*? Ou seja, o que é realmente um *speech act*? Em que termos podemos ligá-lo à transformação que inclui?

Do lado da sociologia, Pierre Bourdieu, em *Le langage autorisé* (1975), pôs em causa a teoria do ilocutório que estabelece uma igualdade fictícia entre os homens, evidenciando que a realização de um ato ilocutório depende de elementos extralinguísticos, ou seja, o locutor deve ser autorizado socialmente a realizar um determinado enunciado, caso contrário, arrisca-se a invalidar o seu efeito. Esta mesma perspectiva está bem resumida na seguinte frase de Ducrot: 'le dire n'est faire que si c'est un dire autorisé' (Ducrot 2008, p. 293).

Oswald Ducrot parte desta ideia de que 'l'acte illocutoire, comme tout acte, est une activité destinée à transformer la réalité' (*ibid.*, p. 286) e reconhece uma modificação que evidencia o caráter jurídico do mesmo ato: uma pergunta ou uma ordem colocam um interlocutor perante uma alternativa de tipo jurídico, inexistente até ao momento: responder/não responder, obedecer/não obedecer. No que diz respeito à resposta afirmativa, o locutor torna-se responsável pela verdade do enunciado e, por isso, aceita ser posto em causa se a asserção se revelar falsa.

Em relação ao ato perlocutório, sempre segundo os estudos de Ducrot, ele não responderá a uma obrigação (como é o caso do ilocutório), mas converte-se no 'résultat d'un mécanisme naturel, d'une nécessité', que decorre fora do significado do ato ilocutório: com efeito, o ato perlocutório decorre 'de la mise en relation des interlocuteurs' (Ducrot 2008).

Mais recentemente, alguns autores propuseram considerar também como *ato de fala* as formas de tratamento e algumas escolhas lexicais. Alice Krieg (2000), trabalhando sobre o uso da expressão 'campo de concentração' usado a partir de 1992 na imprensa sobre os campos sérvios na Bósnia, demonstrou o valor argumentativo da expressão. Na sua análise, está patente que o uso que alguns políticos ou a imprensa fizeram da expressão 'campo de concentração' tinha como fim convencer sobre os benefícios de uma intervenção militar. Em contrapartida, a fuga à expressão convertia-se simultaneamente numa posição de não-intervenção, o que significava recusar reconhecer o horror dos campos nazis. A referência ao discurso dos campos de extermínios da

Alemanha nazi é clara, 'en dépit de ces antécédents formels, on a du mal à entendre résonner dans 'camps de concentration' autre chose que le déjà-dit par les nazis' (*ibid.*, p. 51):

Si argumenter consiste à orienter le raisonnement vers une certaine conclusion, il est clair que certaines dénominations fonctionnent, par elles-mêmes, dans un univers discursif donné, comme des arguments.

(*ibid.*, p. 65)

No contexto da Guerra Colonial, o uso da palavra *Terrorista* para definir o inimigo funcionou de maneira análoga. Não identificar o Inimigo com esse termo era rejeitar a sua natureza violenta e partilhar o seu mundo de terror e medo. Qualquer ato de fala contendo este termo em vez de um mais neutro passava a conter também, implicitamente, uma asserção de sentido negativo sobre aquela entidade. A primeira aceitação do conflito colonial criada pela Propaganda começou, assim, pela terminologia do Outro, que aparecia como uma evidência que não precisava de provas: como argumento em si só, o termo *Terrorista* é como a expressão *campos de concentração*: tem uma carga simbólica que inclui *a priori* uma adesão à causa. Devido à própria força argumentativa do termo, ele 'age ativamente' sobre as atitudes ou sobre o discurso dos locutores:

O aniquilimento do inimigo identificado como Mal absoluto torna-se, mesmo para lá das condições necessárias à vitória, num imperativo moral.

(De Benoist 2009, p. 33)

Nos excertos abaixo, retirados do nosso *corpus*, vemos como o uso da palavra Terrorista, ou Turra, está associado ao sucesso operacional. É a própria supressão do inimigo que se justifica e apoia pelo uso deste predicado:

3/7/70 [carta enviada por D. C. B. aos pais]

«Ah! Sabe que já tomamos a base Limpopo aos turras e capturamos 17 toneladas de armamento, foi uma grande vitória. Na base Beira quando os Comandos lá chegaram já não havia lá ninguém, pois os turras deram à solinha com medo. E tenho a certeza que no Batalhão Gungunhana já lá não está ninguém».

12/8/70 [carta enviada por D. C. B. aos pais]

«Na ultima saída que fizemos neste sitio matámos três turras e com estes a nossa conta passou a 23 turras abatidos e 40 capturados, o que é uma conta bastante boa».



8.1.1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Temos um capitão que o gosto dele é nós todos os dia mata-se-mos turras...».

20.11. 63 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Muito obrigado pela tua narrativa a respeito do ataque que fizeram a diversos acampamentos de terroristas. Vocês não os devem poupar com vida, pois devem se lembrar que eles a vocês não os poupam».

21.01.64 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Sobre a tua vida operacional, espero que para a próxima carta me digas que deram cabo de muitos pretos terroristas. Não os poupes, lembra-te que quem seu inimigo poupa nas mãos lhe morre».

Atalaia 30/6/67 [carta recebida por J. F. dum amigo]

«Então pá tem morto por ai muitos terroristas? Esses cabrões ainda fazem por ai a sua partida ou agora já então mais mansos? Vê lá se não deixas por ai muitos para mim...».

Porto 29.2.64 [carta recebida por M. V. dum amigo]

«Amigo M.

Com respeito aos adversários «terroristas» segundo tenho lido cá nos jornais, vocês de vez em quando dão-lhes uma sova pois é preciso para quando eu fôr para aí já não haver terroristas».

18/3/64 [carta recebida por M. V. dum amigo]

«M. cá arrecebi o seu Terrurista datado 18/3/64 e o do meu irmão também. M. mando-lhe dizer se isso para aí está melhor porque esses macacos nunca mais acabam com isso eles são uns animais autenticos porque senão deixavam isso em paz era escosado estar a mandar para aí a mocidade toda de caminho a garotas querem cavalheiros para dançar e não tenham. M. passa-lhe a dizer se já matou alguns macacos e com quem diz terruristas».

Quixico Angola 17-12-63 [carta enviada de M. V. para o pai]

«Meu Pai tenho feito muitas operações cá no Norte e também dado cabo de alguns terroristas efelizmente ultimamente não tenho sido atacado, pois os turras com a malta do Quixico parecem não querer nada, contudo não se deixa de andar com o olho aberto pois às vezes pode haver alguma surpresa e é preciso estar sempre apto a reagir...».

O termo terrorista nunca parece chegar a ser usado de maneira totalmente convencional, não-motivada: parece sempre uma designação consciente, atribuída no contexto do medo da

crueldade e da violência extrema, mobilizando um universo de terror, o mesmo que os Estados frequentemente utilizam para obter consenso e adesão a uma causa. Inclusivamente, no Diário de Etelvino encontra-se a prova de como se estava perante um termo marcado, que servia até para o estabelecimento de uma distinção entre os adversários e a população nativa:

14 Julho 1961 [Diário Etelvino]

Continuam a chamar-me terrorista por eu os defender. Mas a verdade é que eu só defendo os pretos pacíficos porque dos que são terroristas sou o inimigo número um.

9 de Dezembro 1961 [Diário Etelvino]

Veio a companhia nº 156 e a artilharia para fazermos umas operações. Veio também, um preto, prisioneiro, para indicar o acampamento dos terroristas.

Ao lado do termo Terrorista, a imprensa, a propaganda e os comunicados usavam palavras como *Bandoleiros* e *Bandidos*, termos raros nas cartas e no diário. Tentamos perceber as razões. Ao contrário do termo Terrorista, *Bandoleiros* e *Bandidos* não mobilizam um medo atávico, contendo antes um juízo moral. Um indivíduo pode ser moralmente condenado pelos seus atos por estar à margem da sociedade ou por viver de roubos; são condições que o podem excluir e rejeitar, mas dificilmente suprimir ou eliminar, ou seja, não provocam necessariamente atos violentos. *Bandoleiros* e *bandidos* também existiam em Portugal, não sendo figuras estranhas ou desconhecidas, ao contrário do terrorista, que era um conceito exclusivo das terras africanas, vistas como atrasadas e selvagens. O desconhecido sugere mais facilmente medo e pavor, conseguindo, assim, uma reação violenta proporcional ao valor atribuído ao termo:

L'analyse des images de l'ennemi, qui permet d'interroger les effets de la propagande, souligne la spécificité des situations et des dispositions des 'récepteurs' de ces images, qui, selon le crédit qu'ils leur accordent, leur donnent une traduction dans des actes violents ou -au contraire-les laissent au point mort.

(Beyrau 2009, p. 36)

O adversário visto como Terrorista tornou-se um elemento disciplinador que os soldados adotaram coletivamente com a sua intrínseca lógica eliminatória, demonstrando que existem imagens do Inimigo que funcionam melhor do que outras. Esta abordagem conduz-nos também, diretamente, à construção do Inimigo através do discurso. Mas o tema fica relegado para a última

parte do nosso trabalho, onde veremos como a propaganda salazarista facilmente reativou e 'aportuguesou' as imagens herdadas do discurso católico sobre o Mal, secularizando crenças, opiniões e representações do Outro.

Passamos agora a ver como o ato de humor, considerado um ato de linguagem com estratégias, elementos e funções próprias, pode contribuir também, através de uma imagem clivada da guerra, para mobilizar opiniões em seu apoio.

Em primeiro lugar, queremos abrir esta parte lembrando a variegada maneira de identificar os aerogramas, que não deixa de ser um piscar o olho ao destinatário e uma maneira de roubar um sorriso num contexto de sofrimento e medo. É um ato de humor com finalidade lúdica.

Ao lado do tradicional 'bate-estradas', como era conhecido na gíria militar, o aerograma passou também a ser identificado como:

- Rebenta minas
- Andorinha
- Salta capins
- O amarelo
- O meu atrasado
- O agente da cuca
- O Peixoto Alves
- O apanha Boleias
- O meu Terrorista,
- Salta pocinhas
- Casaco azul
- Chevrolet
- o Aerótaxi

Mas o humor encontrado ao longo das cartas não se limitou ao nível do léxico. Encontrámos, ao longo da nossa leitura do *corpus*, um sentido de humor com função diferente. Porque é que os autores escolhem a ironia? Porque não dizem claramente e sem desvios o que pensam? Porque o contexto bélico o determina: desconversar é uma estratégia discursiva que permite reduzir o lado trágico da guerra. Mais do que uma função desestabilizadora, a ironia cria estabilidade através da conivência pedida ao interlocutor, que deverá entender e admitir a deslocação para um plano paradoxal. Ao contrário do que propõe Jankélevitch (1936, p. 27), que vê na ironia uma abertura 'elle nous rend, comme on dit, « attentifs au réel » et nous immunise contre

les étroitesse et les défigurations d'un pathos intransigeant', chegando a perguntar-se se a ironia não é sinónimo de liberdade, achamos que a ironia tem, entre outras, a função implícita de conduzir à aceitação do lado mais dramático da guerra.

Existe uma importante literatura sobre a questão do humor na tradição retórica, literária, estilística, filosófica e psicológica. Mas o que resulta desse extenso material é um conjunto de definições imprecisas, mesmo contraditórias (Charaudeau 2006). As palavras 'cómico, divertido, ridículo, engraçado, irónico, sarcástico, gozo, troça, etc.' constituem uma pluralidade de termos que confundem mais do que esclarecerem. Além desta confusão semântica-lexical, a ironia parece não receber, também, nenhum claro estatuto linguístico: os estudiosos oscilam entre considerá-la um tropo, uma proposição, uma enunciação ou um tipologia textual (Eggs 2009).

Um ponto de partida para a definição da ironia pode estar no conceito de Maiêutica de Sócrates, que desarticulava as certezas sofistas através de perguntas e da dissimulação: fingia ser ignorante para levar os seus interlocutores para um pensamento determinado. Associada à dissimulação, a ironia socrática tinha também uma clara função epistémica.

De um método filosófico usado para chegar à verdade, a ironia, com Aristóteles, restringiu-se a uma técnica de simulação ligada à retórica e ao verbal: uma antífrase, consistindo em dizer o contrário do que se pensa. Mas foi com a retórica latina que o termo de ironia começou a afinar-se. O ato irónico em Quintiliano é dividido em tropos e figura. Quintiliano será também o primeiro a dar espaço ao locutor e à situação em que se realiza o ato de ironia.

Ao longo dos séculos, o estudo da ironia vai abordar vários elementos como as circunstâncias do discurso, o conhecimento da pessoa ou do objeto de que se fala, o tom da voz, o riso, inserindo a ironia numa visão pragmática, o que lhe confere interesse na perspetiva do presente trabalho. Os estudos de H.P. Grice (1975), Kaufer (1981) e Haverkate (1985) usam os atos de fala como base para os seus trabalhos sobre ironia. Para Grice (1975) a ironia está associada à explícita violação pragmática de uma das máximas conversacionais, a máxima de qualidade. Esta máxima impõe como base que o locutor não diga o que considera falso, desprovido de evidências adequadas. Usando o termo de implicatura conversacional e de uma interpretação não literal do enunciado, Grice consegue compatibilizar o ato linguístico do locutor com o respeito da máxima. Os estudos de Grice demonstram também que não há um corte abrupto com a conceção clássica, sendo que a ironia continua a ser vista como inversão semântica e dissimulação. Para Grice a ironia tem 3 características essenciais:

- A ironia é intencional
- A ironia é simulação

- A ironia apresenta sempre uma avaliação negativa:

I cannot say something ironically unless what I say is intended to reflect a hostile or derogatory judgment or a feeling such as indignation or contempt.

(Grice *cit. in* Haverkate 1985, p. 364)

Por seu lado, Haverkate (*ibid.*), em *A speech act analysis of irony*, vê na ironia uma estratégia destinada a quebrar o padrão de expectativas dos ouvintes através da insinceridade, violando, por isso, uma das máximas de cooperação: mais uma vez, a da qualidade. Tal violação, feita de maneira intencional e transparente, é o que possibilita aos ouvintes reconhecer o enunciado enquanto irónico. Para o autor, a sinceridade deve definir-se de uma maneira específica em cada classe de ato verbal. A nível perlocutório, os efeitos do ato irónico devem-se ao contraste que se estabelece entre o significado da locução e a realidade extralinguística referida. A nível enunciativo, existe, segundo Haverkate, um afastamento que permite ao locutor desvincular-se em relação ao seu próprio enunciado. Nos seus estudos, a ironia não é encarada só enquanto avaliação negativa, mas pode exprimir um juízo ou uma valoração. Por outro lado, Kaufer (1981), em *Understanding ironic communication*, encontra a base do ato irónico no reconhecimento de uma má aplicação de um *topos*, relacionado com o contexto não linguístico. Nesta situação o locutor está confiante de que o conhecimento de padrões-modelo garante a correta receção da ironia.

Mais recentemente, os estudos de Patrick Charaudeau (2006) demonstram que a ironia, apesar de se apoiar numa clivagem clara entre realidade e enunciado e assim provocar um certo desequilíbrio, tem como fim último a criação de uma cumplicidade.

Usaremos o termo de ironia no mesmo sentido em que foi analisado por Charaudeau (2006), que lida com a seguinte definição:

[...] une certaine manière de dire à l'intérieur de diverses situations, un acte d'énonciation à des fins de stratégie pour faire de son interlocuteur un complice.

(*ibid.* p. 22)

A cumplicidade que a ironia pede é a da partilha, por parte do destinatário, da mesma visão 'trocada' que o enunciador propõe sobre as normas do mundo. Assim, os atos de ironia na escrita da guerra permitem causar um desequilíbrio nas crenças coletivas ligadas a temas como a vida, a morte, o sofrimento, a violência, etc. Tal desequilíbrio é causado por três fatores. O primeiro é a clivagem entre o que é dito e o que se pensa. O segundo, essencial para Charaudeau, é a sobreposição do que se diz e do que se pensa, sem a qual se obteria a mentira em lugar da

pretendida ironia. O terceiro é o valor positivo do que é dito para cobrir o pensamento negativo (ou crítico) do enunciador.

Ainda segundo Charaudeau, à ironia presidem três elementos: o destinatário, a relação entre interlocutores e as circunstâncias em que o ato de linguagem é produzido. Nos casos analisados, encontra-se o recurso à ironia nas cartas dos soldados e seus amigos, ficando de fora as mulheres, as quais preencheram antes as suas cartas com palavras de amor, sofrimento, rezas e expectativas. Nas dos homens, e como já insinuámos, a função da ironia parece ser a de diminuir e relativizar medo e perigo. Como é o caso do paraquedista J. F., que escreve uma história divertida de roubos e de soldados 'tesos' à mãe:

Beira Moçambique 1966 Junho [carta enviada de J. F. à mãe]

«Espere só um bocadinho. Pronto já cá estou outra vez fui só ali correr com um colega que me queria tirar o meu dinheiro do porta moedas, enfim tenho lá pouco mas sempre dois tostões e é o princípio de muito dinheiro não é verdade mãe mas mais uma vez lhe pesso não se rale porque nós não termos dinheiro até é motivo para brincarmos mais um bocadinho, olhe um pega numa bota e começa a gritar quem é que quer comprar outro pega no capacete e faz o mesmo daí a um bocado um começa a gritar quem é que me rôbou a minha bota ou então aproveitamos quando vão para a praia para lhe escondermos as calças e fazemos-os andar durante todo o dia à procura das calças, olha mãe as vezes até choramos a rir isto é melhor muitas vezes do que ir ao cinema e ver um filme comico. Até há quem diga que somos o diabo e um Deus ao mesmo tempo cada vez estou mais contente por ser Pára- Quedista».

O objetivo da história é claramente o de tranquilizar a mãe, demonstrando que existe um lado infantil e despreocupado ao lado da tristeza e da seriedade da guerra. O desequilíbrio entre o lado cómico da história e a seriedade do contexto integra uma vontade de fazer aceitar à mãe a guerra e, implicitamente, o seu lado trágico:

Une invitation à dépasser cette incompréhension, cette menace et cette crainte en prenant une distance salutaire par rapport aux valeurs traditionnelles qui véhiculent ces domaines, et à les transcender en les plaçant dans un univers qui n'est pas pour de vrai, un univers du jeu qui suspend provisoirement le malheur.

(Charaudeau 2006, p. 25)

A clivagem produzida pelo absurdo da história contada é uma estratégia de distanciamento perante temas considerados demasiado sérios, mas, ao mesmo tempo, com seu lado lúdico, o que permite questionar uma certa ordem do mundo e o discurso que sobre ele é produzido:

Un non sérieux un peu particulier, car il révèle en même temps la fragilité, voire la futilité des normes de perception du monde en ouvrant la porte à un ‘pourquoi est-ce ainsi, et pourquoi ne serait-ce pas autrement?’. Ce ‘pourquoi pas’ ne tend pas vers une vérité : il témoigne seulement d’une tension entre sérieux et non sérieux. Le sérieux vise la vérité, le non sérieux la suspension provisoire de la vérité.

(*ibid.*, p. 36)

Essa suspensão da verdade como função tranquilizadora é frequentemente usada pelos soldados, que no entanto raramente chegam ao ponto de J. F. e das suas palavras 'exageradas', já próximas da mentira. A ironia joga-se sobre a hipérbole que se cria entre 'as férias' e a guerra: o exagero torna transparente a insinceridade do conteúdo proposicional:

Beira Moçambique 1966 [carta escrita de J. F. à mãe]

«Quanto a guerra nem falo nisso porque eu vim para passar férias e não para outra coisa».

M. V. conta uma anedota ao irmão, encenando adversários e sua relação com as armas usadas pela tropa portuguesa:

Quixico- Angola 2-10-63 [carta enviada de M. V. ao irmão]

«...e ainda temos a breia que é uma metralhadora pesada, pois esta dá 700 tiros por minutos, e anda sempre em cima de um jipe, eles até chamam a isto a máquina de catura, e então o bazuca não se fala, os gaijos chamam a isto o cano da água, dizem eles que mata pela frente e por trás, isto foi o seguinte um soldado nosso em combate deixou ficar a bazuca carregada na estrada, então os gaijos apoderaram-se logo dela, e então toca a experimentar, como o cano é aberto dos dois lados, os gaijos puzeram-se a espreitar, não sabendo eles que a bazuca atirava para trás fogo à distância de 25 metros, os gaijos que estavam a disparar , fez o disparo, a granada saiu quando olhou para trás estavam os outros gaijos todos queimados, estes eram os outros que espreitavam, os gaijos não tiveram mais nada, cortaram a bazuca toda aos bocaditos com a catana, e puzeram-na na estrada, com o bilhete escrito, que dizia o seguinte «Não queremos arma do Branco, pois ela mata pela frente e por trás».

Aqui a ironia exprime a derisão do Inimigo e da sua ignorância perante um conhecimento dado por básico. O Inimigo é o alvo considerado como incapaz e inferior, funcionando a ironia como uma asserção dessa sua condição. A citação «Não queremos arma do Branco, pois ela mata

pela frente e por trás» opera uma dupla função: i) reforça a impressão de veracidade e credibilidade e ii) torna mais viva a reconstrução do acontecimento. Por outro lado, é preciso considerar a nova estrutura em que é inserida a citação, que a expõe a um processo de transformação (Maingueneau 1991); no caso referido, assiste-se à operação de menosprezo do adversário.

Também D. C. B. vai citar as frases usadas pelos comandos durante a sua formação. Da mesma maneira, a citação entre aspas dá por um lado a ilusão de uma exposição realista, produzindo um efeito de *mimesis* da realidade. Por outro, denota uma distanciação do autor perante as ideias-forças das tropas de elite.

A ironia pode também ser antecipada pela seleção de determinados atributos ou predicados. No exemplo abaixo, a expressão avaliativa 'a essa linda hora' desencadeia o processo de dar a entender o contrário do que se diz:

18/1/70 [carta enviada de D. C. B. aos pais]

«Esta semana já fiz duas marchas forçadas de 10km cada uma e um cross de 16 km, tirando os crosses que temos todos os dias depois da ginástica educativa, que são de 4 km.

Uma das marchas forçadas ou seja a primeira que foi na quarta-feira passada, foi feita à meia-noite e meia, depois de uma aula de mentalização. Vou-vos dizer algumas frases que me disseram a essa tão linda hora.

“O comando ataca essencialmente de noite”

“O comando não acredita em facilidades”

“As vossas mães, mulheres, filhos, noivas, sofrem neste momento por vos e a vocês nada vos interessa”

“Porque a noite é a vossa amante” “Porque vocês se casaram com a noite”, e como estas muito mais, outra que me lembrei agora “Os vossos amigos nesta altura divertem-se e vocês aqui sofrem, mas é necessário, poi os Comandos sofrem para que os outros possam viver em paz” “A superioridade física é uma constante do Comando e por conseguinte vais iniciar a tua instrução com um sorriso nos lábios e acabarás com o mesmo sorriso”».

Por seu lado, um camarada de J. F., também paraquedista, descreve-lhe a guerra numa mistura de ironia, sarcasmo e metáforas. O resultado é um forte poder de sugestão, convertendo-se na mais marcante de todas as descrições da guerra que tivemos a possibilidade de ler:

Nacala City 18-9-67 [carta recebida por J. F. dum amigo]

«Então F. como vai isso por aí bom não é verdade? Isto aqui é só estiva comer é só desgraça agua é



um castigo, e quanto a guerra é aquela conta macaca. Come-se porrada que é o que se queira, como sabes a nossa companhia sofreu um emboscada que foi um arraial de fogo: granadas defensivas, comandadas, bazucadas tiroteio infernal. Tinham 50 abrigos e toda a companhia e ficou na zona de morte, bem tudo isto eu creio que tu já sabes».

Neste caso, o alvo da ironia é a própria guerra, e o autor pede a cumplicidade do destinatário na sua visão crítica sem lhe impor, explicitamente, a verdade do seu enunciado.

A ironia pode também cair sobre o interlocutor, caso em que é preciso levar em consideração a relação que autor e destinatário têm um com o outro:

Porto, 16 de Fevereiro de 1965 [carta recebida por M. V. dum amigo]

«Mas como mais vale tarde que nunca, com as devidas e respeitosas desculpas, eu gostava de saber como se encontra de saúde o meu velho amigo Mário. Calculo que estejas delicado como o papel higiénico».

Nesta carta, como se vê, M. V. começa por ser identificado com um termo de comparação negativo. Mas rapidamente se recupera da possível *gaffe* pela atribuição ao destinatário de uma imagem de homem sedutor e agradável:

«Mas não falando de coisas tristes, suponho que o ex-guardião do Progresso, tem feito uns “engates” valentes a essas boas pretas».

Como vemos, a ironia, mais do que desestabilizar as normas e as convenções sobre a guerra, parece ter a função de estabelecer um equilíbrio e um consenso. É usada na sua forma mais lúdica para fazer conhecer e aceitar a guerra a pessoas que estão fora da experiência, isto através da inscrição de um desequilíbrio que procura minimizar e reduzir o reconhecimento do perigo. Por outro lado, permite uma força ilocutória acrescida às proposições que contêm a derrisão do Outro, ridicularizando-se o Inimigo através da tentativa de demonstração da sua incapacidade e inferioridade. Mas na sua vertente mais cínica ou crítica, dificilmente a ironia serve para os enunciadores assumirem individualmente uma opinião contrária à guerra. Por outro lado, a ironia com sua estratégia de clivagem, permite centralizar o contexto, tornando-o mais vivo na troca epistolar: se os autores não assumem posições radicais sobre a guerra, a ironia permite, graças a uma mudança no plano da enunciação, impor como argumento central o tema da guerra. Através de citações, que criam um efeito de apresentação mais objetiva dos fatos, algumas informações

diretamente relacionadas com a guerra entram na escrita. O que é preciso evidenciar é que os temas que podem ser alvo de mais inibição por parte dos locutores e interlocutores entram na interação só se realizados por meio de certas estratégias que minimizem a responsabilidade ('prise en charge') enunciativa.

Os dois temas que acabámos de tratar, ou seja, o termo marcado Terrorista e a ironia, impõem que se abra uma reflexão sobre os implícitos na língua. Os atos linguísticos entre locutores não se podem reduzir a uma comunicação entendida como simples troca de informações; existem regras e formas fixadas pelo contexto extralinguístico. Existem limites impostos pelas convenções e por um número elevado de tabus linguísticos partilhados por uma comunidade. Como foi evidenciado por O. Ducrot (2008):

Le phénomène de la présupposition fait apparaître, à l'intérieur de la langue, tout un dispositif de conventions et de lois, qui doit se comprendre comme un cadre institutionnel réglant le débat des individus.

(Ducrot 2008, p. 5)

Para cada locutor e por cada situação, existem diferentes tipos de informações que não podem ser dadas, não por haver uma proibição absoluta, mas porque seria reprovável versar o assunto. Essa é a primeira razão de termos à disposição estratégias de comunicação implícitas. Por outro lado, qualquer asserção explícita pode ser um tema de discussão, pode ser contestada 'tout ce qui est dit peut être contredit' (*ibid.*, p. 6) e pode levar os interlocutores à polémica e à controvérsia, o que normalmente se tenta evitar. Por isso, é necessário na exposição de qualquer opinião, ideologia e posição uma diminuição da responsabilidade do locutor em relação ao dito: 'bénéficier à la fois de l'efficacité de la parole et de l'innocence du silence' (*ibid.*, p. 12).

O implícito tanto pode ligar-se ao conteúdo do enunciado (*l'implicite de l'énoncé*) como à enunciação (*l'implicite fondé sur l'énonciation*). Fundamental, nos dois casos, é que:

la signification implicite apparaît comme surajoutée par rapport à une autre signification, que nous appellerons « littérale ». [...] Le rapport entre les deux éléments est donc une sorte de dépendance unilatérale, une des significations, et une seule, étant nécessaire à la saisie de l'autre.

(*ibid.*, p. 11)

Podem ser consideradas implícitas todas as informações veiculadas sem que o falante precise de se comprometer diretamente com a sua verdade: as que se baseiam em informações recuperadas linguisticamente constituem os *pressupostos*, e as que estão relacionadas com o

contexto e com a situação são os chamados *subentendidos*. Ou seja, sempre segundo Ducrot, na interpretação de um enunciado temos:

- O conteúdo exposto (*posé*), que corresponde à informação literal e direta do conteúdo da mensagem;
- O conteúdo pressuposto (*présupposé*), que corresponde às informações derivadas, contidas no enunciado sem que sejam diretamente expressas;
- O conteúdo subentendido (*sous-entendu*), que corresponde às informações indiretas sugeridas pelo contexto comunicativo e cognitivo, mas não assumidas diretamente pelo locutor.

Chegando à seguinte conclusão:

Tout le mouvement de la pensée, dans un discours, est censé se produire au niveau du posé. Quand aux présupposés, s'ils ont une fonction, c'est comme condition de cohérence. En d'autres termes, en choisissant un énoncé qui comporte tel ou tel présupposés, on définit de ce fait une catégorie d'énoncés susceptibles de le continuer. Par là même, on établit les limites du dialogue offert à l'interlocuteur.

(*ibid.*, p. 90)

A questão dos implícitos na língua pode ser útil para entender a finalidade da palavra Terrorista, cujo uso pode a priori ser considerado uma convenção, mas que achamos ter um lugar diferente em contexto bélico. Pensamos que preenche uma função de tipo psicológico e textual. Como já foi sublinhado, usar a palavra Terrorista é aceitar os seus pressupostos: terror, barbaridade, crueldade, violência. Os quais, tendo uma clara função performativa, encontram-se na base de uma argumentação que conduz a uma única conclusão possível: a eliminação do Outro. Como um paliativo, o uso do termo Terrorista permite mais facilmente falar da morte do Outro. Como já foi evidenciado por Maria Victoria Uribe (2004), a palavra Terrorista implica um processo de aceitação da guerra, visto que suspende a proibição de matar o seu próximo. Por isso, permite ao indivíduo dar o seu consentimento à guerra, ao mesmo tempo que pode continuar a rejeitar o seu horror e violência. Pensamos que, de um ponto de vista psicológico, essa função é essencial. Apesar de não ser o nosso tema de Tese, não podemos deixar de observar que o termo marcado Terrorista, por um lado, permite aceitar a obrigação da guerra e, por outro, o que é essencial, desobriga os indivíduos de a apoiarem explicitamente. Se a guerra é considerada um tema *tabu*, um tema submetido a 'un dispositif de conventions et de lois', aceitar a guerra é pôr-se numa posição discutível e controversa, posição demasiado perturbadora por ser assumida explicitamente. Se se aceita a teoria de que existem máximas de cooperação na comunicação entre pessoas, podemos supor que existe também

um tipo de cooperação e colaboração entre os atores sociais que aceitarão que ninguém quer viver num mundo de violência e de morte: ninguém gostará da guerra e, se não forem obrigados, poucos serão os indivíduos que arriscam a própria vida num modo violento. Mas a nomeação do Inimigo com a palavra Terrorista facilita a aceitação da mesma violência e permite ultrapassar a natural 'inibição' que existe perante o tema.

Já de um ponto de vista textual, o termo não permite qualquer negociação, impondo um silogismo do tipo terrorista=eliminação. Os argumentos que defendem tal raciocínio são dados pelos pressupostos do termo; num processo circular de razão e justificação a palavra torna-se de grande utilidade. Em primeiro lugar, o Terrorista representa a causa essencial (até única) da guerra, que passa a ser considerada como uma resposta e uma defesa legítimas, facilitando, ao mesmo tempo, a sua aceitação. Por outro lado, permite encarar, sem remorsos, a morte do Outro, graças à lógica intrínseca de eliminação dada pelos pressupostos da palavra. Concluimos com as palavras de Margaret Mead (*cit. in* Audoin-Rouzeau 2008, p. 188) que parecem de grande pertinência para o que acabámos de dizer:

La guerre existe si le conflit est organisé, socialement autorisé, et si le fait de tuer n'est pas considéré comme un meurtre.

Em relação à ironia, queríamos sublinhar alguns pontos apoiando-nos sobre os textos e os autores citados:

- Ao contrário do defendido por alguns autores, parece-nos que a ironia não está sempre ligada a uma avaliação negativa, pelo menos num contexto tão particular como o da guerra. Pode ter a função de minimizar os perigos da guerra, sendo mais uma estratégia discursiva direcionada para a aceitação de um tema considerado delicado e para uma cooperação comunicativa entre locutores;
- Seja na avaliação negativa, seja para minimizar, a ironia pede uma cumplicidade do interlocutor, que tanto pode ser implícita como claramente evidenciada;
- É porque existe um *topos* partilhado e comumente aceite sobre a guerra, reconhecido coletivamente, que é possível um seu revés paródico;
- A ironia muda a posição do locutor em relação ao seu enunciado; tem consequências sobretudo no envolvimento dos interlocutores, na enunciação, e muito menos no tema-alvo da ironia, considerado pretexto para outros fins;

- Apesar de não terem a certeza de conseguir persuadir os interlocutores, os 'ironistas' dão uma visão clivada da guerra, visão essa que vai orientar a opinião do destinatário para um tipo de resposta mais conciliadora perante o trastorno causado pela evento. A ironia pode assim ser vista como uma estratégia de controlo das emoções em situações de forte abalo psicológico.

## 7.2. Tipos de texto

A literatura sobre o entendimento dos enunciados enquanto 'textos' constitui uma muito extensa biblioteca, sendo que cada diferente abordagem teórica privilegia elementos e fatores diversos. De entre elas, no entanto, destacamos os estudos esclarecedores de J. M. Adam (2011), nos quais nos baseámos para o presente trabalho já que a sua análise textual nunca abandona propósitos de descrição e interpretação do sentido dos textos em contexto. Adam parte do pressuposto de que, apesar da extensa heterogeneidade que os textos demonstram, é possível evidenciar alguns mecanismos de organização textual que, por serem frequentes, impõem ao estudioso o conceito de tipologias. É claro que muitos outros autores fizeram anteriormente a mesma constatação: concretamente, para Morel e Danon-Boileau, as unidades textuais são organizadas em scripts, ou seja, 'des schèmes conceptuels correspondant à des structures événementielles stéréotypiques' (*cit. in* Adam 2011, p.11). Os esquemas objetivo/acção ou meio/resultado constituem 'bon exemple de ces structures dont une partie seulement [...] peut être codée grammaticalement' (*ibid.*). Por seu lado, Charolles e Lamiroy falam de 'schémas de texte'. Halliday e Hasan usam as 'macroestruturas', enquanto Teun Van Dijk faz a distinção entre superestrutura, forma global do texto e macro estrutura enquanto conteúdo global (*ibid.*, pp. 12-13).

Um dos pontos de partida da reflexão de Jean-Michel Adam é constituído pelos trabalhos sobre enunciados e discurso de Bakhtine, autor que se concentrou nos 'types relativement stables d'énoncés'. Citamos, de seguida, um preceito de Bakhtine (*cit.in* Adam 2011, p. 14):

Apprendre à parler, c'est apprendre à structurer des énoncés. Les genres du discours organisent notre parole de la même façon que l'organisent les formes grammaticales.

E continuando:

Lorsque nous choisissons un type donné de proposition, nous ne choisissons pas seulement une proposition donnée, en fonction de ce que nous voulons exprimer à l'aide de cette proposition, nous sélectionnons un type de proposition en fonction du tout de l'énoncé fini qui se présente à notre imagination verbale et qui détermine notre opinion. L'idée que nous avons de la forme de notre énoncé, c'est-à-dire d'un genre précis de la parole, nous guide dans notre processus discursif.

(*ibid.*, p. 14)

Verifica-se, portanto, que já em Bakhtine existia a ideia de moldes dentro dos quais se produzem os nossos enunciados, escolhidos segundo as situações de comunicação:

Tous nos énoncés disposent d'une forme type et relativement stable de structuration d'un tout.

(*ibid.*, p. 14)

Adam recupera e alarga este princípio, apresentando um modelo geral de organização textual composto por diferentes 'planos' ou subsistemas que interagem entre si. Os planos são definidos enquanto *sequências*. Nas palavras de Adam (*ibid.*, p. 13), a sequência pode ser entendida como: 'une structure' ou 'un réseau relationnel hiérarchique':

La *séquence* est une structure relationnelle préformatée qui se surajoute aux unités syntaxiques étroites (phrases) et larges (périodes), c'est un « schéma de texte » situé entre la structuration phrastique et périodique des propositions et celle, macrotextuelle, des *plans de textes*. Les séquences sont des structures préformatées de regroupements typés et ordonnés de paquets de propositions. Le rôle de la linguistique textuelle est d'explorer et de théoriser ce niveau intermédiaire de structuration, sans négliger le jeu complexe des contraintes transphrastiques, discursives et génériques.

Os tipos de enunciados relativamente estáveis estarão presentes tanto nos gêneros literários como nos enunciados da vida quotidiana:

J'ai émis l'hypothèse que certaines formes premières ne sont pas génériques mais correspondent à des formes élémentaires de narration, de description, d'argumentation, d'explication et de dialogue.

Ainsi, la structure élémentaire du récit se trouve à la base des histoires drôles, de la narration orale et de l'anecdote, des paraboles, des fables, des contes, mais aussi de l'épopée, d'un grand nombre de romans, des monologues narratifs d'exposition ou de dénouement au théâtre, mais également du reportage et du fait divers journalistiques.

Ainsi les genres du conte et de la fable sont-ils narratifs tandis que le genre épistolaire (avec ses sous-genres : courrier personnel, administratif, courrier des lecteurs dans la presse, etc.), l'interview, le théâtre doivent être considérés comme des genres conversationnels

(*ibid.*, pp. 14-15)

Sendo os textos estruturados por sequências, o texto inteiro é encarado como uma série de sequências completas ou elíticas, da mesma tipologia ou de tipologia diferente, o que permite lidar com o problema da heterogeneidade textual. Segundo Adam (*ibid.*, p.42), o texto é uma estrutura hierárquica de atos que, ligados entre si, assumem um significado só no co-texto no qual são inseridos, ou seja, na relação com as estruturas hierárquicas de níveis de complexidade superior. É importante sublinhar que no interior de cada sequência podem aparecer sequências de tipos diferentes (por ex. seqDescritiva +seqNarrativa+seqArgumentativa). Assim, a unidade textual

decorre da noção de sequência, que aparece, por um lado, como uma rede de relações hierárquicas, grandeza decomponível em partes (proposições) ligadas entre si (macroproposições) e ligadas ao todo (sequência) que elas constituem e, por outro lado, como uma entidade relativamente autónoma.

Entretanto, é preciso lembrar que as tipologias de texto e as sequências não são suficientes para termos uma ideia total da compreensão ou da produção dos textos:

Les schémas prototypiques ne rendent, bien sûr, pas compte à eux seuls de tous les aspects de la compréhension et de la production des textes. Toutes sortes de connaissances entrent en jeu dans ces deux opérations (connaissances, pragmatiques, connaissances des mondes représentés, etc.).

O autor chega à seguinte definição de texto:

Tout texte est la trace langagière d'une interaction sociale, la matérialisation sémiotique d'une action sociohistorique de parole. La narration, la description, l'argumentation, l'explication et le dialogue sont des formes que peut prendre cette conduite discursive.

(*ibid.* p. 43)

Queremos precisar alguns elementos da linguística textual tal como foram fixados por J. M. Adam no que diz respeito ao género da carta. Na questão sobre a existência de um género epistolar, o autor destaca a importância de uma *organização compositiva da forma epistolar*. No artigo *Les genres du discours épistolaire. De la rhétorique à l'analyse pragmatique des pratiques discursives* J.M. Adam (1998) dá um modelo de organização das cartas, fixando dois grandes tipos de sequências: as sequências fáticas de abertura e fecho, por um lado, e as sequências de transição que constituem o corpo da carta, por outro. As sequências de dividem-se, por seu lado, em 3 partes: uma introdução/ preparação, o corpo da carta e uma peroração.

É numa dominante dialogal que é preciso encarar a estrutura da carta, sendo que o corpo, sua parte mais 'livre', inclui também partes descritivas, narrativas, explicativas e argumentativas:

Autour d'une dominante qu'en l'absence de réplique, on peut dire dialogale - car elle ouvre sans cesse le discours sur le destinataire, par le biais d'incises interpellatives - le corps de toute lettre comporte des moments [...] descriptifs, narratifs, explicatifs-justificatifs, argumentatifs.

(Adam 1998, p. 43)

Ao considerar o género como um conjunto de normas discursivas ligadas a práticas sempre histórica e socialmente determinadas, Adam estipula a existência de *vários géneros epistolares*



como consequência da diversidade das práticas sociodiscursivas convocadas nas cartas. Apoiando-se sobre os trabalhos de Bakhtine, entende gênero como um tipo de enunciado relativamente estável a nível temático, estrutural e estilístico (*ibid.*).

Sempre segundo Adam, as variações dos gêneros epistolares dependem das diferenças das situações sociais de interação. Ao dar mais importância ao parâmetro enunciativo, temático, estrutural ou estilístico, o autor identifica 5 gêneros de cartas numa escala delimitada pelo íntimo, de um lado, e o social do outro. Dentro destes parâmetros, a classificação que Adam propõe é a seguinte:

1. Carta íntima
2. Carta formal
3. Carta de negócios
4. Carta aberta
5. Literatura epistolar

Em resumo, a carta é, para Adam, tanto uma obrigação como uma necessidade, daí a sua vertente informativa, concretizada a dois níveis: o dialógico e o narrativo.

### 7.2.1. Estrutura textual das cartas e do diário: sequências narrativas e dialogais

Aplicámos esta abordagem aos textos do nosso *corpus*. De entre as 5 sequências que estuda Adam, demos prioridade às sequências narrativas e às sequências dialogais por serem as mais heterogêneas e também mais adaptadas à percepção da guerra, do Outro ou do Inimigo e da subsequente verbalização. Parecem-nos constituir dois polos opostos e complementares da enunciação, ao serviço de estratégias discursivas diferentes. Daremos também espaço, contudo, às sequências descritivas e argumentativas porque, como foi bem sublinhado por Adam (2011, p. 115):

Comme il est impossible de ne pas décrire, il est impossible de ne pas argumenter (au sens large d'action opérée sur autrui).

Isto significa que a presença de sequências descritivas e argumentativas num texto, mais do que organizá-lo, integra a sua heterogeneidade textual, sem por isso ser determinante na respetiva estrutura.

Começando pelo tópico das sequências narrativas, verificamos que elas se prestam a conciliar os fins que nos parecem mais relevantes nos textos do nosso *corpus*:

Toda a enunciação narrativa é determinada pelo fim em vista. A parte informativa da narrativa é acompanhada de três grandes finalidades: recreativa, explicativa e argumentativa

(Adam e Revaz 1997, p. 105)

Assim, qualquer narrativa propõe uma estrutura na qual personagens, circunstâncias e motivos estão ligados de maneira coerente e orientada, de tal forma que dão um sentido aos factos do mundo. As cartas e o diário do *corpus* aqui em análise fazem parte do género 'narrativa da vida', que é, em si, uma argumentação pelo exemplo. A escolha do *exemplum* representa um meio para persuadir, sendo que contém e sustenta uma conclusão para a qual o autor quer conduzir um leitor ou ouvinte. E, com efeito, encontramos nas cartas e no diário da Guerra Colonial narrativas sobre os combates (os momentos mais importantes e trágicos da guerra) que integram os temas da morte, da coragem, do medo no confronto com o adversário e toda uma argumentação daí decorrente. Na parte dedicada às sequências narrativas, falaremos do relato enquanto listagem de acontecimentos não organizados em intriga (Adam 2011). Essa nossa escolha deve-se ao facto de no Diário de Etelvino existirem tanto narrativas como relatos de combate, que se realizam através de uma produção textual muito próxima das descrições. Pensamos relevante confrontar essas duas

produções textuais tendo como tema central o combate. Sendo a finalidade do texto diferente, muda a sua modalização e, ao mesmo tempo, muda a organização do acontecimento.

Por outro lado, escolhemos também analisar as sequências dialogais. Tais sequências caracterizam-se por uma certa ausência estrutural, devido ao facto de não representarem propriamente um tipo textual. Aproximando-se das conversas a nível de conteúdo, são um conjunto de fragmentos argumentativos, narrativos, explicativos, etc., exibindo uma estrutura heterogénea que se torna por isso mesmo apropriada à complexidade de temas recobertos pela escrita mais íntima.

Parece-nos, ainda assim, pertinente lembrar a distinção feita por Adam entre diálogo e conversa. Um diálogo é ‘une unité de composition textuelle’ (*op. cit.*, p. 148), enquanto uma conversa é ‘une activité rituelle dont l’enjeu est la confirmation et le maintien du tissu social’ (*ibid.*, p. 150). Além disso, a conversa desenvolve-se com os locutores presentes, o que exige uma série de regras sociais tais como preservar as faces em sentido goffmaniano (1974) ou respeitar as regras de delicadeza próprias de uma troca verbal. Numa interação, a face positiva ou negativa podem ser perdidas, mantidas ou reforçadas. De maneira geral, as pessoas assumem o facto de que tanto a própria face como a do outro devem ser preservadas contra as ameaças que surgem no decurso dos eventos, e a cooperação provém do reconhecimento da vulnerabilidade mútua da face.

Considerando os textos estudados, as cartas constituem um diálogo à distância, onde as intervenções dos sujeitos dependem da separação física e das regras da correspondência. O diário apresenta-se à partida como monológico, mas a sua estrutura semântica e textual converte-o num género dialógico.

Pelo meio de outras sequências textuais, como as descritivas e explicativas inseridas nas sequências narrativas e dialogais, garante-se e mantém-se um objetivo argumentativo, ao mesmo tempo que se assegura uma progressão textual. É através delas que o enunciador vai revelar a sua visão do mundo, transmitindo uma imagem subjetiva daquilo que descreve ou explica. De uma maneira geral, pode-se dizer que argumentar é uma estratégia discursiva dirigida a alguém com a principal função de convencer ou pelo menos de demonstrar a justeza das convicções próprias.

De qualquer forma, não é demais sublinhar a heterogeneidade das sequências nos textos analisados, os quais não implicam, automaticamente, uma tipologia textual muito bem determinada. As suas diferentes sequências estão inseridas em formas textuais próprias do género da correspondência e do diário íntimo, produzidos num contexto tão rico, mas ao mesmo tempo tão problemático, como é o da guerra.

Esta é a primeira secção em que observaremos como a escrita da guerra se serve de géneros sociodiscursivos, moldes sobre os quais os autores se apoiam para exprimir e partilhar

conhecimentos e representar discursivamente (Grize 1990, *cit. in* Adam 2011) os combates articulando conhecimentos novos sobre pré construídos culturais.

Encontramos a primeira teorização da narrativa em *A Poética* de Aristóteles, através da sua análise da epopeia e da tragédia. Também Quintiliano, no seu livro IV da *Instituição Oratória*, analisou a *narratio* e definiu as três qualidades de exposição dos fatos, as mesmas que seriam aceites durante séculos: *concisão, clareza e verosimilhança*.

Em 1928, o formalista russo Vladimir Propp publicou *Morphologie du conte*, uma gramática do conto maravilhoso onde procurava constantes tanto nas personagens, reduzidas a 7 grandes tipos, como nas suas ações, classificadas segundo 31 funções. A obra de Propp deu origem a importantes leituras para o desenvolvimento da narratologia estrutural: Claude Lévi-Strauss, Algirdas Julien Greimas, Roland Barthes ou Todorov foram alguns dos autores que escreveram obras de grande importância na sequência das teses de Propp.

Foi nos anos 70 que a narratologia passou da simples descrição de fatos estruturais à valorização da comunicação através das obras de Gérard Genette e de Umberto Eco. Destaca-se o conceito de cooperação, que Eco introduziu no seu livro *Lector in Fabula*, o que permitiu reconhecer interesse às instruções que o texto fornece. Um leitor ou ouvinte será modelizado à imagem que o autor inventa para ajustar e adaptar as suas próprias palavras. Por seu lado, o leitor ou ouvinte constrói um universo a partir do que é dito, mas também do que é implicitamente pressuposto pelo texto. É neste sentido que a cooperação vai preencher os vazios, espaços em branco e as elipses dos enunciados.

Em termos estruturais, especifiquemos cada uma das vários componentes que devem existir para se poder falar de narrativa. São 6 os elementos que Adam (2011), evidencia:

#### 1. Sucessão de eventos:

Pour qu'il y ait récit, il faut une succession minimale d'événements survenant en un temps  $t$  puis  $t + n$ . [...] Pour qu'il y ait récit, il faut que cette temporalité de base soit emportée par une tension : la détermination rétrograde qui fait qu'un récit est tendu vers sa fin ( $t + n$ ), organisé en fonction de cette situation finale.

(Adam 2011, p.56)

#### 2. Uma unidade temática:

La présence d'(au moins) un acteur est indispensable, mais ce critère ne devient pertinent que mis en rapport avec les autres composantes : avec la succession temporelle (premier critère) et avec des prédicats caractérisant ce sujet (troisième critère).

(*ibid.*, p. 57)

### 3. Predicados transformados:

L'idée de prédicats d'être, d'avoir ou de faire définissant le sujet d'état S en l'instant t – début de la séquence – puis en l'instant t + n – fin de la séquence. Soit une formule des situations initiale et finale qui réunit les trois premiers critères en soulignant leurs relations [...].

(*ibid.*, p. 58)

### 4. Um processo:

Pour qu'il y ait récit, il faut une transformation des prédicats au cours d'un procès. La notion de procès permet de préciser la composante temporelle en abandonnant l'idée de simple succession temporelle d'événements.

(*ibid.* p.58)

### E mais à frente:

Pour passer de la simple suite linéaire et temporelle des moments (m1, m2, etc.) au récit proprement dit, il faut opérer une mise en intrigue, passer de la succession chronologique à la logique singulière du récit qui introduit une problématisation par le biais de deux macropropositions narratives – Nœud-Pn2 et Dénouement-Pn4 – extrêmement importantes, insérées entre la situation initiale et le début du procès (Pn1) et entre le procès et la situation finale (Pn5).

(*ibid.*, p. 58)

### 5. Uma intriga:

A lógica (causa-efeito) e a ordem cronológica encontram-se dependentes da 'lógica' da macroproposição e do seu enredo, o qual se divide em diferentes momentos, a reconhecer no interior de qualquer sequência narrativa (ou de um inteiro texto narrativo):

L'opération de mise en intrigue repose sur ce dispositif élémentaire qui débouche sur des possibilités de combinaison des séquences en textes selon les trois modes de base dont nous avons parlé dans l'introduction: coordonner linéairement des séquences, les enchâsser-insérer les unes dans les autres ou les monter en parallèle.

(*ibid.*, p. 62)

### 6. Uma avaliação final (explícita ou implícita):

Cette dernière composante dite « configurante » par P. Ricœur à la suite du philosophe du langage Louis O. Mink est probablement une des clés de la spécificité du récit.

(*ibid.*, p.63)

E citando E. A. Poe:

Ce n'est qu'en ayant sans cesse la pensée du dénouement devant les yeux que nous pouvons donner à un plan son indispensable physionomie de logique et de causalité [...].

(*ibid.*, p.63)

Ao tentar encontrar uma definição da sequência narrativa e da sua estrutura, Adam (1997; 2011) defende que a questão da temporalidade tem um lugar de destaque, mas que não é suficiente para definir um texto como uma narrativa: o que é mais importante é que haja uma transformação entre uma situação inicial e uma situação final. A sucessão de acontecimentos pode seguir critérios cronológicos ou causais, conforme a percepção que se tem ou se quer dar de um acontecimento. Se há predomínio de critérios cronológicos sobre um encadeamento causal, em vez de termos uma narrativa, temos antes um relato. Aí, o narrador ordena linearmente os acontecimentos segundo uma ordem cronológica marcada por organizadores temporais. O relato, portanto, alinha acontecimentos sucessivos sem os inscrever dentro de uma estrutura de intriga. Sendo assim, o relato encontra-se entre a descrição, sequência profundamente estática, e a narrativa, sequência causal de acontecimentos. Torna-se assim fundamental, para se poder falar de narrativa, que as suas sequências sejam organizadas num enredo ou numa intriga, com início, meio e fim. Por outras palavras, tem de se criar uma tensão direcionada para um fim:

Le narrateur qui veut ordonner la succession chronologique des événements qu'il relate, leur donner un sens, n'a d'autre ressource que de les lier dans l'unité d'une conduite orientée vers une fin.

(Adam 2011, p. 56)

Existe, por outro lado, uma 'lógica' do enredo narrativo, que J.-M. Adam demonstra claramente com o exemplo do suicídio de Werther na famosa obra de Goethe. Mas não deixa de ser um erro considerar a ordem lógica como um fator causal essencial: nem tudo o que segue relatado é consequência de eventos precedentes. A sucessão de acontecimentos ajusta-se, antes, à percepção da organização dos atos que se relatam. E a orientação global advém da coesão que junta as sequências num todo lógico que leva autores e leitores a uma compreensão e a uma avaliação final (ou a uma moral). Podemos assim afirmar que a narrativa é a combinação de elementos próprios da sua construção textual (plano da sua estrutura sequencial) e de uma orientação pragmática (plano de interação):

En d'autres termes, la mise en intrigue permet de rassembler une succession d'événements en un tout

signifiant faisant « figure », doté d'un commencement et d'une fin, et susceptible d'être suivi par qui lit ou entend l'« histoire ».

(Adam 2011, p. 66)

Neste sentido, o autor lembra a tríplice *mimese* na obra de Paul Ricoeur *Temps et récit* (1983), onde ganha proeminência o lugar deixado à recepção dos textos:

Le triple aspect de l'activité mimétique permet de souligner l'importance de la mimesis 2, lieu de passage d'un amont (mémoire) à un aval (attente) du texte. Ceci débouche sur un heureux refus de l'enfermement dans la « clôture » (structurale) du texte.

(Adam 2011, p.66)

Queremos ver, neste nosso trabalho, como os vários relatos de combate que escolhemos apresentam estruturação narrativa. Lembramos que a parte informativa da narrativa pode perseguir três finalidades: recreativa, explicativa e argumentativa (Adam e Revaz 1997). Mas, além disso, existe uma narrativa que 'manda fazer' (*ibid.* p. 108), no sentido em que incita, mais ou menos abertamente, à ação. Adam, citando Michel de Certeau, lembra esta dupla função histórica da palavra narrada, principalmente *fazer e esquecer*:

A narrativa leva a acreditar e, por esse meio, incita a fazer; ela elogia isto e desconsidera aquilo; classifica. Além disso, produz o esquecimento; institui um silêncio a propósito daquilo de que não fala. [...] Logo, sob estas duas formas, a narratividade cria história.

(Adam e Revaz 1997, p. 108)

Quanto ao ponto de vista da estruturação, segundo Weinrich (*cit. in* Adam e Revaz 1997, p. 67) há sempre na narrativa um início (ou introdução) e um fim (um comentário implícito ou explícito), que cumprem a função de separar 'o mundo narrado, do mundo comentado'. Entre esses dois polos, os mesmos autores reconhecem os seguintes elementos básicos:

1. Situação inicial
2. Nó (= desencadeador)
3. Ação (= reação)
4. Desenlace (situação final)
5. Avaliação/Conclusão/moral

Partimos da ideia de que nos nossos textos há que contar, por um lado, com um material armazenado de forma lógica e hierárquica na memória dos respetivos autores: as representações ou conhecimentos relativos ao tema da guerra. Quando há lugar à enunciação, os mesmos autores vão reelaborar tais representações e conhecimentos através de macroestruturas textuais, que funcionarão como verdadeiros moldes para os seus relatos. O que queremos observar é como os vários desempenhos textuais se ajustam ou não à construção rígida teorizada para a sequência textual narrativa e como acabam por veicular uma opinião sobre a guerra.

Jogamos com a hipótese de haver um certo silogismo dos combates narrados, que os fecham em sequências mais ou menos rígidas, não só a nível de organização, mas, sobretudo, a nível temático. Com efeito, através da narração de um evento, pode-se divulgar algo de novo ou, pelo contrário, como parece aqui acontecer, manter representações sociais e conhecimentos antigos.

A narração está organizada em relação a um tema (neste caso a operação militar ou o combate) do qual decorrem certos tópicos. No caso do tema da operação ou combate, o tópico em torno do qual se organizam as sequências é o de *consequências*: as consequências são vistas, por um lado, como sucessos (da tropa portuguesa), e, por outro, como respostas (do Inimigo). É também preciso juntar às primeiras consequências, ou sucessos, os possíveis feridos ou mortos devidos à resposta do Inimigo (baixas).

Parece-nos que os relatos dos combates se ajustam plenamente à seguinte estrutura: extraem-se informações ou explicações relativas à guerra sempre *a jusante* [en aval], e sempre segundo um mecanismo de apresentação das consequências que cancela 'os porquês' graças à evidência da narrativa fechada num todo lógico.

Por outro lado, por meio da construção da narrativa, os autores também podem tentar demonstrar as suas crenças. Vemos assim que os relatos dos soldados mais consciencializados, os que pertencem à tropa de elite, transmitem uma imagem do combate enquanto 'missão', onde prevalecem os traços da força, da competência e dos resultados. Nesses textos, a construção de um *ethos* militar está muito mais marcada e orientada para uma explícita valorização do grupo. O excerto abaixo, de uma carta escrita pelo paraquedista J. F. a um camarada é claro exemplo do que acabámos de dizer:

Luanda, no dia 23.12.66 [carta enviada por J. F. a um camarada]

«Caro amigo falaste da minha vida por cá não é facil pois como tu dizias e segundo os jornais a coisa por cá está um pouco agitada, eu não noto isso pois já estou habituado a andar sempre no barulho pois as nossas operações são sempre as mais, mas vou contarte como decorreu a minha última operação e da qual cheguei no dia 20, logo no primeiro dia sofremos uma emboscada e



tivemos dois feridos fomos sempre atacados por armas automaticas e emboscadas bem feitas, mas para nos nada vale, depois fomos desencravar uma Companhia do exército que tinha caído numa emboscada, fomos só dois pelotões e os homens até ficaram gogos com a nossa maneira de actuar os tipos já lá estavam havia umas dez horas e nos para passarmos bastou dez minutos. Mas até agora esta foi a pior zona onde eu tenho estado».

A sequência narrativa que integra este relato de um combate está estruturada, a nosso ver, necessariamente subjetivo, da seguinte forma:

#### 1-Introdução

*'Caro amigo falaste da minha vida por cá não é facil pois como tu dizias e segundo os jornais a coisa por cá está um pouco agitada, eu não noto isso pois já estou habituado a andar sempre no barulho pois as nossas operações são sempre as mais, mas vou contarte como decorreu a minha última operação e da qual cheguei no dia 20'*

#### 2-Intervenção do Inimigo

*'logo no primeiro dia sofremos uma emboscada e tivemos dois feridos fomos sempre atacados por armas automaticas e emboscadas bem feita'*

#### 3- Reação da Tropa e Finalização da confrontação

*'mas para nos nada vale, depois fomos desencravar uma Companhia do exército que tinha caído numa emboscada, fomos só dois pelotões e os homens até ficaram gogos com a nossa maneira de actuar os tipos já lá estavam havia umas dez horas e nos para passarmos bastou dez minutos'.*

#### 4- Avaliação e conclusão

*'Mas até agora esta foi a pior zona onde eu tenho estado'.*

Mais uma operação do alferes comando D. C. B.:

8/4/70 [carta escrita por D. C. B. aos pais]:

«Na 1ª operação, operação esta feita na floresta de Namamba que fica situada entre Nangololo e Muidumbe tivemos os seguintes resultados. Capturamos 12 mulheres 3 crianças e 1 turra à mão, destruimos perto de 100 palhotas, levantamos uma armadilha com duas granadas defensivas, ouvi tiros turras passaram por cima da minha cabeça, pois caímos numa emboscada e reagimos tão bem que os turras puseram-se em fuga e durante a operação nunca mais apareceram».

## 1. Introdução

*'Na 1ª operação, operação esta feita na floresta de Namamba que fica situada entre Nangololo e Muidumbe tivemos os seguintes resultados'.*

## 2. Sucesso da tropa portuguesa /consequência

*'Capturamos 12 mulheres 3 crianças e 1 turra à mão, destruimos perto de 100 palhotas, levantamos uma armadilha com duas granadas defensivas'*

## 3. Resposta inimiga

*'ouvi tiros turras passaram por cima da minha cabeça, pois caímos numa emboscada'*

## 4. Sucesso da tropa e Situação final

*'e reagimos tão bem que os turras puseram-se em fuga e durante a operação nunca mais apareceram'.*

Vemos em seguida dois combates relatados por um camarada (soldado) de M. V., escritos a 15 dias de distância:

Luanda, 11.5.1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«... e quanto á baixa vou-lhe dar uma pequena informação, hora foi no dia 29.2.64 foram dois grupos de combate fazer uma emboscada de dois dias, saíram á noite cerca das 13 horas ou seja uma da tarde *a certa altura* um soldado que ia na frente, mas já perto do objétivo fêz com que uma armadilha que estava na picada rebenta-se [1.º nó] o que os safou foi a granada estôr enterrada, houve a explosão e o que ia a frente despejou logo meio carregadôr porque pensou que eles lançaram a granada e então o Alferes queria-o castigar por ele fazer aquilo, bem montaram segurança e emboscaram-se ali um grupo e o outro foi mais para á frente, ou atrás, não sei ao certo bem passaram ali a noite no dia era meio dia e pouco receberam ordem para vir embora, andaram alguns metros, *a certa altura* um apito e rajadas de fogo [2º nó], novamente outro apito e assim sucecivamente á certa altura campainhas a tocar para a malta recuar mas os turras confunda, bem logo na primeira descarga feriram dois em as pernas e um uma das restantes feriram o furriel IVO em um braço com dois ou três tiros e um ferido teve um tiro num joelho e o falecido uma rajada na perna logo que garrotaram a perna mas pouco adiantava, eles então trouxeram os feridos como calhou, enfim como puderam».

Podemos dividir a narrativa sobre a operação numa primeira parte introdutória que dá notícias sobre as horas e os dias de operação, seguida de um nó desencadeador: a referência ao rebentamento da armadilha, introduzida pela expressão temporal 'a certa altura'. Seguem as suas consequências. Depois, temos o segundo nó, dado pelas proposições sobre a emboscada dos inimigos.

#### 1. Introdução:

*'... e quanto á baixa vou-lhe dar uma pequena informação, hora foi no dia 29.2.64 foram dois grupos de combate fazer uma emboscada de dois dias, saíram á noite cerca das 13 horas ou seja uma da tarde'*

#### 2. 1.<sup>a</sup>Ação [Nó desencadeador]

*'[1.º nó]a certa altura um soldado que ia na frente, mas já perto do objétivo fêz com que uma armadilha que estava na picada rebenta-se o que os safou foi a granada estâr enterrada, houve a esplosão e o que ia a frente despejou logo meio carregadôr porque pensou que eles lançaram a granada e então o Alferes queria-o castigar por ele fazer aquilo, bem montaram segurança e emboscaram-se ali um grupo e o outro foi mais para á frente, ou atrás, não sei ao certo bem passaram ali a noite no dia era meio dia e pouco receberam ordem para vir embora, andaram alguns metros'*

#### 3. 2.<sup>a</sup> Ação [Nó desencadeador]

*'a certa altura um apito e rajadas de fogo [2º nó], novamente outro apito e assim sucecivamente á certa altura campainhas a tocar para a malta recuar mas os turras confunda'*

#### 4. Situação final (consequências)

*'bem logo na primeira descarga feriram dois em as pernas e um uma das restantes feriram o furriel IVO em um braço com dois ou três tiros e um ferido teve um tiro num joelho e o falecido uma rajada na perna logo que garrotaram a perna mas pouco adiantava, eles então trouxeram os feridos cumo calhou, enfim cumo poderam'.*

O segundo relato:

26.5. 1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«M. desde já o informo que á percizamente uns quatro dias que a companhia quase toda, foi para

uma operação de uns três dias, felizmente da parte da nossa companhia tudo correu óquei, mas um grupo de combate da companhia de cavalaria 1 (7)83, a que está em Nambuanguongo pois esses tiveram infelicidade pois tiveram três feridos, de o resoltado da explozão de uma armadilha que os turras montaram pois foi mesmo muito perto do aquartelamento, pois vinhão três grupos de regresso cá á B.B. pois juntaram-se minutos, antes faltava um que éra comandado pelo nosso capitão, pois estes regressarão do helicóptero pois trouxeram um prezoneiro, e mataram outro, e trouxeram muitos Documentos e diversas coisas, os restantes tambem trouxeram diversas coisas onde constava dois canhangulos e mais; bem cumo assim me refiro foram feridos três homens do grupo de cavalaria felizmente sem gravidade».

#### 1. Prefácio e Início

*'M. desde já o informo que á percizamente uns quatro dias que a companhia quaze toda, foi para uma operação de uns três dias'*

#### 2. Avaliação e conclusão (consequências)

*'felizmente da parte da nossa companhia tudo correu óquei, mas um grupo de combate da companhia de cavalaria 1 (7)83, a que está em Nambuanguongo pois esses tiveram infelicidade pois tiveram três feridos de o resoltado da explozão de uma armadilha que os turras montaram'*

#### 3. Reação (sucesso da tropa portuguesa)

*'pois foi mesmo muito perto do aquartelamento, pois vinhão três grupos de regresso cá á B.B. pois juntaram-se minutos, antes faltava um que éra comandado pelo nosso capitão, pois estes regressarão do helicóptero pois trouxeram um prezoneiro, e mataram outro, e trouxeram muitos Documentos e diversas coisas, os restantes tambem trouxeram diversas coisas onde constava dois canhangulos e mais'*

#### 4. Avaliação e conclusão com menção das baixas

*'bem cumo assim me refiro foram feridos três homens do grupo de cavalaria felizmente sem gravidade'.*

O texto é o resultado do tema central 'operação ou combate' e dos tópicos que mobiliza: principalmente os das consequências, dos sucessos portugueses e das respostas inimigas. O *ethos* militar representa, nestes casos dos militares mais consciencializados, um tópico importante,

demonstrando que os combates se prolongam pelo espaço textual, cuja carga enunciativa serve para ampliar a valorização da operação militar.

Vejamos agora como, devido às especificidades do género epistolar, as narrativas se podem diluir em sequências mais amplas, de tipo dialogal. O excerto que se segue é sobre uma operação em Moçambique, em Gungunhana, narrada por D. C. B. aos pais:

11/7/70 [Batalhão Gungunhana Carta escrita por D. C. B. aos pais e irmão]

«Estou-vos a escrever da base inimiga que já atacamos no dia 8. Encontramos algumas toneladas de armamento. De vez enquanto chovem umas morteiradas, lá vai a malta toda a correr para os abrigos.»

Nesta situação inicial estão presentes a circunstância de tempo e de lugar (presente também no *incipit* da carta *Batalhão Gungunhana*), os agentes e a ação em que os agentes estão envolvidos. Apresenta-se como uma introdução ao texto que vai seguir, mas também como um nó argumentativo. Veremos as razões. Além das informações que já transcrevemos, D. C. B. indica também as duplas consequências que decorreram do ataque: por um lado a consequência ou sucesso da operação e, por outro lado, a consequência ou resposta inimiga, traduzida numa irónica 'chuva de morteiradas'. Falamos em 'consequência' porque achamos que é o nó que nos leva à segunda parte:

«[desenlace] Sabe quem é que ficou ferido no último bombardeamento? O Fernando Morgado da Malhangalene lembra-se. [situação final] Mas não foi nada de mal, teve uns estilhaços nas costas e partiu um dedo. [conclusão] Houve nesse bombardeamento 6 feridos ligeiros. [moral] Mas a guerra vai passando».

A pergunta, elemento recorrente na estrutura dialógica das cartas, conduz a um desenlace e situação final que se revela essencial nos relatos dos ataques: a possível existência de feridos ou mortos. Chega-se depois a uma moral que termina a macroproposição narrativa e que, assemelhando-se a uma queda [chute], permite continuar a carta e passar a outro tema. Como referido acima, as sequências narrativas, mais do que seguir uma ordem temporal, seguem uma ordem causal. O nó temático é o ataque do qual decorrem as consequências (ações) tanto de um lado como do outro: o armamento encontrado (consequência equivalentes a sucesso), as morteiradas dos inimigos (consequência equivalente a resposta inimiga) e os feridos (consequência equivalente

a baixas).

Vejamos de seguida como foi relatado um outro ataque por parte de um camarada de M. V. A estrutura apresenta uma certa desorganização e está pouco clara na sua sequencialidade: a nosso ver, há aqui aquela emotividade da narração dos acontecimentos pessoais ('os homens do barco viram a morte à frente deles') que acaba por desencadear dificuldades de estruturação textual:

Forte República, 26-9-65 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Quando eu te escrevi o outro aerograma mandei-te dizer que já via uma operação no Quinquemgue de 6 dias afinal foram 16 onde veio um grupo da 457 e logo no primeiro dia de operação saiu os da 457 para a Casa branca e a secção do Gastão e a nossa preparou-se para o barco onde só foi o furriel Pereira, Areias, e a secção do Gastão nós ficamos por não haver viaturas pois eles foram satisfeitos como de sempre havia voluntários, *pois andavam tranquilos no barco* quando de repente os terroristas do lado do Congo atacaram de surpresa com grandas, bazuca, morteiro e tiros onde o barco estava quase a fundar quando encostaram à nossa margem pois ficou tudo salvo e sem nenhuns ferimentos esconderam o barco e depois foram os de 457 e também foram atacados quase à noite ao outro dia a que o foram lá buscar juntamente o nosso capitão e nada houve mais o barco ficou furado onde o compuzeram pois o Furriel Pereira o Areias e os da secção Gastão ficaram todos cheios de medo depois do barco composto o capitão fez com que eles perdessem o medo e agora está lá o segundo Grupo o barco foi para Luanda até hoje nada houve mais pois os homens do barco viram a morte à frente deles. Tudo isto foi no dia 17 de Agosto».

A situação inicial consiste numa apresentação ou exposição do que se vai seguir, com os elementos essenciais da narrativa: tempo, lugar, atores e ação. O nó e a ação começam com a narração propriamente dita, evidenciada também pela mudança do pretérito imperfeito ('andavam', 'estava quase a afundar') para o pretérito perfeito ('atacaram', 'encostaram'): *'pois andavam tranquilos no barco quando de repente os terroristas do lado do Congo atacaram de surpresa com grandas, bazuca, morteiro e tiros'; 'onde o barco estava quase a fundar quando encostaram à nossa margem'*. Segue-se o desenlace: *'pois ficou tudo salvo e sem nenhuns ferimentos esconderam o barco'* e a situação final: *'nada houve mais o barco ficou furado onde o compuzeram pois o Furriel Pereira o Areias e os da secção Gastão ficaram todos cheios de medo depois do barco composto o capitão fez com que eles perdessem o medo e agora está lá o segundo Grupo o barco foi para Luanda até hoje nada houve mais'*. Conclusão da história: *'pois os homens do barco viram a morte à frente deles. Tudo isto foi no dia 17 de Agosto'*. Apesar de uma certa confusão e desorganização da

narrativa, vemos que a construção é essencialmente causal, e o texto consegue ganhar coesão sobretudo à custa da sua conclusão final.

Já na retórica antiga a *narratio* tinha uma função bastante precisa. Visava, por um lado, informar ou instruir, e, por outro, persuadir da justeza da causa defendida. Para conduzir o ouvinte a fazer um juízo de valor, o orador deveria apresentar os factos sob uma certa vertente. Tal escolha, em que se punham em evidência alguns elementos e se omitiam voluntariamente outros, tinha um manifesto valor argumentativo, apoiado na oferta do *exemplo*. O *exemplo* permitia, fazendo apelo à indução, partir de um caso particular e chegar à regra geral. De seguida, apesar de não se tratar de uma narrativa de combate, mostramos um excerto de carta em que se usa precisamente o *exemplo* para, dentro da sequência narrativa, recuperar representações partilhadas sobre os negros:

12.1.65 [carta recebida por M. V. da namorada]

«Amôr anda aqui um voato à cerca do Jaime, que não fazes ideia até dizem, que ele foi a um baile e tomou namoro com uma mulata, e esta tinha namoro e que veio ter com o Jaime, e que ele o matou por questão de ciúmes, também se diz que ele já esteve em Lisboa e que tornou para ai, tú sabes como é o povo a falar, a Alice é que há-de estar coitada da rapariga. Olha que tú meu amôr não dês conversa a esses pretos, que eles são muitos maus e traiçoeiros».

Essa história pode ser assim resumida e dividida:

1. O Jaime namorou com uma mulata (situação inicial)
2. Ela já tinha namoro (nó)
3. O namorado veio ter com o Jaime (ação)
4. O Jaime matou-o (desenlace)
6. A Alice está sofrendo (situação final)
5. Não dar conversa aos pretos (moral).

A história contada é um exemplo para chegar a uma moral sobre o Outro, antecipada pelo carácter avaliativo já expresso na situação final. Mas, ao mesmo tempo, o facto de a introdução incluir referência a um 'boato' introduz uma incerteza paralela sobre a história, retomada quando se pede a convivência do interlocutor '*tú sabes como é o povo a falar*'. Esse segundo fio termina com a consequência avaliativa '*a Alice é que há-de estar coitada da rapariga*'.

Transcrevemos de seguida a resposta do M. V. acerca do mesmo 'caso do Jaime', uma sequência narrativa com uma contra-argumentação orientada toda ela para a conclusão do 'boato':

#### 18.1.65 Malange [carta enviada de M. V. à namorada]

«Meu Amôr fiquei deveras admirado com esses boatos, que correm aí acerca do Jaime, eu vou-te contar como é que se passou, a coisa, isto é conforme ele me contou; e esta é que é a verdade, sem dúvida nenhuma, foi a seguinte ele quando estava em Henrique que é uma cidade retirada de cá muitos quilómetros, ele foi chamado a intervir, um barulho que havia com prêtas e então quando chegou a senzala, e ia para entrar uma cubata houve um prêto que se virou para ele com uma catana, e então ele mandou-lhe logo um tiro, no coração morrendo o prêto logo; foi assim que se passou o episódio dele, ou por outra foi assim que ele me contou, admira-me mas é como essas pessoas aí levantam esses boatos que foi por causa duma mulata, se fosse isso tenho a certeza que ele me dizia, mas enfim também me podia mentir, mas eu não me acredito que ele me mentisse, e com respeito aos 2 anos até ver isso é mentira, pois ainda não se sabe de nada, ele pode ser castigado, mas também pode ser que não seja, espero que tapes a boca a essa gente aí OKei».

Através dos exemplos escolhidos, procurámos demonstrar as funções que a narrativa cumpre dentro do contexto onde se encontram os autores das cartas e seus destinatários. O facto de os diferentes casos apresentarem, aparentemente, uma estrutura similar deve-se sobretudo à constância do tema, que acaba por mobilizar os mesmos tópicos. Assim, evidenciámos *nas consequências* (sucessos, respostas inimigas, baixas) um ponto essencial das narrativas de combate. Já as morais que encontramos, e que fecham as macroestruturas narrativas permitindo passar a outros temas, são mais avaliações do que morais explícitas e demonstram a relação complexa que os autores mantinham com a guerra e os seus momentos mais trágicos.

Deixando de parte as cartas e passando ao *Diário* de Etelvino, onde se encontram também frequentes combates relatados, deparamo-nos com um caso textual diferente: o da integração de sequências descritivas dentro das narrativas. Com efeito, faltando ao género do diário aquela dimensão dialógica que se encontra nas cartas, a construção da narrativa perde a sua estrutura mais rápida de relato e amplia-se à custa da integração de descrições.

Vejamos, segundo Adam, quais são as características das sequências textuais descritivas:

L'énumération (de parties, de propriétés ou d'actions) est assurément une opération descriptive des plus élémentaires. Une énumération pure n'est régie par aucun ordre a priori, mais pour parer à ce défaut et afin de faciliter la lecture-interprétation, il est toujours possible de recourir à des dispositifs de textualisation : utiliser des organisateurs énumératifs, emprunter leur ordre spécifique aux systèmes temporels ou spatiaux. Ceci se traduit par des plans de texte qui organisent l'information en fonction de listes à saturation plus ou moins prévisible (quatre points cardinaux, quatre saisons, cinq sens, ordre alphabétique ou numérique). Ces « grilles descriptives » (Hamon 1981) font appel à des



les organisateurs jouent tous un même rôle : favoriser le passage d'une suite linéaire de propositions descriptives (énumération) à la séquence (composition textuelle).

(Adam 2011, pp. 31-32)

Podemos considerar toda a primeira parte do excerto que se segue como uma 'descrição narrativizada', decorrente do tema-título que, como já afirmámos, mobiliza e junta conhecimentos prévios e novos do autor.

Patrulhamento e reabastecimento, levado a efeito pela c 164 do Zála em Ambriz

9, 10 e 11 de Maio de 1962 [Diário Etelvino]:

Na tarde do dia 9-5-62, o pelotão que se deslocava ao Ambriz, fez os ultimos preparativos para a viagem

As viaturas eram alinhadas por ordem, tendo fica o geep da transmissões no centro da coluna. Como radiotelegrafista, ía eu, soldado nº 82/60, Etelvino da Silva Batista. Todos os elementos da coluna estavam possuídos de um certo nervosismo, pois sabiam que o caminho a percorrer era difícil e perigoso. Contudo, não deixavam de estar também excitados, ante a perspectiva de passarem o dia seguinte na Vila do Ambriz. Todos faziam projectos. Uns, iriam à praia, para se banharem nas águas do oceano, outros, iriam ao cinema, e outros ainda, contentá-riam-se em beber umas cervejas frescas ao anoitecer, a coluna pôs-se em movimento, com os faróis apagados, para não chamar a atenção do inimigo, que provavelmente estaria nas imediações.

Na noite calma, apenas se ouvia o roncar dos motores, e o grito das aves que protestavam a invasão dos seus dominios.

Todos íam atentos, e prontos a rispostar a qualquer surpresa do inimigo. Pela primeira vêz, a 500 metros do acampamento, com antena vertical, eu consegui comunicação com AMBRIZ, que ficava apróximadamente a 140 kilometros do local.

Ao longo do percurso, deparamos com vários obstáculos, que eram prontamente movidos por alguns elementos, enquanto os restantes ficavam vigilantes:

Às duas horas da noite, na casa aberta, fomos atacados, sem quaisquer consequências para nós.

Pela manhã do dia 10, chegamos ao nosso destino, AMBRIZ:

Hà noite, depois de um dia mais ou menos bem passado, iniciamos o regresso a Zála. Agora, com algumas G.M.C. Carregados de reabastecimentos, a progressão das viaturas era lenta, e particularmente difícil, dada que o caminho estava pessimo.

Aqui, uma viatura que caía num buraco, ali, outra que patinava numa subida. Na zona da casa aberta uma vêz mais fomos atacados. Tendo o inimigo abandonado a luta, à resposta pronta e

enérgica da nossa força. Tendo perdido a noite anterior, eu lutava contra o sono, e se por vezes mergulhava na inconsciência, logo acordava com mais um choque do capacete de encontro na blindagem.

Desponta/Desperta o novo dia, e com ele, um calor sufocante, que mais nos faz sofrer.

Com a aproximação da região da duibunda, zona mais infestada pelo inimigo, as nossas precauções redobram e a todo o momento esperávamos novo ataque.

Este não se fez esperar, tendo o inimigo utilizado entre outros, uma metralhadora pesada, sendo o seu atirador abatido pelo fogo da nossa Bréda.

Eu desci da viatura, e ajoelhado, junto a uma roda da mesma, fazia fogo, quando várias rajadas bateram o terreno, a poucos passos de onde eu estava.

Imediatamente me mandei ao chão e excitado ante o perigo disparava na direção provável do inimigo. Contudo, não perdi a noção da responsabilidade que me cabia, no sentido de manter com o acampamento contacto por meio do Rádio, e olhando o relógio verifiquei que estava na hora da exploração.

Levantei-me, entrei na viatura, liguei o Rádio, e no meio de um tiroteio e com voz alterada, comuniquei o desenrolar dos acontecimentos. O ataque, nada tivemos a lamentar, a não ser o susto, e hora depois, já em Zála, eu festejava o aniversário dum camarada, também de transmissões.

Assim terminou em bem mais um dos patrulhamentos levados a efeito pela c.c. 164.

Toda a primeira parte é descritiva, incluindo digressões que expõem o estado psicológico e os projetos dos soldados, mantendo-se até à parte que recebe a narrativa propriamente dita:

*‘Com a aproximação da região da duibunda, zona mais infestada pelo inimigo, as nossas precauções redobram e a todo o momento esperávamos novo ataque’.*

É só aí que começa a ser narrado o ataque, sempre com as ações centradas no autor e sujeito. Já a situação final, positiva, antecipa a conclusão que recupera o tema-título do início. A função da descrição inicial parece ser a de criar uma tensão, uma expectativa que cresce à medida que se adia a introdução do nó principal do texto.

Queremos lembrar, a este mesmo propósito, que, segundo Adam, a descrição, longe de ser arbitrária, segue estratégias bem definidas (de aspetualização e relacionamento), que Etelvino muito bem cumpre no seu *Diário*:

Par l’opération d’aspetualisation, les différents aspects de l’objet (parties et/ou qualités) sont introduits dans le discours. Par la mise en relation, l’objet est, d’une part, situé localement et/ou temporellement et, d’autres part, mis en relation avec d’autres par les divers procédés d’assimilation

(comparaison et métaphores).

(Adam 2011, p. 44)

Também J. F., no seu artigo sobre os paraquedistas, usa técnicas semelhantes nas suas descrições dos soldados em vésperas da entrada em combate:

(sem data, espólio J. F. LAAHM):

«Os carros voltaram para a fazenda e ali ficamos nós enrolados numa capa impermeável no meio de um capim completamente molhado e quase encostados uns aos outros todas as equipas de quatro tinham um homem de vigia e quando chegou a minha vez brutais pensamentos tomaram conta do meu cerboro. Pensei na Metrópole, nas minhas três namoradas e catorze correspondentes, achei piada...».

Mais um artigo, sempre escrito por J. F., onde volta a questão dos pensamentos dos soldados. A descrição psicológica do militar antes da operação torna-se assim num dos tópicos mais usados para fixar representações da guerra:

(Boina Verde, Abril 1968, Espólio J. F. LAAHM)

«Foi uma viagem fatigante, como quase todas que temos feito, o pessoal é muito e a aeronave é pequena. É difícil descrever a fisionomia de cada homem e o que pensa cada um, apesar de todos sabermos que numa operação, tudo pode acontecer, inclusive, perdermos a nossa vida. Estes homens que afinal são paraquedistas pouco devem pensar no que lhes espera na mata. Os seus rostos de feições duras e tostados pelo sol formam um conjunto com os seus equipamentos, um quadro interessantíssimo».

Toda a narrativa oferece um tipo de mundo determinado pela maneira própria de encadear e de relacionar os fatos da história narrada. As narrativas contribuem, portanto, para tornar interpretável e inteligível o mundo da experiência humana. O texto narrativo constrói-se para ser entendido por alguém e para produzir efeitos comunicativos determinados, respondendo a certas perguntas implícitas ou explícitas que o locutor pode ter perante o sentido da história narrada. Se se evidenciam duas dimensões complementares da narrativa, ou seja, por um lado, a dimensão estrutural, por outro, a dimensão situacional, temos de considerar a ausência da interação dialógica no Diário, dimensão específica da correspondência. Faltando essa dimensão, 'os objetivos comunicativos' não serão os mesmos, e a orientação do texto não motiva uma cooperação

interpretativa, com o autor a antecipar possíveis perguntas ou elementos importantes para a percepção do interlocutor. De facto, se os excertos que seguem apresentam uma situação inicial com valor introdutivo ao primeiro nó, que começa com o marcador temporal 'quando', seguem a ação e a reação ('assobiar balas...', 'intenso tiroteio...'), a resolução ('imediatamente, eu e os meus camaradas, nos amandámos para o abrigo...', 'Imediatamente se organizou uma força...'), falta uma situação final ou uma moral a fechar a narrativa num todo, com a avaliação global da história ('Depois continuei a fazer a cama...', 'vieram duas avionetas a largar abastecimentos...'). Isto demonstrará que, se não houver um interlocutor, a lógica do combate termina no núcleo central da narrativa, constituído por complicação – dinâmica da ação – resolução:

18 de Setembro de 1961 [Diário Etelvino]

Estou estafado. Estive a acabar a trincheira e (nó) quando comecei a fazer uma cama, começaram a assobiar balas por cima de nós, disparadas pelos terroristas que estavam instalados em cima de um monte. Imediatamente, eu e os meus camaradas, nos amandámos para o abrigo e ripostámos. Depois continuei a fazer a cama e a seguir um chuveiro. A nossa barraca tem música do rádio, leis das baterias. Vou-me deitar cedo.

12 de Outubro de 1961 [Diário Etelvino]

Tudo corria normal (nó) quando começámos a ouvir intenso tiroteio. Peguei no rádio e logo ouvi o operador a dizer que estavam a ser atacados. Imediatamente se organizou uma força para ir em socorro e eu fui também com um rádio. Vieram duas avionetas largar abastecimentos mas não trouxeram correio. Estou, novamente com diarreia. Mais uma vez sinto imensas saudades.

De seguida temos uma narração do tipo do relato sobre um ataque; aqui, o efeito de 'listagem' é dado pela fixação das horas:

15 de Dezembro 1961 [Diário Etelvino]

Hoje dormi melhor. Às 6h da manhã fomos atacados e, pelas 7h chegou a artilharia que bombardeou a mata. Não tardou que fossem atacados. Os nossos ripostaram e avançaram. Encontraram, em plena mata, uma aldeia dos terroristas que estava abandonada pela chegada da tropa. Tudo foi destruído. Eram, quase, 14h. Fomos novamente atacados. De tarde, começou a chover e a água entrou nas barracas. Vai ser uma noite terrível.

Queríamos explicitar melhor o conceito de bloqueio textual, que achamos bastante pertinente no estudo da narrativa da guerra, e sobretudo nos excertos que apresentámos sobre o combate. Tal questão foi-nos sugerida pela abordagem antropológica que se encontra no livro de Audoin-Rouzeau (2008) *Combattre*. Neste livro, o autor fala de uma 'desconstrução' do combate que se deve à dicotomia entre a convergência de violência, medo e morte, que qualquer combate pressupõe, e a defesa que o homem adota para se afastar do trastorno. Entre a abstração da palavra 'combate' e o momento de forte impacto emotivo, o homem tem como única defesa a representação de um combate que se afasta da realidade. De que maneira é definido textualmente tal afastamento? Em primeiro lugar, nos 'bloqueios' que a guerra fixa: são barreiras cognitivas que impedem a transmissão de informações, por causa das inibições e da censura perante a violência e a morte; censura sentida como defesa de si e dos interlocutores. Textualmente, essa desconstrução concretiza-se numa *isotopia temática* que a palavra 'combate' provoca, criando uma homogeneidade e uma coerência semântica e determinando o conteúdo da narrativa. Ao nível da organização, a esquematização narrativa, dividida em 5 partes, facilita a desmontagem do acontecimento: as cinco partes transferem o combate para uma organização causal, com início, meio e fim.

Entretanto, evidenciámos que a narrativa sobre o combate se desenrola num plano lógico de consequências, enquanto reação da tropa portuguesa, resposta do Inimigo e elenco de feridos ou mortos. Ao considerar o combate como causa, e a reação (resposta, feridos ou mortos) como consequências necessárias, a organização superestructural do texto parece aproximar-se do esquema do subtipo explicativo, que relaciona causas e consequências. Nessa perspetiva, o combate torna-se mais numa explicação evidente do agir humano. Se fizermos o mesmo raciocínio com a palavra 'Terrorista'=causa e 'eliminação do inimigo'=consequência necessária, decorre uma textualidade centrada nas relações de causalidade que se aparentam às modalidades aléticas e deônticas. Concluimos, então, que a desconstrução do combate é feita através da organização de uma série de informações que oferecem uma resposta que se aproxima da maneira de tratar os temas no texto explicativo; é possível, assim, encarar o silogismo de causa – consequência, mobilizado por alguns tópicos de guerra, em termos de evidência e necessidade.

Já vimos em outra parte desta dissertação quanto de conversacional aflora no registo da carta, fenómeno bem mensurável no seu léxico-chave (*keyness*). Veremos agora a observação mais profunda, centrada nas sequências textuais e informada de premissas sociais e psicológicas, dessa captação que a estatística lexical tão bem consegue fazer nos *corpora* epistolográficos.

As sequências dialogais têm manifesta importância na abordagem dos textos que compõem o nosso *corpus* de cartas. São enunciados que, na sua faceta de conversas diferidas, se organizam e

estruturam em função de uma cadeia, sempre à espera de respostas e do avanço de novas perguntas. Na sua outra faceta, a do monólogo, os mesmos enunciados não admitem respostas, tomada de vez ('turn-taking'), hesitações, etc. Jean-Michel Adam (2011), na tentativa de sintetizar este estatuto paradoxal, fala-nos do género epistolar como 'genre dialogal monologué' (*ibid.*, p. 104), colocando a carta entre a textualidade do diálogo e a sociabilidade da conversação.

Adam (2011) quer ver se os diálogos, enquanto conversações, seguem a mesma estrutura hierarquizada das trocas verbais, o que implica que os interlocutores mantenham uma comunicação através de enunciados mutuamente definidos, empenhados na construção partilhada de um texto único. Para este propósito, o autor começa por balizar e especificar as noções de diálogo e de conversação:

Dialogue et conversation sont généralement synonymes et l'on parle d'analyse conversationnelle en général. Je crois préférable de dire que le dialogue et la conversation représentent deux points de vue sur la parole alternée. La conversation gagne à être considérée d'un point de vue psycho-socio-discursif et comme un genre de discours au même titre que le débat, l'interview, la conversation téléphonique, etc. Le dialogue n'est rien d'autre qu'une unité de composition textuelle, une forme particulière d'enchaînement polygéré d'énoncés à l'oral et une représentation d'énoncés comme polygérés à l'écrit.

(*ibid.*, p. 104)

Numa perspetiva mais social da conversação, foi nos anos 50 que os estudos dos etnólogos Erving Goffman, Penelope Brown e Stephen Levinson evidenciaram o seu lado mais ritual e a sua função enquanto garante de sociabilidade:

Pour un certain nombre d'interactionnistes actuels, plus encore que les contraintes communicatives, ce sont les contraintes rituelles qui influencent la forme et la structure de la conversation. Dans les échanges verbaux, le comportement des individus serait essentiellement déterminé par la nécessité de ne pas perdre la face en protégeant autant que possible-celles des autres.

(Adam 2011, p. 105)

Por outras palavras, enquanto os diálogos escritos serão mais dirigidos por regras de composição textual, as conversas dificilmente fogem das regras de delicadeza e das máximas de cooperação tal como as identificadas por H. P. Grice (1957), ou das táticas de respeito e da preservação da face positiva e negativa propostas por Goffman (1974). As convenções e as regras de delicadeza dependem da comunidade em que são praticadas, sendo que têm sempre por base as

normas de grupos sociais muito bem determinados. Mas, ao mesmo tempo, a mesma delicadeza também se manifesta no conteúdo das informações e na forma como elas são transmitidas.

Resulta do que fica dito, assim, que a sequência dialogal será um compromisso entre três vertentes, a sociocultural, a cognitiva e a textual.

Vejamos agora as características textuais dos diálogos. A sequência dialogal é a mais heterogênea e em aparência a menos estruturada de todas as sequências textuais, de tal forma que muitos estudiosos recusam considerar a conversa ou o diálogo como uma tipologia autónoma. Em termos de heterogeneidade, aponta-se-lhe a sua composição dividida entre fragmentos narrativos, argumentativos, descritivos e elementos fáticos, destinados a manter a comunicação. Em segundo lugar, argumenta-se que, ao contrário das outras sequências textuais, a dialogal tem um carácter poligerido e não monogerido. Adam (2011) contesta que os dois argumentos não servem de base à exclusão do diálogo da tipologia textual, replicando que a heterogeneidade se encontra em todas as sequências:

[...]le dialogue est potentiellement d'une hétérogénéité comparable à celle du récit, avec ses séquences descriptives, dialogales, explicatives. L'hypothèse séquentielle rend compte de l'hétérogénéité compositionnelle du dialogue comme elle rend compte de celle des autres formes de mise en texte.

(*ibid.*, p. 104)

Em relação ao carácter poligerido, Adam lembra que qualquer produção linguística está também inserida numa troca:

Les énoncés longuement développés et bien qu'ils émanent d'un interlocuteur unique par exemple : le discours d'un orateur, le cours d'un professeur, le monologue d'un acteur, les réflexions à haute voix d'un homme seul sont monologiques par leur seule forme extérieure, mais, par leur structure sémantique et stylistique, ils sont en fait essentiellement dialogiques.

(*ibid.*, p. 105)

Por outras palavras:

[...] les séquences monogérées sont toujours, elles aussi, prises dans une co-énonciation.

(*ibid.*, p.105)

Por isso, a nível textual, além da característica heterogeneidade das sequências dialogais, é preciso sublinhar a complexidade da questão da enunciação que reside na presença de um co-enunciador (ou mais do que um), da polifonia ou de 'prise en charge' do enunciado. Nessa troca contínua e poligerida, cada participante está empenhado na realização de um texto único, contínuo e partilhado. Assim, entre os vários objetivos que uma conversação cumpre, a noção de consenso tem um lugar central, de tal forma que para muitos conversacionistas esta será a sua finalidade principal (Goffman 1993).

A nível de organização, a sequência dialogal prototípica depende de dois 'momentos' da interação verbal:

- a. As sequências fáticas de abertura e fecho (sequências mais convencionais e rígidas);
- b. As sequências de transição que constituem o corpo da interação (sequências mais livres).

As sequências fáticas de abertura e fecho, as mais delicadas em termos de interação já que seguem todo um ritual de cortesia, são também as sequências mais bem estruturadas. Por seu lado, as sequências de transição coincidem com mudanças temáticas:

On changera donc assurément de séquence transactionnelle en changeant de sujet.

(Adam 2011, p. 107)

Na perspetiva pragmático-funcional, o diálogo é produzido por uma série de intervenções que põem em cena um ou vários atos de fala e que se organizam sob a forma de trocas (*échanges*). A troca é a mais pequena unidade dialogal e permite a construção de um texto único, fruto da estratégia da cooperação). As trocas que compõem as sequências podem ser *binárias* (*paires adjacentes*), ou seja, uma unidade constituída por uma intervenção iniciativa + uma intervenção reativa, *ternárias*, uma unidade constituída por uma intervenção iniciativa + intervenção reativa + intervenção avaliativa, ou *extensas* (mais amplas, podem abranger propostas, reações, negociações...). As tomadas de vez (*turn taking*) realizam um ou mais atos de fala, dos quais decorre o encadeamento do diálogo:

Les spécialistes de la conversation parlent généralement d' « actes ». Kerbrat-Orecchioni considère « l'idée que les conversations sont constituées au niveau basique, non pas d'unités informationnelles,



mais d'actes de langage » comme faisant l'objet d'un consensus.

(*ibid.*, p. 108)

Apesar da sua grande heterogeneidade, existem certos princípios de coerência interna (regras de encadeamento sintático, semântico e pragmático) que fazem com que os enunciados sejam mutuamente determinados (Kerbrat-Orecchioni 1996).

Neste trabalho, propomo-nos tirar partido do facto de os diálogos estarem submetidos a regras sociais e pragmáticas, e de portanto ser possível encontrar neles algumas regularidades. Queremos ver o que é que essas regularidades nos dizem sobre a escrita quotidiana da guerra. Cremos encontrar tópicos reiteradamente mobilizados: a descrição do quotidiano, de um dia-a-dia feito de repetições, da menção de pequenas coisas e de acontecimentos sem grande relevo. Por outro lado, nas cartas do nosso *corpus*, emerge também um espaço onde os interlocutores gerem muito claramente as informações segundo um sistema de cooperação. Em terceiro lugar, em termos de divisão temática, nas cartas familiares os participantes concentram-se em torno do conhecido, das atividades do quotidiano e dos afetos. Nas cartas de amor, há espaço para os temas da separação e da projecção num futuro próximo. Nas cartas de amizade entre os soldados, os temas recorrentes são as encomendas, as mulheres e a vida militar, com seus combates, saídas para o mato e mortes.

Vamos exemplificar como nas cartas, considerada a sua intrínseca dialogicidade, as sequências dialogais permitem, a nível psicológico, manter a ligação a um passado tranquilizador e criar a partilha de um novo dia-a-dia, decorrente da guerra. Depois, veremos também como o *Diário* apesar de não ter interlocutores e não apresentar uma estrutura dialógica, convoca temas similares aos das cartas.

Relembramos alguns elementos importantes que são intrínsecos ao género epistolar e que têm consequências na organização das sequências dialogais. Em primeiro lugar, as trocas que constituem as sequências dialogais encontram-se agrupadas num único bloco proveniente de um único locutor, pelo que se pode falar de uma *tomada de vez unificada* onde se misturam intervenções iniciativas e reativas; ou seja, num único *turn taking*, estão concentrados informações, perguntas, exortações, conselhos, respostas, pedidos, comentários, etc.

Em segundo lugar, se nas conversas é raro obter um silêncio após uma intervenção iniciativa, já que isso se considera uma atitude ofensiva — C. Kerbrat-Orecchioni (1996, p. 92) fala do 'caractère obligatoire de l'enchaînement' — o silêncio (*échange tronqué*) já é comum nas cartas. Isto, a não ser que o interlocutor peça explicitamente para ter uma resposta, como neste caso:

Porto 22.11.64 [carta recebida por M. V. dum amigo]

«Desejo-te informar, caso ainda não o saibas, um facto curioso. O meu relógio avariou-se e por casualidade mandei-o consertar a uma relojoaria da rua Antero Quental, próximo ao cruzamento da rua da Constituição e verifiquei que dentro da relojoaria vi a tua fotografia e a do teu irmão, perguntei e responderam-me que defacto eras tu. Não tive mais curiosidade e vim embora. Se caso quiseres saber para que efeito é podes perguntar aos teus pais».

Porto 7.1.65 [carta recebida por M. V. dum amigo]

«Ainda não me mandas-te dizer se era verdade ou mentir, do assunto que te falei àcerca da fotografia».

De uma maneira geral, o autor tem a liberdade de escolher as perguntas às quais quer responder e, da mesma maneira, escolhe a ordem de resposta, determinando uma organização arbitrária do corpo da carta.

Em terceiro lugar, apesar de se entender uma carta como um todo *coerente*, as conversas diferidas das cartas permitem recuperar enunciados de cartas anteriores (*reprise diaphonique*), evidenciando o carácter *incompleto* deste género textual, visto que a sua compreensão depende de outros textos (normalmente anteriores).

Fixados esses pontos que ajudam a distinguir a conversa epistolar da conversa em presença, é preciso ver como se inscrevem as sequências dialogais nas cartas e qual é a função cumprida na situação comunicativa.

Quase todas as cartas, na sua qualidade de primeira distração dos soldados, pedem o mesmo: acima de tudo, um resposta rápida:

20.8.63 [carta enviada de M. V. à mãe]

«Minha mãe manda-me dizer coisas daí e escreva-me rápido para eu me ir distraíndo pois ao primeiro isto torna-se um pouco aborrecido, e as saudades apertam».

Pedir uma resposta imediata significa manter um ritmo apertado da troca epistolar, criando a ilusão de um conversação com sua função basilar de entretenimento:

Quixico Angola 22. 12.63 [carta enviada por M. V. à Mãe]

«Minha Mãe felizmente ate à data não tenho precisado de nada, a não ser dos seus carinhos, mas isso é impossível em virtude de eu estar tão longe daí, mas paciência, ao menos cá vou tendo umas

cartas confortáveis para ir passando o tempo».

Jabadá 9-9-1967 [carta recebida por M.G. dum camarada]

«Amigo como vê é a primeira vez que lhe escrevo portanto é com prazer que estou com a esferográfica na mão a escrever-lhe. Como este aerograma é simplesmente para dar-nos uma satisfação um ao outro...».

Como já dissemos, o género epistolar caracteriza-se por ser uma conversa diferida. A ausência do interlocutor exige delimitar a interação através do uso das sequências fáticas de abertura e de fecho que iniciam e acabam a comunicação. São momentos delicados e podem assumir extensões variadas. Além de serem as partes mais convencionais das cartas, demonstram uma clara vontade de cooperação e de manutenção dos laços de sociabilidade. E as mesmas partes são rapidamente eliminadas quando sucede que a vontade do autor seja a de romper a troca epistolar. O próximo exemplo é de uma carta escrita por uma das madrinhas de guerra de J. F. A autora, ofendida pela atitude do paraquedista, pede-lhe para acabar a correspondência. O início e o fim da carta são bruscos, bem longínquos da delicadeza das convenções que até então tinham caracterizado as cartas dos dois indivíduos:

27-7-67 [carta recebida por J. F. duma madrinha de guerra]

«F.

Já lá vão uns diazinhos depois que recebi a tua carta.

Confeço que fiquei surpresa com algumas frases que nela mencionaste.

Lamento que tenho eu sido sempre honesta nas minhas cartas tu abuzasses dessa honestidade; creio também que devias ter por mim um pouco de consideração assim como a frase ‘um coração cheio de saudades’

Já reparaste que namoro? Que tu também namoras? Então goarde essas frases para tua noiva e a ela que debes envialas porque eu não preciso delas dispenças, creio que isto é um pé para acabarmos com a correspondência esta bem faria tanto me faz assim o queres portanto oxalá seijas feliz pela ultima vez te escreve a M. V.».

Se uma rutura definitiva se materializa-se num apagamento das sequências fáticas, por outro lado, uma carta pode também ser uma ameaça e uma crítica direta ao destinatário, provocando um conflito e uma possível interrupção da correspondência. Ao preservar as sequências fáticas de abertura e fecho, apesar do tom polémico, explicita-se, nesses casos, uma vontade de continuação e

conciliação, tornando-se um lugar importante de negociação da interação. Longe do seu carácter exclusivamente normativo e convencional, as sequências fáticas tornam-se estratégias que permitem recuperar o tom ameaçador de uma carta e assumir um valor ilocutório que equivale ao objetivo de solicitar a resposta do interlocutor:

P. Delgada 31/5/66 [carta escrita por A.R. à esposa]

«Querida Esposa e Filha

Só espero que esta minha carta te vá encontrar e mais a nossa querida filha bem de saúde que eu bem graças a Deus.

De posse da tua estimada carta que acabo de receber, a que te passo a responder fiquei muito triste ao ler a tua carta...

Eu não soube de nada que ias tomar conta da casa da tua tia sózinha até sem a filha, não me digas que tinham medo que lhes levarem a casa foram todos? enfim coisas sem o meu consentimento.

Olha não me sinto em condições de escrever mais, junto à tua carta tive outra infelicidade ia ficando cego da vista direita, de tão desnorteado que fiquei, graças a Deus que tal não aconteceu. É tudo recebe beijos e abraços saúdaes, muitos beijinhos e abraços para a nossa querida filha».

Veremos agora como se materializa o esquema de base das sequências dialogais, ou seja, o binómio pergunta – resposta. Os estudos de C. Kerbrat-Orecchioni (2001), juntando a abordagem mais linguística de Benveniste e a mais pragmática de Searle, chegam a encarar as perguntas como um tipo de atos diretivos. A autora distingue, assim:

- la demande d'un dire (*question*) et la demande d'un faire (*requête*)<sup>13</sup>

- la *question* et la *requête* font partie d'une même catégorie englobant celle des *demandes*.

(Kerbrat-Orecchioni 2001, p. 84)

Partimos da ideia de que é possível atribuir várias funções às perguntas: elas podem solicitar uma informação, podem ser um requerimento explícito para se atuar de determinada maneira, podem ser exortações ou asserções, etc.

A pergunta, num plano estrutural, permite seguir um encadeamento próximo do da conversação, mas num plano mais pragmático, a sua função é a de abrir um lugar de aproximação entre locutores, onde se fixa, no eixo diálogo/monólogo próprio da carta, o grau mais alto de interação entre eles. Por isso, é preciso separar as perguntas que equivalem a interrogação, e que se verificam quando a

---

<sup>13</sup> La demande d'un faire que nous appellerons *requête*, l'ordre n'étant pour nous qu'un type particulier de requête (*ibid.*).

intenção do falante é a de obter informação que pede e por outro lado, das perguntas que realizam um ato diferente; este último pode ser várias coisas:

- uma asserção, no caso das perguntas retóricas, que não solicitam informações;
- um ato intermédio entre uma asserção e um pedido: neste caso, o valor que é preciso juntar muda segundo o contexto; pode ser uma sugestão, uma crítica, uma confirmação, etc. Nos casos em que o valor acrescido se torna mais importante do que o valor literal, fala-se em *tropo ilocutório* (*ibid.*, p. 96).

Como já foi referido, nas cartas existem tomadas de vez unificadas, onde intervenção iniciativa e reativa decorrem do mesmo locutor. Assim, é preciso ver qual é o valor que assume o binómio pergunta – resposta na situação comunicativa. Pode ter um objetivo argumentativo, orientando a provável resposta do interlocutor, ou pode tomar o valor de uma exortação, uma solicitação, confirmação, etc.

Veremos de seguida uns exemplos:

Jabadá 9-9-1967 [carta recebida por M.G. dum camarada]

«Eu paço a perguntar-lhe como vai a sua vida e a sua situação. Espero que tudo lhe corra da melhor maneira.

Pois eu ca me encontro em Jabadá no meio da guerra e na continuação das operações as quais são muito ruins de fazer porque as bolanhas estão cheias e um homem enterra-sse de água até ao pescoço mas no meio disto o que se quer é sorte e tempo passado não é verdade?».

A pergunta, formulada de maneira indireta — 'eu paço a perguntar-lhe como vai a sua vida e a sua situação' —, configura-se como uma intervenção iniciativa que provoca uma intervenção reativa, mais propriamente um pressuposto à pergunta inicial: 'Espero que tudo lhe corra da melhor maneira'. Desencadeando a terceira intervenção da sequência, introduzida pelo marcador discursivo 'pois' que permite recuperar a pergunta inicial e dar resposta: 'Pois eu ca me encontro em Jabadá no meio da guerra e na continuação das operações as quais são muito ruins de fazer porque as bolanhas estão cheias e um homem enterra-sse de água até ao pescoço', acabando a sequência com uma pergunta/retórica 'mas no meio disto o que se quer é sorte e tempo passado não é verdade?'. O autor propõe uma orientação argumentativa, ou pelo menos traça uma direção que espera o seu interlocutor vá seguir, antecipada através de um pedido de confirmação 'não é verdade?'. Nesse sentido, a pergunta retórica que fecha a sequência assume o papel de intervenção iniciativa, da qual se espera uma resposta 'pertinente', marcada pela intervenção antecipada do autor.

A pergunta é por isso um enunciado complexo (C. Kerbrat-Orecchioni 2008, p. 96), que não

pode ser visto na sua simples função de solicitação de informações. Esquematizando a sequência dialogal do exemplo acima, teremos duas trocas binárias, começando com uma pergunta convencional e acabando por uma pergunta orientada:

- pergunta indireta (intervenção iniciativa)
- resposta formulada enquanto desejo (intervenção reativa)
- resposta do autor (intervenção reativa)
- pergunta orientada (intervenção iniciativa)

O que acontece de mais relevante na formulação de uma sequência como a que estamos a analisar é que ela pertence a um contexto psicologicamente delicado como é o da guerra. A pergunta serve de estratégia discursiva apropriada à solicitação de várias informações, começando pelas mais convencionais e passando depois às mais 'delicadas' (no próximo excerto: 'tens ido para batidas?'), num *continuum* entre pergunta e asserção ('o que interessa a cima de tudo é que não tenhas azar'):

26.09.1963 Luanda [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Mário então como te tens dado por aí, bem? Mas o que interessa a cima de tudo é que não tenhas azar, tens ido para batidas?».

O binómio pergunta – resposta é, por outro lado, o lugar das opiniões dos autores. Assim, a resposta assume valores diferentes, por exemplo, o da fé na sorte, como no excerto que acabámos de ver. Pode, em contrapartida, ser uma clara exortação à defesa da Pátria:

26/3/67 [carta recebida por M.G. dum amigo]

«Então M. como passou essa Páscoa, feliz? Embora, pensando na mulher e restante família mas é preciso ter paciência para todas as coisas, pois é preciso, e além disso é obrigação para defender a nossa Pátria, porque se não formos nós os Portugueses que é que vinha defendela, eu acho que cada qual defende aquilo que é nosso não acha?»

Ou manifestar uma clara aceitação da situação vivida:

Bula Atumba 15.10.1963 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Que remédio tôdos nós temos que gramar, tem havido azar por êsses lados?».

Pode, no entanto, ser pretexto por uma recomendação de prudência:

22 de Outubro 1963 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Então ainda não arranjaste uma mulatinha para te arranjar a roupa?

Já tens dado muitos tiros? Vê

lá se te resguardas, pois quando elas veem não trazem

escritos. Cumpre com o teu dever mas nada de heroísmos

mas sim salvar a péle, que é o que mais precioso temos».

Pode recuperar enunciados do interlocutor e ser o lugar onde se manifestam as convicções próprias:

28 de Outubro 1963 [carta recebida por M. V. do padrinho]

« Então, teem continuado a queimar

os acampamentos desses terroristas? Pelo que me

mandas dizer, esses gaijos são uns grandes patifes.

Continuam vocês a serem atacados à traição?».

Concluindo, quando uma pergunta não tem como função primária a solicitação de uma informação, torna-se numa asserção com valor ilocutório variado: vai da exortação ao conselho, da aceitação à recomendação.

O binómio pergunta – resposta, unidade básica da sequência dialogal, é um lugar de cooperação onde se procura a aprovação do interlocutor: o uso da pergunta permite tornar menos brusca uma solicitação de informação que poderia de outro modo passar por um ato ameaçador:

Pouvoir exorbitant que s'arroe le questionneur : faire en sorte qu'une personne, libre jusque-là de dire ou de taire ce qu'elle pense sur un certain sujet, devienne, par l'énonciation d'une autre, tenue de déclarer son opinion ou son absence d'opinion.

(Ducrot, *cit. in* Kerbrat-Orecchioni 2008, p. 87)

Ao responder à sua própria pergunta, o autor abre o jogo, explicitando a sua posição e permitindo ao destinatário, sem ter de se comprometer, continuar a orientação proposta. Por isso, mais do que um lugar de confrontação de ideias e conhecimentos, as trocas inseridas nas sequências dialogais pedem consenso.

Já abordámos a questão do diário e da ausência do carácter dialógico próprio do género. Por

isso mesmo, no *Diário* de Etelvino existem poucas perguntas, obviamente retóricas, que, por outro lado, evidenciam quais os valores que se podem aplicar às mesmas perguntas. São perguntas com valor de crítica a fechar uma argumentação, como nos dois exemplos seguintes:

6 de Agosto de 1962 [Diário Etelvino]

É com indignação que nós estamos a ver o comer piorar, apesar de continuarmos a dar 5\$00 por dia para a alimentação, ou seja, perto de 22 contos por mês, entre todos. Essa quantia é mais que suficiente para nos darem uma alimentação especial. Pergunto: Para onde vai o dinheiro?

10 de Novembro de 1962 [Diário Etelvino]

Hoje, um camarada, sem motivo algum, bateu num preto. Como poderá acabar esta maca?

Podem também fechar uma descrição com uma avaliação mais subjetiva:

22 de Janeiro de 1963 [Diário Etelvino]

Milhares desses indigenas entregaram-se às autoridades, e agora fazem uma vida pacífica.

A paisagem ao longo do percurso é simplesmente grandiosa. Mortês, vales, planícies, matas, fazendas isoladas, tudo nos chamava a atenção pela sua luxuriante vegetação.

Esta tarde carregamos o comboio com a nossa bagagem. Estou estafado, tanto mais que o calor tem sido muito. Apesar de haver cinema, eu vou-me deitar. Pormenor? As raparigas de todas as povoações por onde passamos são extremamente vaidosas...

Deixámos para o fim esta última pergunta, que dificilmente pode ter resposta:

20 Abril de 1962 [Diário Etelvino]

Durante a manhã estive entretido com pequenas coisas. De tarde, estive de serviço e, à noite, fui-me deitar cedo. Os dois pelotões que estavam emboscados, chegaram às 6h da tarde. Vinham num estado miserável. Alguns deles já não se mantinham de pé. Contam eles, que tinham de esperar que chovesse para beberem água. Passaram quatro noites à chuva e sem dormir. Para quê este sacrifício?

Achamos que passado e futuro se cruzam nas cartas e no *Diário* de Etelvino. Esse contínuo



movimento retrospectivo e prospetivo cria um elo de ligação de grande importância para os participantes enquanto seres humanos, que se concretiza no presente das cartas e num apoio firme do esforço de guerra. Surgem tópicos que se destacam por serem recorrentes nesse movimento, perdurando ao longo da cadeia de composição textual:

1. Atividades quotidianas (o dia-a-dia de um lado e do outro).
2. Auxílio: encomendas, proteção através de rezas, fotos, dinheiro, etc.
3. A esperança: os desejos e as expetativas.

São tópicos que vão acompanhar os anos de comissão e criar verdadeiras redes de apoio e de ajuda, que sustentam uma aceitação do período de guerra. Em termos textuais, ocupam o corpo das cartas, não as suas sequências de abertura e fecho, as quais, sendo muito convencionais (v. capítulo nosso sobre o género epistolar) tornam-se menos adequadas para a tematização de qualquer contexto enquadrando os participantes.

### **1. Atividades quotidianas (o dia-a-dia de um lado e do outro)**

20.1.63 [carta recebida por M. V. da namorada]

«Meu amôr como sabes a minha vida por cá continua a ser do trabalho para casa e de casa para o trabalho ainda continu-o a ir comer a casa da Irene, à noite vênho com ela até ao campo e depois meto-me no eléctrico e assim vou passando estes dias que nunca mais se passam, tenho ido à noite a tua casa, ontem Domingo fui de manhã para o rio pois já à mais de um mês que não ia lavar porque tinha sempre muita meias para apanhar...».

Vera Cruz 27.2.67 [carta enviada por A. N. à esposa]

«Querida isto aqui a bordo após o segundo dia de viagem começamos a ter formaturas uma de manhã e outra de tarde mas tudo para ajudar a passar o tempo, o nosso comer é por três mesas nós comemos na segunda o café é às 07.20 o almoço às 11.45 e o jantar às 18.45 o comer tem sido quase só guisado...».

Grafanil 7 de Janeiro de 1965 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Quanto a novidade, nada de novo isto é sempre a mesma coisa. Quartel, umas dispensas para ir para a cidade, uns domingos de manhã e umas tardes da semana na praia, umas pernoitas fora do quartel para ir a Zona (salvo quando não há dinheiro) e nada mais».

## **2. Auxílio: encomendas, proteção através de rezas, fotos, dinheiro, etc.**

Porto, 26.8.63 [carta recebida por M. V. da mãe]

«Meu filho manda me dizer se precisa de alguma coisa já tenho aqui 25 aerogramas para te mandar. No domingo fomos as duas na procissão a rezar-mos a Nossa Senhora para que te proteja e te livre de todos os perigos; meu filho com respeito a pedir a Nossa Senhora a todas as horas a questão é que ela nos ouça, cá farei tudo que me pedes».

Porto 28.8.63 [carta recebida por M. V. da mãe]

«Meu querido filho tenho aqui em casa os aerogramas e também queria mandar algum tabaco e mais alguma coisa».

Porto 20.1.63 [carta recebida por M. V. da namorada]

«Meu amôr falando na tua prenda vou despachá-la para á semana e vou mandá-la nos cigarros o meu maior desejo é que o meu amôr a receba e goste muito dele».

26.5. 63 [carta recebida por M. V. da namorada]

«... eu vim para ir a missa mas para a tua Mãe não ficar sózinha também veio comigo, lá fui rezar à Nossa Senhora de Fátima e da Conceição e deitar uma esmolinha para que ajudem o meu amôr em todos os momentos da sua vida no Ultramar é o que a tua futura mulhersinha mais pêde».

26.5. 63 [carta recebida enviada de M. V. à Mãe]

«Minha Mãe volto a escrever-lhe para lhe agradecer tudo aquilo que me mandou pelos pais de meu colega, o qual me foi tudo entregue, também já levantei o dinheiro que me mandou o qual me veio fazer grande jeito».

Quixico Angola 22. 12.63 [carta enviada por M. V. à Mãe]

«... falando da cruzinha tenho-lhe a dizer que me foi entregue juntamente com o Tabaco do qual eu tambem agradeço do fundo do coração, falando da encomenda tenho-lhe a dizer que ainda não foi levantada em virtude de o documento que me enviaram de Luanda, eu o ter mandado para lá sem ter ido assinado...».

Porto 24/3/64 [carta recebida por M. V. da Mãe]

«Meu filho ontem fui mais a Tereza, porque ela saiu às 5 horas e fomos tratar de te despachar,

amêndoas que mandou a Tereza e um ovo de chocolate e eu mandei-te um pão de ló e um sabonete e tenho aqui 70 aerogramas para te enviar eu comprei 20 e a Tereza comprou 50 porque agora dão os que a gente quer».

Quixico Angola 29.4.64 [carta enviada por M. V. à Mãe]

«Minha Mãe muito obrigado por me ter despachado as toalhas e o medicamento...».

«Minha Mãe das encomendas enviadas ainda não recebi nenhuma».

Batalhão Gungunhama 11/7/70 [carta enviada por D. C. B. aos pais]

«O helicóptero já veio aqui á base umas poucas vezes, mas em duas delas trazia correio, já recebi a vossa almofada e os bolos que agradeço muito...».

### **3. A esperança: os desejos e as expetativas**

Porto 28.8.63 [carta recebida por M. V. da Mãe]

«...os perús já estão grandes para quando tu vieres, que Nossa Senhora nos dé essa graça para matar todos os três patos e galinhas para fazer um grande jantar de baixo da ramada, vai ser uma boda maior do que o teu casamento...».

Porto 10.1.65 [carta recebida por M. V. da namorada]

«Querido cá continua um frio formidável qualquer dia vou passar aí uns dias contigo, e vamos os dois à piscina, achas bem meu amôr?».

São estes os tópicos que preenchem o corpo das cartas ao longo dos anos de comissão. Evidenciam, como se vê, um finalidade muito prática, ao mesmo tempo que cumprem a função de organizar textualmente, num todo mais coeso e coerente, as produções trocadas entre soldados e seus correspondentes.

Por outro lado, como dissemos acima, encontramos os mesmos tópicos no *Diário* de Etelvino, se bem que a tipologia das suas sequências seja sobretudo descritiva, já que lhe falta o enredo da narrativa e a dialogicidade das cartas:

#### **1. Atividades quotidianas**

25 de Janeiro de 1963 [Diário Etelvino]

Passei à manhã a ler um livro, e várias cartas que recebi.

De tarde estive com uma grande indisposição, e por  
Esse motivo estive deitado. Não jantei. Às 19h00, fui ver um filme por 3\$50.  
Às 21h00 deitei-me.

26 de Janeiro de 1963 [Diário Etelvino]

De manhã estive a escrever, e fui também ao Batalhões  
de Transmissões receber rádios para as companhias do Batalhão.  
De tarde fui para a cidade, e só regresssei às 0h30.  
É difícil andar em Luanda durante o dia  
Por causa do calor.

## **2. Auxílio: encomendas, proteção através de rezas, fotos, dinheiro, etc.**

16 de Julho de 1962 [Diário Etelvino]

Passei a manhã, praticamente,  
à espera que viesse o avião da DTA  
com o correio e, de tarde,  
pelas duas horas veio um empregado  
dos correios trazer-me duas cartas da Isabel. Fiquei  
tão contente que o gratifiquei com 2\$50. Foi um dia  
feliz para mim.

31 de Julho de 1962 [Diário Etelvino]

Às 5 horas da tarde, levantámos o acampamento  
e regressámos. Eu vinha eufórico, pois o Alvelos  
já me tinha dito por rádio que tinha carta de casa  
e da Isabel. Quando cheguei fui imediatamente ler  
as cartas, mesmo antes de me lavar.

13 de Setembro de 1962 [Diário Etelvino]

Hoje recebi carta da Isabel onde  
vinham duas fotos.

29 de Dezembro de 1962 [Diário Etelvino]

Recebi 3 pequenas encomendas da Isabel.

### **3. A esperança: os desejos e as expetativas**

28 Junho de 1962 [Diário Etelvino]

À noite estive a comemorar o aniversário da nossa vinda para Angola. Faz hoje, precisamente, um ano que embarcámos em Lisboa no Vera Cruz. Só falta mais um ano para regressarmos aos nossos lares.

Como foi evidenciado, os temas que preenchem a escrita de guerra são temas sobretudo relacionados com o quotidiano, que porventura não aumentarão o conhecimento nem servirão à confrontação de ideias, razões ou opiniões, mas permitem manter uma sociabilidade ameaçada pela guerra. Esses temas 'seguram', através da estabilidade e da repetição, a correspondência e a escrita diarística. Em consequência e indiretamente, são temas que apoiam o esforço de guerra.

É que, apesar de tudo, um dia sem história também merece ser lembrado:

21 de Fevereiro 1962 [Diário Etelvino]

O dia de hoje quase não tem história. De manhã, estive a escrever para mandar o correio no avião da tarde. Fui fazer o curativo mas isto já está melhor. De tarde, estive a descansar e à noite fui ao cinema.

## 8. Discurso e guerra

### 8.1. O contexto

O contexto influencia de maneira determinante as estruturas e a produção dos textos escritos e falados. Na forma como é commumente entendido, o contexto dos enunciados linguísticos abrange fatores textuais, por um lado, ou seja, os textos que precederam e que influenciam as produções linguísticas e suas interpretações, e, por outro, fatores extradiscursivos, que se prendem com o mundo e a realidade sociocultural onde se inscreve a atividade comunicativa. O que torna o contexto dos enunciados linguísticos difícil de compreender e captar reside na resultante e imensa versatilidade, bem demonstrada no número de estudiosos, oriundos de diferentes disciplinas, da psicologia social à filosofia, que têm interessado pelo tema da 'situação' comunicativa.

Para o nosso trabalho, seguiremos os estudos que Teun Van Dijk (1980; 1997; 1998; 1999; 2001; 2005) tem desenvolvido nas últimas décadas sobre o contexto. Essa escolha deve-se a vários fatores. Em primeiro lugar, são estudos com um carácter interdisciplinar, onde abordagens como a da psicologia social ou das ciências cognitivas têm lugar reservado. O autor põe de parte a hipótese de uma análise estritamente linguística dos enunciados e seus contextos, pelo que promove uma abordagem empírica, eivada de sociologia e psicologia, particularmente orientada, até, a partir dos anos 80, num sentido cada vez mais político e social. Com efeito, e em segundo lugar, escolhemos Van Dijk porque um dos seus temas fundamentais é constituído pelo racismo. O autor começou a interessar-se pelas formas segundo as quais o racismo se expressa, se reproduz e se legitima na comunicação escrita e falada, e os seus estudos sobre as ideologias e os efeitos provocados no discurso tornam-se assim, para nós, de fundamental importância. Isto porque pensamos que a guerra constitui um lugar privilegiado onde são criadas, partilhadas, mudadas ou mantidas algumas das principais representações sociais que estabelecem a oposição entre *Nós* e *os Outros*. As representações sociais que estão na base das ideologias têm consequências não só em determinadas crenças e atitudes partilhadas por um grupo social; têm também consequências na maneira como se produz e difunde a comunicação verbal. Determinam, assim, o conhecimento que temos sobre os acontecimentos; no nosso caso, o conhecimento da guerra. Se, segundo Clausewitz, a guerra é 'a continuação da política por outros meios', as palavras são um meio para incitar e continuar a guerra, bem como para controlar e influenciar a sua compreensão.

O enquadramento teórico proposto por Van Dijk vai ser, por conseguinte, o nosso alicerce para observar como:

- Se influenciam reciprocamente língua e sociedade;
- Se expressam, se reproduzem e se legitimam representações sociais num contexto de guerra;
- Se estruturam linguisticamente as representações sociais.

Como já foi dito, foram vários os estudiosos que se interessaram pelas relações entre texto e contexto. Não existindo uma teoria completa da noção de contexto, podemos, no entanto, percorrer o pensamento de alguns autores que para ela tenderam.

Os primeiros trabalhos sobre contexto surgiram na tradição da linguística sistémico-funcional de M. K. Halliday (1978). As abordagens, inspiradas nos estudos de Dell Hymes (1962) e no seu modelo SPEAKING dos anos 60, na psicologia social e na etnografia da comunicação, consideraram o contexto como o conjunto das estruturas relevantes dos eventos comunicativos: cenário, participantes e objetivos. Aqui, graças à interdisciplinaridade com a qual se encara o contexto, reconhece-se a importância das relações entre participantes e função do discurso.

Já a psicologia social da linguagem foi a disciplina que apresentou, provavelmente, o mais completo e interessante estudo sobre contexto. Brown e Levinson (1978) construíram um quadro contextual muito amplo, com as seguintes componentes: cenário, lugar, tempo, objetivos, tarefas, tópicos e participantes. Neste modelo de contexto, recuperando a noção de *face* de Goffman, os autores analisaram as estratégias de delicadeza a que os participantes recorrem para evitar ou minimizar os atos de ameaça à *face* nos processos de interação, tendendo a escolher as estratégias disponíveis, nas circunstâncias dadas, para minimizar os efeitos inevitáveis de ameaça. Estas serão estratégias inconscientes mas essenciais na interação verbal, demonstrando que existe uma adequação que 'escapa' a um domínio consciente dos participantes.

Sempre numa abordagem psicológica, Wish e Kaplan (1977) identificaram 5 dimensões usadas pelos participantes numa interação social: cooperativa – competitiva, intensiva – superficial, formal – informal, dominante – igual e orientada – não orientada.

As abordagens acima enunciadas, se ajudam à compreensão do contexto nas interações, não relacionam de forma sistemática contexto e linguagem, contexto e estruturas do discurso. Além disso, não contemplam a interpretação e compreensão mais individual que os participantes sociais têm da situação de comunicação. Em contrapartida, apoiando-se sobre teorias cognitivas e sobre representações mentais, Van Dijk (1998; 2001; 2005) consegue estabelecer relações entre os enunciados e a interação, entre conhecimento real, crenças e desejos. Reconhece como condições relevantes envolvidas numa comunicação as relações de autoridade, poder, papel e delicadeza que operam sobre bases cognitivas. Assim, define o contexto como:

A estrutura mentalmente representada das propriedades da situação social que são relevantes para a produção e compreensão do discurso. Consiste em categorias como a definição global da situação, a localização (tempo e espaço), as ações em curso (incluindo discursos e géneros de discurso), os participantes em vários papéis comunicativo, social ou institucional, bem como as suas representações mentais: finalidades, conhecimento, opiniões, atitudes e ideologias. Controlar o contexto implica controlar uma ou mais destas categorias, *e.g.*, determinar a definição da situação comunicativa, decidir o tempo e espaço do evento comunicativo ou onde os participantes podem ou devem estar presentes, e em que papéis, ou decidir que conhecimento ou opiniões eles devem (não) ter e que tipo de ações sociais podem ou devem ser realizadas pelo discurso.

(Van Dijk 2005, p. 24)

Tal como distingue estruturas locais e globais dentro do discurso, Van Dijk distingue contextos locais e globais. Os contextos globais derivam das estruturas sociais, políticas, culturais e históricas em que um evento comunicativo ocorre. O contexto local decorre das características da situação imediata, interacional, do mesmo evento comunicativo. Algumas propriedades dessa situação são o seu domínio global (por ex. a guerra), a ação global (por ex. a propaganda), os participantes em vários papéis comunicativos e sociais (os soldados, os autores e remetentes das cartas), bem como as suas intenções, fins, conhecimento, normas e outras crenças. Tais contextos limitam as propriedades do texto: o que é dito e como se diz depende de quem está a falar, com quem, quando e onde, e com que propósito. Assim, o contexto é um modelo mental de uma situação comunicativa, um *modelo contextual* onde as propriedades cognitivas e sociais dos eventos comunicativos são relevantes. Ao definir o contexto em termos cognitivos, Van Dijk (2005) contempla as interpretações subjetivas das situações sociais e as diferenças entre utilizadores da linguagem na mesma situação.

Resumindo, os modelos contextuais de Van Dijk (2005) são:

As representações mentais que controlam muitas das características da produção do discurso e da sua compreensão, tais como género, escolha de tópicos, significados locais e coerência, por um lado, mas também actos de fala, estilo e retórica, por outro.

(*ibid.*, p. 49)

Por conseguinte, é um autor que se baseia em teorias cognitivas e em representações mentais para elaborar a hipótese de um contexto mais 'interno', um *mental model*. Os modelos mentais são operações de ordem cognitiva que nos permitem organizar mentalmente a informação e o significado que atribuímos a um ato discursivo. Não representam apenas os factos, mas



representam-nos tal como as pessoas os constroem e definem através do discurso. Dito de outro modo, os modelos mentais são as representações subjetivas dos acontecimentos e das situações na memória episódica. Sendo mentais, podem ligar-se facilmente ao tipo de estruturas que são tratadas pelos processos discursivos. Dessa forma, o contexto não influencia direta e completamente o discurso ou a linguagem, mas é a interpretação subjetiva do contexto pelos locutores que domina a produção, a estruturação e a compreensão do discurso (Van Dijk 1999).

Os falantes formarão modelos mentais dos eventos sobre os quais falam e sobre eventos nos quais participam. A estrutura desses modelos mentais define-se através de um esquema que abrange algumas categorias gerais como:

- Cenário (tempo, lugar)
- Participantes (incluindo os papéis de cada um)
- Evento ou ação

Através da abordagem proposta por Van Dijk, portanto, o contexto não é algo que esteja 'fora' ou que seja visível, é antes uma construção mental que cada participante faz numa ação discursiva. Não podemos, logicamente, ter acesso a esses 'estados da mente', mas podemos ver como eles se manifestam na conversação, ou, como é o nosso caso, na escrita.

São os contextos que permitem produzir e perceber os atos de fala, adaptar tópicos e unidades lexicais, estilo e retórica num evento comunicativo. É também o contexto que torna mais ou menos aceitável uma produção linguística:

In other words, contexts are not 'out there', but 'in there': They are mental constructs of participants; they are individually variable interpretations of the ongoing social situations.

(Van Dijk 1999, p. 18)

É importante sublinhar que os modelos de contexto são estruturas dinâmicas, não estáticas. São constantemente construídos e reconstruídos por cada participante numa interação. Seguem as mudanças do discurso e mudam o conhecimento que os participantes têm um do outro. É um conhecimento que pode ser realmente muito extenso, abrangendo conhecimentos vividos ou ouvidos. Quem fala ou escreve tem de escolher, com base num critério de 'relevância' dentro dessa enorme extensão, as informações indispensáveis para conseguir uma determinada troca verbal:

[...] models are much richer in information than the discourses that are based on them, both in

Assim, parece óbvio proceder a uma escolha entre como e com que palavras deve ser verbalizada tal história ou tal acontecimento, o que é preciso dizer ou não dizer. A relevância torna-se aqui essencial, mas na triagem operada segundo o critério de relevância, é preciso também perceber por que é que certa informação é suprimida. Tal acontecerá em função de vários fatores: já referimos a delicadeza, a cooperação e a preservação das *faces*, mas há outros. Muita informação pode ser excluída ou pressuposta por ser considerada irrelevante, desinteressante, ofensiva, indecente, demasiado geral ou banal, ou seja, fora de contexto. As razões são de ordem social e pessoal: apoiam-se em opiniões, experiências quotidianas, memória autobiográfica, a percepção do dia-a-dia que inclui e aceita determinados 'scripts' adquiridos pelo meio de generalizações, abstrações ou normatização social.

Já ao nível da cognição social, Van Dijk (2005) fala de 'representações sociais' para referir globalmente o conhecimento, as atitudes, as ideologias, as normas e os valores. Seleccionamos abaixo algumas das suas observações mais esclarecedoras a este nível:

*O conhecimento.* Existem diferentes tipos de conhecimento, nomeadamente conhecimento pessoal, de grupo e cultural. O conhecimento pessoal é representado em modelos mentais sobre acontecimentos pessoais e específicos. O conhecimento de grupo é partilhado por grupos específicos e pode ter diferente influência, poder e legitimidade. O conhecimento cultural é partilhado por todos os membros competentes de uma sociedade ou cultura e forma a base ou *common ground* de todas as práticas sociais e discursos.

*As ideologias.* As ideologias são representações sociais básicas de grupos sociais. Têm uma estrutura esquemática que representa a autoimagem de cada grupo, contendo suas categorias de pertença, objetivos, atividades, normas e recursos. As ideologias contêm os princípios básicos que organizam as atitudes (opiniões) partilhadas pelos membros de um grupo.

São elementos como estes (conhecimento, ideologias) que vão organizar as estruturas e as propriedades do discurso em termos de tópicos globais, coerência local, o estilo lexical ou as figuras de retórica. Por outro lado, o discurso realiza ações, interações e práticas sociais que são interpretadas, aceites ou recusadas. Uma análise sociodiscursiva deve fazer o elo de ligação entre esses vários aspetos.

Continuando com Van Dijk (2005), o autor sublinha que também do lado da semântica textual existem alguns instrumentos para a análise do discurso que podem dar pistas em relação à

produção e compreensão de eventos. Tais instrumentos são: a coerência local, funcional e global, a implicações e os tópicos.

*Coerência local:* é a relação entre as proposições do texto que podem ser ligadas por relações de tempo, condição, causa e consequência. Se estiverem conceitualmente relacionadas, há unidades de conhecimentos que as unem, os chamados 'scripts'. Tais unidades contêm as informações essenciais, típicas e possíveis, associadas a um determinado conceito. O nosso conhecimento social partilhado desses scripts fornece os numerosos 'elos de ligação que faltam' entre os conceitos e as proposições do texto, já que muita informação é considerada pressuposta.

*Coerência funcional:* é a relação estabelecida por Especificação, Paráfrase, Contraste ou Exemplo entre sucessivas proposições.

*Coerência global:* uma característica essencial do discurso é a de ser globalmente coerente, característica que decorre dos seus temas ou tópicos. Os tópicos sumariam conceitualmente o texto e especificam a sua informação mais importante. Em termos teóricos, esses tópicos podem ser descritos como macroproposições semânticas, isto é, como proposições derivadas de sequências de proposições no texto. Através de macro-regras como as de seleção, a abstração e outras operações, é possível reduzir informação muito complexa veiculada por um texto. Os utentes da linguagem empregam essas macro-estruturas para perceberem globalmente e poderem sumariar o mesmo texto.

A este nível da coerência global, convém destacar que um enfoque especial do texto em determinados tópicos pode ter implicações ideológicas. Os tópicos estão normalmente organizados num esquema abstrato ou *superestrutura* (Van Dijk 1980). Independentemente de se tratar de narrativas, de argumentações ou de relatos noticiosos, os discursos seguem sempre um esquema hierárquico, composto por categorias convencionais. Típico nos relatos noticiosos é que estas categorias convencionais, bem como o seu conteúdo semântico global, são expressas de forma descontínua, como 'prestações' através do texto: em cada categoria, exprime-se primeiro a informação que se considera mais importante, numa estratégia de cima para baixo de que resulta a chamada estrutura de relevância de um texto. Em outros géneros, nos comunicados, na propaganda, no discurso oficial, estes processos de atribuição de importância ou relevância têm claras implicações ideológicas. Se falarem da guerra, por exemplo, facilmente podem apresentá-la segundo uma orientação determinada.

*Implicações:* Palavras, frases e outras expressões textuais que podem implicar conceitos ou proposições que se extraem do conhecimento que a todos é comum. Este traço do discurso e da comunicação tem importantes dimensões ideológicas. Há vários tipos de implicações: implicações lógico-semânticas, pressuposições, bem como formas mais fracas, tais como sugestões e associações. Muitas das implicações ideológicas decorrem não só do facto de se dizer pouco, mas

também do facto de serem ditas demasiadas coisas irrelevantes sobre os atores de quem se fala. É este o uso estratégico da *irrelevância*.

## 8.2. As representações sociais

Para completar a noção de contexto e de modelos mentais proposta por Van Dijk, achamos pertinente usar as *representações sociais* como filtros e organizadores das práticas discursivas que se originaram durante a Guerra Colonial portuguesa. Usamos as representações porque constituem o elo que nos falta para criar uma ligação entre o indivíduo, a produção discursiva e o consenso. Num evento coletivo como a guerra, a conformidade de pensamento, elaborada num ambiente coletivo, é primordial. Acreditamos que as representações sociais determinam os tópicos e a relevância argumentativa que têm como função criar um contexto consensual adequado para apoiar um esforço de guerra.

Veremos de seguida a evolução deste conceito de *representações sociais* recorrendo a autores como Durkheim, Moscovici, Jodelet e Abric. Realçamos, no entanto, que nem mesmo o seu principal teorizador, Serge Moscovici, chegou a elaborar uma teoria 'forte e fechada' sobre o tema. O que propôs foi uma perspetiva para se poderem 'ler' os mais diversos fenómenos e objetos do mundo social.

Foi a partir de uma situação concreta - o fim da Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento das comunicações de massas - que Moscovici (1961) elaborou a sua teoria sobre o senso comum e o conhecimento. Segundo o autor, estávamos prestes a passar de um conhecimento 'culto' para um conhecimento 'inculto', sendo este último um conhecimento prático, oposto ao pensamento científico, mas também semelhante a ele e aos mitos no que diz respeito à sua elaboração a partir de um conteúdo simbólico e prático. Um conhecimento que construímos todos os dias e que condiciona as ações e atitudes que partilhamos com o nosso grupo. As representações sociais teriam o papel, entre outros, de nos ajudar a interpretar os eventos sociocognitivos e de poder comunicá-los ao grupo ao qual pertencemos.

Diferentemente dos conhecimentos científicos, as representações sociais procuram as suas bases em:

- Componentes ligadas diretamente à prática;
- Componentes ligadas a experiências indiretas; por exemplo, a tradições e a crenças que nos fornecem explicações *a priori*.

As representações, surgindo num contexto social e histórico determinado, sujeitam-se às expectativas do grupo ao qual se pertence. Daqui o facto de as representações sociais se vincularem à noção de confiança, elemento essencial da sua transmissão. Confiança e consenso estão assim

intimamente ligados, permitindo aos indivíduos identificarem-se com o grupo escolhido e partilharem formas de conhecimento similares.

Serge Moscovici não trabalhou a partir do vazio. Recuperou um conceito de *representação coletiva* usada por Durkheim (1898), que dele tinha precisado, essencialmente, para a análise da relação indivíduo-sociedade. O sociólogo francês, ao fixar os contornos do conceito, associou-lhe variados fenómenos. As representações coletivas seriam formas de as comunidades, em cada tempo e em cada lugar, entenderem o mundo em que viviam e expressarem esse entendimento. Na conceção de Durkheim, as representações dominantes na sociedade impunham-se aos indivíduos de maneira coerciva, influenciando-os na conduta quotidiana. Por conseguinte, era a sociedade que pensava e exprimia os sentimentos individuais. As representações não eram, portanto, necessariamente, conscientes para os indivíduos. Mais estáveis do que as representações individuais, eram a base onde se originavam os conceitos, traduzidos nas palavras do vocabulário de uma comunidade linguística, de um grupo ou de uma nação.

Em termos de premissas Durkheimianas, tinha sido através do estudo das religiões primitivas que o sociólogo tentara compreender as categorias fundamentais do entendimento humano, classificadas logo em Aristóteles como sendo as de tempo, espaço, número, causa, substância e personalidade. Para Durkheim, com efeito, a religião era o mais primitivo fenómeno social, revelando facilmente os elementos comuns a todas as sociedades. Uma instituição como a religião:

[...] ne saurait reposer sur l'erreur et sur le mensonge: sans quoi elle n'aurait pu durer. Si elle n'était pas fondée dans la nature des choses, elle aurait rencontré dans les choses des résistances dont elle n'aurait pu triompher. Quand donc nous abordons l'étude des religions primitives, c'est avec l'assurance qu'elles tiennent au réel et qu'elles l'expriment.

(Durkheim 1968, p. 14)

Mas o ponto essencial da sua reflexão era o de que a religião não só oferecia uma quantidade de ideias/conhecimentos ao espírito humano como contribuía para o formar:

Les hommes ne lui [à religião] ont pas dû seulement, pour une part notable, la matière de leurs connaissances, mais aussi la forme suivant laquelle ces connaissances sont élaborées.

(*ibid.*, p.20)

Tentando explicar a questão do conhecimento, Durkheim usou as noções de empirismo e apriorismo, e introduziu as categorias que, segundo ele, traduziriam estados da coletividade, sendo,

pois, produtos da cooperação.

La proposition fondamentale de l'apriorisme, c'est que la connaissance est formée de deux sortes d'éléments irréductibles l'un à l'autre et comme de deux couches distinctes et superposées. En effet, les connaissances que l'on appelle empiriques, les seules dont les théoriciens de l'empirisme se soient jamais servi pour construire la raison, sont celles que l'action directe des objets suscite dans nos esprits. Ce sont des états individuels, qui s'expliquent tout entiers par la nature psychique de l'individu. Au contraire [...], les catégories sont des représentations essentiellement collectives, elles traduisent avant tout des états de la collectivité : elles dépendent de la manière dont celle-ci est constituée et organisée, de sa morphologie, de ses institutions religieuses, morales, économiques, etc.

(*ibid.*, p. 25)

Resumindo, para Durkheim a individualidade humana constituía-se a partir da sociedade. A representação coletiva não se reduzia à soma das representações dos indivíduos que compunham a sociedade, sendo antes uma forma de conhecimento que superava a individualidade para recriar o coletivo. Uma função primordial da representação coletiva seria a transmissão da herança dos antepassados, que acrescentaria às experiências individuais tudo o que a sociedade acumulara em termos de conhecimentos.

As críticas de Moscovici à concepção durkheimiana – para quem a representação coletiva era exterior ao indivíduo enquanto produto social – foram relevantes para a evolução da teoria das representações sociais. Moscovici divergiu daquela visão durkheimiana, determinista e estática, da herança coletiva dos antepassados. O indivíduo teria antes uma participação ativa e autónoma no processo de construção da sociedade. Por outras palavras, as representações sociais, para Moscovici, tratam da produção dos saberes sociais, centrando-se na análise da construção e transformação do conhecimento social e da forma como a ação e o conhecimento se relacionam na dinâmica social.

Uma representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). Na perspetiva de Moscovici, o sujeito é dinâmico, sendo que as representações são uma forma de transmitir, entre pessoas, certos conhecimentos adquiridos. Assim, as representações constituem modos de vida e formas de intercomunicação, e o indivíduo é tanto veiculador como criador de conhecimento social. Moscovici, afastando-se também de Durkheim quando este considerava as representações coletivas conhecimentos homogêneos e atemporais (Durkheim, 1898), viu nelas uma perspetiva para poder 'ler' os mais diversos fenómenos e objetos do mundo social.

Usando a definição de Moscovici (2004), as representações sociais são:

O conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida diária no curso das comunicações interindividuais. Elas são o equivalente, na nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; elas podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

(Moscovici 2004, p. 181)

Segundo Denise Jodelet, que aprofundou a teoria de Moscovici, as representações sociais são consideradas:

Une forme de connaissance socialement élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d'une réalité commune à un ensemble social. Une forme de savoir pratique reliant un sujet à un objet.

(Jodelet 1994, pp. 36 e 43)

As representações sociais assentam, assim, na esfera cognitiva, social e afetiva. Cognitiva, porque as representações sociais estão especialmente relacionadas com os saberes sociais; social, porque conhecimentos e afetos têm por base a realidade social e a interação entre indivíduos; afetiva, porque os saberes sociais atravessam um filtro simbólico e imaginativo congruente em função de cada indivíduo:

Les représentations sociales doivent être étudiées en articulant éléments affectifs, mentaux et sociaux et en intégrant à côté de la cognition, du langage et de la communication, la prise en compte des rapports sociaux qui affectent les représentations et la réalité matérielle, sociale et idéelle sur laquelle elles ont à intervenir.

(*ibid.*, p. 41)

Jean-Claude Abric, por seu lado, acrescentou a noção de que o indivíduo usa as representações sociais para conhecer o mundo, mas que elas também lhe servem para ele agir sobre o mesmo mundo. Assim sendo, as representações sociais contêm uma visão funcional do mundo:

[...] qui permet à l'individu ou au groupe de donner un sens à ses conduites, et de comprendre la réalité, à travers son propre système de références, donc de s'y adapter, de s'y définir une place.

(Abric 1998, p. 13)



Qual é a função das representações sociais? É a de tornar familiar algo não familiar, ou seja, de transformar o desconhecido em conhecido. Os indivíduos constroem, com elas, uma esfera consensual, livre de conflitos. Nesse universo, tudo o que é dito ou feito confirma as crenças e as interpretações adquiridas. No entanto, tal universo não é estanque, permitindo assimilar o desconhecido e modificar as crenças.

Para assimilar o desconhecido, foram identificados dois processos enquanto geradores de representações sociais: o processo da 'ancoragem' e o da 'objetivação'. A 'ancoragem' é o processo pelo qual procuramos classificar algo dando-lhe um nome. Significa possuir o desconhecido através da sua verbalização. Mas a partir do momento em que podemos falar sobre algo, contextualizá-lo, avaliá-lo, classificá-lo num modelo familiar, somos capazes de o imaginar e representar. Este segundo processo é o da 'objetivação', ou seja, a reprodução de um conceito numa imagem.

O trabalho de Moscovici corresponde, essencialmente, a explicar como as cognições, no nível social, permitem a uma comunidade processar um dado conhecimento, veiculado pela linguagem, transformando-o numa propriedade coletiva, pública, e permitindo a cada indivíduo o seu manuseio e utilização de forma coerente em relação aos valores e às motivações da sociedade à qual pertence. Pela nossa parte, vamos usar o conceito de *representação social* para definir alguns conhecimentos que foram partilhados durante a Guerra Colonial e que aumentaram as probabilidades de um acordo entre os participantes.

## 9. A retaguarda

### Para quê este sacrifício?

«Mas a política que tem de ser firme não é apenas a ultramarina: é a metropolitana, também. As batalhas perdem-se, muitas vezes, mais por falta de coesão das retaguardas que por desfalecimento das frentes».

Marcelo Caetano, da conferência «A África e o futuro», proferida no dia 11 de Junho de 1960 no Instituto de Altos Estudos Militares

As imagens conhecidas e difundidas do 25 de Abril de 1974 provocaram surpresa e perplexidade, sobretudo as dos soldados aclamados pela população, que os enfeitava de cravos vermelhos. Era a contradição entre o sentido político do golpe e o empenho de 13 anos numa guerra de tipo colonial, condenada desde o seu início pelas Nações Unidas e por várias potências ocidentais. Por outro lado, as imagens de militares não podiam deixar de lembrar as ditaduras da América Latina, com destaque para a evocação da ditadura militar do Chile, de tão recente instauração (setembro 1973). Aquelas imagens perturbaram o conceito que se tinha de golpes militares, intuitivamente associado à repressão crua das massas populares e à eliminação das liberdades. Este era um golpe diferente, que vinha trazer a Portugal, e às suas colónias, as liberdades e a paz que havia muitos anos todos desejavam.

Mas antes de chegar a esse dia perturbador e de grande fascínio para os intelectuais de várias extrações e geografias, vamos recuar no tempo para perceber a importância simbólica de que se revestiu esse dia. Vamos ao contexto do início de uma guerra que devia ser resolvida rapidamente, mas que, afinal, durou 13 longos anos em três cenários diferentes.

Para se poder entrar numa guerra é preciso ter um forte e bem estruturado arcaboço de legitimação: não se pede o sacrifício de uma vida se não se dá a certeza de uma ameaça real, que prejudique os indivíduos e as comunidades com que se identificam. A ameaça concretiza-se através da construção de um Inimigo. Para os milhares de portugueses que viviam na Metrópole, longe dos cenários de combate e do Ultramar, foi uma construção feita de imagens e de palavras minuciosamente escolhidas para, através delas, se transmitir esse sentido de ameaça. Com efeito, qualquer guerra começa, depende e resulta do que se escreve e mostra a seu propósito. Por consequência, a compreensão da guerra deriva do discurso que nela e sobre ela se produz. A propaganda e as suas regras de simplificação, generalização e repetição propõem um modelo de discurso que dos órgãos oficiais passam às mentalidades e às crenças dos indivíduos.

Em Portugal, a Guerra Colonial eclodiu no seguimento de um discurso ideológico que havia

muito se tinha difundido sobre as províncias ultramarinas: os temas mais recorrentes eram a presença 'secular' dos portugueses em África, associada a uma missão civilizadora, de incontestável benefício para os povos indígenas. Tal crença traduzia-se por meio de palavras e através de uma posição inflexível: a rígida convicção era considerada como um válido e potente instrumento de dissuasão do adversário.

Por outro lado, desistir das colónias, ou das províncias ultramarinas, era uma aberração para a ideologia do Estado Novo. Por isso a palavra de ordem de Salazar até à sua morte seria 'resistir', o que se traduziu numa 'mística de combate' pelo império. A ideia de que Portugal não podia sobreviver sem o seu império vinha da desagregação, em 1822, do império do Brasil. Para evitar uma possível absorção por parte de Espanha, era preciso criar um «novo Brasil» em África. Essa ideia iria marcar todo o pensamento nacionalista português dos séculos XIX e XX, que via na construção de um novo sistema colonial a preservação da herança histórica e a garantia da existência da nação (Alexandre 2004).

Apesar de Angola ser considerada a jóia entre as colónias dada a sua importância económica, a preservação do império procedia mais da defesa do regime do que da salvação da economia (Pinto 2001). Assim, e integrando modelos coloniais de dominação, o regime salazarista conseguiu demonstrar que a guerra era inevitável. Lembramos que no Ato Colonial, publicado a 8 de Julho de 1930 quando Salazar era ministro interino das Colónias, podia-se ler em tom enfático a natural defesa do império: «É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam [...]» (Alexandre 2004, p. 75).

São muitos os discursos que, ao longo dos anos da Guerra Colonial, justificaram a intervenção portuguesa em África. De entre a abundância de discursos proferidos por vozes oficiais, decidimos escolher alguns que, no arco de quase 20 anos (1953-1971), 'provaram' a inevitabilidade da guerra através da presença e da lógica permanência dos portugueses em África. Entre eles, destacaremos o discurso pronunciado pelo Deputado Tenente-Coronel A. Ferreira da Conceição na Assembleia Nacional no dia 15 de Dezembro de 1953. Neste enunciado, produzido quase 10 anos antes do início da Guerra Colonial, a presença portuguesa em África aparecia justificada em função de razões económicas e históricas, para além de culturais, por representar uma defesa do mundo Ocidental (Espólio não cotado, LAAHM):

«A Europa encontra na África o reservatório único das suas esperanças para o seu equilíbrio económico. Por isso, a África é, e continua a ser, a fonte de trabalho e de vida da Europa, o altar da sua civilização e do seu passado colonizador e cristão. Defender a África é, portanto, defender a

própria existência europeia. Toda a história de Portugal tem sido feita em lutas e cruzadas nas terras de África».

No discurso, já estavam presentes os temas do 'passado colonizador e cristão' do povo português: uma verdadeira mitologia nacionalista que justificava o colonialismo nos territórios africanos por ter criado 'o altar da sua civilização'. Era na presença atemporal dos portugueses em África, relacionada com as cruzadas e a sua conotação de defesa de valores religiosos contra os infiéis, que era preciso encontrar as razões de um traço de união entre Portugal e as terras de África de oito séculos.

Os discursos para manter as colónias apoiando-se em 'provas' vindas do fundo dos tempos teriam um largo futuro na argumentação do Estado Novo. O conceito de 'civilização', exaltado e enaltecido, seria uma constante dos discursos oficiais quer através da religião quer através da defesa da cultura ocidental. O conceito servia essencialmente para demonstrar a superioridade do colono sobre o colonizado, para o qual se criava uma identidade que justificava e tornava necessária a presença do primeiro. Era a verdadeira razão da existência do colono; sem essa identidade, criada *ad hoc*, o colono deixava de existir.

Na defesa da Pátria, da lusitanidade, da cultura ocidental, integrava-se de maneira espontânea a 'secular missão civilizadora'. Em poucas palavras, era através de uma 'saúdável evolução natural' que um povo considerado inferior conseguia passar de um estado primitivo a um estado civilizado, como podemos ler do discurso proferido por Salazar o dia 30 de Novembro de 1960:

«Quanto a nós, a crise africana veio atingir-nos num momento em que ainda se podem notar revivescências de estádios anteriores de evolução, não inteiramente apagados pelo nosso esforço nacionalizador. Tais revivescências, que é natural se firmem nestes momentos convulsos, estão a ser impulsionadas por interesses estranhos, mas não têm vigor para contrapor-se só por si à unidade adquirida. A língua que ensinamos àqueles povos é superior aos seus dialectos ou não? A religião propaganda pelos missionários sobreleva ao feiticismo ou não? Constituir uma nação de expressão civilizada e projecção mundial vale mais do que fechar-se no acanhado regionalismo, sem estímulos de desenvolvimento, sem meios de defesa e sem apoios para o progresso? Se respondemos afirmativamente a estas interrogações, não podemos deixar de concluir que esse estado de consciência nacional criado pelos Portugueses entre povos tão diversos representou benefício para todos [...]»<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Salazar, António Oliveira, *Portugal e a Campanha anticolonialista* (espólio não cotado LAAHM).

A missão civilizadora devia forçosamente passar por uma imagem negativa do indígena, justificando-se assim as transformações que se lhe impunham; ao nativo, negava-se (ou inferiorizava-se, o que ia dar no mesmo) uma língua, religião ou organização social próprias. Através da negação do Outro, a colonização tornava-se um dever. Através da História, a colonização convertia-se num direito adquirido. Juntando o dever ao direito, arrumava-se, naturalmente e sem possibilidade de discussão, a questão da presença portuguesa em África e, portanto, o tratamento reservado aos nativos, cuja aculturação só poderia proceder da superioridade da civilização europeia.

Na sessão de abertura do ano letivo de 1961-1962, o professor catedrático doutor António Maria Godinho, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, pronunciava uma «Oração de Sapiência» sobre a 'Problemática das relações humanas no Ultramar Português' em que afirmava que as relações humanas no Ultramar eram privadas de qualquer racismo, baseando-se na convivência e na compreensão, graças ao fundo romântico português, por um lado, mas sobretudo graças a uma confiança exagerada, com o 'propósito de fazer dos aborígenes portugueses tão portugueses como o metropolitano', conduzidos a uma lusitanidade que os integrava na Nação. Essa visão da realidade apresentava uma empresa colonial construída em torno da imagem do colono branco corajoso, honesto, cristão e dotado de uma confiança excessiva perante a sua obra de civilização. Nesse panorama perfeito, as deficiências ou vinham de fora, da 'má vizinhança' ou, apesar da boa vontade, eram escaramuças dificilmente controláveis (Espólio não cotado, LAAHM):

«A política de relações humanas seguida no Ultramar Português procurou ser sempre uma política de convivência, uma política de compreensão; isto não significa que no decorrer dos tempos não haja sofrido distorções, erros, desvios. Mas estes não os escondemos! Corajosa e honestamente os confessamos e procuramos corrigi-los lutando contra as suas causas, algumas das quais bem difíceis de esconjurar, com as que resultam de *má vizinhança* que já têm conduzido à guerra, das fraquezas de alguns colonos e administrantes, dos poderosos *grupos de pressão*, etc.»

«A política das relações humanas no Ultramar Português, se impressiona pela vastidão dos espaços em que se efetiva, mais impressiona pelo propósito de fazer dos aborígenes, portugueses tão portugueses como o metropolitano, uma vez que a sua elevação moral e social o conduz a uma lusitanidade que por completo os integra na Nação».

«Criámos, ao longo de cinco séculos – a mais extraordinária comunidade nacional multirracial de todos os tempos, na qual o mérito reside no valor da pessoa humana e não na cor da pele».

«O mundo português alcançou a sua unidade através de um conjunto de ideias e princípios baseados na civilização cristã e num idealismo, por assim dizer sentimental, que sempre uniu os seus núcleos

populacionais».

«Nascidos na Metrópole, em Cabo Verde, em Angola, em Goa ou em Timor, os Portugueses trazem sempre em si próprios um fundo romântico que nenhum outro povo possui em grau semelhante, uma confiança (às vezes exagerada...) no próximo, um sentimento profundo de não discriminação racial».

Miscigenação, adaptação ao clima e mobilidade eram características já presentes na teoria do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, o qual, socorrendo-se da expressão 'luso-tropical', tinha elaborado um quadro concetual da civilização lusitana no mundo (África, Ásia e América) baseado na predisposição dos portugueses para o contacto fraterno com as populações tropicais, desejo sexual por mulheres de várias cores, aclimatabilidade e mobilidade (Castelo 1996, p. 41). Tal conceito seria depois alargado a todo 'o mundo que o português criou', supostamente unido pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura, criando-se uma verdadeira 'civilização lusitana'.

Já estão aqui reunidos todos os temas que seriam usados pelos órgãos oficiais: introduzia-se o tema do destino sobrenatural, ao qual ninguém podia negar-se, que era o destino comum do povo colonizado e do povo colonizador, unidos num conceito tão intangível como o de 'mundo português' ou de 'lusitanidade'. Esse destino único abrangia mais de cinco séculos de história e dera vida a uma comunidade multirracial e pluricontinental de que um povo, simultaneamente português e africano, não se podia libertar. A tudo isso, era preciso acrescentar um destino missionário, baseado em princípios da civilização cristã e de um 'idealismo sentimental' que reforçava a ideia de que a empresa colonial estava inserida numa predestinação divina.

Esta identidade nacional, tal como foi criada pelo regime, fica bem ilustrada nas palavras de Fernando Rosas:

O Estado Novo constitui no século XX português o mais importante investimento político na reinvenção do passado e na criação de uma memória e discurso auto legitimadores. Ao ponto de ele próprio, enquanto sistema político se considerar a materialização de um certo destino histórico providencial [...]. Para tanto reelaborou ideologicamente o mito da essencialidade portuguesa inspirando-se na tradição contra-revolucionária herdada do Integralismo Lusitano, numa certa visão do passado do catolicismo conservador, no pensamento martiniano [...].

(Rosas 2003 p. 149)

Como podemos ver, a questão do colonialismo surgia perfeitamente enquadrada: incluía elementos religiosos, históricos e culturais e tornava difícil admitir uma alternativa à resposta dada pelo Estado Novo. É de sublinhar que todo este leque de justificações utilizava argumentos

distantes das questões pragmáticas despertadas pela Guerra Colonial, tais como a exploração, a autodeterminação, a independência e a liberdade. Afastando-se da realidade, aumentava a distância em relação às verdadeiras motivações que estavam na base do conflito, o que permitiria, mais facilmente e com poucos argumentos, imaginar ameaças e inimigos.

No dia 12 de Agosto de 1963, o Presidente do Conselho Oliveira Salazar fez um elenco, na sua declaração sobre política ultramarina, dos ideais que fundamentavam a consciência nacional portuguesa, desde sempre única e inquestionável. Estavam reunidos, mais uma vez, todos os argumentos que iriam apoiar, desde o seu início, a Guerra Colonial: a missão civilizadora, superior à exploração, a criação de uma nação e a lusitanidade. Mas sobretudo, dotava-se os portugueses de um conceito de nação, de nacionalidade, e portanto de identidade, como 'uma maneira de estar no mundo'. Todos os elementos em jogo conduziam a uma única resposta possível: os territórios ultramarinos eram e permaneceriam portugueses e eram apoios irrevogáveis ao esforço de guerra (Espólio não cotado, LAAHM):

«O conceito de Nação é inseparável, no caso português, da nossa de missão civilizadora, muito para além e muito diferente da introdução de novas técnicas e da exploração das riquezas naturais dos territórios achados».

«[...] a acção nacionalizadora desperta a consciência do nacional, isto é, criando uma pátria e levando as gentes ao nível de uma civilização superior. [...] é a nossa maneira de estar no mundo [...]».

«Mas importa frisar que onde ao Português foi dado tempo pelos seus concorrentes para instalar-se, agarrar-se à terra, conviver e misturar-se com as populações, guiá-las à sua maneira; onde e quando isso foi possível, o Português ou deixou um traço indelével de lusitanidade ou pura e simplesmente estendeu Portugal. E é assim que também somos, além do mais e a melhor título que outros, uma nação africana».

«Ouve-se falar, reclama-se lá fora em altos gritos a independência de Angola: mas Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal. A única consciência nacional vincada na província não é angolana, é portuguesa; como não há angolanos mas portugueses de Angola».

Para obter facilmente o consenso de um povo, um dos temas essenciais a evocar era o da consciência nacional, conceito de forte simbolismo, que facilmente podia agregar os atributos que a classe dirigente lhe emprestava, sendo manipulável ao sabor das necessidades. Como vimos através de alguns discursos oficiais, a consciência nacional coincidia com a defesa do sistema colonial e,

portanto, com o regime.

Demonstrar que existia uma ameaça que pesava, grave e injusta, sobre uma Nação e uma identidade nacional foi a forma mais fácil e imediata de conseguir uma adesão unânime, criando-se ao mesmo tempo uma mística de combate por algo de transcendente. Na correspondência dos soldados, nada é mais evidente:

27 de Agosto de 1963 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Hoje vai haver a maior concentração de gente em Lisboa para apoio a política do Ultramar pelo Governo. A cidade está quase dezerta, [...]. Fazem tudo para nos aborrecer, mas vocês com o vosso sacrifício e juventude onde fazer tudo para que sejamos respeitados e considerados por aqueles que agora nos escorraçam».

Lisboa 5-1-966 [carta recebida por J. F. dum admirador]

«Sem mais nada desejo ao meu Amigo que na nossa Angola seja feliz durante a sua comissão de serviço e não se esqueça nunca que acima de tudo a nossa querida PÁTRIA».

Torres Vedras 17/12/ 66 [carta recebida por J. F. dum amigo]

«... aproveitei da melhor maneira para te escrever já que se aproxima o Natal e Ano Novo e de forma alguma poderia ficar indiferente a estes dias gloriosos para toda a comunidade Portuguesa, já que todos vós se estão esforçando por conservar os gloriosos recantos da História e da nossa Geografia através da África, Ásia e Oceano...».

Torres Vedras 15/7/66 [carta recebida por J. F. dum amigo]

«...estamos a mostrar aos outros países a nossa personalidade de bons Portugueses, porque como sabes Portugal começa a ser mais respeitado e considerado como nação livre e independente».

26/3/67 [carta recebida por M.G. dum amigo]

«Então M. como passou essa Páscoa, feliz? Embora, pensando na mulher e restante família mas é preciso ter paciência para todas as coisas, pois é preciso, e além disso é obrigação para defender a nossa Pátria, porque se não formos nós os Portugueses que é que vinha defenderla, eu acho que cada qual defende aquilo que é nosso não acha?»

A revista Presença publicava em Março 1972 o discurso proferido por Marcelo Caetano, na sua qualidade de Presidente da Comissão Central da ANP, numa reunião efetuada no Estoril. Apesar



da 'primavera marcelista', que esboçou inicialmente algum ímpeto liberalizador, dez anos depois do início da guerra, Caetano optava pelo continuismo da guerra, reafirmando que 'O espírito a manter' (que era o título do discurso) devia perdurar:

«A Metrópole gasta todos os anos muitos milhões de contos na defesa do Ultramar e nela emprega a flor da mocidade das suas cidades e dos seus campos. Mas esse sacrifício fá-lo de boa mente para que se mantenha e cimente a unidade do Mundo Português. E é esse sacrifício que lhe dá autoridade para exigir das outras parcelas do País que façam também os sacrifícios necessários ao interesse comum. Não os pede de ânimo leve. Não os pede sem ter pesado cuidadosamente circunstâncias e soluções. E sem os procurar reduzir ao mínimo da importância e na duração [...]. As províncias ultramarinas têm-nos dados nos últimos anos admirável exemplo do que podem a fé colectiva e o optimismo, no meio de circunstâncias aparentemente adversas. Não se deixaram intimidar, governantes e habitantes, pelas ameaças e pelos estragos do terrorismo: continuaram a construir e a caminhar, com mais ardor e com mais entusiasmo ainda se é possível, do que dantes.

É esse espírito que tem de ser mantido lá e cá. Que as adversidades não nos entibiem. Que as dificuldades não nos façam esmorecer. Que o espírito crítico não tome o lugar da vontade de agir. As nuvens do céu são passageiras. Porque o que é constante no firmamento, mesmo quando transitoriamente encoberto, é o céu azul!»

Vinte anos depois do primeiro discurso que aqui transcrevemos, o discurso sobre o mundo português era reorientado em direção ao explícito sacrifício da juventude portuguesa enquanto herdeira e continuadora de um passado e da sua memória. O destino dos portugueses ficava assim indissociavelmente ligado à continuação da guerra. Se as circunstâncias eram adversas, em virtude das ameaças e estragos do terrorismo, a solução encontrava-se na evidente constância do universo e na espera de um céu azul.

Ao oferecer à população uma nação multirracial e pluricontinental, o Estado Novo teve, como vimos, que reconstruir e divulgar uma identidade nacional e cultural. Segundo Nuno Mira Vaz (1997), os conceitos de multirraciedade e de pluricontinentalidade eram desde muito cedo incutidos nas “almas” dos jovens portugueses, logo a partir do ensino das primeiras letras e impondo-se pela vida fora. Estas noções faziam parte de um discurso recente: excogitando 'uma invenção da tradição', nas palavras de Eric Hobsbawm (2000), demonstrava-se que era motivo de orgulho nacional defender, e sobretudo manter, o império. Usando a história como luz da verdade e testemunha de um passado incontestável, podia-se evocar a presença dos portugueses no mundo como ancestral. As palavras de Salazar são bem elucidativas do que acabámos de referir. Este seu discurso foi proferido em Agosto de 1963:

«No fundo tudo se resume no seguinte: somos, como Nação, depositários de uma herança sagrada; entendemos que é nosso dever e do interesse de todo o Ocidente acautelá-la, e sacrificamo-nos cumprindo esse dever em que muitos não crêem, ainda que dele beneficiem. Apesar disso havemos de ter também a nossa compensação: as grandes gerações de soldados, administradores, missionários, colonos, de que nos orgulhamos, fizeram-se exactamente na ocupação, pacificação e civilização ultramarina constituíram para Portugal notável enriquecimento de valores morais, que surdiram dos seus esforços e sofrimentos sem par».

Nas cartas dos soldados, é possível ter exemplos de recuperação desse passado usado como exemplo de valentia dos portugueses, como é demonstrado na carta que segue, escrita para J. F., onde se menciona a captura de Gungunhana por Mouzinho de Albuquerque:

Torres Vedras 15/7/66 [carta recebida por J. F. dum amigo]

«Por hoje é tudo não te quero roubar mais tempo felicitando-te pela tua coragem e espírito de força de vontade, para que persiga na rota dos bons Portugueses como por exemplo Mouzinho de Albuquerque que prendeu Gungunhana».

Complementarmente, são recuperados episódios da história para provar alguns traços negativos do Inimigo, como a sempiterna vocação traidora. É exemplo do que acabámos de dizer a morte do valente tenente Valadim:

27 de Agosto de 1963 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Não te esqueças que no mato, é preciso muita atenção com os golpes dos pretos. Sempre houve guerrilhas em todos os tempos. Lembra-te que o tenente Valadim morreu ao serviço de meu avô em Moçambique, e foi morto por pretos que eram considerados fieis».

Para difundir o seu discurso ideológico, o Estado Novo tinha como suporte um perfeito aparelho de Propaganda Nacional, assente em quatro grandes bases: a primeira, composta pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN, criado em 1933); a segunda, pelo aparelho de Educação Nacional, com destaque para a Mocidade Portuguesa, a Organização das Mães para a educação Nacional, a Mocidade Portuguesa Feminina (MP, OMEN e MPF); a terceira, pelo aparelho corporativo com a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho e a Junta Central das Casas do Povo (a FNAT e a JCCP). A quarta base estava representada pelo aparelho de propaganda do Ministério das Colónias e do Ultramar, que contava com a colaboração da censura (Rosas 2003).

Os discursos oficiais levavam a população à aceitação do uso da força com a intenção de

proteger e preservar valores; a força era o legítimo recurso para preservar a identidade e chegar à paz. A Guerra Colonial delineava-se como uma guerra de defesa lógica e necessária, a única aceita pela consciência individual e coletiva no Ocidente. Fixada a superioridade moral em relação àqueles se combatiam, a vontade nacional era nunca descer ao nível de interesses pessoais, da selvajaria dos pequenos bandos. A força, enfim, era usada para eliminar o terrorismo, não para se descer ao seu bárbaro nível:

Portugal não pode abandonar aos caprichos da violência, aos furores dos ressentimentos, aos ódios dos clans ou aos jogos malabares da política internacional os seus filhos de todas as raças e de todas as cores que vivem nas províncias ultramarinas, nem lançar aos dados de uma sorte incertíssima os valores que à sombra da sua bandeira fizeram de terras bárbaras promissores territórios em vias de civilização.

A consciência dessa impossibilidade é tão viva no espírito de todos nós que nem um só momento se hesitou em enfrentar a subversão.

Pois poderiam os Portugueses assistir impassíveis à selvagem destruição da vida civilizada?

(Caetano 1973, p. 5)

Conforme veremos na parte dedicada ao combate e ao Inimigo, tanto a violência como o desprezo pelo adversário, as circunstâncias do medo, os sentimentos de ódio ou de vingança que a própria guerra cria e alimenta, permitem aos soldados praticar as mesmas barbaridades tão censuradas sem por isso se considerar que se desceu ao nível dos *Terroristas*. A pressuposta violência do inimigo provoca, e ao mesmo tempo justifica, a violência do próprio.

Os discursos construídos pelo poder mantiveram ao longo dos anos de guerra a mesma coerência argumentativa, recorrendo-se a temas facilmente partilhados por uma coletividade que se reconhecia numa cultura e num território. A História, a Tradição, a Pátria, a Nação, a Honra, a Lusitanidade, a Portugalidade são todos eles conceitos que abarcavam a maioria, conceitos coletivos considerados superiores, inatacáveis e inverificáveis, desencadeadores de uma fácil identificação individual e, sobretudo, coletiva. Na interpretação de Durkheim, estas representações coletivas são de fundamental importância na relação indivíduo-sociedade. São a base do pensamento lógico e, apesar de não dependerem dos sujeitos individuais para se produzirem e reproduzirem, não deixam de se impor aos sujeitos de maneira coercitiva e genérica. As causas e a origem dessas representações devem ser encontradas na própria sociedade que as produz. Tais representações coletivas, sendo mais estáveis do que as individuais, constituirão a base de onde se originavam os conceitos, traduzidos na linguagem usada por uma comunidade, por um grupo ou por uma nação.

Os soldados, ao chegarem às terras do Ultramar, podiam aperceber-se de que 'o modo-de-

estar português no mundo' não passava de um conjunto de postulados ideológicos absolutamente enganosos. Com efeito, durante 13 anos utilizou-se a vontade popular, dirigindo no mesmo sentido consciência nacional, patriotismo e interesses coloniais. Mas o contraste entre o que se dizia e o real observável criou dúvidas, tornando o sacrifício visivelmente despropositado. Longe dos combates e dos cenários de guerra, das suas dinâmicas e relações, era mais fácil manter consenso e aprovação de uma política de intervenção, mas na primeira linha de combate, o arcaboço ideológico do Estado Novo fragilizava-se e tornava-se rejeitável. Recuperando as palavras usadas por Marcelo Caetano no seu discurso sobre o espírito a manter, é precisamente quando o espírito crítico toma o lugar da vontade de agir que se processa uma mudança e se consegue ver a guerra na sua triste essência.

Infelizmente, as dinâmicas próprias da guerra pedem aos soldados, e muitos deles têm consciência disso, para deixar de parte o espírito crítico e aceitar os sacrifícios:

Quixico- Angola 13-11-63 [carta escrita por M. V. ao irmão]

«... esta vida não é de matar mas quando se sai é que se está sujeito a levar um tiro na cabeça, mas se nós vamos a pensar nisso não conseguimos fazer nada, portanto para a frente é que é...»

Bula Atumba 15.10.1963 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Que remédio tôdos nós temos que grammar, tem havido azar por êsses lados?»

Já dissemos que os argumentos invocados pouco ou nada tinham a ver com os países envolvidos nas lutas que se travavam em África. Nos discursos sobre Nação, Pátria e História, o Outro não tinha lugar, ou então era apresentado como a sombra de um ser humano: era-lhe negada uma cultura própria, uma sua civilização, uma individualidade. A empresa colonial fez-se à imagem do homem branco, das suas necessidades e das suas referências culturais. Começou a delinear-se o pouco espaço deixado ao Outro, excluindo, *a priori*, tanto a vontade como a possibilidade de o conhecer. Fechado no conceito ocidental de 'exotismo', o Outro permitia que fosse reconstruída a nossa identidade, fixando-a em parâmetros positivos. Essa questão remete diretamente para discursos que foram criados à volta do conceito de 'mundo português' e de 'luso-tropicalismo', teoria construída, como referimos, com base em pressupostos históricos e numa imagem essencialista da personalidade do povo português. Além de ter servido interesses político-ideológicos conjunturais durante o Estado Novo, ajudou a perpetuar uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa, concedendo-lhe a autoridade 'científica' de que até aí não dispunha. A influência dos conceitos do luso-tropicalismo ter-se-ão alargados, progressivamente, do campo cultural para o campo político, e deste para as mentalidades (Castelo 1996, p. 7).

Veremos pelo meio de que traços foi definido o Outro e como, sendo traços que mobilizavam mais facilmente um maior consenso, não permitiam um seu verdadeiro conhecimento. Em guerra, conhecer o seu Inimigo é só uma questão de estratégia militar e pouco mais.

A terminologia usada para definir os sublevados como *terroristas*, *turras*, e, na imprensa oficial, como *bandoleiros* dificilmente permitia considerar os seus movimentos como movimentos de libertação, e ainda menos como representativos da vontade de amplas camadas de população. Ao longo dos anos, os *terroristas* foram sempre representados como minorias que agiam contra si próprias, contra a coletividade e o interesse geral. Num regime onde a lógica da informação era a lógica da propaganda, era difícil encarar o que acontecia em África de maneira mais objetiva. Apesar de ter havido alterações do enquadramento legislativo e terminológico, como por exemplo, falar em *província* e não em *colónia* ou retirar às autoridades administrativas a competência para impor trabalhos forçados aos africanos, essas medidas destinavam-se mais a terminar com situações embaraçosas para a política ultramarina do regime do que para mudar, de facto, a realidade.

É importante sublinhar que a terminologia usada não funcionou por si, já que a sua força argumentativa se apoiou num imaginário, em representações sociais e em crenças por ela evocadas. São elementos que se refletem de uns textos para os outros. Num jogo de espelho, a intertextualidade da narrativa de guerra vai oferecer interpretações e argumentos para legitimar a guerra e o esforço que se pede à coletividade. Como já foi dito, todas as representações sociais partilhadas sobre a guerra são passíveis de influenciar as ações dos indivíduos. Sendo assim, uma das características das imagens e dos discursos sobre a guerra vai ser a presença de elementos recorrentes. Uma dessas é 'o efeito de evidência', que tem como primeira e crucial consequência impedir o processo argumentativo.

L'évidence relierait le psychologique au logique et permettrait de passer de l'un de ces plans à l'autre. Toute preuve serait réduction à l'évidence et ce qui est évident n'aurait nul besoin de preuve.

(Perelman 1958, Introd.)

A generalização e a omissão são outras estratégias discursivas para apreender a guerra e os seus mecanismos, afastando ou manipulando razões, causas e circunstâncias que podem levar os indivíduos ao seu real conhecimento. Por isso, a narrativa de guerra não só cria uma textualidade sobre esse evento mas também influencia as atitudes e os comportamentos dos atores diretamente empenhados.

Se seguirmos a abordagem cognitiva de Teun Van Dijk, os textos não 'têm' significado, mas são-lhes atribuídos significados pelos utentes linguísticos, ou, para sermos mais precisos, pelos

processos mentais dos utentes da linguagem. Nesses processos, têm grande importância os conhecimentos socialmente partilhados. Assim os participantes diretos (os soldados) e indiretos (a retaguarda) integram representações socialmente partilhadas sobre, em primeiro lugar, a própria identidade. Para existir, ela nega a identidade do Outro. Ancorada em pressupostos históricos, psicológicos e religiosos, mais do que uma identidade, ela é uma aspiração ou um destino. A sua plena concretização realiza-se na eliminação total do Inimigo.

Para o mesmo objetivo, concorrem, por outro lado, os conhecimentos e as representações que se tem do *ethos militar*, o papel do soldado, enquanto indivíduo e enquanto camarada.

## 9.1. O início. Estar todos no mesmo barco

### Luanda prepara grandiosa recepção a um contingente militar

**LUANDA 18-** A população da capital da Província prepara uma grandiosa manifestação às tropas que vêm no paquete «Niassa». A Imprensa e a Rádio, seguindo a sugestão de numerosas pessoas, dão grande relevo a esta nova manifestação, na qual Luanda, em nome de Angola, vai manifestar às Forças Armadas que a retaguarda está firme, e que a batalha será ganha, com a ajuda de todos. Luanda prepara-se assim, para viver nova jornada gloriosa.

(recorte de imprensa – espólio M. V. 18 Agosto de 1963)

«Como que sacudidos pelos ventos do Destino, reunidos pela imperiosa necessidade de Dever Pátrio a cumprir, em amálgama humana, informe, resignados, e desconhecidos na ambulante cidade miniatura «Vera Cruz», estavam ali; sim eles, os elementos que constituíam o Batalhão de Caçadores N° 158.

Estremenhos, Alentejanos, Beirões, que importava? Eram eles. Simples. Sem máscara e dominados por um traço comum: Rebeldia. Admissível, porém. Mobilizados da classe de 1959, em geral homens feitos e já lançados na vida em aspirações e sonhos cada vez mais distantes à medida que o barco tomava a rota mil e mil vezes demandada pelos *Portugueses de Sempre*, eram agora o elo da ligação entre duas parcelas da pátria, uma das quais ameaçada, lançados noutros sonhos, enfrentando outra realidade.

O brado de alerta, o Clarim de guerra arrancara-os à paz e tranquilidade dos seus lares e a Rebeldia era agora o sinal do seu valor, característica da sua personalidade. Impectuosos e descontraídos estávamos em presença de homens com quem se podia contar. Sempre alegres e bem dispostos deram às manifestações recreativas da viagem o seu contributo como testemunho de uma promessa: *Cumprir*».

1.º Sargento de Infantaria Hernâni da Conceição Colaço  
*Por Angola 1961-1963*, Revista do Batalhão de Caçadores 158

[...] vous comprenez pourquoi le bateau a été pour notre civilisation, depuis le XVI<sup>e</sup> siècle jusqu'à nos jours, à la fois non seulement, bien sûr, le plus grand instrument de développement économique (ce n'est pas de cela que je parle aujourd'hui), mais la plus grande réserve d'imagination. Le navire, c'est *l'hétérotopie* par excellence. Dans les civilisations sans bateaux les rêves se tarissent, l'espionnage y remplace l'aventure, et la police, les corsaires.

Michel Foucault, *Des espaces autres* (1984 [1967])

Abrimos esta parte com um recorte de jornal que o 1.º cabo M. V. conservou da sua chegada a Luanda, um texto escrito por um militar publicado numa revista do exército e a parte final de um

texto sobre as *Heterotopias* de Michel Foucault (1984). Falaremos da viagem para o Ultramar como o grande início da guerra. Primeiro porque a viagem de ida era o momento de todas as apreensões, de todos os medos, quando a guerra não parecia já tão longe e a paz parecia inalcançável. Em segundo lugar, porque da viagem de regresso, pouca ou nenhuma notícia temos, exceto a falta de informação, que muitas vezes é apontada nas próprias cartas dos soldados: as datas de regresso das companhias eram, até à rendição, uma incógnita para muitos.

Luanda, 11, 5 -1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«..desde já lhe digo que com respeito à nossa rendição, eles andão brincando connôco, no princípio era em março a nossa rendição depois abril agora maio, e talvez nem neste mês somos rendidos, enfim cá em Luanda dizem muita coisa enfim é o jornal amador, bem no final o que se quer é sorte, porque logo que o tempo se passe é o que entereça, mas tenho esperanças que breves dias somos rendidos».

Forte República, 26-9-65 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«...segundo me dizes que fostes sabedor que já estávamos em Luanda à espera do embarque pois isso é mentira e ainda estamos no Forte República».

Da ida, foram conservados os *menus* oferecidos nos barcos, os bilhetes de boas-vindas do MNF: era logo na viagem de barco que começava uma necessidade de lembrança. Foi por isso que fixámos nessa viagem o início da guerra dos nossos soldados e escolhemos três tipos diferentes de texto para a ilustrar. A imprensa oficial focava a viagem na chegada a Luanda e na receção grandiosa organizada aos contingentes militares, afastando qualquer presumível hostilidade. Era nessa perspetiva que se inseriam os bilhetes de boas-vindas oferecidos aos soldados pelo MNF. Num desses postais, conservado pelo 1.º cabo M. V., o objetivo da comissão assemelhava-se mais a umas férias do que a uma guerra: 'O MNF tem o prazer de vos dar as boas vindas, e faz votos por uma feliz estadia nesta Província'. Começava desde logo a oposição entre, por um lado, um mundo criado pelo uso das palavras que negavam o perigo e, por outro, a ação da guerra que continuamente poria em risco a vida dos soldados, fundamentando uma das maiores dicotomias da 'escrita de guerra': entre a palavra que alivia e a guerra que flagela.

Em segundo lugar, escolhemos um texto escrito por um soldado, um 1.º sargento para quem o barco representava um elo de ligação entre Portugal e África, entre o presente e o passado, na rota demandada mil vezes pelos portugueses de sempre. O mar e os marinheiros eram enaltecidos pela propaganda do Estado Novo, figurando-se o mar como um ponto de união na pluricontinentalidade



própria dos portugueses:

Não são poucos os casos de nações pluricontinentais e multirraciais, devendo acrescentar-se que no caso português existe a unidade geográfica dos territórios resultante do facto de todos eles se encontrarem junto do mar. [...] O mar é o elemento que unifica todo o território português segundo a moderna escola talassocrática da Geografia Humana.

(Espólio não cotado, LAAHM, Godinho 1962, p. 20)

Era pelo mar que Portugal tinha descoberto o mundo, definindo a sua grandeza enquanto Império e celebrando os navegadores enquanto heróis da Nação. A viagem de barco era, por isso, vista como um simbólico e natural elo de ligação entre a Metrópole e o Ultramar. Por isso a Nação Portuguesa, como um todo indivisível, inscrevia-se, na tradição dos nautas, santos e cavaleiros da expansão (Rosas 2003, p. 90).

Por fim, no terceiro texto que escolhemos, de Michel Foucault (1984), o barco surge como o meio das grandes descobertas, das grandes aventuras e das grandes explorações económicas. Mas as naus são para o autor, também, uma fonte constante de criação e, tal como a guerra, ocupam um lugar essencial no imaginário coletivo. Mas entre o que se imagina de uma travessia e o que se vive realmente, entre o real e o narrado, é caso para dizer: 'existe um mar'. Mais uma vez, é na dicotomia entre o real e o imaginário que se insere a aproximação física à guerra.

Maurice Halbwachs (1941) foi o primeiro a identificar a memória não como algo de pessoal e individual, mas antes como uma memória partilhada e coletiva, onde as imagens do passado são manipuladas e adaptadas às 'crenças' do presente:

Une reconstruction du passé qui adapte les faits anciens aux croyances et aux besoins spirituels du présent, la connaissance de ce qui était à l'origine est secondaire, sinon tout à fait inutile, puisque la réalité du passé n'est plus là, comme un modèle immuable auquel il faudrait se conformer.

(Halbwachs 1941, p. 9)

Ora as imagens do Império e de valorosos marinheiros a enfrentar os perigos do mar e o incógnito do longínquo eram imagens perfeitas para aceitar as atribulações da viagem.

Longe de cenários literários, a viagem que levava os soldados de Lisboa para o Ultramar representava um dos momentos mais penosos dos dois anos de guerra: a separação, o incógnito, a travessia com os seus inconvenientes, a falta de privacidade. Era o início de dois anos de sacrifício. A viagem para Angola durava dez dias ou mais (12 no caso de M. V.). As condições eram duras e os soldados descobriam-se longe do imaginário das aventuras corsárias. De seguida, transcrevemos a

carta de um soldado que passava por Ponta Delgada no dia 22/4/66. Contava à mulher quão desagradável e inconveniente estava a ser a viagem de barco:

Ponta Delgada 22/4/66 [carta escrita por A. N. pela esposa]

«Querida acabamos de chegar a P. Delgada, após cinco dias de viagem tudo foi causa do mau tempo, nem fazes uma pequena ideia o que passamos os cozinheiros nem o comer faziam, olha era o que nós podíamos apanhar, também só hoje é que foi o telegrama, o telegrafista não o pode mandar em antes, porque não teve comunicação, a tua carta recebia mesmo à hora da partida do continente que foi terça feira ao meio dia, e só esta madrugada de sexta para sábado à uma hora da manhã é que vimos terra, vá-lá eu fiz a viagem menos mal o que me custou mais foram os primeiros dois dias fiz uma só lavagem ao estômago e cá chegamos todos graças a Deus, cheios de mar...».

Da mesma maneira, retratava-se uma viagem adversa para a Guiné-Bissau numa carta enviada por um soldado:

3/4/67 [carta recebida por M. G. de um camarada]

«M. tenho-te a dizer que cá cheguei a Farim mas teve uma viagem muito fudida que no barco que eu vinha parecia o Barco dos piratas».

De seguida, transcrevemos a viagem de A. R no Vera Cruz, autor que dá preciosos pormenores sobre a viagem de barco que os soldados deviam enfrentar: os horários das refeições, a comida, o tempo, as diversões, os duches e os seus incómodos:

23/2/67 [carta enviada por A. R. à mulher]

«Querida isto aqui a bordo após o segundo dia de viagem começamos a ter formaturas uma de manhã e outra de tarde mas tudo para ajudar a passar o tempo o nosso comer é por três mesas nós comemos na segunda o café é às 07.20 o almoço às 11.45 e o jantar às 18.45 o comer tem sido quase só guizados, mas temos que aguentar, o nosso camarote também tem sido dos piores, mas temos a malta de marinha toda junta, estamos nos fundos... o calor após passar-mos Cabo Verde tem vindo a aumentar de dia para dia, mas a água é racionada pois que não paramos em nenhum lado...e quando se vai para o chuveiro já não à vagas, também temos piscina, mas até parecem noz dentro de água, temos que nos assujeitar aos furos que se arranjam, temos cinema todos os dias a tarde mas repetem o mesmo filme dois dias...».

Etelvino da Silva começou a escrever o seu *Diário* logo na viagem para Angola. A sua

travessia durou dez dias, desde o dia 28 de Junho até ao dia 7 de Julho, dia em que o barco atracou em Luanda. Reparamos que os textos são breves, concisos, sem revelar vontade de aprofundar ou estender os acontecimentos. Começa logo, isso sim, a necessidade constante de fixar a passagem do tempo. Apesar de ser a parte mais introspectiva do *Diário de guerra*, o autor não deixou muito espaço para as confissões ou para assuntos demasiado pessoais. Vemos que as preocupações são mais de ordem prática: a comida, os entretenimentos, as missas, as mulheres. Ao quarto dia de navegação, começam os sofrimentos: o balançar do barco, o calor, o enjoo, o cheiro.

1 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

A viagem deixou de ser agradável para se tornar um suplício. O barco começou a balançar mais e o calor a apertar com a aproximação do Equador. Os meus camaradas começaram a lançar fora e o cheiro tornou-se insuportável.

Tanto a má-disposição como o tédio alastram-se rapidamente, levando os soldados a preferir a ação do mato (e uma possível morte) à situação de inatividade.

3 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

Eu já prefiro a acção no mato à monotonia da viagem, que só me faz pensar na família.

É uma constante na escrita de soldados na frente a referência ao aborrecimento do nada. Prefere-se-lhe a ação da guerra e as suas possíveis consequências fatais. Se tinham que estar em guerra, mais valia estar a combater: ser inútil e ficar sem fazer nada quando se está disposto para o sacrifício é uma das grandes contradições da guerra e do ser humano: é possível realmente preferir as atrocidades da guerra ao tédio? O que podemos pensar das cartas lidas é que a ação realmente afasta pensamentos tristes, de saudade e de melancolia. O tédio aumenta as lembranças e a tristeza, que podem prejudicar o empenho do soldado na guerra. É essa mesma relação ambígua que os homens mantêm com a guerra que fica demonstrada pelos seguintes exemplos:

[carta enviada por J. F. para a mãe sem data]

«E eu já ando desejoso de ir ao mato pois os meus colegas mais velhos dizem que aquilo é que é giro».

Porto 27 /1/ 65 [carta recebida por M. V. dum amigo]

«Pois tenho a dizer-te que já tenho saudades desses velhos tempos que aí passei nessas regiões do Cacuso Forte Republica etc.»

Muera 22/8/70 [carta escrita por D. C. B. para os pais]

«Segundo as bocas vou-me embora para Montepuez, ou seja saio deste buraco antes do fim do mês. Oxalá que seja verdade porque senão morro de tédio».

Ao começar a viagem, iniciava-se uma produção de objetos que seriam, se conservados, a memória material gerada pela e durante a guerra: fotografias, telegramas, ementas, programação, cartas, diários. Era uma das primeiras demonstrações de vínculo com a vida: conservar é o lado humano, enquanto destruir é colocar-se do lado desumano do Outro.

Era também nessa altura que se criavam laços afetivos e se sentia o impulso dos gestos solidários: doação de dinheiro, escolha de uma madrinha de guerra, criação de contatos. Eram elementos que permitiam ao soldado manter as práticas da sua vida anterior e, ao mesmo tempo, fazer as escolhas que o afastavam das regras e das obrigações da guerra.

Que informações eram dadas, na escrita dos soldados, sobre estes dez dias de viagem?

Pode-se reparar que no seu *Diário*, Etelvino não descreve o barco, a exceção do tamanho, e nada sabemos dos outros soldados. Da instrução, só sabemos que era feita no terceiro dia e que, um dia antes do desembarque, lhes era entregue uma arma. São os poucos elementos que nos relacionam com a situação real em que se encontrava o autor. Vemos que se registavam as informações necessárias, mas não há descrições extensas, ao passo que em todas as entradas se cumpre a regularidade minuciosa de fixar as horas. Pode-se concluir que ainda não tinha havido uma quebra com o mundo anterior e conhecido. Era um período de expectativas e de tédio, que iria ser quebrado com o desembarque, para o qual o *Diário* apresenta um texto maior, com mais descrições e informações.

Logo no primeiro dia em Angola, surge uma questão que vai estar bastante presente no *Diário*, relacionada aos maus tratos que os indígenas sofriam. Sem definir claramente a sua posição, percebemos que o autor, mas também outros soldados, reagiam perante as injustiças e o racismo dos colonos. Foi para Etelvino o começo de um descrédito em relação ao Ultramar que era pintado pela retórica salazarista. O confronto com uma realidade diferente e inesperada reforça medo e ansiedade. A brusca tomada de consciência fica representada nas várias informações que Etelvino grava no seu diário:

7 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

Um branco bateu num preto e então nós começámos-lhe a chamar nomes.

Etelvino continua, no mesmo dia, a comentar as condições dos nativos em Angola:

7 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

De uma maneira geral salvo exceções, o preto faz sempre serviços inferiores ao branco.

A hora de recolher dos pretos é às 9h e aquele que for apanhado na rua depois dessa hora passa por trabalhos.

Etelvino chegou a Angola em 1961, poucos meses depois dos massacres no Norte de Angola, quando a propaganda na Metrópole estava centrada no binómio: 'o preto assimilado', com os mesmos direitos de qualquer português, e o outro, 'o preto inimigo da pátria', bárbaro e selvagem, o terrorista capaz das piores atrocidades. Este último estava bem presente na cabeça dos soldados porque seria por sua causa que se estava em guerra; tornava-se mais complicado aceitar a condição de inferioridade em que vivia o resto da população.

O dia do desembarque de Etelvino era também o dia de chegada do navio de cruzeiro *Príncipe Perfeito*, que tinha deixado Lisboa a 27 Junho de 1961 para a sua viagem inaugural. A chegada de contingentes militares era sempre vivida com grande entusiasmo pela população local: os soldados desfilavam entre os aplausos da multidão (o mesmo foi descrito na carta que M. V. enviou à mãe, relatando o seu próprio desembarque).

Pelo lado mais intimista, no *Diário* existem também algumas passagens de exortação, quase para ganhar coragem perante um imaginário locutor: 'apetece-me chorar mas não posso', 'não me apetece comer mas tenho que o fazer senão é pior'. A Isabel, a noiva, é muitas vezes referida: numa sua fotografia, na escrita de cartas, no envio de um telegrama. E muitas vezes, é com a saudade da noiva que Etelvino fecha os dias:

28 de Junho de 1961 [Diário Etelvino]

Estou a lembrar-me muito especialmente da Isabel e apetece-me chorar mas não posso.

29 de Junho de 1961 [Diário Etelvino]

Vi várias vezes a fotografia da Isabel. Chorei.

1 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

Hà noite fui para a amurada ver as vagas e pensar na Isabel.

6 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

A Isabel não me sai do pensamento.

7 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

São 1h10 acabei de escrever para a Isabel.

No caso da correspondência, a escrita é o resultado de uma maior distância em relação aos factos narrados, e há uma constante preocupação perante o destinatário. Na necessidade de dar sossego aos familiares, o soldado vai ter de descrever o que o rodeia, dando informações e pormenores sobre a sua nova vida, necessidade essa ausente no diário. Além disso, não sendo escrita cumprida todos os dias, falta-lhe o carácter recortado do diário. Temos antes, com a carta de M. V. e com a carta de A. R., uma visão abrangente dos dias de navegação. Dois anos depois da travessia de Etelvino, M. V. iria viver os mesmos inconvenientes: aos primeiros dias serenos seguiram-se o enjoo, o mau tempo e o balanço do barco. Os pormenores que são apresentados no diário (vómito, mau cheiro, desgosto, ...) são resumidos numa frase tranquilizadora, que minimiza o sofrimento, mas sobretudo se inscreve na lógica de uma travessia por mar: 'passando tudo o que o mar nos obrigou'. Seria na mesma lógica irrefutável de uma aceitação das consequências que se inseririam as operações de guerra, as idas ao mato, as baixas, o sofrimento, o cansaço, a fome, etc. As causas passam pelos filtros das representações que os soldados têm sobre os diferentes momentos que a guerra comporta, daqui nascendo explicações que se aproximam de uma aceitação resignada de tudo o que a guerra acarreta.

As distrações constituem uma parte importante dos relatos da viagem, tanto que o soldado, por carta, podia até indicar os títulos dos filmes: 'tivemos a bordo 2 espectáculos de variedades e 3 filmes...'. Mas além da exatidão, os entretenimentos demonstravam que existiam também momentos de alegria e de diversão, o que era um reconforto para os familiares. A precisão dos dias e das horas na carta de M. V. criava pontos de referência de fácil partilha: saber que às 9h um familiar fez uma determinada atividade era aproximar-se dele através de um dado universalmente reconhecível, apesar da separação por milhares de quilómetros. Era, por outro lado, também, a demonstração de que existiam certas rotinas que, até no caos da guerra, não acabavam.

Encontrar pessoas conhecidas era outra possibilidade de reconfortar e tranquilizar os familiares. Afinal, nestas terras longínquas nem tudo era desconhecido, nem tudo era perigoso. O espanto seria também outro sentimento de conotação positiva a caracterizar a descrição do que rodeava M. V.:

20.0. 63 [carta escrita por M. V. à mãe]

«...isto é muito grande, quem está aí não avalia o que isto é, nem como está, isto é formidável nem ninguém faz uma pequena ideia da distância que eu estou daí, foram doze dias de viagem a andar de

noite de dia sem parar desde o dia 8 ao meio dia até hoje às sete horas da manhã».

O desembarque:

20.0. 63 [carta escrita por M. V. à mãe]

«...saimos do barco deviam ser 8 horas viemos para o cais e tivemos uma revista pelo General cá de Angola depois fizemos um desfile pela cidade o qual fomos recebidos formidavelmente não faltavam flores e palmas por todos os lados, já há muito tempo que não se fazia um desfile na cidade nos fizemos porque fez 2 anos que o barco Niassa levou também um grande contingente de tropas, isto foi formidável até chocava uma pessoa».

O que é que podemos concluir dos excertos que escolhemos para perceber a viagem de barco e os primeiros instantes depois do desembarque? Vimos como é sempre uma multidão de sentimentos que acompanham os soldados na travessia; não se poupam críticas à dureza da viagem e há também a primeira confrontação com as privações e o drama da guerra. Não faltam informações sobre o dia-a-dia, as diversões e as refeições. A chegada ao Ultramar é quase sempre acompanhada por uma receção calorosa, bem organizada, com desfile e flores, uma encenação que afasta a guerra e moraliza as forças armadas. É imediato o desencantamento de Etelvino perante o Portugal multirracial enaltecido pela propaganda salazarista; a realidade demonstra-se bem diferente, e as injustiças, o racismo e a violência contra os negros vão tornar-se argumento frequentemente fixado nas exíguas páginas do seu diário.

Em relação à clivagem entre a realidade e a escrita dos soldados, vemos que é na seleção dos tópicos e na relevância com que são tratados que se inserem os 'silêncios' de guerra. Mas estão mais presentes na correspondência, onde o efeito 'tranquilizador' decorre de tópicos de continuidade de rotinas; já o *Diário* não se exime de apresentar a viagem pelo seu lado mais penoso.

## 10. Na primeira linha. O combate.

A Guerra Colonial durou 13 anos ininterruptos, desde 1961 até 1974. Apesar de terem morrido aproximadamente 10.000 jovens portugueses e terem ficados mutilados 26.000 homens (Espírito Santo 2003, p. 11), nunca foi decretado o 'estado de guerra' ou o 'estado de exceção'. Oficialmente, tratava-se de fazer frente a bandos armados, terroristas, 'bandoleiros', treinados e instruídos por agentes a soldo da ideologia comunista, com o apoio de algumas democracias ocidentais. No livro *As razões da presença de Portugal no Ultramar*, onde são recolhidos excertos de discursos proferidos pelo Presidente do Conselho Marcelo Caetano entre 1968 e 1973, é bem demonstrada a ideia-força de que Portugal não estava em guerra com ninguém, mas que se praticava um difícil policiamento dos territórios contra a ação subversiva de guerrilheiros:

No nosso país somos forçados a combater no ultramar actividades terroristas que inquietam, afligem e sacrificam as populações locais. Nunca é de mais repetir que não estamos em guerra com ninguém. Apenas policiamos o território, evitando que os guerrilheiros levem por diante a sua ação subversiva.

Esta ação de guerrilhas é muito difícil de dominar. Três mil guerrilheiros apenas, divididos em grupos de cinco, por exemplo, são seiscentos grupos que facilmente se dispersam pelo mato e atacam onde menos se espera.

(1973, p. 30)

Quando começaram os acontecimentos em Angola, o exército português estava mal preparado para travar um combate de contraguerrilha. Portugal não tinha os recursos suficientes para enfrentar as forças independentistas nas três frentes de Angola, Guiné e Moçambique. Além disso, e apesar de o exército ter tido um importante papel na mesma contraguerrilha, foi sobretudo a nível político e social que se travou esse tipo de luta. Como consequência, as forças armadas não tinham como objetivo prioritário uma vitória militar imediata, devendo antes conter a violência, proteger as pessoas de ameaças, impedir o acesso de guerrilheiros às populações locais, às reservas de alimentos e recrutamento, etc. Foi por isso essencial organizar a campanha para a contraguerrilha através de uma remodelação da estrutura de comando nos territórios:

Foi assim que se adoptou o *quadrillage* (quadrícula) a partir de estratégia de pacificação do Exército francês na Argélia e introduzido em Angola pelo general Carlos Miguel Lopes da Silva Freire. Este sistema requeria uma cooperação total, a todos os níveis, entre os militares, a polícia e a administração civil. Tradicionalmente, dava-se mais importância à força proeminente na área. Nas



cidades, era a polícia; nas áreas rurais, era o exército. Cada um era suposto ajudar o outro, e todo o esforço estava ligado a um programa de desenvolvimento civil e à proteção da população contra a intimidação dos insurrectos.

(Cann 1998, p. 96)

Na *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África* editada pelo Estado Maior do Exército, ficaram definidos os elementos principais da guerrilha. Vemos como o problema da insurreição e consequente contrainsurreição se analisava nas frentes militar, económica, social e política:

[...] as características da luta de guerrilhas com pequenos efectivos e com um inimigo nem sempre uniformizado não permitia normalmente a captura de grande número de combatentes e tornava difícil fazer distinção entre aqueles que eram efectivamente combatentes e os simples elementos da população envolvidos nas contingências da luta. Considerando que esta tinha como objectivo fundamental a conquista da adesão das populações, seguia-se, com regra, após a exploração imediata por parte das tropas para efeito de recolha de informações, a entrega às autoridades civis dos elementos das populações, para efeito da sua inserção na sociedade, e às autoridades policiais dos elementos mais responsabilmente comprometidos na luta.

(cit. in Vaz 1997, p. 9)

A estratégia nacional portuguesa combinou a economia e a preservação dos seus fracos recursos com práticas ao nível tático e de campanha que lhe permitissem dirigir uma constante e longa campanha em três colónias distantes. Estes elementos, a sua combinação específica e o modo como foram executados refletem aquilo que Cann (1998) classificou como 'o modo português de fazer a guerra'. Em termos mais práticos, significou disseminar o mais possível o fardo da guerra e manter o conflito suficientemente lento para que os recursos fossem suficientes. O fardo foi alargado às colónias: economicamente, o apoio seria modesto; em termos de potencial humano, seria crescente e importante:

O recrutamento local teve início em 1961, com índices modestos, quando representava 14,9 por cento das forças em Angola, 26,8 por cento em Moçambique e 21,1 por cento na Guiné. Em 1974, por altura do fim das guerras, e com a expansão das forças de segurança a milícias e outras organizações paramilitares, os africanos representavam no total 50 por cento das forças em Angola, 50 por cento na Guiné e 54 por cento em Moçambique.

(*ibid.*, p. 31)

Para perceber a figura do Inimigo, é essencial definir as condições e as características próprias nas quais evoluíam os combates. É preciso reconhecer que os efeitos de um combate são imediatos e pessoais; consoante o tipo de combate, as derrotas podem causar mortos e feridos e têm o efeito negativo direto de dissuadir e desmoralizar os soldados.

Como já foi por nós assinalado, a guerra que se travou em Angola, Moçambique e Guiné Bissau era uma guerra de tipo subversivo, em que pequenos grupos armados lutavam por meio de emboscadas e colocação de minas e outras armadilhas ao longo das vias de comunicação. As operações caracterizavam-se pelo efeito de surpresa e pela rapidez.

Além das emboscadas nas estradas, a luta de guerrilha consistia no bombardeamento de objetivos à maior distância possível. Os ataques da FRELIMO à barragem de Cabora Bassa, por exemplo, foram principalmente de rockets de 122mm, disparados à distância máxima de 16 km. Já em Angola, a guerra foi caracterizada por 'minas *versus* helicópteros', com um mínimo de contacto. Com efeito, as minas eram responsáveis, em 1970, por cerca de 40 por cento das baixas portuguesas (Keegan 1983, p. 155).

Os grupos atuavam na clandestinidade, ajudados pela população. Em termos de material militar, as ajudas vinham de nações africanas vizinhas que apoiavam o processo de independência dos países em questão. No 'Relatório Especial de Informações' de 15 de Maio 1967, o Comandante Pestana Malhado assinalava assim os pontos essenciais da guerra no mato: 'Não é uma guerra clássica, aqui a tarefa principal é ir à procura do Inimigo, localizá-lo e aniquilá-lo'. De facto, o termo usado para definir o tipo de operação que as tropas portuguesas tinham de enfrentar era a 'batida', que consistia numa ação de limpeza de uma zona de possíveis terroristas e das suas instalações. No seguinte texto, intitulado 'a batida', o procedimento é apresentado como uma verdadeira caça ao homem:

A função das unidades operacionais é caçar homens armados ou desarmados e apreender o material que os primeiros trazem consigo. Para caçar homens assim como para caçar animais selvagens é preciso conhecê-los, é preciso conhecer-se o terreno, é preciso conhecer-se rastos, fontes de alimentação, recursos de água e mentalizar os homens para esse estudo, essa procura, o reconhecimento das pistas e de todos os vestígios que denotam a sua passagem recente ou remota. Portanto a caça ao terrorista demora dias enquanto a guerra dura quando muito 30 minutos.

(Espólio não cotado, LAAHM)

O que se pretendia de um soldado durante as operações ficava bem explicado na carta de 2/3/70 escrita por D. C. B.:

2/3/70 [carta escrita por D. C. B. para os pais]

«Foram só 8 dias de mato nos quais treinamos a fase de equipe, que consistia em reagir a emboscadas, ataques a cubatas, a maneira de fazer emboscada etc...etc. no penultimo dia fizemos uma prova ao nivel de equipes que englobava todos os recursos conhecidos. Prova esta que começou às 7h da manhã e terminou às 5 da tarde sempre a andar. A prova era constituída pelas seguintes coisas. Duas emboscadas, salto de viaturas, médico “enfermagem”, armadilhas, ataques a cobatas, orientação terrestre e ligação dum rádio para fazer uma transmissão...».

Alguns autores como Jesse Glenn Gray (2013), Antonio Scurati (2003) e Stefano Rosso (2003) analisaram a questão da visibilidade, da violência e do heroísmo nos combates. Segundo Glenn Gray, os combates desencadeiam sentimentos contrastantes como os de fascínio e repulsa. Se a repulsa da violência e da morte é facilmente compreensível, resulta mais complicado explicar a natureza do encanto que a guerra produz. O autor aponta três prazeres que justificarão a sedução bélica:

- La jouissance de voir
- La jouissance de la fraternité
- La jouissance de la destruction

(Gray 2013, p. 72)

Os três prazeres estarão interligados: o 'prazer de ver' converte a guerra num espetáculo em que a luxúria dos olhos desempenha uma parte essencial. Este 'êxtase' da visão do combate inclui elementos de destruição, como a morte e o sofrimento, mas é também limitado e moralizado pela ação fraterna dos soldados que combatem juntos e partilham um destino. A esse destino comum, liga-se, de modo direto, a questão do sacrifício. Será mais fácil morrer se o camarada também se sacrificar sem pensar numa perda pessoal e individual. Assim, o 'eu' torna-se 'nós', o 'meu' transforma-se em o 'nosso', etc. É nessa fraternidade que o sacrifício deve ser entendido, e é também assim que ele se torna mais facilmente aceite pelos soldados. O 'eu' que morre em combate parece comparativamente muito inferior à imortalidade, ao triunfo e à glória de um sacrifício sentido como oferta ao coletivo e à sua memória.

Segundo Scurati (2003), o combate é sobretudo uma invenção literária, o que não diminuirá o aspeto 'real' e brutal deste mais fatídico momento da guerra. Literariamente, seguindo uma tradição da narrativa de guerra que procede de textos como a *Ilíada* de Homero, talvez o texto mais marcante da narrativa de guerra (*ibid.*), concebe-se o evidente como isento de explicações. O

conhecimento dos combates é, desta forma, ensombrado por uma linguagem facilitada: Scurati define o processo como um 'enfraquecimento semântico' (*depotenziamento semantico*) próximo da catacrese ou da metáfora. Assim se materializa o binómio experiência – narração, e a linguagem impede — em vez de o veicular referencialmente — um verdadeiro acesso ao conhecimento da guerra e dos combates, referidos à custa de dêiticos ('isto aqui') ou metáforas ('batidas') ou nomes abstratos ('operações') e da telegráfica indicação dos resultados em termos de mortos ou feridos. Outro aspeto importante deste tipo de narrativa é que as consequências ocupam um lugar de destaque, mitigando-se ao mesmo tempo o problema das causas.

Entretanto, 'o enfraquecimento semântico' da verbalização do combate começa pelo uso do termo abstrato 'operação' e é acompanhado da ausência de muitas referências que presumivelmente deviam figurar. Destacamos, entre elas, os sentimentos de medo ou de pânico, os vários sons, humanos ou das armas, as reações dos camaradas, dos oficiais e do inimigo, as posições dos vários elementos, as ordens dadas pelo comando, a maneira como são obedecidas, a ordem ou a desordem das unidades, as informações mais precisas sobre as feridas (por exemplo, em que parte do corpo ocorrem), as palavras trocadas entre os soldados antes, durante e depois o combate, os cheiros, o espaço em que se efetiva a ação, etc. Desta lista, não exaustiva, vê-se que o que é dito do combate permite saber muito pouco sobre um momento tão fatídico da guerra.

Verifica-se, portanto, que a violência organizada que a instituição militar realiza através dos combates é, também ela, organizada a nível textual. Ora estando a guerra intimamente ligada à sua escrita, é do que se escreve sobre ela que depende o seu conhecimento.

Em relação à presença do Inimigo, essa é explicitada através das armas e armadilhas que ele usa para atacar. É pela 'extensão' da arma que os soldados conhecem e dão a conhecer o Inimigo.

Os excertos que se seguem mostram como esses diferentes elementos se combinam para determinar uma narrativa sobre o combate, e indiretamente, sobre o Inimigo.

Da Beira, no dia 26.5.1964, um camarada de M. V. escreve-lhe o seguinte relato de uma operação. Dela decorre uma textualidade entre o explicativo e o narrativo, sendo que as sequências textuais seguem as relações de causalidade baseadas no binómio consequências – resultados:

26.5.1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«M. desde já o informo que á percizamente uns quatro dias que a companhia quaze toda, foi para uma operação de uns três dias, felizmente da parte da nossa companhia tudo correu óquei, mas um grupo de combate da companhia de cavalaria 1 (7)83, a que está em Nambuangongo pois esses tiveram infelicidade pois tiveram três feridos, de o resoltado da explozão de uma armadilha que os turras montaram pois foi mesmo muito perto do aquartelamento, pois vinhão três grupos de regresso

cá á B.B. pois juntaram-se minutos, antes faltava um que éra comandado pelo nosso capitão, pois estes regressarão do helicóptero pois trouxeram um prezoneiro, e mataram outro, e trouxeram muitos Documentos e diversas coisas, os restantes também trouxeram diversas coisas onde constava dois canhangulos e mais; bem cumo assim me refiro foram feridos três homens do grupo de cavalaria felizmente sem gravidade».

O próximo excerto apresenta mais informações sobre a morte de um camarada e sobre a ferida provocada por uma granada:

Gadamael Porto, 15/5/71 [carta recebida por M.G. dum camarada]

«M. agora tenho a dizer-te que já cá sofri um ataque e foi no aquartelamento foi dia 8 de noite morreram logo dois e quatro feridos eu graças a Deus não tive azar nenhum um dos que morreram era da régua também cá estava à pouco e logo no primeiro ataque que ele teve morreu logo e morreu a quatro metros de mim isto foi assim nos estavamos nos abrigos e logo que houvimos uma rajada nossa corremos para a bala e um granada de canhau sem recu-o caíu perto ele ia de pé na bala e um estilhaço foi-lhe ao coração morreu logo eu ainda temei um pouco mas depois tive logo coragem para tudo ao princípio custa um pouco e mais custa quando há mortos».

A organização dos textos revela uma conceção do combate enquanto uma operação que implica a resolução de um conflito. Por isso, apresentam uma estrutura tão rígida, visivelmente próxima dos comunicados publicados pelos órgãos oficiais.

Se a operação é efetivamente encarada enquanto resolução de um conflito, é natural que a menção das consequências tenha um lugar relevante. Já a referência ao Inimigo enquanto causa principal do combate, essa é quase nula. Até podemos falar de um Inimigo ausente, que só se manifesta através das armas usadas, um 'invisible man' apenas marcado por uma presença rápida e elusiva. Sendo assim, podemos concluir que o soldado nunca se vê a si próprio como adversário de um Outro (Inimigo); vê-se antes como um elemento que cumpre uma ação (operação).

Veremos de seguida as descrições de duas operações por parte de soldados pertencentes a unidades de elite. São relatos onde estão mais presentes as obrigações dos militares, dando-se relevo ao 'serviço' e 'defesa' da pátria e demonstrando-se respeito pelo prestígio das forças armadas. A consciência de pertencer a unidades de elite implica, aparentemente, um reforço da componente heroica. Mas mais uma vez, é através de um Inimigo ausente, no sentido de textualmente removido, que se explica o combate, desta vez apoiando a construção de um forte *ethos* militar, soma dos atributos de virtude, honra, coragem e abnegação. E a enunciação resulta assim simultaneamente dirigida e limitada pelas representações sociais que tais conceitos, em tempos de guerra, mobilizam.

O primeiro autor relevante para este tópico é J. F., paraquedista em Angola e Moçambique. A partir de Luanda, escreveu esta carta a um amigo:

23.12.66 [carta escrita por J. F. para um amigo]

«Caro amigo falaste da minha vida por cá não é facil pois como tu dizias e segundo os jornais a coisa por cá está um pouco agitada, eu não noto isso pois já estou habituado a andar sempre no barulho pois as nossas operações são sempre as mais, mas vou contarte como decorreu a minha última operação e da qual cheguei no dia 20, logo no primeiro dia sofremos uma emboscada e tivemos dois feridos fomos sempre atacados por armas automaticas e emboscadas bem feitas, mas para nos nada vale, depois fomos desencravar uma Companhia do exército que tinha caído numa emboscada, fomos só dois pelotões e os homens até ficaram gagos com a nossa maneira de actuar os tipos já lá estavam havia umas dez horas e nos para passarmos bastou dez minutos. Mas até agora esta foi a pior zona onde eu tenho estado».

O segundo caso foi assim relatado por D. C. B., comando em Moçambique, escrevendo de Montepuez no dia 8/4/70. Era em termos de resultados que o alferes-comando comunicava a sua 1ª operação:

8/4/70 [carta escrita por DCB. para os pais]

«Na 1ª operação, operação esta feita na floresta de Namamba que fica situada entre Nangololo e Muidumbe tivemos os seguintes resultados. Capturamos 12 mulheres 3 crianças e 1 turra à mão, destruimos perto de 100 palhotas, levantamos uma armadilha com duas granadas defensivas, ouvi tiros turras passaram por cima da minha cabeça, pois caímos numa emboscada e reagimos tão bem que os turras puseram-se em fuga e durante a operação nunca mais apareceram. Ainda lhes vou dizer mais uma, nós fomos transportados em viaturas até ao local onde começava a operação e no caminho levantamos duas minas, minas essas que estavam destinadas para nós».

Como já foi sublinhado por Paul Fussell (1992), utilizar diminutivos, como *jap*, *nips*, *hun*, é a primeira maneira de menosprezar o outro:

C'est le b-a-ba de la propagande militaire: les ennemis monosyllabiques sont plus faciles à mépriser que les autres.

(*ibid.*, p. 163)

O mesmo pode ser dito sobre o termo *turras*, diminutivo de terroristas: indica um Inimigo, desprezível e inferior, que se começa logo por dominar no plano da nomeação. Utilizar o termo Turra é, assim, uma maneira mais de afastar a presença do Inimigo:

Gadamael Porto 29-5-71 [carta recebida por M.G. dum camarada]

«...as coisas por aqui vão fodidas, a companhia já tem 3 mortos e manga de feridos, de vez em quando lá vem as boas festas dos turras, o que é muito perigoso, olha aqui à dias um grupo de turras caiu numa armadilha».

No diário de Etelvino, do dia 11 de Maio de 1962 existe uma entrada sobre um patrulhamento de três dias. Transcrevemos em seguida a parte referente ao dia em que a coluna foi atacada:

11 de Maio de 1962 [Diário Etelvino]

Desponta/Desperta o novo dia, e com ele, um calor sufocante, que mais nos faz sofrer.

Com a aproximação da região da duibunda, zona mais infestada pelo inimigo, as nossas precauções redobram e a todo o momento esperávamos novo ataque.

Este não se fez esperar, tendo o inimigo utilizado entre outros, uma metralhadora pesada, sendo o seu atirador abatido pelo fogo da nossa Bréda.

Eu desci da viatura, e ajoelhado, junto a uma roda da mesma, fazia fogo, quando várias rajadas bateram o terreno, a poucos passos de onde eu estava.

Imediatamente me mandei ao chão e excitado ante o perigo disparava na direção provável do inimigo. Contudo, não perdi a noção da responsabilidade que me cabia, no sentido de manter com o acampamento contacto por meio do Rádio, e olhando o relógio verifiquei que estava na hora da exploração.

Levantei-me, entrei na viatura, liguei o Radio, e no meio de um tiroteio e com voz alterada, comuniquei o desenrolar dos acontecimentos. O ataque, nada tivemos a lamentar, a não ser o susto, e hora depois, já em Zála, eu festejava o aniversário dum camarada, também de transmissões.

Assim terminou em bem mais um dos patrulhamentos levados a efeito pela c.c. 164.

No excerto escolhido, é clara a *narrativização* do patrulhamento, uma realidade construída e comentada mediante a escolha das palavras. Vemos que por meio de uma atenta textualização, o patrulhamento respeita algumas marcas próprias da narrativa de ação: um início calmo, a encenação temporal e espacial, *suspense* devido à expectativa de um ataque, mudança do estado inicial com a intervenção do Inimigo, reação rápida da Tropa seguida da reação diligente do narrador, finalização

da operação, conclusão positiva, apesar do susto. Final feliz com o aniversário de um camarada. Toda a narrativa é dirigida para esse *happy ending*.

Nesta ‘operação’ de Etelvino, além disso, estão presentes elementos que já foram destacados nas cartas:

- Visão positiva do grupo (também enfatizada pelo uso do pronome sujeito *nós*)
- Presença rápida e fugaz do Inimigo (através da arma usada: uma metralhadora pesada)

Mas ao contrário do que acontece nas cartas, temos nesta entrada do *Diário* uma visão do eu no combate, entidade modificada pelo adjetivo 'excitado' e positivamente construída em termos de personagem responsável. Quanto ao Inimigo, esse é mais uma vez convocado pela referência metonímica às armas por ele usadas. Além dessa, em termos de enumeração de elementos adversos, é aqui também utilizada uma segunda metonímia aquando da referência ao ambiente hostil e tórrido da região de Duibunda. Os antagonistas que marcam presença não são assim pessoas, mas sim entidades contíguas as elas: o ambiente, o clima e as armas.

Lembramos também que havia um título a ‘enquadrar’ o texto de Etelvino, convocando uma determinada prática verbal que muito se parece, a nosso ver, com a construção dos factos de guerra típica dos comunicados oficiais e de imprensa (vimos já alguns exemplos). Serão estes os dois modelos onde a discursivização diarística e epistolar dos combates encontra o léxico e as sequências textuais adequadas para se poder realizar. As regras e as normas fixadas pela guerra vão influenciar claramente a sua homogénea apreensão e verbalização:

Sous la tente camouflée, avec cette étrange casquette, nous commençons tous à nous ressembler, à avoir les mêmes expressions, tirées les plus souvent du code-radio. *Oui* se dit : « affirmatif », : *non* « négatif », *tout va bien* : « cinq cinq » en levant le pouce en l'air. Les jugements se simplifient à l'extrême.[...] Des modes, je devrais dire : des rites, se créent.

(Lartéguy 1963, p. 327)

Mas os relatos aqui escolhidos demonstram também que a perceção da guerra pode ainda assim variar conforme a consciencialização e a preparação de quem sobre ela escreve. Vejamos de seguida a oposição que se desenha entre a textualização do combate empreendida ora por tropas de elite ora por militares mobilizados.

Começamos com um texto que J. F. publicou no Boletim *Boinas Verdes* em Abril de 1968, relatando uma operação de paraquedistas. O título do artigo é 'Uma Operação!...', e escolhemos apenas as partes que interessam para o nosso propósito:



«Foi uma viagem fatigante, como quase todas que temos feito, o pessoal é muito e a aeronave é pequena. É difícil descrever a fisionomia de cada homem e o que pensa cada um, apesar de todos sabermos que numa operação, tudo pode acontecer, inclusive, perdermos a nossa vida.

Esta companhia de paraquedista é composta, por pessoal muito jovem, mas dotados de um verdadeiro espírito de combatividade e de um perfeito conhecimento de guerrilha e de uma extraordinária facilidade de adaptação a todos os tipos de operações.

Quando chegámos a um certo local, abandonamos as viaturas e partimos a pé, para mais uma caminhada através da escura mata.

Andar de noite, num terreno descoberto, é sempre muito perigoso e uma emboscada em tais condições é um verdadeiro problema, mas os Páras suprimem todas essas coisas com a facilidade que só nós conhecemos.

Comemos o nosso pequeno almoço, que está bem longe de ser aquele pequeno almoço que comemos em nossas casas, [...] retomamos a marcha e andámos cerca de seis horas debaixo de um sol infernal».

O excerto apresenta uma estrutura organizada simetricamente, em que à dificuldade e dureza da operação se contrapõe a coragem e o esforço dos paraquedistas. Os antagonistas são claramente exibidos: a dureza da operação (andar pela escura mata), ampliada pelas condições climáticas (sol infernal) e pela frugalidade da comida. É na necessidade de cumprir uma operação que se revela o esforço de guerra: nas tropas de elite, é uma necessidade apoiada no prestígio da unidade e nos valores da coragem, força e honra. Não são o medo, a sorte ou o azar que conduzem a narrativa; é antes a consciência da missão a cumprir, a mesma que veicula os comportamentos da coragem, força e honra de pertencer a um grupo.

Segundo Keegan, o que é comum a qualquer batalha da história mundial não são elementos de ordem técnica, estratégica, tática ou estatística:

O que as batalhas têm de comum é humano: o comportamento dos homens lutando para imporem o seu instinto de autopreservação, o seu sentido de honra [...]. O estudo da batalha é, portanto, sempre um estudo do medo e normalmente da coragem; sempre da chefia, normalmente da obediência [...].

(Keegan 1987, p. 228)

À lista de Keegan sobre os elementos comportamentais da batalha pertencem também 'a compulsão, a insubordinação, violência, a crueldade, a incerteza e a solidariedade'. Todos estes elementos, em graus variáveis, estão também presentes nos nossos relatos das operações. São componentes diferentes, às vezes contraditórias, que nascem do objetivo comum a qualquer

operação: a desintegração do grupo humano adversário. É a morte do Outro que provoca esse conjunto de sentimentos; o ato de matar é sempre um teste para os nervos e as capacidades físicas de quem mata.

Continuando com o 'Relatório Especial de Informações' de 15 de Maio 1967 do Comandante Pestana Malhado, podemos ler nele:

[...] os esquemas e as manobras só são possíveis se eles [os soldados] souberem andar, viver, conhecer o mato e pesquisar rastros como um caçador de bichos. Sem isso não há guerra certa e tudo depende da sorte, do prisioneiro que foi casualmente apanhado ou do indivíduo que resolveu trair e entregar-se às autoridades.

(Espólio não cotado, LAAHM)

Sem querer fazer uma divisão maniqueísta dos participantes na guerra, podemos concluir que existiam militares preparados e vocacionados para a guerra, como era o caso das tropas de elite dos comandos ou dos paraquedistas, para os quais não havia uma rutura cognitiva; para eles, ser militar era um trabalho. O contato direto com a guerra real apenas vinha reforçar a própria consciencialização, anteriormente construída, sobre a mesma. Do lado dos soldados milicianos, tal não acontecia; ao indivíduo era-lhe imposto o serviço militar, e a separação em relação ao 'mundo anterior' realizava-se de forma mais abrupta e dolorosa. O sentimento de pertença ao grupo militar era menor, e a vivência da guerra e das suas manobras limitaram-se, para muitos, a encarar a necessidade da guerra com as contingências da sorte e do azar:

Luanda 26.09.1963 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Mário então como te tens dado por aí, bem? Mas o que interessa a cima de tudo é que não tenhas azar, tens ido para batidas?»

Aqui Beira Baixa 13.2.64 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Por hoje nada mais tenho a dizer-lhe: há já me estava esquecendo então tornou a haver azar na companhia de vocês, sim lamento pelo sucedido, estimo que todos melhorem o mais rapido possivel».

20 de Fevereiro de 1964 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Quanto aos terroristas é uma questão de sorte e Deus te a dê, pois nessa terra nunca mais ha-de haver descanso. Os brancos teem de estar sempre á lerta».

Mocimboa da Praia 19.10.1967 [carta recebida por M.G. dum camarada]

«Mário quanto as operações de mato olha nos aqui estamos como tu ai e quase todos os dias que a gente sai mas ate ver temos tido sorte mas no meio disto tambem temos tido asar».

Inserida na zona opaca das probabilidades, pede-se, contra a guerra e os seus azares, o único e último auxílio da proteção e da intervenção divina:

31 de Agosto 1963 [carta recebida por M. V. dum amigo]

«...com respeito ao teu azar segundo me dizes que ias para o mato e para uma zona apoquentada, mas tú nunca dezanimes porque hás-de ser protegido por Deus...».

16 de Março de 1964 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Se fôres incluído nos Batalhões não desanimes. Péde sempre a Nossa Senhora de Fatima que te proteja com a sua divina Providência».

26-5-1964 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«...eu no presente momento fico compartilhando com meus camaradas de boa saúde na graça da Virgem de fatima».

Com as noções de sorte e azar estão intimamente relacionados o culto religioso e a fé, invocando-se santos para a proteção dos soldados. O termo 'azar' é utilizado para indicar os feridos ou mortos. Admitir que a guerra se resolve através de crenças, azar e sorte é uma maneira para aceitar a necessidade da guerra, arrumando-se no plano das probabilidades, de uma certa maneira inevitáveis porque os homens não têm poder sobre estas, a questão da morte. E tudo se fecha num círculo onde necessidade e probabilidade se juntam para justificar a aceitação da guerra e do esforço imposto.

É também, como vimos, no tipo de combate que se começa a definir a figura do Inimigo. Estamos perante uma guerrilha caracterizada por emboscadas, armadilhas, colocação de minas antipessoais. Estas características, próprias da guerrilha, tornaram-se num fator essencial na construção do Inimigo. Os movimentos independentistas da UPA /FNLA, MPLA, UNITA (Angola), PAIGC (Guiné) ou da FRELIMO (Moçambique) atuavam atacando de surpresa, mudando frequentemente a posição das suas bases e contando com a população para se protegerem. As forças militares portuguesas, sendo forças regulares, tinham como principal missão manter a zona livre da presença de guerrilheiros, através de operações de defesa e patrulhamento. Ora torna-se óbvio que

num cenário de guerrilha a busca do inimigo invisível possa afetar psicologicamente o soldado, mais do que uma confrontação real. Numa situação de desgaste onde a presença do inimigo é constante, uma presença que pode ser real ou virtual, que pode atuar direta ou indiretamente (por ex. pelo meio das minas), o sofrimento é psicológico (medo, tensão, tristeza, pânico) e físico (cansaço, sono, fome, ferimentos). É neste contexto que surge o termo *Terrorista* para definir o *Inimigo*. Foi termo amplamente utilizado pelos próprios governantes, nos meios de comunicação, rádio, televisão e imprensa.

Ao definir o Inimigo como *Terrorista*, apagava-se, em primeiro lugar, a sua identidade nacional. Era privado também de conotações de civilização, assim como do sistema de valores reconhecíveis e partilhados pela comunidade: um terrorista não tem família, não tem casa, não tem trabalho, enfim, é desprovido de qualquer elemento humano socialmente aceite. O *Terrorista*, encontrando-se fora de qualquer grupo socialmente e culturalmente definido, tornara-se num perturbador e num traidor, contrário a uma ordem estabelecida. E o terror que ele criava começava por uma guerra desleal, traiçoeira e covarde, ficando quem a desencadeava nos antípodas da coragem e da lealdade das tropas regulares:

Quixico- Angola 2-10-63 [carta escrita por M. V. ao irmão]

«...os terroristas têm bons armamentos e já nos vão fazendo alguma frente pois já se aguentam horas a fazer fogo, e só têm uma vantagem sobre nós é serem cobardolas».

28.10.63 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«Então, tem continuado a queimar os acampamentos desses terroristas? Pelo que me mandas dizer, esses gaijos são uns grandes patifes. Continuam vocês a serem atacados à traição?»

Por outro lado, a guerrilha tornava-se na única forma de combate que se esperaria dos Terroristas, já que o desafio aberto era inconcebível pela sua antítese em relação às regras das tropas regulares:

13 de Julho 1962 [Diário Etelvino]

Os terroristas tiveram o descaramento de desafiar a tropa que está no Bembe para uma luta em local a combinar.

As imagens de lealdade, a coragem e a honra, que não se reconhecem ao Inimigo, derivam de um *ethos* da guerra, de um modelo ocidental de combate que desde a Grécia antiga até aos

nossos dias penetram os mais profundos valores e princípios militares:

Le modèle grec de la guerre a développé en nous une aversion pour ce que nous appelons le terroriste, le guérillero ou le franc-tireur qui choisit de faire la guerre d'une autre façon et n'est pas disposé à mourir sur le champ de bataille pour tuer son ennemi.[...] Nous avons tellement admis pendant les 2500 dernières années le modèle grec de la bataille rangée que nous avons à peine remarqué qu'en fait la guerre en Occident ne lui ressemble plus depuis longtemps, pas plus que nous n'avons remarqué sa disparition dans les guerres de la fin du XX siècle.

(V.D. Hanson *cit.in* Audoin-Rouzeau 2008, p. 206)

Como já foi referido, a identidade própria é uma construção que se fixa graças ao Outro. Simetricamente à forma como se verbaliza o Inimigo, o 'eu', representante da ordem e da instituição militar, define-se como:

- Frontal e claro na sua acção e leal. Não dissimulado, pois não se oculta nem é traiçoeiro.
- Não provoca o terror, logo, faz guerra de honra.
- Não destrói a ordem e a situação instituída nem é subversiva, o que significa trabalhar para preservar a ordem.
- Não é criminoso e as suas acções de guerra não são condenáveis, nem ilegais, nem ilegítimas, pois apenas age contra bandidos, terroristas, bandoleiros e subversivos.

(Martins 1996, p. 283)

O elenco demonstra, por negação, que a definição do Inimigo se faz através do prisma de um modelo de combate. Parte-se de uma série de regras aceites e partilhadas sobre o que é a guerra considerada justa e daí se infere que a guerra travada pelo Inimigo se situa do lado da traição, do terror, da destruição, do crime, do ilegal e ilegítimo. É desta ideia de que a guerra tem um modelo fixo e que os combatentes não mudam, ou antes, que não podem mudar, que o Inimigo conquista o seu estatuto de incompetente e a sua atuação é menorizada pela presumida falta de perícia:

Quixico Angola 25-10-63 [carta escrita por M. V. ao irmão]

«...cá temos andando em operações de limpeza, ou seja, desfazer acampamentos de terroristas, e felizmente não havido nada, a não ser uns tirinhos que felizmente os gajos não acertam em ninguém».

Porto 16. 1.64 [carta recebida por M. V. dum amigo]

«Um rapaz amigo meu que está em Nôqui diz que no passado dia 15 ás 1h. Menos 15 m. da manhã foram alvo dum grande atentado que durou cerca de 45 minutos, não havendo a registar mortos nem feridos do nosso lado. Os terroristas mantiveram todo o ataque com fogo de morteiros, mas graças a Deus que não sabiam fazer pontaria».

Traição e incapacidade são também os elementos referidos nos comunicados oficiais sobre as operações militares do Inimigo:

17/10/1964 [recorte de Jornal pertencente ao espólio de M. V.]

«Assinalou-se fraca actividade terrorista, limitada a improficuas e baldadas reacções de flagelações numa tentativa para suster a movimentação das forças que por toda a parte os perseguem».

Como o Inimigo é sistematicamente visto a partir de um prévio conhecimento e de uma prévia aceitação do que devem ser a força e a organização militar, verifica-se que estas verbalizações do combate, associadas ao que se entende por lealdade e traição, são bom exemplo de como funcionam cognitivamente as representações sociais. Segundo Moscovici (1984):

nous recherchons les informations qui confirment nos vues en négligeant celles qui pourraient les infirmer. En fait, nous utilisons les preuves dont nous disposons pour étayer nos «stéréotypes».

(*ibid.*, p. 45)

27. 8. 63 [carta recebida por M. V. da namorada]

«Não te esqueças que no mato, é preciso muita atenção com os golpes de traição dos pretos».

28.8.63 [carta recebida por M. V. da mãe]

«Meu filho quando estiveres a lêr tem cuidado com os pretos pois eles são traiçoeiros».

7.9.63 [carta escrita por M. V. à mãe]

«...com respecto ao prêtos a minha Mãe não se preocupe, pois eles são uns traiçoeiros do caraças mas não levam a melhor connosco».

Luanda 28. 2. 67 [carta escrita por A.R. à esposa]

«...e trabalham muitos pretos cá dentro da base, que muitos segundo o que dizem são ou foram

terroristas, mas cá para nós são todos».

Veremos na parte dedicada a análise do Inimigo que, ao se encararem as batidas como uma caça, só é preciso dar depois um curto passo para se passar a considerar o Inimigo como um 'bicho emboscado', um animal desumanizado. Etelvino, no seu *Diário*, usa mesmo a expressão 'zona mais infestada pelo inimigo', como se falasse de parasitas ou de pragas de animais. Já as próprias operações de guerra e a maneira como são efetuadas permitem encarar o Inimigo escondido na mata como um inseto.

Vimos nesta secção que a guerra travada, as suas estratégias e técnicas, as representações que temos dela criam um filtro que se ajusta ao tipo bélico mas também, sobretudo, aos seus participantes. Na Guerra Colonial, porque se fez de emboscadas, ocultamentos, armadilhas, surpresas, dela resultou que a traição à ordem estabelecida, típica das guerrilhas, se tornasse também no principal traço moral atribuído aos Terroristas. Ora a generalização de um traço moral tem várias finalidades: por um lado, permite apagar qualquer individualidade ao Inimigo, tornando mais fácil a sua eliminação e aceitação do ato de matar. Por outro lado, a guerra não é travada com o objetivo de conhecer o Outro; o conhecimento do Outro, quando se verifica, está reservado para os tempos de paz. Por enquanto, o Inimigo é só um meio político, um instrumento para aceitar e manter o esforço de guerra, sobretudo na retaguarda. Na primeira linha, as atitudes dos soldados perante o combate são de aceitação e resignação por se estar a cumprir uma obrigação:

Tais atitudes conduzem a questões 'delicadas': a aceitação do combate inclui a aceitação da violência organizada da guerra. Por outro lado, a aceitação acrítica do dever e da obrigação levam-nos a reconhecer a enorme capacidade de ideias-força como as de Pátria, Honra, Dever para influenciar o pensamento e as atitudes dos indivíduos. Essas duas atitudes (aceitação da violência, aceitação do dever) têm como consequência essencial a produção de práticas discursivas orientadas e fechadas, pelo que se verifica que a escrita não abre um campo argumentativo de discussão. Encaminha antes os interlocutores para a *doxa* preestabelecida, aceite e partilhada.

Vamos de seguida, transcrever o último dia do *Diário* de Etelvino. Encontrando-se cercado pelo Inimigo, sente a proximidade da morte e, nesse momento de medo e sofrimento, o último pensamento é o de se despedir dos entes queridos. Esse excerto é o último que temos do nosso diário. Apesar de viver um momento muito dramático, a crueldade da guerra não origina uma narrativa crua e direta: é uma narrativa bastante fria que dá, como um comunicado oficial, algumas informações, adaptando-se a um molde pré-construído da narrativa de combate. A confidencialidade, que é um dos tópicos da guerra e que filtra as informações e o conhecimento sobre combate, é um tópico tão interiorizado que determina 'os silêncios' até num dos momentos

mais dramáticos da própria vida. No excerto, os soldados encontram-se cercados pelo inimigo. Todo o excerto, aliás, é ocupado pela descrição da operação e do cerco. No início relembram-se os pontos essenciais da situação: o dia, a hora, o lugar e o tempo. Em seguida, fala-se do ataque do inimigo, das armas usadas e dos três feridos causados pela emboscada. É só no final que se dá um exíguo espaço à situação psicológica em que se encontram os soldados. Podemos pressupor, vista a situação, que se encontravam num total desespero, esgotamento físico ou psíquico. As lágrimas e a falta de moral dos camaradas são as únicas, e mais que compreensíveis, fraquezas descritas. A situação é tão dramática que Etelvino acaba a escrita com uma despedida à família e à noiva.

15 de Setembro de 1963 [Diário Etelvino]

Saímos ontem, dia 14/9/63, pelas 20h30, do acampamento de nambuanguo, para a mata. Chuvia. Levamos o resto da noite a andar pelo meio da mata e atravessando poças de água até às 10h00 fomos atacados com tiros isolados e logo de seguida o inimigo utilizou numerosas armas automáticas disparadas de pontos estratégicos, de forma a nos cercarem por completo. Já temos 3 feridos e sem possibilidades de romper o cerco, pedimos o apoio da aviação, mas esta não apareceu, nem o helicóptero para evacuação dos feridos.

Por várias vezes as balas passavam rente ao corpo.

A meu lado, dois soldados choram, eu tento dar-lhes uma moral que não tenho já são 12h36. Continuamos cercados, e sem saber-mos até quando morrer, aqui me despeço de todos os meus familiares, minha noiva, e amigos

Soldado 82/60

Radiotelegrafista

(Assinatura)



## 10.1. Na primeira linha. O Inimigo

14 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

Continuam a chamar-me terrorista por eu os defender. Mas a verdade é que eu só defendo os pretos pacíficos porque dos que são terroristas sou o inimigo número um.

A guerra é o mais forte encontro dos povos. Enquanto comércio e circulação, competições e congressos só fazem com que se reúnam as pontas avançadas, a guerra empenha toda a equipa com um só e único objectivo: o inimigo.

E. Jünger, *A guerra como experiência interior*

A visão altamente polarizada da guerra (uma imagem rígida e bidimensional dos conflitos) oferece caracterizações fixas das personagens que neles participam. Temos assim, ao longo dos conflitos, os participantes divididos nas seguintes categorias principais:

Inimigos (a serem combatidos), amigos (a serem conduzidos, obedecidos ou apoiados conforme os graus hierárquicos e as ordens), feridos (a serem evacuados), prisioneiros (a serem interrogados e escoltados para a retaguarda), não combatentes (a serem protegidos quando possível e ignorados quando não for possível protegê-los) ou mortos (a serem enterrados quando o tempo o permitir).

(Keegan 1987, p. 20)

'Amigo', 'inimigo', 'prisioneiro', 'não combatentes' e 'mortos' são os papéis principais atribuídos aos indivíduos aos quais o 'teatro' de guerra confere valores fixos. É nesses valores, aceites de antemão, que se impõem os limites da violência, bem como a sua legitimidade.

Veremos como cada tipo de participante aparece caracterizado e como, cada um à sua maneira, nos leva até à figura do Inimigo e à sua construção.

### *10.1.1. Feridos e mortos*

No que diz respeito aos feridos e aos mortos, apesar de as cartas entre soldados darem a conhecer, de maneira constante, o número de feridos e de mortos das operações, pouco sabemos sobre a gravidade dos seus ferimentos e sobre a maneira como eram tratados. Em relação aos mortos, designados com o termo 'baixa' ou 'azar', vimos como os órgãos oficiais tratavam a questão com um certo laconismo, que era aliás o mesmo que os soldados usavam nas cartas:

Cacuso 10/10/63 [carta recebida por M. V. dum camarada]

«Mandas-me dizer que já fizes-te algumas batidas o qual tem corrido bem pois isso é o principal de tudo pois isso é o principal pois o Batalhão que foi render o meu a Quicabo ao fim de dois dias já tinham duas Baixas passados três dias tiveram a primeira baixa agora onde foi não sei pois já lá não estaremos por isso mesmo já tem três baixas em tão pouco tempo tem sido um pouco de azar».

No *Diário* de Etelvino, é bem diferente a imagem da morte dos camaradas. Nos seus relatos, encontramos detalhes que oferecem um quadro ao mesmo tempo realista e lúgubre. Não tendo o cuidado de não impressionar o seu destinatário, Etelvino descreve a morte em todas as suas partes, sem poupar os elementos mais crus:

18 de Julho de 1962 [Diário Etelvino]

[...] apareceu um jipão com um ferido das obras públicas e, mais tarde, outra viatura com um morto. Este era um camarada. Trazia um pé separado da perna e a cara toda aberta. Foi uma mina que rebentou, posta pelos terroristas, momentos antes, na estrada.

5 de Setembro de 1962 [Diário Etelvino]

Os restantes quatro, não só ficaram decepados pela explosão, também ficaram carbonizados pela explosão.

Nas cartas, estes pormenores estão ausentes; as razões principais são duas: em primeiro lugar, para evitar aos familiares e amigos imagens que podiam preocupá-los ainda mais; em segundo lugar, porque a realidade mais feroz da guerra enfraquecia a opinião pública e, por consequência, o esforço de guerra, tanto na retaguarda como na primeira linha. Existe ainda uma terceira razão, porventura mais ligada à relação que os seres humanos têm com a morte: numa sociedade civil somos educados a reprimir a violência e a agressividade. Em contrapartida, num

contexto de guerra, os indivíduos são treinados para matar. Essa dicotomia resolve-se com a atitude de evitar falar sobre a morte e as violências esperadas numa guerra. Tal como o ser humano evita voluntariamente falar na morte, testemunha John Steinbeck que também sente a necessidade de não falar da violência organizada da guerra. Gera-se um compromisso de confidencialidade que ativa a 'impossibilidade de contar':

Todos nós éramos solidários com o Esforço de Guerra. Mantínhamo-lo com uma devoção cada vez maior. A pouco a pouco, fomos-nos convencendo de que a verdade, fosse ela a respeito do que fosse, se tornava automaticamente secreta [...].

(Steinbeck 1984, p. 10)

Podemos incluir ainda uma quarta razão para esse silêncio, que encontramos na guerra em si. Cada operação tem de ter resultados: vítimas, feridos, baixas ou mortos. O testemunho da morte de camaradas ou de Inimigos aparece assim nas cartas tecnicamente integrado na lista dos resultados de uma batida:

Sans cesse on nous parle de la mort, non point comme aboutissement de la vie d'un homme, le grand pas qu'on franchit pour passer dans l'autre monde, mais comme d'une sorte d'incident technique dû à la maladresse, au manque d'entraînement [...].

(Lartéguy 1963, p. 326)

Em relação à morte dos soldados, trataremos do caso do Alferes-comando D. C. B., que morreu numa operação o dia 14 de Setembro de 1970. Um ano depois da sua morte, o incidente foi assim relatado por via oficial (espólio D. C. B., LAAHM):

«Durante o deslocamento da coluna entre Muera e Mueda, quando seguia com o seu grupo à frente, ao ouvir o rebentamento duma mina não hesitou a acorrer ao local a fim de tomar as necessárias medidas de segurança e socorrer os elementos feridos, fazendo-o, como fez sempre, com serena energia e indiferença ao perigo que corria, pois era do conhecimento comum que a zona deveria estar densamente minada».

O relato oficial é uma narrativa excessivamente simplificada e generalizada, que se pode aplicar a todos os mortos que num teatro de guerra assumem valores fixos. Tais valores, iguais para todos os soldados, transformam o evento em que se perde a vida num facto genérico e usual. É nessa repetição, onde as referências a valores militares inserem de forma natural o significado do

sacrifício do soldado, que se fixa a evidência de uma morte dispensada de explicações.

De seguida, apresentamos o relato da mesma morte por parte de um camarada:

25/9/1970 [carta enviada por F.R. aos pais de D. C. B.]:

«O D. morreu! O destino assim o quis. Mas não devem deixar de se orgulhar por terem tido um filho que era um verdadeiro chefe, um verdadeiro combatente e sobretudo um verdadeiro camarada. Se ele morreu não foi por falta de audácia mas sim devido a uma dessas malditas e traiçoeiras minas que qualquer um de nós está sujeito a pisar».

Também nas palavras de F.R., alferes comando, estão presentes os valores militares de chefe, combatente e camarada. Valores ainda mais enaltecidos pela baixeza e vileza da circunstância da morte devida às 'malditas e traiçoeiras minas'. Além disso, é na probabilidade de um sacrifício coletivo 'qualquer um de nós está sujeito a pisar' que a morte de D.C.B deve ser entendida e aceite.

Um terceiro testemunho foi dado pelo capitão Matos Gomes, em carta escrita em 28 de fevereiro de 1971 aos pais de D. C. B.:

«Ouve um rebentamento na picada e veio-se a saber que um dos homens que seguia a detetar minas, um milícia, tinha acionado uma delas e estava gravemente ferido, vindo depois a morrer.

Como se tornam necessário tomar providências o Alf. Frade e o Canto e Castro foram a frente assim como o vosso filho indo todos pelos rodados deixados pelas viaturas e pelos locais onde já tinha feito a detecção das minas.

Quando se deslocaram para a retaguarda seguindo o mesmo trilho o D. disse até a um cabo para se desviar um pouco accionou a mina que lhe causou a morte, ficando um cabo gravemente ferido e sendo o Castro e outros militares que seguiam ao lado dele mas pelo outro lado projectados em virtude do sopro».

A exposição dos diferentes momentos da dinâmica da morte de D. C. B. no texto do capitão Matos Gomes permite que o evento recupere toda a sua importância e se liberte de um esquema prévio. De um conceito mais abstrato e geral sobre a guerra dado por um relato oficial, onde os pormenores eram omitidos, passámos para a concretização do evento através dos seus sucessivos pontos, o que permite perceber todo o processo que levou à morte do soldado.

Por fim, num artigo publicado no Suplemento do Jornal *Notícias de Moçambique* nº 126 de 29/12/1970, escrito por Victor Meira, radiotelegrafista, narrou-se de novo a morte de D. C. B. com o

título ‘O Regresso’:

«Depois de alguns quilómetros andados era preciso picar. Lá vão os GÊs com suas picas à procura de minas, abrindo caminho para a coluna passar.

Tudo estava a correr bem. A certa altura ouve-se o rebentar da primeira mina. Por momentos, silêncio absoluto; todos na expectativa para ouvirem alguma voz. Foi um G.E. que a pisou!...

Foi este o passa palavras saído das bocas semicerradas. Novo silêncio!...

Mas... quem diria que ficava por aqui? Poucos minutos do sucedido, novo rebentamento, ainda mais forte. Todos olharam para o local para verem o que se passava no meio de tanto fumo e pó.

Novamente silêncio!...

Quem seria?

Ouvem-se vozes confusas, misturadas com os gritos de um ferido.

Foi um alferes-comando e ficaram vários feridos.

Enfermeiro depressa!...

Em frente de tudo isto só se viam: Corações desmoralizados, caras tristes, olhos semicerrados, bocas fechadas! Não havia nada a dizer.

Mais uns camaradas de guerra que padeceram gloriosamente numa picada traiçoeira por uma causa injusta.

Era preciso abrir uma clareira para o hélio aterrar. Todos deitaram mãos à obra com catanas e facas do mato. Em pouco tempo, que pareceram horas, foram feitas as evacuações. Agora era preciso passar para além do campo de minas.

O corta-mato, foi a melhor solução.

Em todos ficou bem gravado o regresso. Sim o regresso.

Para «Nós» foi mais um regresso a outra terra e sabe-se lá até quando?!...

Para os que deram a vida foi um regresso de «Paz», o regresso para a vida eterna».

A passagem pelos diferentes relatos demonstra como a narrativa sobre os eventos de guerra permite tanto uma excessiva simplificação como um excesso literário.

Contar uma experiência de guerra é entrar num sistema que limita e até anula o conhecimento que procede do binómio experiência – narrativa; ou seja, a linguagem usada nos relatos sobre guerra substitui-se à experiência, demonstrando uma certa impotência cognitiva. Assim, a narração que procede da guerra não se desprende das suas representações e ideias

partilhadas. Dito de outro modo, nas representações fixas da guerra, a morte, enquanto sacrifício, participa desse conhecimento prévio, no qual se entrincheira também a narração bélica.

As representações sociais que temos sobre a morte – sacrifício do soldado assentam tanto numa forte retórica sobre Heroísmo e Pátria como na solenidade de ritos e reconhecimentos coletivos. Desde Homero, o código heroico apoia-se sobre princípios como o valor, a honra e a glória. E o termo de comparação para a construção desses conceitos sempre foram a morte e o seu oposto, a sobrevivência.

Para apoiar e validar a morte considerada como sacrifício pelo bem da Pátria contribui todo um processo de condecoração, enaltecendo a perda do bem mais precioso. A pessoa é imortalizada no seu papel de soldado; lembrado e fixado nesses poucos meses que o levaram a perder a vida, coloca-se a vida do 'antes', a vida civil, em lugar subalterno. Já os objetos que pertencem à fase da vida de soldado, o *crachat*, a boina, a caderneta militar, ganham um forte valor simbólico de lembrança, de representação do soldado e do seu sacrifício, que perdura além da sua morte:

Montepuez 22/Out/70 [carta escrito por F.R. à mãe de D. C. B.]

«Se eu estivesse junto dele quando do trágico acidente, acredite que lhe tinha ido logo tirar 'crachat' e o distico para vos enviar pois sei que era uma recordação que vocês gostariam não só por ser algo que ele trazia ao peito também por ser algo que ele e todos nós ostentamos com orgulho».

Esse dever de lembrar os mortos e os heróis que se sacrificam pela Pátria integra a noção de morte no seu sentido coletivo, que só é vivido em acontecimentos totais como a guerra:

À vrai dire, il ne s'agit pas de la mort à laquelle nous avons affaire dans la vie civile. Dans la langue allemande, les hommes ne meurent jamais au combat. *Ils tombent*. Le terme est exact en ce qu'il exprime un sacrifice de soi motivé par le sentiment de fraternité. Je peux bien tomber, je ne meurs pas, car ce qui est réel en moi se perpétue et continue de vivre en ceux pour qui j'ai donné mon existence physique.

(Gray 2013, p. 91)

E os mortos entravam na recordação do soldado 'sempre presente'. Como resumia Salazar, o sacrifício dos soldados devia ser contínuo para se inserir na longa tradição dos valorosos e audazes portugueses de sempre. No discurso do dia 12 de Agosto de 1963, foi proferida uma máxima que ficaria entre as mais conhecidas do ditador:

Diante desta lição eu entendo mesmo que não se devem chorar os mortos. Melhor: nós havemos de

chorar os mortos, se os vivos os não merecerem.

### *10.1.2. Os Prisioneiros*

Passemos agora à figura do prisioneiro. Há poucos episódios nas cartas e no diário que indiquem qual era o tratamento que estava reservado aos prisioneiros; de maneira geral, eram espancados, torturados, e o que se esperava era normalmente a sua morte. A eliminação do Inimigo surge nos antípodas da morte dos soldados. Se o sacrifício do soldado ficava inserido num marco eterno, a morte do Inimigo destacava-se pelo cancelamento do seu corpo e pelo desdém provado pelos soldados:

27 de Outubro de 1962 [Diário Etelvino]

O prisioneiro que nós tínhamos, hoje, no interrogatório levou tanta pancada que desmaiou. De seguida, cortaram-lhe as orelhas e alguns dedos, acabando, depois, por morrer. Os paraquedistas vieram buscar o prisioneiro que estava ferido, possivelmente, para levar a mesma conta.

Tirando a sua essência de adversário e a ameaça que representava, o prisioneiro apresentava pouco ou nenhum interesse por parte dos soldados, daí a sua eliminação:

29 de Outubro de 1962 [Diário Etelvino]

Os prisioneiros, pretos, que estavam sobe a nossa guarda foram de avioneta para indicar o acampamento inimigo. De volta foram lançados sem pára-quadras.

O tratamento reservado aos prisioneiros representa, por outro lado, a pouca consideração que os soldados tinham dos guerrilheiros enquanto atores da guerra:

L'ennemi est traqué pour être exterminé et non pour être soumis. On n'éprouve aucune satisfaction à le capturer et à lui imposer obéissance et respect. Sans compter qu'on n'y gagnerait aucune sécurité, puisqu'on le tient pour incapable de comprendre les règles civilisées de la guerre.

(Gray 2013, p. 200)

Stéphane Audoin-Rouzeau defende a mesma ideia, segundo a qual um adversário inferior em termos de perícia e valores militares se torna alvo de total desconsideração:

Le combattant non civilisé, explique-t-il, n'est pas un soldat, sa guerre n'est pas la guerre, et sa tuerie est futile et primitive, car ses opérations manquent d'organisation et parce qu'il a très pauvrement développé les fonctions de leadership et de commandement.



É muito provável que um prisioneiro Ocidental, com os mesmos valores militares ou civilizacionais, não tivesse tido o mesmo tratamento. Paul Fussell (1992) explica que a desumanização dos Japoneses por parte dos americanos durante a Segunda Guerra Mundial era tal que permitia a esses últimos usar como recordação, sem nenhum remorso, algumas partes do corpo do Inimigo. Umas das lembranças mais prezadas era a caveira dos Japoneses. Winfield Townley Scott, jornalista em 1944 na Ilha de Rodes, descreveu a mórbida maneira de limpar uma caveira:

Il coupa cette tête, et vint s'asseoir sous un ginko pour l'écorcher puis il la laissa traîner derrière son bateau pendant plusieurs jours, et pour finir il l'a récura à fond avec de la lessive de soude.

(Fussell 1992, p. 161)

Paul Fussell acrescenta:

Traïter de la sorte le crâne d'un Allemand ou d'un Italien, c'est-à-dire d'un 'Blanc', eût été clairement inapproprié et peut-être sacrilège.

(*ibid.*, p. 162)

O desprezo pelo corpo do Inimigo capta-se bem no *Diário* de Etelvino. Se por um lado está presente a dissensão do autor em relação aos maus tratos, à tortura e à morte de civis, tal atitude desaparece totalmente perante o Inimigo. Se a ocasião se apresentar, o sadismo pode ser aceite sem discussão. Predomina então a vontade de destruir fisicamente e moralmente o Inimigo, suprimindo-lhe qualquer dignidade. Como um troféu de caça, algumas partes do corpo são cortadas:

24 de Novembro de 1961 [Diário Etelvino]

O preto foi enterrado hoje mas antes cortámos-lhe os dedos das mãos como troféu e as orelhas também.

É possível ver uma ligação entre guerra, sacrifício e caça: é o conceito de morte e de apropriação do corpo da vítima da qual se guardam pedaços como troféu. Segundo o psiquiatra Afonso de Albuquerque, trata-se de comportamentos esperáveis:

Os comportamentos que os perturbam são mais as mortes, ferimentos graves dos companheiros ou deles próprios. As orelhas dos pretos e por ai fora, fazia parte de uma cultura da

morte, elas foram submersas num caldo cultural, que achava isso permissivo; as aldeias eram saneadas, por esta cultura racista, colonialista e isso era aceite, o que lhes dava uma justificação moral para aquilo que estavam a fazer. Eles eram apoiados pelas estruturas hierárquicas, houve quem fosse condecorado não com o motivo de ter arrancado orelhas, mas aquilo era branqueado e era nas mesma condecorado.

(Roque 2004, p. 210)

Os Inimigos que se renderam de livre vontade são descritos como pessoas mansas, encontradas em condições deploráveis, onde se denota um grande sofrimento e abandono. De maneira geral, todos são dados como tendo a noção do 'erro' no qual viviam e um arrependimento evidente. Tudo está montado para demonstrar que é no engano que vivem os Inimigos:

[artigo escrito por J. F., publicado no Boletim Boina Verde, Abril de 1968, LAAHM]

« [...] o inimigo que por natureza é covarde, porque dispara e foge, mas estes que tínhamos avistado tiveram a sensatez de se entregar sem qualquer resistência, eram três negros bem constituídos fisicamente, mas tinham uma verdadeira fome de pão e de tabaco. Humanamente tudo lhes demos, porque estes manifestaram desejo de voltarem para a sua única bandeira, a das Quinas e como meninos tímidos, comprovaram que vinham da Zâmbia, verdadeiro ninho de terroristas pagos pelas grandes potências comunistas».

As imagens retiram a sua força da forma sugestiva como é feita a narração, tal como acontecia antes em relação à morte do soldado durante uma operação. Perante a morte de D. C. B., só podia haver tristeza e bocas fechadas, uma imagem facilmente partilhada e aceite, e, ao mesmo tempo, mobilizadora de uma atitude: a de um silêncio respeitoso e espontâneo, traduzindo resignação e consenso sobre o sacrifício, como em qualquer guerra. O enredo participa de uma deslocação das razões e causas, evitando-se, assim, explicitar e especificar os mecanismos que estão na base das mortes e as razões da participação na guerra. As narrativas conseguem explicitar nas imagens propostas uma argumentação: ao evocar crenças, representações sociais e atitudes, bloqueiam um possível processo cognitivo individual e argumentativo diferente do proposto.

Não é apenas através da evocação de imagens ou de crenças que as narrativas conseguem ter um forte valor argumentativo. Isso acontece também por meio de uma coerência dada aos acontecimentos e de uma orientação das emoções, criando-se um 'efeito de evidência' difícil de recusar. O efeito de 'evidência' considera implicitamente a adesão dos interlocutores: ou pelo menos, existe um pressuposto segundo o qual os interlocutores integram o mesmo grupo discursivo, partilham os mesmos conhecimentos e crenças sobre a guerra. A realidade é recriada textualmente

por meio de uma generalização de elementos como o tempo, o espaço e os atores. A inclusividade do texto viria dessa 'vagueza' e de um 'apagamento enunciativo' ou de um 'effet d'objectivité' (Kerbrat-Orecchioni 1978) que os textos oficiais de guerra pedem. É nessa narrativa, ao mesmo tempo vaga e precisa, que a argumentação se organiza; orienta os interlocutores, enquadra o pensamento coletivo, fornece uns princípios de interpretação que legitimam a guerra e a sua ação sem dizer mais do que é imprescindível saber para que se aceite algo de tão constrangedor.

Recuperando o que dissemos até agora, podemos resumir com o elenco das seguintes conclusões: as narrativas, graças às imagens que evocam, transformam-se num potente instrumento argumentativo. Ao imporem uma visão dos acontecimentos através de um efeito claro 'de evidência', impossibilitam a crítica e afastam qualquer tipo de contra-argumentação ou discussão, permitindo, em última análise, a manutenção de representações sociais essenciais para a guerra. Graças à generalização presente nos textos oficiais, cria-se uma inclusividade de pensamento que origina um conhecimento coletivo, e, portanto, uma ação coletiva.

O que acabámos de dizer está bem explicitado na parte final do artigo «O Regresso», que aqui retomamos (Espólio D. C. B., LAAHM):

Para «Nós» foi mais um regresso a outra terra e sabe-se lá até quando?!...

Para os que deram a vida foi um regresso de «Paz», o regresso para a vida eterna».

O artigo termina inegavelmente com uma micro-sequência moral: a do sacrifício. É possível ver com que palavras se traduzem o dever e a obrigação da guerra: para os vivos, é o regresso à guerra numa luta pela sobrevivência; para os mortos, é 'uma sobrevivência eterna' na memória coletiva que supera a morte em combate. Glenn Gray (2013) esclarece como a morte podia ser vista como a única saída de paz, dadas as condições de excessivo desgaste físico e mental que os soldados sofriam:

Cet épuisement peut franchir des limites que la plupart d'entre nous ne connaissons jamais à d'autres périodes de l'existence. Il peut à lui seul abrutir les sens au point que les soldats agissent en somnambules. Si cet épuisement perdure, il peut pousser les hommes à accueillir la mort comme un repos et un changement [...].

(*Ibid.*, p. 152)

### 10.1.3. O Amigo

Por amigos entendemos os angolanos, moçambicanos ou guineenses que colaboraram e combateram ao lado da tropa portuguesa. Temos pouca informação sobre as populações civis e a atitude deles perante as tropas portuguesas, mas conseguimos ainda assim algumas informações no *Diário* de Etelvino. De facto, a aproximação maior que os soldados tiveram com a população e os africanos, ou pelo menos sobre a qual falaram preferencialmente, foi a aproximação às mulheres. Essa falta de informação pode indicar que não houve grandes contatos entre soldados e população e que a política psicossocial não teve um forte impacto sobre a vivência da guerra por parte dos militares. Por outro lado, numa correspondência é preciso demarcar de maneira mais radical o *out-group* e o *in-group*.

Em relação aos africanos que combateram ao lado dos portugueses, no *Diário* temos este tipo de testemunho:

19 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

Onde estamos já é mato. Estamos guardados por sentinela pretos que nos são fiéis. Eu admiro-os.

26 de Julho de 1961 [Diário Etelvino]

Quando cheguei ao quartel fui para a camarata dos bailundos e dei-lhes aguardente. Eles são mais camaradas do que os brancos.

#### 10.1.4. O Inimigo

As figuras até aqui apresentadas ajudam-nos a definir o Outro; na sua aproximação ou no seu distanciamento, os diferentes participantes na guerra ganham identidade em função da figura do Inimigo.

Para desencadear um espírito coletivo de defesa, para que uma guerra seja pensada, combatida e sustentada, é preciso, como já vimos, a ameaça de um Inimigo; e para perceber a construção social e cultural do Inimigo durante a Guerra Colonial, é importante ver as bases sobre as quais assentava o sistema colonial português. Vamos delinear, a esse propósito, apenas o que parece mais relevante para o nosso estudo.

O sistema colonial português baseava-se essencialmente na diferenciação entre 'civilizados' e 'indígenas', ou seja, numa divisão monolítica e rígida da sociedade com base em ideologias etnocêntricas. Resumia-se a este raciocínio: 'África é um lugar de atraso', 'os povos que aí vivem são atrasados', 'é preciso civilizá-los através de uma colonização «útil»' ou seja, era pela sua negação e inferioridade que se caracterizava o indígena, e era pela superioridade que se definia a identidade do colono. Tal ideologia colonial assentava, por conseguinte, numa apropriação política, económica e científica que negava o reconhecimento da diversidade africana. Os três pilares da colonização eram os seguintes (Moutinho 2000, p.21):

- 1 - Superioridade do colonizador
- 2 - Direito de intervenção sobre os homens e sobre as coisas
- 3 - Colonização permanente

Era pela negação que se justificava a colonização: o colonizado era reduzido ao primitivismo, ao não civilizado, ao nada. Cabia aos colonizadores dar uma língua, uma noção de Pátria, uma organização social e económica, e sobretudo uma religião para os “povos primitivos, cheios de animalidade, de superstições e de vícios”, nas palavras de Norton de Matos (*ibid.*, p.44). O dever de civilizar chegava ao ponto de considerar a relação colono – colonizado como uma relação tutor – tutelado, integrando a noção de dever: era impossível abandonar os tutelados, logo, era também impossível deixar as terras de África.

No plano da cidadania, os indígenas passaram a integrar a categoria de civilizado através do conceito de 'assimilado':

O assimilado devia dominar a língua portuguesa, dispor de um rendimento suficiente para

sustentar a sua família, apresentar um bom certificado de conduta e poder adaptar-se aos costumes da sociedade portuguesa.

(Vaz 1997, p. 57)

Em 6 de Setembro de 1961, quando foi abolido, pelo Decreto-Lei nº 43893, o indigenato em todo o território português, havia os seguintes números de assimilados na África portuguesa:

|            |        |
|------------|--------|
| Angola     | 29648  |
| Guiné      | 4300   |
| Cabo Verde | 103251 |
| Moçambique | 25149  |
| São Tomé   | 4568   |

(*ibid.*, p. 57)

A partir dessa base ideológica, desenvolveu-se um primeiro eixo, diretamente ligado à ideologia colonialista, sobre o qual se construiu a figura do Inimigo durante a Guerra Colonial: o eixo da inferioridade, animalidade, primitivismo. O segundo eixo, ligado ao primeiro, apoiava-se sobre o binómio essencial de terrorista – traidor; traidor dos valores civilizacionais, mas sobretudo traidor de um Portugal, pai e tutor, 'aberto a todos os seus filhos'.

Vimos nos vários discursos sobre a presença portuguesa em África, a colonização e a guerra que é essencialmente do 'branco' que se fala: a empresa colonial sempre se apresentou à imagem do colono. Através do etnocentrismo a partir do qual foi criado o retrato do branco no Ultramar, é possível deduzir o exíguo lugar deixado ao negro; a construção negativa do Outro permitia a consequente construção positiva do branco. No trecho que segue, intitulado 'A Mentalidade do branco no Ultramar', a posição do colono e a sua identidade constroem-se através de uma série de atributos inter-relacionados, culturais, sociais e práticos, onde só podiam sair valorizados pelo confronto com uma população primitiva, uma massa desejosa de se civilizar, economicamente débil e socialmente atrasada. O ambiente hostil e duro enfatizaria ainda mais a sua coragem e o seu trabalho:

«O primitivismo da grande massa dos africanos, o desejo ou a necessidade de acompanharem o progresso, de se actualizarem, e ainda a profusão de materiais novos, oferecem possibilidades ilimitadas a quem tenha dois dedos de expediente, quem seja fura-vidas, aventureiro no bom e no mau sentido da palavra. [...] O branco que emigra é, na sua

maioria, um indivíduo anónimo, que procura longe de casa horizontes que não encontra na terra; considera-se uma espécie de sardinha do mar [...]. Ao chegar ao Ultramar, porém, esse branco depara com uma classe economicamente mais débil e socialmente mais atrasada. E sente-se crescer, perde complexos, deixa de se sentir a sardinha do mar».

(Espólio não cotado, LAAHM)

É a mesma tenacidade que se vai pedir aos militares, e as adversas condições climáticas e do terreno são utilizadas para enaltecer a própria coragem e valor (é o caso do artigo escrito por J. F. no Boletim «Boinas Verdes»).

Para analisar crenças, é preciso ter presente que as identidades sociais não estão nos indivíduos, mas são criadas em práticas discursivas nas quais se fixa, axiologicamente, a alteridade. Nas palavras de Woodward (2012, p. 8) 'a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades'.

A valorização ou a depreciação de uma identidade deve-se ao contexto socio-histórico em que se insere o discurso. A ideologia colonialista, através das representações sobre os africanos, proporcionava lugares comuns que se afastavam da realidade e das evidências concretas. Além disso, essas ideias generalizadas justificavam a inclusão ou a exclusão de uma camada populacional. Segundo Bourdieu (1979, p. 15), 'a identidade social consiste na diferença, e a diferença é afirmada contra aquilo que é mais próximo e que apresenta a maior ameaça'.

A distância que separava os civis dos Terroristas era variável. De certa maneira, ao referir os angolanos como *preto* e *preta*, usava-se a cor da pele para atribuir uma identidade genérica a toda uma população, guerrilheiros ou não. É evidente que, partindo deste ponto de observação, se tornava difícil ter conhecimentos exatos ou completos da população com a qual se entrava em contato. O termo 'preto' ou 'preta' veiculava uma série de pressupostos, criados na situação empírica na qual os enunciados eram produzidos e interpretados.

Segundo Reisigl e Wodak (2001), os elementos discursivos e as estratégias que revelam discriminações racistas, antissemitas e etnocêntricas podem ser analisados pelo meio de 5 perguntas:

- How are persons named and referred to linguistically? (*referential strategies*).
- What traits, characteristics, qualities and features are attributed to them? (*predicational strategies*).
- By means of what arguments and argumentation schemes do specific persons or social groups try to justify and legitimate the exclusion, discrimination, suppression and exploitation of others? (*argumentation strategies, including fallacies*).

- From what perspective or point of view are the namings, attributions and arguments expressed? (*perspectivation and framing strategies*).
- Are the respective discriminating utterances articulated overtly, are they even intensified or are they mitigated? (*mitigation and intensification strategies*).

Os cinco grupos de estratégias linguístico-discursivas (i. referenciais, ii. predicativas, iii. argumentativas, iv. de perspetivação, enquadramento ou representação e v. de intensificação e atenuação) reconhecem-se bem, e inevitavelmente interligadas, no discurso das cartas da Guerra Colonial. O racismo, por exemplo, aparece justificado com a identificação de traços físicos dos negros, que surgem como uma continuação dos morais.

16-10-63 [carta escrita por M. V. à mãe]

«Minha Mãe não se atrapalhe com as pretas, pois eu não passo cartão nenhum, a cara até metem medo, são muito feias».

10-1-65 [carta recebida por M. V. da namorada]

«Olha que tú meu amôr não dêz confiança a esses pretos nem brinques com eles, porque eles são muito maus e traiçoeiros».

Fealdade, maldade e traição são os traços aplicados aos nativos e são traços que implicam um paralelismo e um impossível ponto de convergência. É nessa distância que a construção do Outro é criada, em oposição às características do observador; fixando uma distância entre o soldado e o autóctone, qualquer real conhecimento resulta difícil, senão impossível. Por outro lado, já demonstrámos também como é muito mais fácil matar ou torturar um ser quando lhe é retirada qualquer conotação humana ou se nega qualquer patamar de convergência; essa distância ajuda a cancelar os remorsos do *dever matar*. As populações civis, apesar de não pertencerem ao grupo dos Terroristas, partilhariam com eles características intrínsecas, razão pela qual podiam sofrer os mesmos tratamentos.

A questão das mulheres, no entanto, em situação de guerra e especialmente no contexto estudado, merece um discurso à parte. As mulheres, 'as pretas', são uma constante no discurso sobre a guerra e representam o ponto de maior aproximação dos soldados com o Outro. Elas estão presentes nas fotografias, com a própria nudez, são procuradas como lavadeiras, são repelidas, e, na ausência de outras mulheres, são solicitadas: amigas ou feiticeiras, vítimas ou amantes, são alvo de um discurso que mistura elementos do exotismo, da ideologia colonialista e do racismo sexual.



Voltando à construção do Inimigo, o grupo no qual se insere é facilmente reconhecível pelos seus traços genéricos. O primeiro atributo negado ao Inimigo é a individualidade que caracteriza qualquer elemento do nosso grupo: um nome, uma família, sentimentos, relações, etc. Essa negação permite afastar qualquer tipo de analogias, ponto em comum ou humanidade que veiculem uma aproximação ao grupo adversário. É essencial confinar o Inimigo num conhecimento baseado sobre traços gerais para o manter no lugar do adversário que deve ser eliminado:

Nous pouvons de moins en moins combattre sans nous forger une figure de l'ennemi en tant que mal absolu, vis-à-vis duquel toute clémence ou sympathie constituerait une incongruité, si ce n'est même une trahison.

(Gray 2013 , p. 197)

No livro 'Costruire il nemico', Umberto Eco explica que 'Straniero tra tutti, e per il colore diverso, è il negro' (Eco 2011, p. 13). À cor da pele são associadas uma série de fatores físicos e morais claramente negativos. Essa construção do Inimigo, por fora e por dentro, é velha como os tempos. Desde Cícero, passando por Agostinho e até chegar aos estudos de Lombroso ou de filósofos do nosso século, o Inimigo apresenta características físicas e morais que perduram nos tempos. Umberto Eco traduz oferece a tradução italiana da definição de 'negro' na *Encyclopedia Britannica* de 1798:

Nella carnagione dei negri incontriamo diverse sfumature; ma tutti allo stesso modo si differenziano dagli altri uomini in tutte le fattezze dei loro volti. Guance tonde, zigomi alti, una fronte leggermente elevata, naso corto, largo e schiacciato, labbra spesse, orecchie piccole, bruttezza e irregolarità di forma caratterizzano il loro aspetto esteriore. Le donne negre hanno lombi molto cadenti, e glutei molto grossi, che conferiscono loro la forma di una sella. I vizi più noti sembrano essere il destino di questa razza infelice: si dice che ozio, tradimento, vendetta, crudeltà, impudenza, furto, menzogna, turpiloquio, dissolutezza, meschinità e intemperanza abbiano estinto i principi della legge naturale e abbiano messo a tacere i rimproveri della coscienza. Sono estranei a qualunque sentimento di compassione e costituiscono un terribile esempio della corruzione dell'uomo quando lasciato a se stesso.

(*ibid.*, p. 13)

Nessa definição de há mais de duzentos anos estão contidos os traços que são atribuídos aos negros e que reencontramos, pouco mudados, quando se fala de Inimigo no contexto da Guerra Colonial. Como se pode observar, aqui intervém a antropologia física enquanto argumento

justificador da inferioridade de uma raça.

De maneira geral, é Inimigo quem é estrangeiro. Partindo dessa diversidade de base, o Inimigo apresenta, ao longo dos séculos, características constantes que podemos resumir com os seguintes traços:

- É feio
- É malcheiroso
- Tem hábitos e costumes inferiores
- É de uma categoria social inferior
- É capaz das maiores atrocidades
- É comparado a um animal
- É incapaz de tratar de si próprio

Dos elementos citados, muitos provêm da tradição católica sobre a representação do Mal ou do pecado. Lembramos que um dos pecados capitais foi sempre considerado o da traição. No Inferno de Dante, Judas, o traidor por antonomásia, é posto no último círculo do Inferno, o nono círculo ou Judeca, ao lado do Mal representado por Lúcifer, traidor de Deus. Não admira que séculos depois, num Portugal dominado pela moral católica, um dos traços que sobressaía na descrição dos Terroristas ou dos negros fosse o da traição.

No artigo, *Le traître comme étranger radical*, Sébastien Schehr traça um retrato interessante do traidor: as representações da traição fazem parte de uma herança histórica, cultural e religiosa que nos foi transmitida através de textos, sobretudo obras literárias, onde podemos encontrar os 'arquétipos dos traidores' que ainda hoje influenciam as nossas representações do conceito. Segundo o autor, a traição seria a rutura de uma relação de confiança e lealdade:

[...] toute trahison peut être caractérisée sociologiquement comme une violation des rapports de confiance et loyauté c'est-à-dire comme une transgression des normes et autres conventions qui organisent la « bonne » pratique du lien social dans un ensemble donné.

(Schehr 2009, p. 46)

O traidor seria:

un être mauvais et pervers, mû par « des sentiments grossiers ». [...] Une sorte de Judas-type, et cela, quelles que soient ses motivations réelles ou les contextes dans lesquels sa trahison

Veremos, através da análise do Inimigo no *Diário*, como a traição nos empurra para uma reflexão sobre a ameaça da ordem social, mas também para a possível abertura para uma mudança das fronteiras do grupo, aumentando a reflexividade das pessoas envolvidas; num ambiente controlado por uma rígida hierarquia, é traidor quem abusa de um poder e de uma autoridade tacitamente reconhecidos e aceites.

Do lado do Inimigo, a traição é uma desonra que afasta o ser das suas qualidades mais humanas para o empurrar do lado da animalidade:

28.8.63 [carta recebida por M. V. da mãe]

«Meu filho quando estiveres a lêr tem cuidado com os pretos pois eles são traiçoeiros. Meu filho a Milica disse que os pretos pareciam gatos em cima das árvores por isso olha sempre pra cima».

Da mesma maneira, durante a Segunda Guerra Mundial, os soldados americanos consideravam animais os japoneses. A semelhança com as palavras da carta da mãe do M. V. é surpreendente:

Un marine de Guadalcanal ne pouvait se représenter les Japonais qu'en les comparant à diverses espèces animales: « Ils se cachent dans le haut des arbres comme des chats sauvages, déclara-t-il à Jonh Hersey. Parfois, quand ils attaquent, ils poussent des cris de bétail terrifié à l'abattoir.»

(Fussell 1992, p. 162)

9.09.64 [carta recebida por M. V. da mãe]

«Meu querido filho mandas dizer que aí os pretos e as pretas assim como os miúditos comem ratos grilos etc. eles comem isso por não terem de comer ou já é habito deles nessa povoação, eu a ler a carta até fiquei enjoada que fará tu aí a veres isso, são realmente como uns bichos».

18/3/64 [carta recebida por M. V. dum amigo]

«M. mando-lhe dizer se isso para aí está melhor porque esses macacos nunca mais acabam com isso eles são uns animais autenticos porque senão deixavam isso em paz era escosado estar a mandar para aí a mocidade toda de caminho as garotas querem cavalheiros para dançar e não tenhem. M. passa-lhe a dizer se já matou alguns macacos e com quem diz terroristas».

Desumanizado aquele que se pretende vencer, é também como um animal que o Inimigo deve morrer:

24.03.64 [carta recebida por M. V. do padrinho]

«O que é preciso é olho aberto e pé leste e de resto é sempre a matar os bichos como quem mata môscas».

Como já foi escrito por Gray em relação à Segunda Guerra Mundial:

L'ennemi est regardé comme une sorte d'animal particulièrement nuisible, à l'égard duquel on éprouve une répugnance instinctive.

(Gray 2013, p. 199)

E mais a frente, Gray demonstra como essa figura, apesar da sua animalidade, demonstra ter os piores defeitos humanos, como a traição ou a perfídia:

Bien qu'on lui prête une nature animale, dépourvue de passions humaines et de raison, on le juge capable à un degré surhumain de fourberie, de témérité et d'appétits sanguinaires.

(*ibid.*, p. 199)

Uma das consequências de uma construção baseada no medo e nas representações que temos do Outro é a de não se obter uma ideia clara do nível de força ou de fraqueza do Inimigo, já que se recusa o seu papel de adversário. A sua incompetência e fraqueza é-lhe atribuída *a priori* pelo fato de travar uma guerra subversiva, considerada uma guerra injusta de cobardes e traidores.

Essas considerações sobre o Inimigo são, infelizmente, em tempos de guerra, muitas vezes alargadas às populações civis. Em princípio, em qualquer guerra, os soldados têm como dever eliminar o Inimigo e defender as populações civis: é tarefa dos militares dividir civis e combatentes. Numa guerra subversiva, os papéis confundem-se e o civil é vítima mas também cúmplice e assassino, podendo apoiar a causa dos *Terroristas*. Assim, é o tipo de guerra que permite estender alguns traços dos adversários a toda a população civil.

## 11. O regresso

Diz ó mar à minha mãe  
Que matar não me apraz  
No fundo quem vai à guerra  
É aquele que a não faz  
Luís Cília, *Canto do desertor*

Aos que combateram dando o melhor da juventude, generosos e confiados na justeza de uma causa que afinal não era sua, em particular aos que a número um dos grupos de combate encararam de frente o vazio donde podia acontecer a morte.

Carlos Vale Ferraz, *Nó Cego*

J'ai l'impression que mon langage est devenu insuffisant, que je parle une langue différente. Et puis, je dois avouer que j'ai été touché au vif par une des dernières expériences que j'ai faites dans une école, où deux enfants, deux frères, m'ont lancé d'un ton sans réplique : «Pourquoi venez-vous encore nous raconter votre histoire, quarante ans après, après le Viêt-Nam, après les camps de Staline, la Corée, après tout cela...pourquoi?

Primo Levi, *Le devoir de mémoire*

O direito à imagem de cada povo define-se ou redefine-se em cada momento de acordo com os interesses nacionais que o poder político se compromete a defender. [...] Além do direito à imagem, assiste a cada povo o direito de não deixar que a sua imagem seja deturpada, o que é, em princípio, uma meditada e defesa visando fazer coincidir a imagem recebida pela comunidade internacional com a autenticidade da sua vida interna [...].

Adriano Moreira *cit. in* Vaz 1997, p. 24

Glenn Gray escreve no seu famoso livro *Au combat* as seguintes palavras que vão abrir este capítulo:

La guerre comprime les opposés les plus absolus dans le plus petit espace et le temps le plus court.

(2013, p. 54)

É também em torno de dois conceitos opostos, os de *esquecimento* e *memória*, que vamos organizar a nossa percepção do fim Guerra Colonial. Acabada a guerra, há uma primeira fase dominada pelo esquecimento. Mas conforme as guerras, as consequências e as recordações, essa fase deixa o espaço a uma vontade coletiva de memória e de construção histórica.

A primeira fase coincide com uma vontade de fugir do passado, de voltar a página, uma espécie de amnistia que permita libertar o futuro de uma memória demasiado deprimente. Tal silêncio não poupou a Guerra Colonial, como destacou Paulo de Medeiros referindo-se à situação portuguesa:

A discussão pública sobre a Guerra Colonial tem-se caracterizado principalmente pela sua ausência, embora nos últimos cinco anos tenham aparecido alguns indícios de uma mudança que permite pensar que a guerra colonial, de um tema tabu possa passar a integrar a reconsideração normal da história portuguesa e da construção da identidade nacional.

(Medeiros 2002, p. 95)

Vimos que a construção da identidade em contexto de guerra é essencial, e a identidade do Inimigo desenvolve um papel de confrontação com os atores empenhados na guerra. Acabada a guerra, a construção (ou reconstrução) do passado tem consequência sobre essa identidade. São emblemáticas, nesse sentido, as várias denominações que se deram à Guerra Colonial, dependendo do período, das responsabilidades e das partes envolvidas: Guerra do Ultramar, Guerra Colonial e, finalmente, Guerra de Independência.

Como já foi apontado por Annette Wieviorka numa entrevista de 2002, há uma primeira fase, logo depois dos acontecimentos, em que não se quer ouvir o testemunho. O passado converte-se num tema inoportuno, inconveniente, incompatível com o desejo coletivo de viver o presente e pensar num futuro de maneira otimista. O passado e os seus testemunhos são assim afastados, momentaneamente, da História. No entanto, ao esquecimento, segue-se a reconstrução, e aí existe uma memória que se prefere em detrimento de outra: é quando a história se torna na memória de

políticos ou de elementos que se opuseram ativamente aos acontecimentos considerados. Wieviorka serve-se do exemplo do processo de Nuremberga, em que os testemunhos escolhidos foram os dos *résistants*, as pessoas que se opuseram politicamente e ativamente ao III Reich. A memória dos combatentes e a experiência dos que lutaram pareciam mais convenientes na construção de uma identidade e de uma memória coletiva do que a das simples vítimas. As vítimas que não se enquadravam politicamente só foram ouvidas no processo de Heichmann em 1961, ou seja, 15 anos depois.

Por seu lado, Marianne Hirsch (1997) fala de pós-memória: a relação que a segunda geração, aquela que não viveu diretamente experiências traumáticas, mas que as ouviu, transmitidas de maneira tão profunda que integraram as suas próprias memórias. Esta é a memória por procuração, que tem uma consequência inevitável: produz um amplo leque de histórias e de ficções. E um dos meios principais de transmissão dessas memórias é o das imagens, que, parece escusado sublinhar, determinam grande parte das nossas representações sociais, moldando as nossas crenças e os nossos conhecimentos sobre acontecimentos históricos, a nossa memória coletiva.

Como já foi estabelecido por Maurice Halbwachs, entendemos por memória coletiva:

Une reconstruction du passé qui adapte les faits anciens aux croyances et aux besoins spirituels du présent, la connaissance de ce qui était à l'origine est secondaire, sinon tout à fait inutile, puisque la réalité du passé n'est plus là, comme un modèle immuable auquel il faudrait se conformer.

(Halbwachs 1941, p. 9)

A nossa memória coletiva da Guerra Colonial, por conseguinte, resultará de necessidades, valores e conhecimentos que mudaram desde o fim da mesma guerra.

Pense-se concretamente no documentário de Joaquim Furtado de 2007, *A Guerra do Ultramar*. O documentário segue uma linha já traçada, anos antes, por Claude Lanzmann com o filme *Shoah* e por Marcel Ophüls com *Hotel Terminus*. São filmes que se constroem quase inteiramente à volta do testemunho oral dos vários intervenientes nos conflitos. Sempre segundo Wieviorka (1998), um evento como o julgamento de Eichmann tinha mudado o papel do testemunho: o julgamento do oficial nazi, privilegiando o testemunho mais do que as provas documentais, teria aberto a 'Era do Testemunho', o qual alcançou um estatuto privilegiado e passou a ser considerado 'portador de história' (*ibid.*). As testemunhas veem-se 'obrigadas' a depor, movidas pelo 'dever de memória'. Tal expressão tem origem numa entrevista de Primo Levi, gravada em 1983 e publicada postumamente em 1995. Nesse pequeno livro, notável pela sua beleza e força

narrativa, Primo Levi deu-nos a conhecer as suas dúvidas sobre a necessidade e sobre a memória ligada ao Holocausto. A expressão, banalizada pelos *media*, despertou as críticas de alguns intelectuais como Todorov (2004), Henry Rousso e Éric Conan (1996), que denunciaram o lugar e o uso da memória na sociedade atual. O 'dever de memória' seria comparável a uma 'nova religião cívica', com privilégio para os sentimentos, sem conteúdos e sem efeitos do ponto de vista político.

Nas palavras de Todorov,:

Sacraliser la mémoire est une autre manière de la rendre stérile. Une fois le passé rétabli, on doit s'interroger : de quelle manière s'en servira-t-on, et dans quel but?

(Todorov 2004, p. 33)

Também Henry Rousso (1996) fala de 'hipermnesia' ou 'excesso de memória' e alerta para o perigo de uma tal obsessão do passado nos poder levar a um perigoso 'passado que não passa'.

Nas páginas que escrevemos até agora quisemos demonstrar que a guerra começa, depende e resulta do que se escreve sobre ela. Mas isso é também válido na vivência do passado, quando a guerra já foi combatida, tornando-se um produto de uma memória coletiva na qual se misturam necessidades, conhecimentos e valores, desta vez relacionados com o presente.

Passados 50 anos, as lembranças perdem os seus pormenores e acabam substituídas por imagens e conceitos que também vão mudando, sobre a guerra, a colonização, a descolonização, o racismo e a relação ao Outro. Estamos conscientes dessa transformação que qualquer acontecimento histórico pode sofrer. Como nos lembra Steinbeck (1984, pp. 6-7):

O que eu estranho é que a minha guerra se tenha convertido, mercê das nebulosas recordações que dela conservo, numa guerra tão vaga como uma conjectura.

Mas tê-la-emos nós conhecido? Lembrar-nos-emos verdadeiramente dela; das cargas, das atitudes, dos terrores e — por que não dizê-lo? — das alegrias próprias dessa mesma guerra? Sempre gostaria de saber quantos homens haverá que, tendo participado nela, a recordem com nitidez.

É por isso que o nosso interesse se fixou sobre o que foi escrito durante os anos da Guerra Colonial e por saber que os textos que analisámos criam uma 'defesa' perante a passagem dos anos, bem como uma memória coletiva que desliza mais em direção ao futuro do que ao passado:

Certes, la mémoire collective reconstruit ses souvenirs de façon à ce qu'ils s'accordent avec les idées et préoccupations contemporaines. Mais elle se heurte à des résistances: vestiges matériels, textes écrits, aussi bien qu'à ce qui a pris forme de rites et d'institutions.

(Halbwachs 1941, p. 192)



Por isso os textos que analisámos, testemunhos diretos de uma época, de uma mentalidade e de uma vivência, de um consenso e dissensão, podem dizer muito sobre a guerra e sobre os seus funcionamentos. Essa 'responsabilidade' da guerra chega até ao nosso trabalho, mas é a mesma responsabilidade que as pessoas que deixaram os espólios na LAAHM sentiram. De seguida, transcrevemos alguns excertos das cartas que acompanharam os legados. A carta que se segue foi escrita por A. T., mulher do soldado J. D., que combateu em Angola de 1963 até 1966:

«Aqui vos envio as fotos como foi prometido pois ainda passei algum trabalho a convencer o meu marido para as deixar enviar pois disse-lhe que era por uma causa justa e nobre alguém se lembrar de fazer um espólio dos combatentes que estiverão em Angola e mais lhe disse que um dia que nós faltasse-mos os filhos não ligavam às fotos nem pensavam no que o pai passou na guerra que arriscou a vida para salvar a Pátria para nada só serviu para dar cabo da saúde que ainda hoje sofre com isso [...] o meu marido só pede que as fotos sejam para expôr num sitio digno por tudo que êle e todos quantos lá estiverão passarão, pois cada uma delas tem um significado e uma história que êle muitas vezes com orgulho e amargura conta aos netos e a muitas pessoas os horrores que passou na guerra que foi obrigado a ir deixando na Metrópole mulher e filhos...».

A mãe do Alferes-comando D. C. B., 34 anos depois da morte do filho, deixou as suas cartas no arquivo argumentando que seria a única maneira de as não destruir porque sentia, só de pensar na eliminação dos últimos testemunhos de vida do filho, uma profunda tristeza:

«Sou viúva e como não tenho mais ninguém a quem deixar estas recordações estava para queimar tudo [...]. Ficarei muito contente em oferecer estas recordações ao Arquivo e confesso fico com o coração apertado só de pensar que terei de destruir todas estas fotografias e os documentos...».

A seguinte carta foi escrita por A. R., que combateu no Ultramar. Deixou ao arquivo as cartas escritas à mulher durante os anos de comissão, demonstrando ao mesmo tempo um certo pessimismo em relação à memória da geração futura:

«Quanto a mim é uma ideia genial, pois que nossos filhos ou netos desta geração, não iriam continuar a guardar estes. Não ligam, e é um consolo para quem assim pensa e não tem seguidores».

Como se pode ler dos excertos, a vontade de não esquecer, de participar com a sua contribuição no devir da História, está bem presente. Há uma amargura perante o esquecimento ou a

falta de interesse da geração atual, que pouco ou nada quer saber dos sacrifícios dos pais ou avós. O arquivo dá continuidade a esses sentimentos e um sentido ao que aconteceu, permitindo que os sofrimentos, os sacrifícios, enfim, a guerra, não se tornem em conceitos quixotescos. Por outro lado, permite que quem participou diretamente no acontecimento não seja rasurado pela dimensão coletiva do fenómeno.

## Conclusões

Chegámos ao final do nosso trabalho e é tempo de tentar fixar as nossas conclusões. Em primeiro lugar, achamos importante destacar que as representações sociais partilhadas e mantidas sobre a guerra encontram 'obstáculos' nas escritas de testemunhos diretos, os quais se convertem em importantes pontos de questionamento. Graças a tais testemunhos, podemos encarar a guerra, as suas dinâmicas e as suas regras de maneira individual, apesar de se tratar de um acontecimento que é dos mais coletivos que existem. É através das vivências de cada um que podemos analisar *as narrativas de guerra* que por todo lado nascem e perceber como elas criam ou mantêm representações sociais cristalizadas, afastadas da realidade. E o argumento, infelizmente, é de grande atualidade.

Destacamos, mais uma vez, que não analisámos as cartas dos mais de 800.000 portugueses que combateram durante a Guerra Colonial. Os 6 espólios contêm mais de duas mil (2.296) cartas e o *Diário* de Etelvino e ofereceram a possibilidade de perceber a vivência da guerra e a escrita que daí decorreu por parte de apenas uma centena de pessoas atuando ora na primeira linha ora na retaguarda. Estamos conscientes de que, num movimento coletivo, cada indivíduo é importante, e é na comparação e na difusão de um número crescente de informações que conseguiremos ter ideias cada vez mais claras sobre movimentos de tão grande dimensão. É claro que o levantamento de informações sobre alguns dos temas escolhidos foi de grande utilidade. E perceber quais as estratégias linguísticas usadas para falar ou silenciar alguns temas essenciais da guerra também o foi. Mas existem, evidentemente, limites às nossas escolhas e à envergadura de um *corpus* pesquisável individualmente. Pensamos, por isso, que isto é só um início. Seria de grande interesse, nos estudos sobre a guerra, continuar esta prática e conseguir uma visão mais abrangente das vivências diretas dos soldados em operações de guerra.

O nosso percurso começou há uns anos atrás, num arquivo onde foram deixados espólios de soldados que participaram na Guerra Colonial que se travou em Angola, Moçambique e Guiné. Mais de 40 anos depois, essas cartas voltaram a ser lidas. Milhares de cartas, algumas de grande beleza, outras repetitivas, outras ilegíveis, outras divertidas e tantas comoventes. Em todas elas, lia-se ansiedade, medo, desejo, esperança, força, coragem, persistência: estavam ali reunidos todos os sentimentos que um ser humano podia experimentar ao longo da vida, mas que num contexto de guerra ficam condensados nos dois anos da comissão.

A pergunta inicial deste trabalho está diretamente relacionada com a guerra: como é possível

convencer milhares de pessoas a combater, a morrer, a sacrificar-se? Como é possível aceitar e manter durante tantos anos o esforço de guerra? A essa pergunta, a resposta que nos pareceu mais lógica foi a de que se conseguiu isso porque se apresentou um 'culpado', um elemento que tinha desencadeado a guerra: o Inimigo. Mas se muitas vezes se fala de *teatro de guerra*, é também porque o Inimigo é um papel, representado por uma personagem que é preciso construir e que preenche uma parte importante do esforço de guerra.

A figura do Inimigo construída pela Propaganda é de fácil apreensão: ao definir o Inimigo enquanto *Terrorista*, *bandoleiro* ou *bandido*, criaram-se de forma espontânea dois campos, o bom e o mau, o branco e o preto, o lado legal e o ilegal. Visões maniqueístas como estas conseguem o consenso de forma rápida, desencadeando uma adesão inicial unânime e indiscutível. O que é menos evidente é como essa figura está presente nas cartas e no *Diário*, como vai manter-se ao longo dos dois anos de comissão e participar ativamente no esforço de guerra, garantindo que o Inimigo se mantenha *a raison d'être* da guerra.

O conhecimento do Outro, Inimigo ou nativo, centra-se em representações sociais que podem facilmente ser reconhecidas e partilhadas. É-lhe negada a individualidade e uma identidade. O Outro é considerado *out-group*: por isso é inferior, é traidor e aparenta-se mais a um animal do que a um ser humano. Esses traços são intrínsecos ao Inimigo ou ao nativo, visto criar-se um *continuum* entre características físicas e morais. A distância paralela que se instaura entre o 'eu' e o 'Outro' estabelece-se de tal maneira que impede um qualquer ponto de convergência. A aproximação máxima que os soldados tiveram durante a Guerra Colonial concretizou-se, para muitos deles, na posse de uma mulher negra. Usada para o conforto do soldado, a mulher era vista, sob o prisma da mentalidade colonial, como um produto que o homem podia consumir. Nunca vimos demonstrado, no que lemos sobre a relação com a mulher negra, aquele conceito de miscigenação tão caro ao luso-tropicalismo de Gilberto Freire, recuperado e manipulado pelo Estado Novo. A distância paralela impedia qualquer aproximação e, por isso, qualquer conhecimento. Foi nessa ausência cognitiva que o Inimigo viveu.

Entretanto, o soldado aceitava, e até interioriza, o dever de suprimir o Inimigo. A convicção de eliminar o Inimigo era mais uma questão de perícia do que o resultado de uma adesão à guerra. Essa convicção foi mais interiorizada onde existia maior consciencialização perante a guerra, por exemplo nas tropas de elite. A separação entre combatente e não combatente era aí mais rígida, e a guerra considerava-se um trabalho de alto risco, onde era preciso demonstrar a coragem, tenacidade e competência do próprio. Diferente foi a posição dos milicianos: a possibilidade de matar e ser morto pedia uma argumentação e um empenho que extravasava a organização militar: entre sorte e azar, existiam tantas probabilidades de morrer quanto de viver.

A religião tornou-se um auxílio de extrema importância, e, nessa perspectiva o divino era sinónimo de proteção. Foi na impossibilidade de dar uma resposta concreta e elaborar um raciocínio lógico que o misticismo se inseriu para facilitar a aceitação da obrigação da guerra.

Quanto à retaguarda, as posições sobre o Outro mantiveram-se mais facilmente constantes, já que não havia um confronto direto com os combates, com os territórios e com as pessoas. Na retaguarda a guerra viveu-se de maneira mais individual, através da experiência de um filho, de um noivo, de um marido ou irmão. As opiniões eram menos moderadas e mais facilmente se entrou num pensamento coletivo de adesão e apoio, apesar de indireto, ao esforço de guerra.

Perante os 'silêncios' de guerra vimos como eles se evidenciaram; os 'silêncios' estão relacionados com os tabus partilhados na nossa cultura. Falar da morte, da tortura ou do sofrimento é abordar temas que, até em tempo de paz dificilmente são tratados. Por outro lado, os soldados não silenciavam as privações e as angústias que sofriam, até porque havia circulação e transmissão sobre o mal-estar provocado pela guerra desde os seus primeiros anos. Isto demonstra que é mais fácil falar e ter uma perceção racional do Inimigo que está no *in group*. São testemunhos do que acabámos de dizer os numerosos excertos que escolhemos e que denunciam as desigualdades. As injustiças que foram reveladas por Salgueiro Maia (2014), a seguir ao 25 de Abril, eram as mesmas que vários soldados explicitaram nas cartas ao longo da comissão e ao longo dos anos de guerra. Demonstram que o mais perigoso Inimigo não é aquele que se combate.

Entretanto, as dissensões também mostram que a sua simples existência não contribuiu forçosamente para uma mudança de atitude. Os que criticaram a guerra, a sua organização, os seus sofrimentos continuaram a combater e acabaram os dois anos de comissão. Pela nossa parte, identificámos como traços mais consensuais numa guerra a obediência à hierarquia militar e o cumprimento do dever. Ora esses foram os elementos mais largamente criticados, mas como já dissemos, nunca foram totalmente rejeitados. A nossa hipótese é a de que, ao rejeitar inexoravelmente a hierarquia e o dever, o soldado entrava no grupo dos traidores, o *out-group*, que pediria, a nível cognitivo e comportamental, um esforço considerado maior do que o esforço de guerra.

Foram impressos 300 milhões de aerogramas e tivemos a possibilidade de ler muitas centenas de cartas. Numa Ditadura onde não se discutiam os eventos políticos ou sociais, a guerra e a sua escrita ofereceram a possibilidade para muitos de 'conversar'. Se por um lado a correspondência era a 'força moral n.º 1', por outro lado permitiu a difusão de dúvidas e de dissensões perante uma guerra injusta. Acreditamos que a escrita foi um potente meio para dar notícias, sem dúvida, mas também ajudou a falar sobre um tema que só se conhecia através das 'evidências' dos comunicados oficiais.

A nível textual, escolhemos as sequências narrativas e as sequências dialogais como organizadoras da escrita de guerra. Porém, essas sequências albergam-se em sequências argumentativas e incluem sequências descritivas. As sequências narrativas desempenham a função de dar informações e de descrever, usando representações sociais que nos orientam para um tipo de argumentação. São moldadas pelo que designamos de 'narrativas de guerra'. Esse tipo de narrativa apresenta uma estrutura fixa, direcionada para um final, antecipando o desfecho de um conflito. As questões mais delicadas, como o anúncio de baixas e de feridos, encaixam muito claramente nessa estrutura fixa.

Não podemos esquecer, na abordagem das mesmas narrativas de guerra, as questões relacionadas com o código militar e seus valores implícitos, como os de coragem, honra e dever. Direcionam o discurso e pedem uma posição do autor perante a sua escrita. São moldes estruturados pelas representações que temos sobre o *ethos* militar ou sobre os conhecimentos que os outros dele têm.

É também num claro efeito de evidência que se desempenha a narrativa de guerra, impedindo um espaço para a argumentação ou a discussão: trata-se de uma narrativa demasiado bem comportada, 'morta' nas palavras de Rui de Azevedo Teixeira (*cit. in* Marques 2002, p. 115). Vimos como a organização das sequências tanto narrativas como dialogais criavam uma circularidade textual e cognitiva. E os comunicados oficiais, que tão bem refletiam essas estratégias discursivas, tinham um impacto visível tanto nas palavras dos soldados como nas dos que viviam a guerra na retaguarda. O consenso e a adesão à guerra passaram também, assim, pelo reconhecimento e pelo uso partilhado da textualidade produzida sobre ela. Essencial era que, ao produzir um efeito de evidência, se chegasse a outro efeito, o de 'verdade', abrindo caminho para os mecanismos da reprodução, elementos fundamentais no gregarismo próprio de qualquer guerra.

Por meio do quadro teórico que usámos para analisar o *corpus*, vimos como as estratégias linguísticas e não linguísticas nele usadas são variadas, contribuindo, todas sem excepção, para manter e sustentar o esforço de guerra. Desde a ironia, vista como um ato ilocutório que pede cumplicidade, ao uso do aconselhamento, que se concretiza através do exemplo ou do provérbio, aos requerimentos, pedidos e perguntas, que são um desejo implícito de continuação da vida, todos suportam um consenso dificilmente exibido de forma mais explícita.

O discurso sobre a guerra é o resultado de uma elaboração individual e social. Nesses termos, os modelos mentais de Van Dijk ajudam a perceber como os indivíduos representam para si próprios os acontecimentos em que estão envolvidos. Por outro lado, o discurso é uma prática social, construindo representações e sentidos do mundo. Isso implica ele que mantenha uma relação ativa com a realidade, no sentido em que constrói conhecimentos usados pelos indivíduos. Ao

escolher o instrumento de análise das 'representações sociais', usámos um elemento da psicologia social que pudesse ligar o individual ao social: as representações sociais moldam e restringem o discurso, concretizando-se em conhecimentos e crenças, determinando atitudes e comportamentos. Por outro lado, elas não são fixas, e o facto de não serem estáveis permite aceitarem a transformação do discurso e, por consequência, da sociedade. Abrangem a possibilidade de o homem não ser unicamente um consumidor passivo do discurso do poder e de contrariar um padrão imposto pela hegemonia, facto demonstrado por críticas e reprovações presentes tanto nas cartas como no diário. Por outro lado, é importante sublinhar que existem limites a tal desafio, e o consenso entra nesse espaço.

Enfim, concluímos que o quadro teórico aqui proposto, oriundo das abordagens sociodiscursivas, teve como propósito ajudar a compreender a constituição, reprodução e a mudança de textos sobre a guerra.

## BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1988), *Resenha histórico-militar das campanhas de África, 1961-1974*, Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1.º vol.
- Abric, Jean-Claude (1998), *Pratiques sociales et représentations*, Paris, PUF.
- Adam, Jean-Michel (1997), "Genres, textes, discours : pour une reception linguistique du concept de genre", in *Revue belge de philologie et d'histoire*, volume 75, Numéro 3, pp. 665-681, [consultado no dia 21/05/2017]. URL: [http://www.persee.fr/doc/rbph\\_0035-0818\\_1997\\_num\\_75\\_3\\_4188](http://www.persee.fr/doc/rbph_0035-0818_1997_num_75_3_4188)
- Adam, Jean-Michel (1998), "Les genres du discours épistolaire de la rhétorique à l'analyse pragmatique des pratiques discursives", in *La lettre, entre réel et fiction*, Jurgen Siess (dir.), Paris, SEDES, pp. 37-53.
- Adam, Jean-Michel (2011), *Les textes : types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*, Paris, Nathan Université.
- Adam, Jean-Michel e Revaz, Françoise (1997), *A análise da Narrativa*, Lisboa, Gradiva.
- Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos Matos (2010), *Os anos da Guerra Colonial: 1961-1975*, Matosinhos, QuidNovi.
- Alberca, Manuel (1997), *El diario intimo, hoy* (encuesta). Boletín de la Unidad de Estudios Biográficos, nº2 (Janeiro), Barcelona, Departamento de Filología Española de la Universidad de Barcelona.
- Alexandre, Valentim (2005), "O Império Colonial". Em *Portugal contemporâneo* António Costa Pinto (org.), Lisboa, Dom Quixote, pp. 67-87.
- Allam, Malik (1996), *Journaux intimes. Une sociologie de l'écriture personnelle*, Paris, l'Harmattan.
- Altman, Janet (1982), *Epistolarity: Approaches to a Form*, Ohio State University Press.
- Amossy, Ruth (2005), *A imagens de si no discurso: a construção do ethos*, São Paulo, Contexto.
- Ariés, Philippe e Duby, Georges (dir.) (1990), *História da vida privada*, volume 3, Edições Porto, Afrontamento.
- Artières, Philippe (1997), *Arquivar a própria vida*, [consultado no dia 17/03/2015]. URL: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/arquivar\\_a\\_propria\\_vida.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/arquivar_a_propria_vida.pdf)
- Artières, Philippe (2001), "Écriture contrainte. Nouguier, les Souvenirs d'un moineau". Em *Genèses du «Je»*, (dir) Lejeune Ph. et Viollet C., CNRS, pp. 35-62.
- Audoin-Rouzeau, Stéphane (2008), *Combattre. Une anthropologie historique de la guerre moderne (XIX-XX siècle)*, Paris, Seuil.
- Austin, John Langshaw (1970 [1962]), *Quand dire c'est faire*, Paris, Seuil.



- Bally, Charles (1932), *Linguistique générale et linguistique française*, Paris, Ernest Leroux.
- Barreto, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, ICS, Universidade de Lisboa.
- Barreto, António (2004), "Mudança Social em Portugal, 1960-2000". Em *Portugal Contemporâneo*, António Costa Pinto (org.), Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 137-162.
- Barreto, António (org.) (2007), *Portugal, um retrato social*, Lisboa, Público-Comunicação Social.
- Barthes, Roland (1997), *Mitologias*, Lisboa, Ed. 70.
- Batista, Etelvino da Silva (2000), *Diário de Guerra: Angola 1961-63*, Lisboa, Três Sinais.
- Batista, Etelvino da Silva (2016), *O soldado 82/60 e suas Memórias de Guerra de Angola*, Lisboa, Chiado Editora.
- Benveniste, Émile (1966), *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard.
- Benveniste, Émile (1974), *Problèmes de linguistique II*, Paris, Gallimard.
- Benveniste, Émile (1992), *O homem na linguagem*, Lisboa, Vega Universidade.
- Berber-Sardinha, Tony (2000), "Comparing corpora with WordSmith tools: how large must the reference corpus be?", em *WCC '00 Proceedings of the workshop on Comparing corpora*, Hong Kong, Association for Computational Linguistics, vol. 9, pp. 7-13.
- Beyrau, Dietrich (2009), "Images de l'ennemi et violence. Sur les caractéristiques constitutives de la société soviétique". Em *La construction de l'ennemi*, Johler, Reinhard, Raphaël, Freddy e Schmoll, Patrick (dir.), Strasbourg, Néothèque, coll. "Polémo-logiques", pp. 35-60.
- Biber, Douglas e Conrad, Susan (2009), *Register, Genre, and Style*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bondi, Marina (2010), "Perspectives on keywords and keyness", em *Keyness in Texts*, Bondi, Marina e Scott, Mike (eds.), Amsterdam & Philadelphia, John Benjamins Pub. Co., pp. 1-18.
- Bourdieu, Pierre (1975), "Le langage autorisé", in *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 1, n° 5-6, nov. 1975, pp. 189-190.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale di jugement*, Paris, les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1982), *Ce que parler veut dire*, Paris, Fayard.
- Boureau, Alain (1991), "La norme épistolaire, une invention médiévale". Em *La correspondance. Les usages de la lettre au XIX siècle*, Chartier, Roger (dir.), Paris, Fayard, pp. 127-150.
- Brown, Penelope e Fraser, Colin (1979), "Speech as a marker of situation". Em *Social markers in speech*, Giles H. e Scherer K. (org.), Cambridge, Cambridge University Press, pp. 33-62.
- Caetano, Marcelo (1973), *As razões da presença de Portugal no Ultramar*, Lisboa, Oficinas gráficas da S.E.I.T.
- Caffarena, Fabio (2002), *Lettere dalla grande guerra. Scritture del quotidiano, monumenti della*

*memoria, fonti per la storia. Il caso italiano*, Milano, Unicopli.

- Candeias, António (2009), *Educação, Estado e Mercado no século XX. Apontamentos sobre o caso português numa perspectiva comparada*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri.
- Cann, John P. (1998), *Contra-Insurreição em África 1961-1974. O modo português de fazer a guerra*, S. Pedro do Estoril, Atena.
- Cardoso, do Vale Norberto (2007), "Algodões e Agonias nas Cartas da Guerra de António Lobo Antunes". Em *Diacrítica - Ciências da Literatura* nº 21/3, Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp.383-400.
- Carel, Marion e Ducrot, Oswald (2009), "Mise au point sur la polyphonie". Em *Langue Française* 164, 2009/4, Paris, Ed. Armand Colin, pp. 33-43. URL: <http://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2009-4-page-33.htm>
- Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Carvalho, Rómulo De (1996), *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regim de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castelo, Cláudia Orvalho (1996), *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Castillo Gómez, Antonio (1997), *Escrituras y escribientes. Prácticas de la cultura escrita en una ciudad del renacimiento*, Fundación de Enseñanza Superior a Distancia de Las Palmas de Gran Canaria.
- Castillo Gómez, Antonio (coord.) (2002), *Historia de la cultura escrita. Del próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada*, Gijón, Ediciones Trea.
- Castillo Gómez, Antonio (2003), *Das tabuinhas ao hipertexto: uma viagem na história da cultura escrita*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Charaudeau, Patrick (2006), *Des catégories pour l'humour*, Revue Questions de communication nº10, Presses Universitaires de Nancy.
- Charaudeau, Patrick (2011), "Des catégories pour l'humour. Précisions, rectifications, compléments". Em *Humour et crises sociales. Regards croisés France-Espagne*, Vivero Ma.D. (dir.), pp. 9-43, Paris, L'Harmattan, [Consultado no dia 2/01/2017].URL: <http://www.patrick-charaudeau.com/Des-categories-pour-l-humour,274.html>
- Chartier, Roger (dir.) (1991), *La correspondance. Les usages de la lettre au XIX siècle*, Paris, Fayard.
- Chorão, João Bigotte (2001), *Diário quase completo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Cortesi, Elena (2008), *Reti dentro la guerra. Corrispondenza postale e strategie di sopravvivenza (1940-1945)*, Roma, Carocci.
- Dauphin, Cécile (1991), "Les manuels épistolaires au XIX siècle". Em *La correspondance. Les usages de la lettre au XIX siècle*, Chartier, Roger (dir.), Paris, Fayard, pp. 209-242.
- De Almeida, João (1932), *Nacionalismo e Estado Novo*, Lisboa.
- De Benoist, Alain (2009), "*Guerra Justa*", *Terrorismo, Estado de Urgência e "Nomos da Terra"*. *A actualidade de Carl Schmitt*, Amadora, Antagonista.
- Didier, Béatrice (2002 [1976]), *Le journal intime*, Paris, PUF.
- Doise, Willem e Palmonari, Augusto (1986), *L'étude des représentations sociales*, Neuchâtel, Delachaux & Niestlé.
- Ducrot, Oswald (1984), *Le dire et le dit*, Paris, Les Editions de Minuit.
- Ducrot, Oswald (2003), "Argumentação retórica e argumentação linguística", [Consultado no dia 18/05/2016]. URL: [http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao02/02t\\_od.php](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao02/02t_od.php)
- Ducrot, Oswald (2008), *Dire et ne pas dire. Principes de sémantique linguistique*, Paris, Hermann Éditions.
- Durkheim, Emile (1898), *Les représentations individuelles et collectives*, [Consultado no dia 27/01/2015]. URL: [http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim\\_emile/Socio\\_et\\_philo/ch\\_1\\_representations/representations.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/Socio_et_philo/ch_1_representations/representations.pdf)
- Durkheim, Émile (1968 [1912]), *Les formes élémentaires de la vie religieuse. Le système totémique en Australie*, [Consultado no dia 27/01/2015]. URL: [http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim\\_emile/formes\\_vie\\_religieuse/formes\\_elementaires\\_1.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/formes_vie_religieuse/formes_elementaires_1.pdf)
- Eco, Umberto (2011), *Costruire il nemico e altri scritti occasionali*, Milano, Bompiani.
- Eggs, Ekkehard (2009), "Rhétorique et argumentation: de l'ironie, *Argumentation et Analyse du Discours*". [Consultado no dia 02/01/2017]. URL: <http://aad.revues.org/219>.
- Espirito Santo, Sílvia (2002), *Adeus, até ao teu regresso: o Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Fairclough, Norman (1985), "Critical and descriptive goals in discourse analysis". Em *Journal of Pragmatics* 9, Amsterdam, Elsevier, pp. 739-63.
- Fairclough, Norman (1989), *Language and Power*, London, Longman.
- Fairclough, Norman (2001), *Discurso e mudança social*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília.
- Foucault, Michel (1970), *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard.
- Foucault, Michel (1976), *História da sexualidade*, Lisboa, Edições António Ramos.
- Foucault, Michel (1984 [1967]), "Dits et écrits, Des espaces autres" (conférence au Cercle d'études

- arquitecturales, 14 mars 1967), in *Architecture, Mouvement, Continuité*, nº5, octobre 1984, pp. 46-49.
- Freire, Francisco José (1786), *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas [...]*, Lisboa, Officina de António Gomes.
- Freund, Gisèle (2010), *Fotografia e sociedade*, Lisboa, Vega.
- Fussell, Paul (1992), *À la guerre*, Paris, Ed. du Seuil.
- Gibelli Antonio (2002), "Emigrantes y soldados. La escritura como práctica de masas en los siglos XIX y XX". Em *La conquista del alfabeto. Escritura y clases populares*, Castillo Gómez (coord.), Gijón, Ediciones Trea. pp. 189-223,
- Gibelli, Antonio (2007 [1991]), *L'officina della guerra. La Grande Guerra e le trasformazioni del paesaggio mentale*, Torino, Bollati Boringhieri.
- Giddens, Anthony (2003), *A constituição da sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.
- Goffman, Erving (1955), "On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction". Em *Psychiatry: Journal for the Study of Interpersonal Processes*, 18, pp. 213–231.
- Goffman, Erving (1974), *Les rites d'interaction*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Goffman, Erving (1993), *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Gomes, Carlos Matos (2010), "O Teatro de Operações de Moçambique". Em *A Academia Militar e a Guerra de África*, AA.VV., Lisboa, Academia Militar, pp. 145-174.
- Goody, Jack (1986), *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Edições 70 Lda.
- Goody, Jack (1988), *Domesticação do pensamento selvagem*, Lisboa, Editorial Presença.
- Goody, Jack (2007), *Pouvoirs et savoirs de l'écrit*, Paris, LaDispute/ SNÉDIT.
- Goody, Jack e Watt, Ian (1963), "The Consequences of Literacy". Em *Comparative Studies and History*, Cambridge University Press, Vol. 5, Nº 3 pp. 304-345.
- Gray, Jesse Glenn (2013), *Au combat. Réflexions sur les hommes à la guerre*, Paris, Éd.Tallandier, Coll. Texto.
- Grice, Herbert-Paul (1957), "Meaning". Em *The Philosophical Review*, Duke University Press, vol. 66, pp. 377–88.
- Grice, Herbert-Paul (1979), "Logiques et conversation". Em *Communications* nº30, Paris, Seuil, pp. 57-72.
- Guillén, Cláudio (1986), *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la Literatura comparada*, Barcelona, Crítica.
- Guillén, Cláudio (2000), *La escritura feliz: literatura y epistolaridad*, in *Múltiples moradas*. Ensayo de Literatura Comparada, Barcelona, Tusquets.
- Gusdorf, George (1948), *La découverte de soi*, Paris, PUF.

- Halbwachs, Maurice (1941), *La topographie légendaire des Évangiles en Terre Sainte: Étude de mémoire collective*, Paris, PUF.
- Halbwachs, Maurice (1997 [1950]), *La mémoire collective*, Paris, Éditions Albin Michel.
- Halliday, M.A.K. (1978), *Language as social semiotic. The social interpretation of language and meaning*, Baltimore, University Park Press.
- Halliday, M. A.K. e Hasan, Ruqaiya (1976), *Cohesion in English*, London, Longman.
- Haverkate, H. (1985), "La ironia verbal: un análisis pragmalingüístico". Em *Revista Española de Lingüística* 15 (2), pp. 343-391, [consultado no dia 20/12/2016].  
URL: [http://www.sel.edu.es/pdf/jul-dic 85/4%202%20Haverkate.pdf](http://www.sel.edu.es/pdf/jul-dic%2085/4%20202%20Haverkate.pdf)
- Hirsch, Marianne (1997), *Family Frames. Photography Narrative and Postmemory*, Cambridge, Harvard University Press.
- Hobsbawn, Eric J. (2000), *O século XXI. Reflexões sobre o futuro*, Lisboa, Editorial Presença.
- Hook Demarle, Marie-Claire (2008), *L'Europe des lettres. Réseaux épistolaires et constructions de l'espace européen*, Paris, Éditions Albin Michel.
- Hymes, Dell (1962), "The Ethnography of Speaking". Em *Anthropology and Human Behavior*, Thomas Gladwin e William C. Sturtevant, Washington DC, Anthropological Society of Washington, pp. 13-53.
- Jakobson, Roman (1963), *Essais de linguistique générale*, Paris, Minuit.
- Jankélévitch, Vladimir (1936), *L'ironie*, Paris, Félix Alcan.
- Jodelet, Denise (1989), *Folies et représentations sociales*, Paris, PUF.  
URL:[http://classiques.uqac.ca/contemporains/jodelet\\_denise/folies\\_representations\\_soc/folies\\_representations\\_soc.pdf](http://classiques.uqac.ca/contemporains/jodelet_denise/folies_representations_soc/folies_representations_soc.pdf)
- Jodelet (1994), *Les représentations sociales*, Paris, PUF.
- Johler, Reinhard (2009), *La construction de l'ennemi*, Strasbourg, Néothèque, coll. "Polémologiques".
- Kaufer, (1981), "Understanding ironic communication". Em *Journal of Pragmatics*, vol. 5, Issue 6, December 1981, Amsterdam, Elsevier, pp. 495-510.
- Keegan, John (1983), *A guerra no mundo. Guerras e guerrilhas desde 1945*, Lisboa, Verbo.
- Keegan, John (1987), *O rosto da batalha*, Lisboa, Fragmentos.
- Keegan, John (2016), *Uma história da guerra*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (1978), "Déambulation en territoire aléthique. *Stratégies discursives*". *Actes du colloque du Centre de Recherches Linguistiques et Sémiologiques de Lyon 20-22 mai 1977*, Lyon, Presses universitaires de Lyon, pp. 53-90.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (1996), *La conversation*, Paris, Seuil.

- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (2008), *Les actes de langage dans le discours, Théorie et fonctionnement*, Paris, Armand Colin.
- Krieg, Alice (2000), *La dénomination comme engagement. Débats dans l'espace public sur le nom des camps découverts en Bosnie*, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2000/3 n° 93, pp. 33-69, [consultado no dia 17/2/2016]. URL: <http://www.cairn.info/revue-langage-et-societe-2000-3-page-33.htm>
- Labanca, Nicola, Rochat, Giorgio (org.) (2006), *Il soldato, la guerra e il rischio di morire*, Milano, Ed. Unicopli.
- Lartéguy, Jean (1963), *Les Centurions*, Paris, Presses pocket.
- Lejeune, Philippe (1989), «*Cher cahier...*», Paris, Gallimard, coll. Témoins.
- Lejeune, Philippe (1996), *Le pacte autobiographique*, Paris, Points Essais.
- Lejeune, Philippe e Viollet, Catherine (dir.)(2001), *Genèses du «Je»*, Paris, CNRS.
- Lejeune, Philippe e Bogaert, Catherine (2003), *Un journal à soi. Histoire d'une pratique*, Paris, ÉditionsTextuel.
- Leleu, Michèle (1952), *Les journaux intimes*, Paris, PUF.
- Levi, Primo (2000), *Le devoir de mémoire*, Paris, Les Mille et une nuits.
- CLUL (org.) (2014), *LT corpus*, Lisboa, CLUL. URL: [http://catalog.elra.info/product\\_info.php?products\\_id=1178](http://catalog.elra.info/product_info.php?products_id=1178).
- Maia, Fernando Salgueiro (2014, 3ª Ed.), *Capitão de Abril*, Lisboa, Editora Âncora.
- Maingueneau, Dominique (1997), *Os termos-chave da Análise do Discurso*, Lisboa, Gradiva.
- Maingueneau, Dominique (1999), *L'énonciation en linguistique française*, Paris, Hachette.
- Maingueneau, Dominique e Grésillon, Almuth (1984), *Polyphonie, proverbe, détournement*, Langages n°73, Larousse, pp. 112-125.
- Maingueneau, Dominique (2004), "La situation d'énonciation entre langue et discours". Em *Dix ans de S.D.U.*, Craiova, Editura Universitaria Craiova, 2004, pp.197-210, [consultado no dia 14/11/2015]. URL: <http://dominique.maingueneau.pagesperso-orange.fr/pdf/Scene-d-enonciation.pdf>
- Marchesini, Daniele (1992), *Il bisogno di scrivere: usi della scrittura nell'Italia moderna*, Roma/Bari, laterza.
- Marques, Hugo (2002), "A 100ª Companhia de Comandos, de Reis Ventura, e Nó Cego, de Carlos Vale Ferraz: duas faces da mesma medalha". Em *A guerra do Ultramar, realidade e ficção*, Teixeira, Rui de Azevedo (org.), Lisboa, Editorial Notícias.
- Marquilha, Rita, org. (2010-2013), *FLY: Forgotten Letters, Years 1900-1974*, Lisboa, CLUL, <http://fly.clul.ul.pt>.

- Marquilhas, Rita, e Iris Hendrickx (2014), "Manuscripts and machines: the automatic replacement of spelling variants in a Portuguese historical *corpus*", em *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8 (1), pp. 65–80.
- Martins, Jorge Manuel Ferraz (1996), *Para um corpo ideológico-cultural da instituição militar portuguesa na Guerra Colonial de 1961-1974*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Mathias, Marcello Duarte (1991), "O diário íntimo ou a procura da identidade". Em *Jornal das letras, Artes e Ideias*, 23.04. 1991, p.16.
- Matos, Patrícia Carla Valente Ferraz (2004), *As «côres» do Império. Representações raciais no contexto do «Império Colonial Português» nas primeiras décadas do Estado Novo*, Tese de Mestrado em Ciências Sociais, orient. Prof. Doutor José Manuel Sobral.
- Medeiros, Paulo de (2002), "Diários de guerra". Em *Metamorfoses do Eu: O Diário e Outros Géneros Autobiográficos na Literatura Portuguesa do Século XX*, M. Fátima Viegas Brauer-Figueiredo, Karin Hopfe (org.), Frankfurt, TFM.
- Melançon, Benoît (1992), *Diderot épistolier. Contribution à une poétique de la lettre familière au XVIII siècle*, Montréal, Éditions Fides.
- Mónica, Maria Filomena (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*, Lisboa, Editorial Presença / Gabinete de Investigações Sociais.
- Mónica, Maria Filomena (1999), *Cenas da vida portuguesa*, Lisboa, Quetzal.
- Moscovici, Serge (1961), *La psychanalyse, son image et son public*. Paris, PUF.
- Moscovici, Serge (2004), *Representações sociais, Investigação em psicologia social*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Moscovici Serge, Doise, Willem (1991), *Dissensões e consenso. Uma teoria geral das decisões colectivas*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Moutinho, Mário (2000), *O indígena no pensamento colonial português 1895-1961*, Lisboa, Edições Universitária Lusófonas.
- Perelman, Chaim e Olbrechts-Tyteca, Lucie (1958), *Traité sur l'argumentation*, Éditions de l'Université de Bruxelles.
- Petrucchi, Armando (2008), *Scrivere lettere. Una storia plurimillennaria*, Bari, Laterza.
- Pinto, António Costa (2001), *O fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pinto, António Costa (coord.) (2004), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote.
- Procacci, Giovanna (2006), "Alcune recenti pubblicazioni in Francia sulla 'cultura di guerra' e sulla percezione di morte nel primo conflitto mondiale". Em *Il soldato, la guerra e il rischio di morire*, Labanca, Nicola e Rochat, Giorgio, Milano, Unicopli.
- Rebocho, Manuel Godinho (2009), *Elites militares: e a guerra de África*, Lisboa, Roma.

- Reisigl, M. & Wodak, R. (2001), *Discourse and discrimination. Rhetorics of racism and antisemitism*. London, Routledge.
- Ricoeur, Paul (1983), *Temps et récit I*, Paris, Seuil.
- Roque, Sara Cristina Sampaio Primo (2004), *A Guerra Colonial e os seus silêncios: contributo para o estudo de uma antropologia do silêncio*. Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Rosas, Fernando (2003), *Pensamento e Acção Política, Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Notícias Editorial.
- Rosso, Stefano (2003), *Musi gialli e Berretti verdi. Narrazioni Usa sulla Guerra del Vietnam*, Bergamo University Press, Edizioni Sestante.
- Rousso, Henry e Conan, Éric (1996), *Vichy, un passé qui ne passe pas*, Paris, Gallimard.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade". Em *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, M. I. Ramalho e A. Sousa Ribeiro (orgs.), Porto, Edições Afrontamento, pp. 23-85.
- Santos, Mário Beja (2012), *Adeus até ao meu regresso*, Lisboa, Âncora.
- Schehr, Sébastien (2009), *Le traître comme étranger radical*, in *Revue des Sciences Sociales* n° 42. [consultado no dia 22/6/2016]. URL: <http://www.revue-des-sciences-sociales.com/pdf/rss42-schehr>
- Scott, Mike. 2011. *WordSmith Tools version 6*, Liverpool, Lexical Analysis Software.
- Scurati, Antonio (2003), *Guerra. Narrazioni e culture nella tradizione occidentale*, Roma, Donzelli.
- Seara, Isabel Roboredo (2006), *Da epístola a mensagem electrónica, Metamorfoses das rotinas verbais*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Searle, John R. (1981), *Os actos de Fala*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (2010), *História de Portugal 1960-1968*, Lisboa, Verbo.
- Simonet-Tenant, Françoise (2009), *Journal personnel et correspondance (1785-1939) ou les affinités électives*, Louvain-la-Neuve, Academia-Bruylant.
- Simonet-Tenant, Françoise (2004), *Le journal intime. Genre littéraire et écriture ordinaire*, Paris Téraèdre.
- Steinbeck, John (1984), *Correspondente de guerra*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Teixeira, Rui de Azevedo (1998), *A guerra Colonial e o Romance Português. Agonia e Catarse*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Teixeira, Rui de Azevedo (org.) (2002), *A guerra do Ultramar: realidade e ficção*, Livro de Actas II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial, Lisboa, Editorial Notícias.
- Teixeira, Rui de Azevedo (2013), *Jaime Neves: homem de Guerra e Boémio*, Lisboa, Bertrand.
- Todorov, Tzvetan (1981), *Mikhail Bakhtine, le principe dialogique*, Paris, Seuil.



- Todorov, Tzvetan (1989), *Nous et les autres, la réflexion française sur la diversité humaine*, Paris. Seuil.
- Todorov, Tzvetan (2004), *Les abus de la mémoire*, Paris, Arléa.
- Uribe, Maria Victoria (2004), *Anthropologie de l'inhumanité. Essai interprétatif sur la Terreur en Colombie*, Paris, Calmann-Lévy,
- Van Dijk, Teun (1985), "Semantic discourse analysis". Em *Handbook of Discourse Analysis*, vol. 2, Teun A. van Dijk, (Ed.), London, Academic Press, pp. 103-136.
- Van Dijk, Teun (1997), "Cognitive context models and discourse". Em *Language Structure, Discourse and the Access to Consciousness*, M. Stamenow (ed.), Amsterdam, Benjamins. pp. 189-226.
- Van Dijk, Teun (1998), "Opinions and ideologies in the press". Em *Approaches to Media Discourse*, Allan Bell e Peter Garrett (Eds.), Hoboken, Wiley, pp. 21-63.
- Van Dijk, Teun (1999), "Context and Experience Models in Discourse Processing". Em *The construction of mental representations during reading*, Herre van Oostendorp & Susan Goldman (Eds.) Hillsdale, NJ: Erlbaum, pp. 123-148.
- Van Dijk, Teun (2001), "Discourse, ideology and context". Em *Folia Linguistica*, XXX/1-2, pp. 11-40.
- Van Dijk, Teun (2005) *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudo na Análise Crítica do Discurso*, Porto, Campos das Letras.
- Van Dijk, Teun (2010), *Cognição, discurso e interação*, São Paulo, Contexto.
- Vaz, Nuno Mira (1997), *Opiniões públicas durante as Guerras de África 1961/74*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Wieviorka, Annette (1998), *L'Ère du témoin*, Paris, Plon.
- Wish, Myron e Kaplan Susan J. (1977), *Toward an implicit theory of interpersonal communication*, Sociometry, 40, pp. 234-246.
- Woodward, Kathryn (2012), "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". Em *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis, Vozes, pp. 7-72.